

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR

TESE

**“PRECISA-SE DE UMA CRIADA ESTRANGEIRA OU NACIONAL
PARA TODO O SERVIÇO DE CASA”:
Cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do
trabalho carioca
(1880-1930)**

NATÁLIA BATISTA PEÇANHA

2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**“PRECISA-SE DE UMA CRIADA ESTRANGEIRA OU NACIONAL
PARA TODO O SERVIÇO DE CASA”:
Cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do
trabalho carioca
(1880-1930)**

Natália Batista Peçanha

Sob a Orientação do Professor
Álvaro Pereira do Nascimento

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutora em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações Poder e Cultura.

Seropédica, RJ
Junho de 2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P364" Peçanha, Natália Batista, 1985-
"Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional
para todo o serviço de casa": cotidiano e agências de
servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho
carioca (1880-1930) / Natália Batista Peçanha. - 2018.
244 f.: il.

Orientador: Álvaro Pereira do Nascimento.
Tese(Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, PPHR/História, 2018.

1. Serviço Doméstico. 2. Mundos do Trabalho. 3. Pós
abolição. 4. Imigração. 5. Interseccionalidade. I:
Nascimento, Álvaro Pereira do , 1964-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PPHR/História III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO

NATÁLIA BATISTA PEÇANHA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Doutorado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/06/2018

Banca Examinadora:



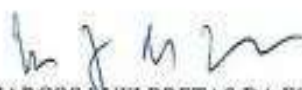
Doutor ALVARO PEREIRA DO NASCIMENTO (Orientador e Presidente) – UFRRJ



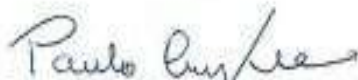
Doutora FABIANE POPINIGIS - UFRRJ



Doutora FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA – UFRRJ



Doutor MARCOS LUIZ BRETAS DA FONSECA – UFRJ



Doutor PAULO CRUZ TERRA - UFRRJ



Doutora ÉRICA SARMIENTO DA SILVA - UERJ

Aos meus pais, Edson e Lucia Helena.

À minha irmã, Jéssica.

Ao meu marido, Fábio.

Aos meus sobrinhos, Vítor e Arthur.

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei o doutorado me falavam que era uma jornada solitária. Em certos momentos foram. Quantas tardes fiquei sozinha em salas de consultas pesquisando pilhas de documentações em que o diálogo era feito apenas com homens, mulheres e crianças que surgiam através de suas agências de lutas diárias como trabalhadoras/es em um tempo que apesar de nos ser distante, em muitos casos se confundiam com memórias e histórias recentes de trabalhadoras domésticas.

A solidão, portanto, era aparente. Diversas pessoas surgiam e contribuía, mesmo que indiretamente ao desenvolvimento da tese, e da Natália, enquanto uma mulher e pesquisadora.

Assim, além das personagens que surgiam em meio a diversas documentações e que por muitas vezes, me fizeram rir sozinha ou ficar embargada através da exposição de violências vivenciadas em seus corpos, diversas pessoas fizeram parte desta jornada. Sejam funcionários dos Arquivos, que pela minha presença constante já estabeleciam laços de solidariedade, através de ajudas em relação à localização de algum documento, por exemplo; sejam os próprios funcionários e coordenação da pós que estavam prontos a solucionar problemas e nos direcionar a caminhos mais acertados em relação a questões administrativas, burocráticas e ao incentivo em relação à participação de eventos e produções. Quantas vezes perturbei o Paulo com diversos assuntos que prontamente eram respondidos da forma mais cordial e solícita?

E o que falar dos companheiros de desespero e ansiedade, frente aos percalços da pesquisa? Alessandra, Juliano, Dani, Diego, Max e todas/os as/os outras/os companheiras/os que compartilharam minhas frustrações em relação a alguma etapa da pesquisa e que se mostraram verdadeiras/os amigas/os ao dar conselhos quando necessário e amparar quando o desespero surgia frente a prazos e cobranças. Por falar em amizade, não poderia deixar de agradecer a Rejane e Bruna, que apesar de minha ausência entendiam e me davam força para continuar a batalha que não era só minha, era também a da minha família. Meus pais, Edson e Lucia Helena; minha irmã, Jéssica; meus sobrinhos, Vitor e Arthur; minha vó, Penha; e meu marido, Fábio; são a força que busquei todas as vezes que pensei em desistir – e não foram poucas as vezes. Agradeço imensamente o investimento financeiro e, sobretudo, emocional dado por minha família

que nunca desistiram de mim, mesmo quando eu estava desistindo. Obrigada, por serem a minha base, à força que me mantém de pé, erguida frente aos obstáculos da vida.

Ao Álvaro, sou grata por tudo. Mais do que um professor e orientador, ele foi um verdadeiro amigo, ao vivenciar momentos difíceis por que passei; ao me mostrar que era capaz, quando pensava o contrário; ao não desistir de mim e me incentivar constantemente a seguir em frente; ao contribuir com suas ideias e leituras críticas que buscavam sempre o melhor caminho a seguir na pesquisa. Agradeço por toda esta etapa em que caminhamos juntos e, sobretudo, por ter me incentivado a ter uma nova visão de mundo.

O professor Marcos Bretas é outro que nem sei como começar os agradecimentos. A admiração que possuo é algo que só vem aumentando nesses 12 anos em que nos conhecemos. Sempre me incentivando e acreditando em mim, o senhor é uma das razões pelo qual me fazem querer continuar. Por isso, agradeço pela amizade e por todas as palavras de incentivo que o senhor vem me dando desde a graduação.

Agradeço também à professora Ismênia, que sempre se mostrou solícita e interessada em minha pesquisa, me ajudando quando possível e me dando sugestões preciosas em relação ao direcionamento da pesquisa. Assim, como a professora Fabiane Popinigis, que foi uma das grandes incentivadoras para que eu me enveredasse rumo à História Social do Trabalho. Agradeço, por suas leituras críticas e sugestões que buscavam o melhoramento de minha pesquisa. Agradeço as/aos professoras/es Fernanda Oliveira, Paulo Terra e Érica Sarmiento, por terem aceitado a participar da banca, contribuindo para o aperfeiçoamento e amadurecimento da pesquisa.

Agradeço à agência de fomento CAPES que me possibilitou uma jornada mais tranquila em relação ao financiamento dado à pesquisa. À coordenação do PPGHR/UFRJ e à Pró-Reitoria de Pós-graduação da UFRJ, que sempre estavam à disposição a solucionar problemas, mas, sobretudo, a favorecer o desenvolvimento acadêmico de todos os discentes.

Por fim, apesar de clichê, não poderia deixar de agradecer a Deus e a Nossa Senhora, que foram à base em que me apeguei nos momentos mais difíceis.

*Olhando o vago...
Pensei
(eu sei da força que
vem de cima
impedindo a subida
empurrando para
baixo para gente não
subir até cair sentado
na poça da lama).*

*No mesmo instante
reagi.
encostei o
pensamento
hora de mudar tudo.
(ALVES, Mirian.
Luta do ideal. SP,
17/10/1979)*

RESUMO

PEÇANHA, Natália Batista. **“Precisa-se de uma criada estrangeira ou nacional para todo o serviço de casa”**: cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os no mundo do trabalho carioca. 1880-1930. 2018. 244p. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

Tendo como objetivo analisar o cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os nacionais e imigrantes europeias/eus nas suas vivências em relação ao mundo do trabalho, buscamos analisar tal atividade em um momento importante – fim da escravidão, entrada massiva de imigrantes em solo carioca e consolidação do pensamento liberal e do capitalismo. Partindo deste cenário analisaremos como tais relações laborais são frutos de um conjunto de mudanças ocorridas em um processo que vinha se desenhando desde a segunda metade do século XIX, não sendo apenas resultados do fim da escravidão. Assim, as experiências de mulheres, homens e menores de idade nacionais e estrangeiras/os serão analisadas a partir de um conjunto de documentações, nos quais nos permitirão observar as principais formas de ingressos dessas personagens no serviço doméstico carioca, bem como a participação masculina em um cenário dominado pela presença feminina. Além disso, o trabalho infantil tem destaque ao apresentar um mercado-de-trabalho em que tal mão-de-obra tem um papel importante, sobretudo, na construção ideológica de uma pretensa “dominação” das/os “crias da casa”. Por fim, cabe destacar, que em um momento em que a classe trabalhadora é alvo constante de políticas públicas para seu controle e ordenamento, a criminalização de tal atividade irá se converter em uma importante ferramenta. Que apesar dos esforços de coação, não deixou de enfrentar reações e resistências constantes de mulheres, homens, crianças, nacionais e estrangeiras/os, que lutavam cotidianamente por melhores condições de trabalho e de vida.

Palavras-Chaves: *Serviço doméstico; Relações de Trabalho; Imigração; Gênero; Masculinidade; Infância; Criminalidade.*

ABSTRACT

PEÇANHA, Natália Batista. **“A foreigner or local maid for every household chores is required”**: Daily life and domestic servants agencies in Rio’s working world. 2018. 244p. Thesis (Doctorate in History). Institute of Human and Social Sciences, Department of History, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

With the objective of analyzing the daily and agencies of domestic servants, national and European immigrants, selves in their experiences in relation to the world of work, we seek to analyze this activity in an important moment - end of slavery, massive entry of immigrants in Rio territory and consolidation of liberal thinking and capitalism. Starting from this scenario, we will analyze how such labor relations are the result of a set of changes occurred in a process that has been drawing since the second half of the nineteenth century, not just results of the end of slavery. Thus, the experiences of Brazilian and foreign women, men and minors will be analyzed from a set of documentation, which will allow us to observe the main forms of income of these characters in the domestic service in Rio de Janeiro, as well as the male participation in a scenario dominated by the female presence. In addition, child labor has a prominent role in presenting a labor market in which the labor force plays an important role, most importantly, in the ideological construction of a so-called "domination" of the "household". Finally, it should be noticed that at a time when the working class is the constant target of public policies for its control and ordering, the criminalization of such activity will become an important tool. That despite the efforts of coercion, it did not fail to face constant reactions and resistance from women, men, children, domestic and foreign, who struggled daily for better working and living conditions.

Keywords: Domestic service; Work relationships; Immigration; Genre; Masculinity; Childhood; Crime.

LISTA DE ABREVIACOES

AGCRJ – Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

AN – Arquivo Nacional

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

BN – Biblioteca Nacional

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Vestidos para senhora -----	76
Figura 2 – Criado fiel -----	105
Figura 3 – Marido precavido-----	106
Figura 4 – Mau Encontro-----	107
Figura 5 – Criado-----	108
Figura 6 – Melhor presente de festas não poderá haver -----	127
Figura 7 – Maria a criadinha-----	134
Figura 8 - Foto de grupo de educandas da Escola de Santo-----	141
Figura 9 - “Na rua do senhor” -----	184
Figura 10 - “Criadas Ladras: um grupo de condenadas”-----	185
Figura 11 - “Criadas ladras: mais um grupo de condenadas” -----	186
Figura 12 - Retrato que contido no processo de expulsão do casal Natalie Mugglin e Felipe Duchan, expulsos por serem caftens-----	210
Figura 13 - Fotografia retirada pelo Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, de Natalie Mugglin -----	211

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Rio de Janeiro, 1907 -----	56
Mapa 2 - Localização de criadas/os europeias/eus em anúncios de “precisa-se” (1882-1907) -----	57
Mapa 3 - Localização de criadas/os europeias/eus em anúncios de “precisa-se” (1912-1932) -----	58
Mapa 4 - Localização de criadas/os europeias/eus em anúncios de “Aluga-se” (1882-1907) -----	59
Mapa 5 - Localização de criadas/os europeias/eus em anúncios de “aluga-se” (1912- 1932) -----	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de anúncios em que podemos identificar o sexo das/os criadas/os - <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932) - Aluga-se-----	29
Tabela 2 - Quantidade de anúncios em que podemos identificar o sexo das/os criadas/os - <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932) – Precisa-se-----	30
Tabela 3 - Quantidade de referências às nacionalidades das criadas ofertadas (Aluga-se)- <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)-----	32
Tabela 4 – Quantidade de referências às nacionalidades das criadas demandadas (Precisa-se)- <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)-----	32
Tabela 5 - Quantidade de referências à raça das criadas ofertadas (Aluga-se) <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)-----	35
Tabela 6 – Quantidade de referências à raça das criadas ofertadas (Aluga-se) – <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)-----	35
Tabela 7 – Quantidade de referências à raça das criadas demandadas (Precisa-se) - <i>Jornal do Commercio</i> (1827-1877)-----	37
Tabela 8 - Quantidade de referências à nacionalidade das criadas demandadas (Precisa-se) - <i>Jornal do Commercio</i> (1827-1877)-----	37
Tabela 9 - Quantidade de referências à raça das criadas ofertadas (Aluga-se)- <i>Jornal do Commercio</i> (1827-1877)-----	38
Tabela 10 - Quantidade de referências à nacionalidade das criadas ofertadas (Aluga-se)- <i>Jornal do Commercio</i> (1827-1877)-----	38
Tabela 11 - Quantidade de referências à raça das criadas ofertadas (Aluga-se) - <i>O Paiz</i> (1884-1919)-----	39
Tabela 12 - Quantidade de referências as nacionalidades das criadas ofertadas (Aluga-se) - <i>O Paiz</i> (1884-1919)-----	39
Tabela 13 - Quantidade de referências à raça das criadas demandadas (Precisa-se) – <i>O Paiz</i> (1884-1919)-----	40
Tabela 14 - Quantidade de referências as nacionalidades das criadas demandadas (Precisa-se) - <i>O Paiz</i> (1884-1919)-----	40
Tabela 15 – Referências ao aluguel de criadas por ocupação (Aluga-se) - <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)-----	49

Tabela 16 - Referências à demanda por criadas por ocupação (Precisa-se) - <i>Jornal do Comercio</i> (1882-1932)-----	50
Tabela 17 - Estrangeiras do sexo feminino em freguesias das zonas central e sul do Rio de Janeiro-----	62
Tabela 18 - Atividades domésticas selecionadas em anúncios do <i>Jornal do Comercio</i> (1882-1932)-----	74
Tabela 19 - Total de homens e mulheres trabalhando no serviço doméstico – Rio de Janeiro (DF)-----	84
Tabela 20 - Divisão sexual do trabalho no serviço doméstico – Rio de Janeiro – 1906 e 1920 -----	84
Tabela 21 - Referências a profissões e nacionalidades em anúncios de oferta (aluga-se) de criados - <i>Jornal do Comercio</i> (1880-1932)-----	89
Tabela 22 - Referências a profissões e nacionalidades em anúncios de demanda (precisa-se) de criados - <i>Jornal do Comercio</i> (1880-1932)-----	90
Tabela 23 - Relação de população do Rio de Janeiro por idade e sexo - censo de 1872, 1890 e 1906 -----	115
Tabela 24 - Relação de população por nacionalidade, sexo e idade - Distrito Federal - Censo de 1920 -----	116
Tabela 25 - Relação de população por nacionalidade, sexo e idade - Distrito Federal - Censo de 1920 – Continuação-----	116
Tabela 26 - Anúncios referentes à Aluga-se criadas menores de idade - <i>Jornal do Comercio</i> -----	119
Tabela 27 – Anúncios referentes à Aluga-se criados menores de idade – <i>Jornal do Comercio</i> -----	119
Tabela 28 - Anúncios referentes à Precisa-se criadas menores de idade - <i>Jornal do Comercio</i> -----	120
Tabela 29 - Anúncios referentes à Precisa-se criados menores de idade - <i>Jornal do Comercio</i> -----	120
Tabela 30 - Anúncios de venda de escravas/os domésticos menores de idade – 1887 -----	121
Tabela 31 - Atividades do serviço doméstico desempenhadas por criadas menores de idade que estavam sendo vendidas -----	124
Tabela 32 – Demanda (Precisa-se) de atividades do serviço doméstico desempenhadas por criadas menores de idade-----	125

Tabela 33 - Oferta (Aluga-se) de atividades do serviço doméstico desempenhadas por criadas menores de idade -----	126
Tabela 34 - Ocupações desempenhadas em relação a cor e nacionalidade - Precisa-se/ 1912 -----	128
Tabela 35 - Ocupações desempenhadas em relação a cor e nacionalidade - Aluga-se/ 1912 -----	129
Tabela 36 - Oferta (Aluga-se) de atividades do serviço doméstico desempenhadas por criados menores de idade -----	130
Tabela 37 - Demanda (Precisa-se) de atividades do serviço doméstico desempenhadas por criados menores de idade-----	130
Tabela 38 - Raça das criadas menores de idade -Aluga-se-----	131
Tabela 39 - Raça das criadas menores de idade - Precisa-se-----	131
Tabela 40 - Raça dos criados menores de idade- Aluga-se-----	132
Tabela 41 - Raça dos criados menores de idade- Precisa-se-----	132
Tabela 42 - Delitos e contravenções a partir do critério cor-----	155
Tabela 43 - Delitos e contravenções a partir de critérios de cor-----	158
Tabela 44 - Delitos e contravenções a partir de critérios de nacionalidade -----	159
Tabela 45 - Raça e estado civil das criadas encaminhadas a exame de sanidade -----	176
Tabela 46 - Infrações cometidas por servidoras/es domésticas/os. Casa de Detenção da Corte. (1880, 1883, 1892, 1912, 1920 e 1929 a 1930)-----	188
Tabela 47 - Sexo das/os servidoras/es domésticas/os matriculadas na Casa de Detenção da Corte (1880, 1883, 1892, 1912, 1920 e 1929 a 1930)-----	190
Tabela 48 - Mulheres enquadradas no art. 399 do Código Penal de 1890. (Casa de Detenção da Corte e do DF – 1 mês do livro de matrícula de 1880, 1883, 1912 e 1920) - -----	191
Tabela 49 - Servidoras/es domésticas/os provenientes dos portos de Buenos Aires e Rio da Prata com destino ao Rio de Janeiro (1880-1911)-----	200
Tabela 50 - Nacionalidade das/os criadas detidas/os na Casa de Detenção da Corte e do Distrito Federal-----	201
Tabela 51 Crimes e contravenções cometidos pelas criadas detentas (nacionais e estrangeiras*) na Casa de Detenção da Corte e do DF -----	206
Tabela 52 Raça das criadas detentas (nacionais e estrangeiras*) na Casa de Detenção da Corte e do DF-----	207

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Breve panorama historiográfico sobre o serviço doméstico	8
Estrutura da tese	13
CAPÍTULO 1 – “Precisa-se de uma criada chegada a pouco da Europa”: a participação de imigrantes europeias no serviço doméstico	18
As/os criadas/os europeias/eus nos anúncios dos jornais	24
O serviço doméstico nos anúncios	28
Aspectos profissionais e questões salariais	44
Localização de demanda e oferta de criadas europeias	54
CAPÍTULO 2 – Repensando o serviço doméstico carioca: a análise do conceito de serviço doméstico e da participação masculina como criados	65
Revedo o conceito de serviço doméstico	66
A participação masculina no serviço doméstico	78
2.2.1 – “Precisa-se de um criado” : a participação masculina no serviço doméstico	82
2.3. As representações dos criados na imprensa de “gênero alegre” carioca	97
CAPÍTULO 3 – “Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa”: a mão-de-obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca	110
Formas de contratação	115
“Precisa-se de uma rapariguinha para serviços leves de uma casa” : anúncios de jornais como meio de obtenção de mão-de-obra infanto-juvenil	117
Outras formas de contratação: Juízo de Órfãos e tutelas à soldada	135
Maus-tratos no serviço doméstico – uma análise das violências vivenciadas por menores de idade em lares cariocas	144
Fugiu porque era maltratada: ações de resistências e insubordinação de criadas/os menores de idade	152
CAPÍTULO 4 – A criminalidade no serviço doméstico carioca	164
“Criadas ladras” – a gatunagem em meio à criadagem carioca	171
A produção do discurso público acerca da criminalidade no serviço doméstico	179
A imprensa e a objetivação dos corpos das criadas negras	181
Dos relatos aos fatos	187
A criminalidade em meio à criadagem estrangeira	196
EPÍLOGO	214
REFERÊNCIAS	219

INTRODUÇÃO

Procuramos uma babá profissional para cuidar de uma criança de 3 anos e um bebê de 3 meses.

****Somos Exigentes****

Requisitos:

*Experiência e referência comprovada como babá

*Não ter vícios de cigarro, bebidas

*Não ter vícios de celular (proibido uso nos dias de trabalho)

*Pontualidade

*responsável e zelosa com a criança

*que saiba realmente BRINCAR com as crianças entrando no mundo delas

*não ter filhos pequenos (menor de 5 anos)

*Seja magra (pois precisa Caber no carro já que se São 2 cadeirinhas no banco de traz)

*idade entre 20 e 30 anos

*não ter problemas familiares que obrigue a faltar ao serviço

*discreta e educada

*boa aparência

*Disponibilidade para viajar no fim de semana e datas comemorativas

Detalhes da Vaga:

Trabalhar por quinze dias seguidos e FOLGAR QUINZE DIAS seguidos (devendo ficar de sobreaviso para trabalhar caso seja necessário)

Obs:

As crianças ficam na creche em período integral, ou seja tem trabalho direto com elas no início da manhã, final da tarde e no fim de semana.

No horário que as crianças estão fora de casa, deverá auxiliar nas atividades da casa, limpeza.

Pagamento:

1000,00 + VT + bonificação (por bom desempenho) e possibilidade de efetivar o registro na carteira após 3 meses de experiência.

(Mulher busca „babá magra para caber no carro“, em anúncio de emprego. *O Globo*. Publicado em 18/10/2017 – 18h46 / Atualizado em: 19/10/2017 – 17h35. Disponível em: <http://oglobo.globo.com>)

O anúncio destacado, excluindo as referências ao celular e às cadeirinhas do carro, poderia ser facilmente confundido com algum anúncio, dos tantos, que a imprensa carioca, de fins do século XIX e princípios do XX, publicava diariamente. Não ter vícios, ser zelosa, comprovar experiência e ter “boa aparência”, eram dos muitos requisitos que criadas precisavam comprovar ao serem contratadas por baixos salários e com jornadas de trabalho extenuantes, sobretudo, quando as mesmas dormiam na casa dos patrões. Mas este não é um anúncio Oitocentista. O referido anúncio foi publicado no Facebook, no ano de 2017, poucos anos após a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional ao artigo 7º da Constituição Federal (PEC 66/2012), promulgada em abril de 2013, no qual estendeu direitos trabalhistas às/aos empregadas/os domésticas/os. Classe social que mantém uma relação de trabalho complexa na qual a linha que

separa a vida profissional da pessoal é muito tênue e que por vezes se confundem. Motivo pela qual, e associada a um processo de racialização de suas/eus trabalhadoras/es, a luta pela equiparação dos direitos ter sido um processo longo, conquistado, apenas recentemente, com a promulgação da referida PEC 66/2013. Que por sinal demonstra a importância de tal atividade no mercado de trabalho contemporâneo¹, sobretudo, quando o pensamos em uma ocupação de importante relevo para a inserção de mulheres.² Sendo estas, em sua maioria, negras, de baixa escolaridade, que recebem baixos salários e que experimentam desigualdades de gênero, classe e raça, onde o domínio sobre seus corpos não é privilégio apenas de uma dominação masculina. De acordo com a teórica feminista, bell hooks, mulheres podem participar de políticas de dominação³. Analisando o fato de que, em sua grande maioria, são mulheres brancas de classes média ou alta que assumem o papel dianteiro na hora da contratação e supervisão do desempenho das criadas é mais comum tais mulheres desempenharem sua capacidade de dominação sobre aquelas hierarquicamente “inferiores”, vide o anúncio postado por uma futura patroa.

O domínio e as desigualdades vivenciadas por servidoras domésticas e criados em escala menor, assumem cada vez mais um papel de destaque em estudos das diversas disciplinas das Ciências Humanas. Estes estudos apresentam outras/os agentes sociais que também experimentam preconceitos e estigmas em sua condição de *outsider*, imigrante⁴. Trabalhos como o de Jeffrey E. Cole e Sally S. Booth buscam trazer à tona a relação entre imigração e serviço doméstico, em cenários de busca por melhores condições de vida de populações que experimentavam condições político-econômicas desfavoráveis em sua terra natal. Analisando

¹ De acordo com o PNAD Contínua organizada pelo IBGE, “a categoria dos trabalhadores domésticos (6,4 milhões de pessoas) aumentou 3,1% no confronto com trimestre de julho a setembro de 2017. Frente ao trimestre de outubro a dezembro de 2016, houve alta de 4,3% (mais 262 mil pessoas)”. Este estudo verificou que a média da taxa de desocupação brasileira em 2017 foi de 12,7%.. IBGE. *PNAD Contínua 2017: realização de afazeres domésticos e cuidados de pessoas cresce entre os homens, mas mulheres dedicam quase o dobro do tempo*. 18/04/2018. Disponível em: <http://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e-cuidados-de-pessoas-cresce-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo.html>

² Em pesquisa sobre inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, apresentada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2016, foi constatado uma permanência em relação a ocupação no serviço doméstico. Nas residências de classe média e alta, 92% das pessoas que desempenham as atividades domésticas são mulheres, totalizando 5,9 milhões de brasileiras, ou seja, 14% do total das trabalhadoras. Tais dados foram coligidos através de um recorte estatístico de 2004 a 2014, considerando as mulheres ocupadas a partir de 10 anos. Tais dados puderam constatar, além dos baixos salários e baixa escolaridade dessas/es trabalhadoras/es, que cerca de 70% das empregadas domésticas não possuíam carteira assinada. Mais ainda, os dados confirmaram a realidade do processo de racialização de tal atividade, no qual verificou-se que, no ano de 2014, 17% das mulheres negras empregavam-se no serviço doméstico, índice de apenas 10% entre as mulheres brancas. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacao-de-5-9-milhoes-de-brasileiras>. Acessado em: 02 de julho de 2018.

³ HOOKS, bell. *Talking Back: thinking feminist, thinking black*. Boston/MA: South en Press, 1989 p. 20.

⁴ ANDALL, Jacqueline. *Gender, Migration and Domestic Service: the politics of Black women in Italy*. British: Routledge, 2017; MOMSEN, Janet Henshall. *Gender, migration, and domestic service*. British: Routledge, 1999.

como a Sicília se converteu em destino privilegiado para “dezenas de centenas de Tunisianos, Bangladeshis, Filipinos, Nigerianos, Sri Lankas, e outros” é identificado que os referidos imigrantes, uma vez estabelecidos, se lançavam em três tipos de “*dirty work*”: serviço doméstico, prostituição e agricultura – “caracterizados pela disparidade de pagamento, segurança e prestígio”.⁵

No cenário de circulação de pessoas, é notório perceber que mulheres cruzaram países e buscaram melhores condições de vida, seja com suas famílias e companheiros, seja individualmente, por toda a história. Entretanto, na historiografia brasileira, só muito recentemente as experiências migratórias femininas estão sendo consideradas. Conforme, Lená Menezes de Medeiros e Maria Izilda Santos de Matos, a “invisibilidade do feminino nos estudos dos processos de e/imigração tendeu a ser justificada pela menor porcentagem de mulheres nas partidas oficialmente computadas”.⁶

É evidente que não podemos comparar as desigualdades vivenciadas por uma portuguesa pobre no Rio de Janeiro de princípios do século XX com uma mulher negra nas mesmas condições econômicas e que ainda carregava as marcas da escravidão em sua pele. Entretanto, a análise das vivências desses dois grupos no serviço doméstico é importante para verificação das relações de trabalho em um momento de profundas transformações no cenário do mundo do trabalho brasileiro e mundial as quais foram experimentadas por grupos que, aparentemente eram distantes, mas com semelhanças em relação a sua condição de classe trabalhadora pobre ou, em alguns casos, vista como “classe perigosa”.⁷

É neste sentido que o objeto da presente pesquisa se formulou. Tendo como objetivo analisar o cotidiano e agências de servidoras/es domésticas/os nacionais e imigrantes europeias/eus nas suas vivências em relação ao mundo do trabalho, é traçada uma análise de tal atividade em um momento importante (fim da escravidão e consolidação do pensamento liberal e do capitalismo), uma vez que, de acordo com tais relações, é importante levar em conta que as mudanças ocorridas em um processo que vinha se desenhando desde a segunda metade do século XIX não foram apenas resultados do fim da escravidão. De acordo com Thomas Holt, ao analisar o programa britânico de emancipação, na primeira metade do século XIX, “a libertação dos

⁵ COLE, Jeffrey E. Cole; BOOTH, Sally S. *Dirty work: Immigrants in domestic service, agriculture, and prostitution in Sicily*. British: Lexington Books, 2007. Introduction.

⁶ MEDEIROS, Lená Menezes de; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração Mulheres portuguesas em foco* (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX). São Paulo: e-Manuscrito, 2017. P.6

⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

escravos não provocou nenhum rompimento assim radical com o passado”.⁸ Assim, como no Brasil, as manumissões eram uma realidade comum no gerenciamento da mão-de-obra escrava.⁹ O que se colocava era como lidar com o problema político representado pela emancipação “para as sociedades que abraçavam os valores democráticos liberais em geral”, incluindo o Brasil¹⁰. Como lidar com um número de trabalhadores não só libertos, mas também imigrantes que não representavam o ideal de trabalhadores morigerados? Como lidar com a liberdade dessas pessoas que circulavam e geravam uma grande rotatividade dentro das casas da elite carioca? Como lidar com o aumento de jovens e crianças circulando sem ofícios nas ruas, criando um ambiente de “perigo”?

Esses foram alguns dos questionamentos levantados na presente pesquisa que teve como recorte temporal o período de 1880 a 1930, o qual justifica-se por englobar diversas mudanças sociais, como as mencionadas em relação ao processo de emancipação e o fortalecimento do pensamento liberal. Além disso, tal recorte engloba o que se convencionou chamar de “grande imigração”, período pelo qual milhões de imigrantes europeus/ias aportaram em territórios do continente americano, como Argentina, EUA, Canadá e Brasil. No caso brasileiro, alguns autores, como Herbert S. Klein, por exemplo, enquadram a “grande imigração”, ou “imigração em massa”, ao período de 1880-1915, uma vez que percebe-se uma queda na taxa de imigração com o início da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, autores como Érica Sarmiento da Silva, e Jair de Souza Ramos, estendem este período até 1930 pelo fato da imigração ainda se mostrar relevante. Seguindo estes últimos autores, a justificativa para a escolha do período de 1880-1930 dá-se pelo fato de ser um período importante para o processo de imigração, além da década de 1880 representar um momento importante tanto para a consolidação do fim da escravidão como para a imigração que já alcançava taxa significativas. De acordo com Costa Leite, 1880 foi um ponto alto na imigração de portugueses, italianos e alemães para o Brasil. Além disso, a extensão da pesquisa para toda a década de 1920, justifica-se pela presença de marcos importantes como, por exemplo, a permanência de proposta para a regulação do serviço doméstico, como o Decreto nº 16.107, de 30 de julho de 1923, o qual aprovava o regulamento de locação dos serviços domésticos, permanecendo com o mesmo caráter de controle policial, visto que a carteira de identificação do servidor doméstico, já vinha sendo proposta desde o século XIX. Além disso, em

⁸ HOLT, Thomas C. A essência do contrato. In. COOPER, Frederick; HOLT, Thomas. C; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.91

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ *Ibidem*. p.95

relação ao trabalho infantil, esta década delimita sua importância também pela implementação do primeiro Código de Menores, em 1927, o qual estabeleceu uma detalhada caracterização dos “tipos” de *menores* e as formas de intervenção sobre eles.¹¹

Estes mecanismos legais figuram entre os muitos tramitados a fim de controle da classe trabalhadora. Tal preocupação acerca do controle e ordenamento das/os servidoras/es domésticas/os mostrou-se uma tendência em fins do século XIX e princípios do XX, não só no Brasil¹², mas também em diversos países do mundo. Em Buenos Aires, por exemplo, Cecília Allemandi, identificou que os projetos de regulamentação que começaram a ser tramitados em paralelo com as propostas cariocas, tinham um caráter de controle da classe trabalhadora urbana, uma vez que:

Frente a la escasez y la inestabilidad de la oferta de brazos, la poca propensión de la población vernácula a permanecer em um empleo fijo y la existência de médios de subsistencia alternativos al trabajo asalariado (la caza, la recolección, el robô de ganado y la venta clandestina a pulperos y mercachifles), las clases propietárias y las élites estatales implementaron instrumentos jurídicos y prácticas coactivas para disciplinar a las clases laboriosas. Era necessário conformar una fuerza de trabajo regular, disciplinada y dispuesta a vivir de um empleo asalariado mediante medidas concretas: regímenes de aprendizaje, contratos de trabajo, papletas, passaportes, entre otros.¹³

A autora ainda completa que, em relação, especificamente a regulamentação do serviço doméstico, tal controle era uma resposta dada aos problemas oriundos do crescimento

¹¹ Ver: KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In. FAUSTO, Boris. (org.) *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.pp. 13-31; SILVA, Érica Sarmiento de. Um passeio pelas ruas do Rio Antigo: pioneiros galegos, a Rua da Ajuda e o mercado ambulante. *Revista o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.3, 2009, pp. 95-108. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br>. Acesso em 14 de março de 2018; RAMOS, Jair de SOUZA. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 1920. In. MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. pp.59-82. Acerca do Código de Menores de 1927, ver: VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Por fim, o Decreto n. 16.107, de 30 de julho de 1923, pode ser consultado através do site: <http://www2.camara.leg.br>.

¹² No Brasil podemos citar propostas para a regulamentação, além do serviço doméstico, a dos caixeiros que foi uma conquista das lutas dessa classe que se mobilizou para melhorias das condições e jornada de trabalho; além disso podemos citar o caso dos cocheiros, que assim, como o caso do serviço doméstico, foi uma proposta que partiu das camadas superiores, não como uma forma de obtenção de melhorias trabalhistas, mas sim de controle da classe. Sobre a regulamentação dos caixeiros ver: POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. Sobre o caso dos cocheiros ver: TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Tese. Rio de Janeiro/ Niterói: PPGH/UFF, 2012.

¹³ ALLEMANDI, Cecília. *Servientas, criados y nodrizas*. Uma aproximación a las condiciones de vida y de trabajo em la ciudad de Buenos Aires a partir del servicio doméstico (fines del siglo XIX-principios del XX). Tesis de Doctorado en Historia. Buenos Aires: Posgrado en Historia de la Universidad de San Andrés. 2015. p.152.

exponencial da população urbana e sua estrangeirização e ao aumento da criminalidade urbana¹⁴. Problemas estes comuns dentro de um processo de modernização pelo qual diversas regiões do mundo passavam em fins do século XIX e princípios do XX.

Ainda na Argentina, Fernando J. Remedi, ao analisar o serviço doméstico da região de Córdoba, durante a modernização social na virada do século XIX para o XX, aponta que o maior problema enfrentado por aqueles que buscavam criadas/os consistia na instabilidade dessas/es trabalhadoras/es no emprego.¹⁵ A rotatividade, ou melhor, a liberdade de deslocamento das trabalhadoras e trabalhadores num rompimento com as relações tutelares predominantes até o século XIX é fundamental para compreender as tensões e reações da esfera pública em relação a esta classe.

Do outro lado do mundo, mais especificamente na Índia Colonial, a criação de mecanismos legais de controle e fixação de trabalhadoras/es em seus serviços foi uma prática que já vinha sendo desenvolvido desde 1814, onde foi criado um estatuto que criminalizava e punia as/os criadas/os que abandonassem o serviço. A violação do contrato de trabalho passava a ser punida criminalmente como “resposta” as ofensas perpetradas por criadas/os, como:

(...) “abandonar o serviço repentinamente, sem providenciar um substituto” ou deixar de cozinhar a refeição do senhor, de lavar suas roupas; cocheiros que davam preferência a seus próprios cachorros e outros animais, ao invés de tratar dos cavalos do senhor; amas-de-leite que expunham as crianças a perigos; criados responsáveis pela limpeza dos banheiros (*mehatars*) que deixavam as latrinas do senhor sujas, entre outras. Outra ofensa comum aparentemente praticada pelos criados era fazer acordos para que outros não se empregassem na casa de seu ex-senhor (da qual haviam sido dispensados ou tinham partido por conta própria).¹⁶

É neste contexto que a presente pesquisa se insere. Pretende-se analisar as relações de trabalhos no serviço doméstico, para além da escravidão. Tal empreitada foi ricamente desenvolvida por Flávia Fernandes de Souza, em suas pesquisas acerca de como as relações de trabalho no serviço doméstico estavam inseridas num contexto de modernização¹⁷. Entretanto, o

¹⁴ *Ibidem.* p.153

¹⁵ REMEDI, Fernando J. “Esta descompostura general de la servidumbre”. Las trabajadoras del servicio doméstico en la modernización argentina. Córdoba, 1869-1906. *Secuencia*. n.84, septiembre-diciembre, 2012. p. 62. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/secu/n84/n84a3.pdf>.

¹⁶ MOHAPATRA, Prabh. Informalidade regulamentada: construções legais das relações de trabalho na Índia Colonial (1814-1926). *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009. P.69

¹⁷ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese de Doutorado. Niterói/RJ: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Departamento de História da UFF, 2017. e _____. Reflexões sobre as relações entre a História do serviço doméstico e os estudos da pós-emancipação no Brasil. *história, histórias*. Brasília, vol.4, n.8, 2016.

objetivo do presente trabalho é contribuir com essa historiografia, lançando luz e foco sobre a presença de imigrantes e suas agências no serviço doméstico em relação ao convívio com nacionais. Tal empreitada além de contribuir para o estudo do serviço doméstico contribui para os estudos migratórios, uma vez que amplia-se a análise das ocupações desempenhadas por mulheres e homens na área urbana do Rio de Janeiro, afastando-se das tradicionais ocupações estudadas: comércio, prostituição e fábricas.¹⁸

A relação entre essas/es imigrantes e nacionais é fundamental para os estudos, uma vez que, a ótica do serviço doméstico não pode estar desvinculada das relações de trabalho envolvendo nacionais livres e/ou libertos. Uma vez que o trabalho infantil ou criminalização de tal atividade fica evidente o peso racial como forma de entendimento das políticas públicas implementadas no referido período, bem como representações e estigmas criadas em torno de tais personagens. A interseccionalidade de raça, gênero e classe é fundamental para a compreensão das relações de trabalho no serviço doméstico carioca. Entretanto, ao trazer a figura das/os imigrantes europeias/us busca-se contribuir com os estudos migratórios a medida que amplia-se a análise de inserção desta população para além das atividades comerciais, quando o foco das análises é a área urbana.

Assim, figuras como Emma Bernstoff, Natalie Muglin e Marie Segur, personagens que serão analisadas ao longo da pesquisa, surgiam em páginas documentais onde suas vozes ecoavam. Através delas, é possível observar as estratégias pelas quais não só essas mulheres, mas também alguns homens, deslocadas/os de seu território natal, inseriam-se em um uma realidade, muitas vezes, distante das suas, experimentando abusos em algumas situações e reagindo, em outras, para contrariar as normas vigentes.

Mulheres e homens pobres, em grande parte dos casos, com pouca escolaridade, que viam no serviço doméstico uma possibilidade de inserção, não só no mundo do trabalho, mas também na sociedade carioca. Pessoas estas, que conviviam e compartilhavam das duras condições de trabalho, com nacionais brancas/os e de cor, livres e libertas/os, que além da marca de gênero e classe, nos casos das mulheres de cor, ainda carregavam em seus corpos a marca da raça. Quantas faces de mulheres negras surgiam nas páginas policiais de alguns periódicos, demonstrando como a cor de pele mostrava-se um determinante em relação à criminalização das servidoras

¹⁸ Alguns trabalhos publicados: TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989; GRUMAN, Marcelo. A prostituição judaica no início do século XX: desafio à construção de uma identidade étnica positiva no Brasil. *Campos* 7 (1): 83-99, 2000

domésticas. Essas agências tornam-se alvo de análises para a verificação de como o trabalho “livre” poderia ser experimentando de diversas formas.

Portanto, a presente pesquisa mostra-se relevante ao analisar como as desigualdades vivenciadas por servidoras/es domésticas/os, nas suas relações de trabalho e cotidiano se interseccionavam, mostrando como o peso da raça, classe e gênero impactavam não só suas vivências, mas também suas representações frente à sociedade.

Breve panorama historiográfico sobre o serviço doméstico

O serviço doméstico é uma atividade do mundo do trabalho, que nos últimos anos vêm ganhando destaque nas discussões trabalhistas e em estudos, sobretudo, das ciências sociais¹⁹.

Um dos primeiros trabalhos a pensar os servidores domésticos enquanto objetos de estudos foi o artigo “*Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor*”²⁰, publicado em 1942, por Oracy Nogueira. Neste estudo, ele parte de uma análise de anúncios de procura e oferta de empregados, no qual era visível a atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor. Atitude esta que ajuda a corroborar sua crítica em relação a uma “democracia racial” no Brasil.

A obra de Nogueira foi e ainda é uma importante referência, todavia seus objetivos não se lançavam à busca da análise do serviço doméstico e das relações de trabalho dessa categoria laboral. Sua busca estava relacionada ao entendimento das questões raciais no Brasil.

No campo historiográfico, o silenciamento em torno de uma das atividades mais importantes do mundo do trabalho estendeu-se até mais ou menos fins dos anos de 1980, onde o aumento na produção de pesquisas acerca da História Social do Trabalho começou a dar destaque a importância dos serviços domésticos e de seus trabalhadores nas dinâmicas sociais do trabalho de fins do século XIX e princípios do XX²¹. Porém, ainda sim esta atividade não era objeto

¹⁹ Destaque para os seguintes trabalhos: MELO, Hildete Pereira de. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/TDs/td_0565.pdf. Acesso em 03 de março de 2015; BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. *A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, p. 67-104, jul. 2000; BRITES, Jurema. *Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões*. Campos, Paraná, n. 3, 2003. p. 65-82. SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978. 197 p.; BRITES, Jurema G. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. Tese de Doutorado. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

²⁰ NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor. 1985, vol.9.

²¹ Dentre estes trabalhos podemos destacar: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986; ABREU ESTEVES, Martha de. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e

principal das análises. Geralmente esta temática aparecia em estudos sobre escravidão, gênero ou condição da classe trabalhadora no processo de fim da escravidão. Somente a partir da década de 1990 verificou-se a emergência do tema serviço doméstico como objeto principal de análises com a publicação, em 1992, do livro *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro*²², da historiadora norte-americana Sandra L. Graham. Ela investigou as tensões entre a casa e a rua, expressas na relação patrão e empregada, e percebeu mudanças, sobretudo, a partir de meados do século XIX. As epidemias que afetavam, principalmente, a classe popular; a expansão da malha urbana com a criação dos bondes; a abolição da escravidão e a implantação do capitalismo; e as reformas urbanas na administração Pereira Passos foram fundamentais para o enfraquecimento das relações pautadas no binômio “proteção/obediência”, conceitos centrais, em seu entendimento, para compreender a relação entre patrão e empregada até princípios do século XX.

A partir dos anos 2000, esta temática começou a ganhar espaço e a se proliferar nas principais pós-graduações brasileiras. Este crescimento pode ser atribuído aos avanços em que a história social do trabalho vem galgando nos últimos anos, tornando-se um campo historiográfico em plena expansão e renovação no Brasil²³, no qual seus pesquisadores vêm desempenhando papel importante na construção do que vem chamando-se de História Global do Trabalho²⁴. Este campo de conhecimento apresenta-se como um esforço de um grupo de historiadores reunidos no Instituto de História do Trabalho de Amsterdã na busca de renovar a História Social do Trabalho redefinindo métodos de pesquisa e procurando superar dicotomias como a de trabalho livre e escravo, urbano e rural, formal e informal, que por muito tempo apresentavam-se como campos de estudos isolados.²⁵

Terra, 1989; SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. 2ª ed.

²² GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

²³ FONTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima e; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. (orgs.) *Cruzando Fontesiras: Novos olhares sobre a História do Trabalho*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 7.

²⁴ A principal contribuição do Brasil para a renovação dos estudos de História do Trabalho foi a formação do GT “Mundos do Trabalho” no âmbito da Associação Nacional de História (ANPUH), primeiro em 1999, no Rio Grande do Sul e depois nacionalmente. Esta iniciativa vêm contribuindo para os avanços nos estudos da História do Trabalho uma vez que vem a cada evento angariando o interesse de muitos jovens pesquisadores. Sobre a História do Trabalho atualmente ver: BATALHA, Cláudio H. Os desafios atuais da História do Trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

²⁵ FONTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima e; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. (orgs.) *op.cit.* pp. 7-8.

Assim, surgiram pesquisas tentando analisar essa esfera do mundo do trabalho em diversas regiões do Brasil e fora do país, demonstrando, desta forma, o quão importante esse tema se colocou para a História Social. Só para exemplificar, atualmente no Brasil há várias pesquisas em andamento sobre o tema: uma pesquisa desenvolvida por mim, pelo Programa de Pós-Graduação da UFRRJ; há a pesquisa de doutorado da pesquisadora Flávia Fernandes de Souza²⁶, desenvolvida na UFF e que inclusive foi Prêmio Arquivo Nacional, no ano de 2018; na Universidade de Pernambuco há o desenvolvimento da pesquisa de doutorado da historiadora Tatiana Silva de Lima; No sul do país encontram-se, por exemplo, as pesquisas de doutorado em andamento de Ana Paula do Amaral Costa (UFRGS) e de Daniela Sbravati (UFSC).

O que caracteriza grande parte da produção historiográfica nacional sobre o serviço doméstico é o pouco ou nenhuma atenção dada à participação imigrante. Flávia Fernandes rompe com esse olhar de limitar o serviço doméstico à escravidão ou ao trabalho de nacionais livres ou libertos, dando destaque à participação de imigrantes e ao processo de feminização do serviço doméstico, em partes de sua tese. Recentemente, um trabalho em conjunto elaborado pela professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação da UFRRJ, Fabiane Popinigis e o professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação da UFSC, Henrique Espada Lima, sobre a natureza inconstante das relações de trabalho vivenciadas por servidoras domésticas e caixeiros no Rio de Janeiro, no período de 1830 a 1880, demonstra como o fim da escravidão reforçou a feminização do trabalho doméstico carioca.²⁷ Entretanto, ainda são poucas as pesquisas na historiografia brasileira que ampliam a participação de outros agentes sociais no serviço doméstico, como a masculina e a imigrante, que são pouco analisadas por conta do impacto reduzido frente à participação nacional feminina.

Entretanto, internacionalmente, a masculinidade e a relação entre imigração e serviço doméstico são temas bastante discutidos. Evidentemente, por conta da participação de ambos agentes históricos na composição do serviço doméstico das regiões analisadas. A masculinidade e o processo de feminização do serviço doméstico, por exemplo, são temáticas de relevância para

²⁶ A dita pesquisadora desenvolveu um trabalho de vulto, que se tornou referência não só para os estudos acerca do serviço doméstico nacional e internacional, mas para a História Social de um modo geral. Inclusive a dita autora realiza um balanço historiográfico sobre a temática muito rico, no qual pretendo apenas contribuir com novas referências.

²⁷ LIMA, Henrique Espada; POPINIGIS, Fabiane. *Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s-1880s*. IRSH 62 (2017), Special Issue, pp.69-70. Disponível em: <http://www.cambridge.org/core>. Acesso em 05 de maio de 2018.

os estudos históricos de regiões africanas como Tanzânia²⁸ e Moçambique²⁹, países em que o serviço doméstico era tradicionalmente desempenhado por homens no período colonial e pós-colonial e que, no caso da Tanzânia, bem recentemente vem passando por um processo de feminização, por uma nova geração de mulheres jovens que consegue enxergá-lo como algo temporário. Mas, segundo palavras de Bujra, “a feminização de uma ocupação não equivale a aumentar a docilidade ou a maleabilidade da força de trabalho”³⁰.

Assim como as referidas pesquisas para as regiões africanas trataram de analisar a feminização do serviço doméstico, para a Europa destaca-se o papel da historiadora italiana Raffaella Sarti,

Sarti promoveu, junto com outros três pesquisadores, o chamado “Project Service”, um projeto de rede financiado pela Comissão Europeia, que envolveu diversas faculdades e centro de pesquisas europeu com o intuito de analisar o papel socioeconômico do serviço doméstico como fator de identidade europeia. Dentre os diversos trabalhos frutos de tal projeto, é importante destacar seus trabalhos destinados a pensar o sexo masculino no serviço doméstico³¹ organizados em um ensaio intitulado: “Men and Masculinities”, onde 13 artigos de diversos pesquisadores de várias regiões do planeta dedicaram-se a essa temática. ³²Neste trabalho, a própria autora identifica o início do processo de feminização do serviço doméstico durante o século XIX. Entretanto, com o alto índice de imigração em direção à Itália na década de 1990, observa-se um aumento da participação masculina estrangeira no serviço doméstico passando de 2,8% em 1985, para 17,3% em 1996, caracterizando um “novo” trabalho doméstico masculino.³³

O impacto da imigração no serviço doméstico também foi alvo de análises de trabalhos como “Gender, Migration and Domestic Service”, título de dois livros, um de 1999 e editado por

²⁸ BUJRA, Janet. *Serving Class. Masculinity and the feminisation of domestic servisse in Tanzania*. London: Edinburgh University Press for the International African Institute. 2000.

²⁹ ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007 e BUJRA, Janet. *Serving Class. Masculinity and the feminisation of domestic servisse in Tanzania*. London: Edinburgh University Press for the International African Institute. 2000

³⁰ Frase traduzida do parágrafo: “In this case then – and probably in others, feminization of an occupation does not equate with increasing docility or malleability of the workforce. Employers who can afford it know the value of an older man – or to put it another way: whilst employers did not originally see housework as a man’s job, they are now ambivalent about its feminization”. BUJRA, Janet. *Op.cit.* p. 179.

³¹ ZAMPARONI, Valdemir. *Op.cit.*

³² SARTI, Raffaella; SCRINZI, Francesca (orgs.) *Sage journals*. Volume 13, Issue 1, October 2010. Disponível em: <http://www.journals.sagepub.com>. Acessado em 11 de novembro de 2017.

³³ SARTI, Raffaella. Fighting for masculinity: male domestic workers, gender, and migration in Italy from the Late Nineteenth century to the present. *Men and Masculinities*. Sage journals. Volume 13, Issue 1, October 2010. p.27 Disponível em: <http://www.journals.sagepub.com>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

Janet Henshall Momsen³⁴, e outro publicado em 2017 e de autoria de Jacqueline Andall.³⁵ A primeira referência é uma coletânea que reúne artigos de 17 pesquisadoras/es divididos por continentes, na qual a temática do serviço doméstico, gênero e migração perpassam todos os trabalhos. Já a pesquisa de Jacqueline Andall é mobilizada pelas produções feministas do movimento negro, tais como as teóricas bell hooks e Angela Davis, que possibilitou-a de realizar uma análise interseccional do impacto das desigualdades de gênero, classe, raça, sobre mulheres negras que compuseram o primeiro grupo de imigrantes para a Itália no período estudado (1970-1990). A autora analisa como o serviço doméstico criou específicas formas de marginalização de mulheres negras e, em contrapartida, possibilitou mulheres italianas expressarem suas novas identidades sociais para além das famílias.

Além dessa, produção majoritariamente europeia, cabe destacar também a produção feita por uma historiografia indiana que vem contribuindo com importantes trabalhos para a História Social do Trabalho, sobretudo a que analisa o trabalho doméstico. Cabe ressaltar o destaque a uma mesa específica sobre o serviço doméstico no Sul Global realizada na III Conferência Internacional “Mundos do Trabalho”/ VII Seminário Nacional de História do Trabalho, ocorrida em novembro de 2014. A mesa coordenada pelo professor Henrique Espada Lima (UFSC) era intitulada: “Domestic Service in the Global South: a historical approach” e tinha como palestrantes: Nitin Varma (rework – Humboldt University) – “Slaves or Servants: Domestic Service in early 19th century India; Nitin Sinhá (University of York) – Domestic Servants in early colonial India, 1750s-1850s” e; Norma Claire Moruzzi (University of Illinois at Chicago) – “Food as a Social Relation: Skilled Household Labor and the Question of Iranian Women”’s Economic Participation.”.

Pesquisadoras/es indianas/os, como as/os cidadãs/os vêm desenvolvendo importantes reflexões acerca do serviço doméstico e das construções legais nas relações de trabalho na Índia Colonial. É o caso de Prabhu Mohapatra, professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Deli. Seu trabalho não foca especificamente neste ramo de trabalho. Entretanto, ao analisar projetos de lei para a fixação e controle de trabalhadores livres, a partir de regulamentações que criminalizavam diversos ramos, o serviço doméstico aparece em seu estudo como um dos principais alvos de tais propostas.³⁶

³⁴ MOMSEN, Janet Henshall (ed). *Gender, migration, and domestic service*. New York and London: Routledge, 1999.

³⁵ ANDALL, Jacqueline. *Op.cit.*

³⁶ MOHAPATRA, Prabhu. Informalidade regulamentada: construções legais das relações de trabalho na Índia Colonial (1814-1926). *Cad. AEL*. V.14, n.26, 2009.

Por fim, merece destaque as produções das Ciências Humanas latino-americanas e os esforços de pesquisadoras como Erynn Casanova e Jurema Brites³⁷. Para isso, foi criada uma espécie de banco de dados online para este fim, onde pesquisadoras/es estão depositando suas pesquisas sobre o tema do serviço doméstico na América Latina, contemplando as diversas áreas das Ciências Humanas.

Estrutura da tese

O serviço doméstico, como objeto principal de pesquisas históricas vem a cada dia ganhando espaço na historiografia brasileira e mundial. Pesquisas na Índia, na Argentina, já citados anteriormente, estão crescendo a cada dia com o intuito de dar visibilidade e tornar complexo o assunto das relações laborais envolvidas em um ramo do mundo do trabalho que mais arregimenta trabalhadores, sobretudo do sexo feminino. Todavia, ainda há muito o que ser investigado neste nicho laboral, como por exemplo: Como pensar o serviço doméstico para além do mundo escravista? Como pensar a inserção de trabalhadores imigrantes, sobretudo europeus, em uma atividade marcada pela presença de escravos ou egressos da escravidão? Como ultrapassar uma ideia generalizada de que o imigrante europeu era o exemplo de trabalhador morigerado? Mais ainda: como pensar a masculinidade em uma atividade construída socialmente como o espaço do feminino? Estas foram algumas perguntas que causaram inquietação diante da possibilidade de investigação por respostas urgentes.

³⁷ Erynn Casanova é professora de sociologia da University of Cincinnati, onde vêm desenvolvendo pesquisas acerca da experiência de trabalho de servidoras domésticas equatorianas. Ver: CASANOVA, Erinn M. de. The Experience of domestic work in urban Ecuador. *Sage journals*. April 2013. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0891243213483895>. Acesso em 02 de agosto de 2017. Jurema Brites é professora de Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde desenvolve pesquisas tais como: BRITES, Jurema. *Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores*. *Cadernos pagu* (29), julho-dezembro de 2007: 97-109. Ambas pesquisadoras organizaram uma mesa, da qual fui convidada a participar com mais 8 pesquisadoras de diversas áreas das Ciências Humanas e de diversas universidades do mundo, intitulada “Domestic Employment in Comparative Perspective”. Tal mesa fará parte da programação do evento XXVI International Congress of the Latin American Studies Association, que ocorrerá em Barcelona/ Espanha, entre os dias 23 e 26 de maio de 2018. No entanto, antes mesmo do evento, os frutos já aparecem, uma vez que a partir dos esforços de Erynn, foram reunidos 52 pesquisadoras/es latino-americanas/os de diversas instituições, tais como Universidade Ca’Foscari (Itália), Universidade de Montreal (Canadá), Oxford (Inglaterra), a UFRRJ, dentre outras, com o intuito do compartilhamento das pesquisas.

Assim, é possível rever fontes e produções acadêmicas acerca do tema do serviço doméstico para perceber, no caso do Rio de Janeiro, uma lacuna no que se refere a uma produção que analise o cotidiano dos trabalhadores domésticos imigrantes nas suas relações de convívio com as/os trabalhadoras/es nacionais, uma vez que não há como dissociar, no serviço doméstico, o contato dinâmico entre pessoas de diversas nacionalidades e cor de pele. Porém, pensar o serviço doméstico enquanto espaço apenas de escravos e egressos da escravidão esconderia a complexidade de tal atividade que, muitas vezes, se mostrava como uma alternativa àqueles que vinham da Europa almejando um dia “fazer a América”. Além disso, pensar nas/os criadas/os europeias/us, apenas como as famosas e desejadas governantas alemães, por exemplo, que eram trazidas deste continente pelas famílias mais abastadas³⁸, encobriria o cotidiano de milhares de criadas/os europeias/eus anunciadas/os em jornais e, que nem sempre eram desejados e preferidos pelas/os senhoras/es mais abastados, mas sim por uma classe média, que via nos anúncios uma forma mais barata de ter a possibilidade de possuir uma criada estrangeira. Com isso, faz-se necessário discutir o encapsulamento dos imigrantes, de fins do século XIX e princípios do XX, a áreas do mundo do trabalho, como a agricultura, o comércio e as fábricas, por exemplo, ampliando assim, as possibilidades laborais que homens e mulheres imigrantes tinham no cenário urbano carioca.

Desta forma, buscando verificar as agências e vivências de personagens que compunham o serviço doméstico carioca na passagem para o século XX, será realizada a análise, no capítulo 1, da participação das criadas europeias no serviço doméstico carioca, destacando as formas pelas quais se inseriam na dita atividade, quais as nacionalidades eram mais demandas e ofertadas, bem como investigar se havia diferenças salariais entre as estrangeiras e as nacionais. Pretende-se, também, analisar como em certos momentos a criadagem europeia experimentava condições de trabalho análogas às experimentadas por trabalhadoras/es de cor, no que diz respeito às diversas formas de retribuição, a qual, nem sempre o salário remunerado era algo garantido. É nesta relação cotidiana em um mercado de trabalho cosmopolita em que muitas vezes nacionais e estrangeiros trabalhavam lado a lado, é que torna-se fundamental inferir a respeito das agências e experiências dos diversos estratos sociais que compunham este ramo do mundo do trabalho, onde as mulheres representavam a maior parcela de ocupação. Para tal empreitada foram criadas tabelas com dados como endereços de criadas/os, remunerações, tipos de atividades ofertadas e

³⁸ Ao realizar a pesquisa foi identificado uma ampla variedade nacionalidades que aportavam constantemente em solo carioca. Ao consultar a base de dados de entrada de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, presente no site do Arquivo Nacional, pode-se inquirir a presença de criadas/os de nacionalidade alemã, suíça, italiana, francesa, espanhola e belga. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=168>.

demandadas, todos coligidos de anúncios do jornal do Commercio, totalizando um montante de 1227, que se estende do período de 1880 a 1930.

No capítulo 2, o destaque é dado aos homens. Inicia-se o capítulo realizando uma análise na qual o conceito de serviço doméstico é revisado. Amparada por dicionários, recenseamentos (1872, 1890, 1906 e 1920) e documentações oficiais, como os diversos ofícios e propostas para a regulamentação do serviço doméstico, tramitados na Câmara Municipal entre 1875 e 1906, e disponível no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). A partir de tais documentações foi possível analisar o o conceito registrado no decreto nº 284, de 15 de junho de 1896, que cria a matrícula geral do serviço doméstico e que o define como “*o que é prestar temporariamente a qualquer indivíduo por outro, que com ele convive, mediante certa retribuição*”, ou seja, havia uma relação de convívio entre as partes. Daí definir como servidores domésticos: 1º. *Cozinheiros e seus ajudantes*; 2º. *Copeiros*; 3º. *Serviços de qualquer mister doméstico*; 4º. *Lavadeiras e engomadeiras*; 5º. *Jardineiros e horteleiros*; 6º. *Cocheiros e seus auxiliares*.³⁹ Porém, detendo-se no item 3º e apropriando-nos de outros projetos como o do Procurador dos Feitos da Fazenda Municipal, José de Miranda Valverde, que, em 1903, engloba ao serviço doméstico os “*criados de servir, jardineiros, cocheiros, copeiros, amas de meninos, moços de hotéis e cafés etc; e tais serviços*” [grifo do autor] ⁴⁰, o que aparece é um conceito muito mais alargado. Os próprios contemporâneos não eram uníssomos em definir o serviço doméstico apenas como o desempenhado dentro das casas dos patrões. As mesmas atividades realizadas nas casas, como o de cozinheiro, por exemplo, quando desempenhada em hotéis, podiam ser entendidas como serviço doméstico. Isso mostra-se importante para alargar este conceito e seu impacto econômico no mundo do trabalho, bem como verificar a presença masculina nesta atividade. Só para exemplificar, os cozinheiros e copeiros de hotéis, geralmente eram homens, o que desencadeia outro problema que a historiografia reluta em se aprofundar, ou seja, a presença e impacto significativo dos homens no serviço doméstico carioca.⁴¹

Assim, sem fugir do tema do serviço doméstico, mas apresentando novas problematizações há o desejo de contribuir com os estudos sobre o tema, ao analisar o cotidiano

³⁹ Fundo Câmara Municipal/ Série: Serviço doméstico. Notação: BR RJAGCRJ 50.1.47. Códice: 2.927. Decreto nº 284 de 15 de junho de 1896. D. Francisco Furquim Werneck de Almeida (Prefeito) - AGCRJ

⁴⁰ Parecer do 2º Procuradoria dos Feitos da Fazenda Municipal Dr. José de Miranda Valverde, a respeito do serviço doméstico, em 3 de Outubro de 1903. Fundo Câmara Municipal/ Série: Serviço Doméstico. Notação: BR RJAGCRJ 48.4.56/ Códice: 2582 – AGCRJ.

⁴¹ A pesquisadora Flávia Fernandes de Souza, apesar de não ter dedicado um capítulo específico a temática da participação masculina, enfrenta de frente tal problematização ao apresentar uma análise transnacional das principais produções historiográfica em relação ao problema da feminilização do serviço doméstico a partir do século XIX.

dos trabalhadores domésticos imigrantes, enfatizando a presença masculina, a fim de que haja reflexão de como esses personagens relegados a um segundo plano, foram importantes para a dinâmica do serviço doméstico carioca e como eram representados por diversos meios de comunicação, como a imprensa de “gênero alegre”, sobretudo, na figura do jornal O Rio Nu. Jornal este, que imbuído de uma concepção de “masculinidade hegemônica”, determinava padrões de masculinidades periféricas que fugiam do idealizado, sendo, portanto, alvo de estigmas, no caso dos criados, por desempenharem funções laborais tipicamente “femininas”.

No capítulo 3, oportuniza-se a vez para outros agentes sociais importantes na composição do serviço doméstico – a mão-de-obra infanto-juvenil. A partir de uma análise em diversas documentações, tais como anúncios, 16 processos de soldada e de tutelas presentes no Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara⁴², verifica-se por quais formas patroas e patrões conseguiam esta mão-de-obra, identificando a baixa participação de meninas e meninos estrangeiros menores de 15 anos. Além disso, as vozes dessas personagens surgem a partir de notícias jornalísticas dos principais periódicos da época, como o jornal A Noite, Correio da Manhã, dentre outros⁴³, além de 81 processos e inquéritos policiais coligidos através da base de dados GIF/AN⁴⁴, nos quais fica evidente a violência perpetrada por aquelas/es que deveriam protegê-los/las bem como os atos de resistências dessas crianças e jovens, frente aos maus-tratos.

Por fim, no capítulo 4, será analisado como o serviço doméstico e suas/eus servidoras/es passaram por um processo de criminalização. Partindo da fala de Evaristo de Moraes em seu

⁴² Foram selecionados 16 processos de soldada, no Arquivo Nacional. Destes, 2 eram de 1882, 1 de 1883, 2 de 1891, 1 de 1892, 5 eram do ano de 1893, 2 de 1895, 2 de 1897 e 1 de 1901. Estes processos caracterizavam –se pelo predomínio da presença feminina entre as tuteladas, 10 meninas e 6 meninos, sendo uma menina francesa e um menino proveniente da cidade de Montevideu. Base do Judiciário do Arquivo Nacional – AN.

⁴³ Ao decorrer da tese foram utilizadas diversas notícias jornalísticas publicadas em diversos periódicos de fins do século XIX e princípios do XX: A Gallegada: Folha reaccionaria (1883); Almanak –Henault (1909); A Noite (1905, 1911, 1912, 1915, 1925); Archivo Vermelho (1918); A União (1905); Correio da Manhã (1880, 1905); Fon Fon (1926); Gazeta de Notícias (1903); Jornal do Commercio (1827-1932); O Paiz (1880-1934); O Rio Nu (1898-1916); Revista Criminal (1928); e Vida doméstica (1923). De acordo com Marialva Barbosa, os últimos anos do século XIX anunciaram importantes mudanças as quais a imprensa se apropriou – ideologia do progresso, inspirações europeias de civilização e propagação da ideia de modernização. Neste sentido, a imprensa vai se caracterizar pelo seu papel de formadora de opinião, atrelada aos interesses políticos e ideológicos dos grupos sociais em que representavam. Desta forma, ao observar as notícias propaladas sobre a classe trabalhadora, temos que ter em mente os interesses dos grupos formadores de opinião e o alcance dessas representações, que não podem ser entendidas como um espelho da realidade. Além da produção da notícia, ou do texto literário, não ser isento, ou seja, possuir em suas entrelinhas interesses e estratégias de poder, a própria prática da leitura, foge do controle de produção de um texto. BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010. p. 117-119..Sobre representações e práticas de leituras ver: Chartier, Roger. Textos, Impressões, leituras. In: Lynn Hunt. A nova história São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 214; e CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In. CHARTIER, Roger (org). Práticas da leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

⁴⁴ O fundo GIF é uma base de dados não digitalizada presente no Arquivo Nacional e que se caracteriza por documentos de natureza diversas de órgãos policiais. Neste fundo foi possível se deparar com registros diários da guarda noturna, inquéritos policiais, mapas diários das Delegacias e alguns processos.

projeto para a regulamentação do serviço doméstico, no qual ele culpabilizava os imigrantes argentinos “que vinham aladorar no Rio de Janeiro”⁴⁵, analisa-se a imigração europeia tinha algum impacto na criminalidade cometida por criadas/os. Além disso, serão investigados os principais crimes e contravenções cometidas por criadas/os nacionais e estrangeiras/os, bem como o papel da imprensa na disseminação de uma imagem do serviço doméstico como uma atividade envolta de desconfianças e responsáveis pela colaboração a crimes cometidos em residências. Somado a isso, busca-se verificar, por meio de processos de expulsão de estrangeiras/os, como em alguns casos, a atividade doméstica era utilizada estrategicamente como alvo da acusação, para se desvencilhar de uma possível acusação de vadiagem ou exercício de profissões ilícitas. Para isso, serão utilizadas, além das matérias jornalísticas, pensando a imprensa

⁴⁵ Notação: BR RJAGCRJ 48. 4. 56. Códice: 2589 Fundo Câmara Municipal. Série: Serviço Doméstico. Empresa Municipal de Serviço Doméstico – proposta de Evaristo de Moraes; Empresa de Locação Doméstica da Capital Federal. 19 de março de 1892. AGCRJ

CAPÍTULO 1

“Precisa-se de uma criada chegada a pouco da Europa”: a participação de imigrantes europeias no serviço doméstico carioca.

“Nossa Maria” era como o padre chamava a filha de Argemiro, a quem batizara e adorava.

- Nada... eu irei vê-la no domingo. Quero ver se para a semana ela vem passar uns dois dias comigo.

- Aqui?!

- De que te espantas?!

- Ora essa! Com quem a deixarás, quanto tiveres de sair?

- Vais-te rir... Botei hoje um anúncio no jornal, pedindo uma moça para tratar da casa de um viúvo só.

- Estás doido! Não caias nessa asneira... Olha que chamas o perigo para a casa. [...]

- E confiarás a nossa Maria a qualquer mulher desconhecida?! [...]

Caldas preveniu:

- Olha que essas madamas trazem anzóis nas saias... Quando menos pensares... estás fígado... E tu que és bom peixe! É uma raça abominável, a das governantas... Verás amanhã que afluência de francesas velhas à tua porta! Feia ou bonita, a mulher é sempre perigosa.[...]⁴⁶

Carregar anzóis nas saias não era a única preocupação que as servidoras domésticas geravam àqueles que precisavam contratá-las via anúncios de jornais. A fala do padre a Argemiro reflete uma imagem da criada contratada via anúncios de jornais, envolta por desconfianças, revelando uma associação entre a noção de “desonra” da mulher pobre e trabalhadora⁴⁷ à má reputação das agências. Estas que, ao longo dos anos, foram se proliferando e agenciando cada vez mais trabalhadoras/es livres, em consequência da diminuição do elemento escravo na área urbana do Rio⁴⁸. De acordo

⁴⁶ Atualizações ortográficas foram feitas neste texto e em todas as documentações de época, a fim de facilitar a leitura. ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Intrusa*. Introdução e estabelecimento do texto por Elódia Xavier, da UFRJ. Rio de Janeiro: Edições do Departamento Nacional do Livro. Fundação Biblioteca Nacional, 1994. p.10 .

⁴⁷ Ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1919-1940)*. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000; ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA/Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000; SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas, polacas.. a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992; dentre outras referências.

⁴⁸ SOARES, Luis Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007.

com Sandra Graham:

Ironicamente, à medida que as mulheres livres, tão solicitadas nas décadas anteriores [anterior à abolição da escravidão], se tornavam mais disponíveis, os patrões se faziam mais inquietos. As criadas não eram mais membros do lar, mas estranhas cuja presença era perturbadora e nas quais não se podia confiar. Tão logo eram contratadas, iam embora, “alegando contrariedades” ou buscando salários mais altos em outros lugares.⁴⁹

O que Sandra Graham informa na citação acima nada mais é do que a forte preocupação que grande parcela da sociedade vivenciava nas últimas décadas do século XIX. As leis emancipacionistas que surgiram a partir da década de 1850 colocavam em questão o fim definitivo do trabalho escravo e, conseqüentemente, a necessidade de condicionar este fim à permanência do poder senhorial por parte dos patrões ou proprietários.⁵⁰ Desta maneira, alterações das relações de trabalho que rompessem com o que se condicionava como uma relação paternalista gerava desconforto e insatisfação por parte daqueles que viam na escravidão a forma ideal de relações de trabalho. Tais descontentamentos acerca do convívio entre patrões e criadas/os eram constantemente vociferados na imprensa carioca, como por exemplo, em matéria do dia 10 de dezembro de 1897, em que um dos redatores do jornal *O Paiz* apresentou alguns motivos para que a regulamentação do serviço doméstico se fizesse necessária.

Uma senhora que eu não sei quem é (talvez seja um homem, quem sabe?), escreveu-me pedindo para chamar, agora que temos prefeito novo, a atenção dos poderes competentes para a necessidade, que cada vez se torna mais sensível, da regulamentação do serviço doméstico nesta capital.(...)

De resto, em se tratando de tão interessante matéria, não faltam argumentos inéditos.

Infelizmente vamos de mal para pior. Estou a ver o momento em que cada habitante desta ex-muito heroica será obrigado a ser criado de si mesmo.

“É uma luta!” – eis aí a frase consagrada, que se ouve a todos os momentos em todas as casas de família, e atrás dessas palavras vêm trinta mil histórias, cada qual mais característica, para provar que realmente “é uma luta isto de criados”. (...)

Estamos reduzidos à condição de escolher pelas caras, processo perigosíssimo para quem não é versado em fenologia. Aqui estou eu quem já simpatizei com alguns que me saíram bêbedos ou gatunos, e não aconselho a ninguém – a menos que seja algum Lavater – que se deixe levar pelas aparências fisionômicas.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 134.

⁵⁰ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.P.47

Outra frase que se ouve muito a miúdo é a seguinte: “Se não fossem os filhos, iríamos para uma pensão”. Sim, porque a “luta” prepara este resultado tremendo: a destruição da vida patriarcal da família e o desenvolvimento dessa epidemia social que se chama a casa de pensão.

Até que apareça um regulamento criterioso e bem feito, que estabeleça de um modo inteligente e liberal as obrigações entre patrões e empregados, protegendo uns contra os outros, façamos cara alegre aos frutos amargos da “luta” em que nos achamos empenhados.⁵¹

Nos parágrafos acima, são tecidos alertas a respeito do comportamento das/os criadas/os no período do pós-abolição. A preocupação em relação a quem se colocava dentro de casa, uma vez que a rotatividade era algo constante entre as/os trabalhadoras/es livres, mostra-se visível quando o argumento em relação a falta de confiança daquelas/es que eram contratadas pelas “caras”, ratificava-se quando algumas/ns mostram-se verdadeiras/es bêbedas/os e gatunas/os. Tal situação revela-se, nas palavras do autor da dita matéria, “a destruição da vida patriarcal da família”, fazendo com que a autoimagem que os patrões faziam de suas/eus criadas/os, como aquelas/es deferentes, fieis à casa e à família, ruísse frente às agências dessas/es trabalhadoras/es.⁵² Esta é uma atividade que, sobretudo durante o século XIX, foi marcada pelo seu alto nível de domesticidade e participação das/os criadas/os na vida do seus patrões e também pela pouca oportunidade de privacidade e tempo para a vida pessoal de quem a desempenhava. Uma vez que essas/es trabalhadoras/es geralmente eram recrutadas/os muito jovens, estabelecendo, portanto um tipo de relação de dependência com a família dos patrões, onde eram considerados “crias da casa”.⁵³

⁵¹ A.A. *Palestra*. O Paiz de 10 de dezembro de 1897. P.1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>

⁵² Quando pensamos nestas relações de convívio entre os patrões e os criados, estamos entendendo-as como relações paternalistas, ou seja, “*o mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária que eles sonhavam realizar no cotidiano*”. Uma relação que está menos pautada na simples deferência do criado, no nosso caso, em relação ao patrão, do que na autoimagem que esses senhores faziam de seu poder. Ao pensarmos desta forma damos margens para as ações de contestação e insubordinações perpetradas cotidianamente por tais personagens. Para Thompson, neste sentido, relatando a relação entre os plebeus e as *gentry*, o fato de haver nesta relação um *teatro da hegemonia cultural*, no sentido de haver uma hegemonia da *gentry* sobre a vida política da nação ao ponto de que manifestações não suplantavam seu domínio. Todavia, essas próprias manifestações nos permitiam identificar que essa hegemonia não acarretava que os pobres aceitassem o paternalismo das *gentry* assim como ela queria, como sua autoimagem consagrava. Desta forma, ao pensarmos as representações das relações entre criados e patrões, sobretudo, na que envolve as criadas de sexo feminino, pretendemos identificá-las como uma autoimagem que a sociedade patriarcal criava em relação a estas personagens, mesmo que na vida prática, pudesse haver manifestações de repúdio e descontentamento a determinadas ações dos patrões, por parte dessas serviçais. James Scott, seguindo esta linha de raciocínio, ao analisar as lutas campesinas, identificou o que ele chama de *resistências cotidianas*, ou seja, reações perpetradas por estes grupos de forma corriqueira, *mas sem qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite*, ou seja, reações estavam ocorrendo muitas vezes sem que o “senhor” a percebesse, sem que sua autoimagem fosse afetada. Ver: CHALHOU, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 61.e 19; THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 78.

⁵³ LIMA, Henrique Espada e POPINIGIS, Fabiane. Maids, Clerks, and the shifting landscape of labor relations in

Assim, quando as leis emancipacionistas são promulgadas, apesar de não terem findado com as práticas paternas nas relações de trabalho⁵⁴, elas estabeleceram uma fragilização desse mundo senhorial idealizado. Assim, a preocupação em relação às pessoas que eram colocadas nos seios das famílias cariocas começou a gerar um debate a respeito da desmoralização do serviço doméstico, na Câmara Municipal. Projetos para a regulamentação do serviço doméstico se avolumavam e neles, muitas vezes, a questão do controle às agências de locação era um ponto que aparecia como algo que deveria ser pensado, pois, conforme Evaristo de Moraes, parte da culpa pela desmoralização do serviço doméstico carioca advém das “agências intermediárias que sem responsabilidade alguma introduzem nos seios das famílias esses péssimos elementos de dissolução e de latrocínio”⁵⁵.

A prática de se demandar ou ofertar criadas/os domésticas/os a partir de agências de locação, que disponibilizavam suas/eus serviçais por anúncios nos principais jornais da época, era algo bastante comum. Durante a escravidão essas agências negociavam a compra e a venda de escravos ou serviam como intermediários para os senhores que não queriam negociar o aluguel ou a venda de seus escravos pessoalmente, ou ainda intermediavam o aluguel de escravos àqueles senhores que não confiavam em alugá-los via anúncios de jornais. Geralmente, esses intermediários ganhavam comissões e taxas a serem pagas pelo locatário que se utilizava do serviço de intermediação e, também, pelo alugador que desejava

Rio de Janeiro, 1830s-1880s. IRSH 62 (2017), Special Issue, p.49. Disponível em: <http://www.cambridge.org/core>.

⁵⁴ As relações de trabalhos livres poderiam estabelecer diversas formas contratuais, que não aquelas concebidas como assalariadas. Para o caso do serviço doméstico, em muitos casos as relações personalizadas ainda regem o cotidiano de trabalho envolvendo as/os criadas/os e os patrões. Ver: BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia*. Bastidores do serviço doméstico. Tese de doutorado. Rio Grande do Sul: PPGAS/UFRS, 2000. p. 12.e LIMA, Henrique Espada e POPINIGIS, Fabiane. *Op.cit.* p.49.

⁵⁵ Códice – notação 48-4-56 – Proposta para o estabelecimento de uma Empresa Municipal de Serviço Doméstico, por Evaristo de Moraes aos membros da Intendência Municipal do Rio de Janeiro, em 19 de março de 1892. AGCRJ. Esta proposta de Evaristo de Moraes não foi aprovada pelo advogado da Intendência Municipal, o Dr. Bandeira de Mello. O Dr. Bandeira de Mello afirmava que a proposta de Evaristo era inconcebível, dentre outras coisas, pois “importaria a violação do § 24 do art. 72 da Constituição Federal (é garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial)” e “não caber ao poder municipal a atribuição de regulamentar o exercício de uma profissão qualquer de modo a excluir uma classe do regime contratual comum”. Códice – notação 48-4-56 – Dr. Bandeira de Mello Advogado da Intendência Municipal, em 03 de setembro de 1892. AGCRJ. Segundo Flávia Fernandes de Souza, várias vezes foram colocadas a questão da constitucionalidade dos projetos para regulamentação do serviço doméstico. Ainda segundo a autora, o “principal problema apontado era se os regulamentos propostos não violariam direitos garantidos na Constituição (tanto no Império, quanto na República). As dúvidas nesse sentido envolviam especialmente a questão da garantia da liberdade individual no que concerne ao âmbito do trabalho, a possibilidade de desconsideração de preceitos estabelecidos nas Ordenações Filipinas, que ainda regulava as questões de ordem civil no país, bem como as atribuições do poder municipal, que não envolviam matérias de contratos.” SOUZA, Flávia Fernandes de. *op.cit.* Nota 3. pp. 4-5.

realizar a transação de aluguéis de escravos via essas agências. De acordo com Flávia Fernandes de Souza, essas agências tinham a sua frente, geralmente, negociantes brasileiros, mas também estrangeiros, como portugueses, franceses, ingleses e alemães. Essas agências se organizavam de quatro maneiras, ainda que muitas vezes intercambiáveis: *casas de compra e venda de escravos*, que poderiam funcionar igualmente, como *casas de consignação*, onde recebiam escravos de particulares para vender ou comprava-os para terceiros através de comissões; “as *casas que negociavam com escravos e outras mercadorias*, que além da compra e venda de cativos, incluindo a consignação, realizavam negócios com dinheiro, mercadorias em geral e objetos de valor”; “*casas de leilões*, que poderiam operar apenas com escravos – próprios ou de particulares – ou com outras mercadorias; e as *casas de aluguel de escravos*, ou seja, que além da compra e da venda destes, realizavam o aluguel de trabalhadores. Apesar dessas agências terem ganhado espaço e consolidação durante o período da escravidão, com a aproximação do fim da mesma, elas começaram a direcionar suas atividades ao aluguel de trabalhadores livres. Mas não para qualquer trabalhador. Essas agências começaram a se especializar no aluguel de trabalhadores do serviço doméstico nacionais e estrangeiras, que muitas vezes eram contratados diretamente da Europa. De acordo com Luiz Felipe de Alencastro, há uma sobreposição do tráfico de escravos e o tráfico de engajados a partir de meados do século XIX. Os traficantes e fazendeiros ligados ao comércio atlântico, após a proibição do tráfico legal em 1831, passaram a utilizar a frota negreira para transportar os engajados de Portugal para o Rio de Janeiro, sobretudo os açorianos.⁵⁶

Em uma escritura de locação de serviços assinada entre Caetano Vargas e sua mulher Claudina Peres, ele espanhol e ela portuguesa, com o Dr. Antônio Coelho Rodrigues, fica evidente o papel dessas agências. No contrato analisado, percebe-se que os locadores “*obrigam-se a prestar ao locatário durante três anos (...) todos os serviços domésticos internos e externos*” e que o locatário

⁵⁶ Ver: SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação de mestrado. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Magali Gouveia Engel. São Gonçalo/RJ: UERJ-FFP/PPGHS, 2010. pp. 113-115. Sobre as casas de aluguel ver: SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007. pp. 51-53. Sobre o comércio de engajados portugueses ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872*. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988. pp. 35-38.

(...) obriga-se a pagar aos locadores a mensalidade de trinta e dois mil réis em moeda corrente do Brasil dos quais poderá deduzir todos os meses a metade por conta da quantia de duzentos e setenta e seis mil réis que nesta data paga por eles aos senhores Agostinho Pires Companhia.⁵⁷

No contrato estabelecido, fica evidente o papel das agências na locação dos criados, bem como o estabelecimento de dívidas em que os imigrantes ficavam à mercê de contratos de trabalhos, que firmavam o pagamento da dívida aos agenciadores, criando um vínculo de dependência entre esses trabalhadores e o seu futuro patrão, pelo menos até que a dívida com a agência fosse paga.

Desta forma, apesar do papel de “facilitador” de inserção de trabalhadoras/es imigrantes, nacionais, livres, libertos e escravizados, no mercado de trabalho, essas agências eram envoltas de desconfianças, seja por parte dos trabalhadores que poderiam se envolver em uma dívida que os levaria a trabalhos compulsórios para o pagamento da mesma, mas também, e, sobretudo, pelos patrões. A essas agências era atribuída a imagem negativa de que manipulavam aqueles que necessitavam de seus serviços ao anunciar a excelência de seus cativos. Na verdade, os contratantes constatavam que serviços prestados pelas pessoas oriundas dessas agências, muitas vezes, não eram de qualidade. Além disso, havia um receio de que os agenciadores poderiam oferecer a/o escrava/o contratada/o com histórico de rebeldia ou fugas. Outro fato relevante para o conhecimento deste cenário social era a comum artimanha de atribuir ao agente a tarefa de induzir o serviçal a fugir do domicílio contratado imediatamente após receber a taxa de locação, a fim de ser contratado novamente por outra família necessitada de serviços domésticos⁵⁸. Assim, a divulgação sobre os “perigos” de se alugarem criadas/os via anúncios de jornal foi intensificando-se com o objetivo de alertar as futuras “vítimas”, onde até mesmo as agências que queriam se desvencilhar da má fama de suas congêneres publicavam anúncios informando o que as diferenciavam daquelas “desonestas”.

Precisa-se, na honesta agência francesa, de empregados sérios, cozinheiros, copeiros, porteiros, jardineiros, roupeiros, caixeiros, chacareiros, serventes, despenseiros, cocheiros, censores, trabalhadores, lavadores de pratos, criadas, etc.; a comissão é paga uma semana depois da colocação; na rua da Assembleia n. 53, sobrado – N.B. O público deve desconfiar de agências e empresas de não pagar comissão adiantada para homens e mulheres.[grifo meu]⁵⁹

⁵⁷. Notação: AN. ONRJ.7 – 5I, livro 29, folha 17, rolo 010.007-77 (10/10/1882) - AN

⁵⁸ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 33 Ver também. PEÇANHA, Natália Batista. “Regras de civilidade”: tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGH-UFRRJ.2013. p.92

⁵⁹ *Jornal do Commercio*. 07 de novembro de 1887.

Mas, não só as agências eram alvo de críticas e desconfianças. Evaristo de Moraes apontava várias causas para a desmoralização do serviço doméstico, destacando o fato de a imigração ser outro fator de preocupação e desordem que acometia esse setor de serviço. Para Evaristo, além das agências de locação se converterem em causas para as irregularidades que se encontrava o serviço doméstico, as “*grandes levadas de imigrantes vadios vindos da República Argentina, em grande parte*”, contribuíram para o aumento da desordem.⁶⁰

Essa afirmação de Evaristo de Moraes, em um primeiro momento, poderia nos conduzir a um entendimento de que esses imigrantes vindos da Argentina se tratariam de criadas ou criados argentinos. Entretanto, ao consultarmos fichas de vapores provenientes de portos argentinos, como o de Buenos Aires, com destino ao Rio de Janeiro, concluímos que se tratava de imigrantes europeus⁶¹.

Desta maneira, focalizando os estudos para esse segundo fator de preocupação – a imigração – a grande empreitada é procurar analisar a participação das/os europeias/eus no serviço doméstico. Assim, como pensar o trabalhador doméstico europeu a partir dos anúncios de jornais? Quais eram as atividades mais demandadas e ofertadas por esses trabalhadores? Havia diferenças salariais entre europeus e nacionais? Essas são algumas das perguntas que serão lançadas nas próximas páginas.

1.1 As/os criadas/os europeias/eus nos anúncios de jornais

Pensando no serviço doméstico de fins do século XIX a imagem que vem à mente é da mulher negra escrava relatada por Gilberto Freyre, como a:

⁶⁰ Códice – notação 48-4-56 – Proposta para o estabelecimento de uma Empresa Municipal de Serviço Doméstico, por Evaristo de Moraes aos membros da Intendência Municipal do Rio de Janeiro, em 19 de março de 1892. AGCRJ. Esta proposta de Evaristo de Moraes não foi aprovada pelo advogado da Intendência Municipal, o Dr. Bandeira de Mello. O Dr. Bandeira de Mello afirmava que a proposta de Evaristo era inconcebível, dentre outras coisas, pois “*importaria a violação do § 24 do art. 72 da Constituição Federal (é garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial)*” e “*não caber ao poder municipal a atribuição de regulamentar o exercício de uma profissão qualquer de modo a excluir uma classe do regime contratual comum*”. Códice – notação 48-4-56 – Dr. Bandeira de Mello Advogado da Intendência Municipal, em 03 de setembro de 1892. AGCRJ. Segundo Flávia Fernandes de Souza, várias vezes foram colocadas a questão da constitucionalidade dos projetos para regulamentação do serviço doméstico. Ainda segundo a autora, o “*principal problema apontado era se os regulamentos propostos não violariam direitos garantidos na Constituição (tanto no Império, quanto na República). As dúvidas nesse sentido envolviam especialmente a questão da garantia da liberdade individual no que concerne ao âmbito do trabalho, a possibilidade de desconsideração de preceitos estabelecidos nas Ordenações Filipinas, que ainda regulava as questões de ordem civil no país, bem como as atribuições do poder municipal, que não envolviam matérias de contratos.*” SOUZA, Flávia Fernandes de. *op.cit.* Nota 3. pp. 4-5.

⁶¹ Relação de vapores. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=168>

(...) escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do moleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo.⁶²

Tal imagem hegemônica, de um serviço doméstico desempenhado apenas por mulheres negras, sujeitas aos desmandos e caprichos de uma família branca senhorial, que usufruíam de “todos os serviços” de suas criadas, inclusive os sexuais, vêm constantemente sendo revisto pela historiografia⁶³. É evidente que essa imagem era uma realidade vivenciada por muitas mulheres que se lançavam ao serviço doméstico a fim de obter o sustento para sua família. Todavia, engessar as representações das/os criadas/os apenas às mulheres negras, faz incorrer no perigo de encobrir as diversas realidades vivenciadas por homens, mulheres, negros, brancos, pardos e também estrangeiros, que a partir da segunda metade do século XIX se avolumavam na cidade. E, é justamente a presença das/os estrangeiras/os, ou melhor, das/os europeias/us, no serviço doméstico carioca que é o alvo de interesse da presente pesquisa, uma vez que é necessária a ampliação da inserção de homens e mulheres europeias/us no mundo do trabalho carioca, para além dos cafezais, do comércio, da prostituição e das fábricas⁶⁴.

⁶² FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ªed. rev. São Paulo: Global, 2006. p. 367

⁶³ A historiografia sobre o serviço doméstico vem ganhando fôlego ao longo dos anos no Brasil, sobretudo com os avanços da história social do trabalho e a formação do GT Mundos do Trabalho. Dentre os diversos trabalhos podemos citar, por exemplo: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*. In. (orgs.) CUNHA, O. M G da e GOMES, Flávio dos Santos. Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007; DAMASCENO, Caetana. *Segredos da boa aparência: da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (193-1950)*. Rio de Janeiro: Edur/UFRRJ, 2011; GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; MATOS, Maria Izilda de S. *Corpos numa paulicéia desvairada: mulheres, homens e médicos. São Paulo, 1890-1930*. *Proj. História*. São Paulo, n. 25. dez 2002. pp. 383-384. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10597/7887>. Acessado em 14 abr. 2013; _____ . *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002; _____ . *Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930*. In: BRUSCHINI, Maria Cristina e SORJ, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 193- 212; MELO, Hildete Pereira de. *De criadas a Trabalhadoras*. Revista Estudos Feministas. Vol. 6. nº. 2. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRRJ; SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados ou empregados? Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no antes e no depois da abolição da escravidão*. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal – RN: ANPUH-Brasil. 22 a 26 de julho de 2013; _____ . *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação de mestrado. Orientadora: Profª. Drª. Magali Gouveia Engel. São Gonçalo/RJ: UERJ-FFP/PPGHS, 2010.

⁶⁴ Ver: FAUSTO, Boris. (org). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2 ed. São Paulo:

O mundo do trabalho carioca, a partir da segunda metade do século XIX, foi se reconfigurando, uma vez que a própria imagem da cidade do Rio de Janeiro, de uma cidade africana, como diz Mary Karasch⁶⁵, passou a ser considerada uma cidade cosmopolita, já nas primeiras décadas do século XX, devido a presença crescente de imigrantes europeus. De acordo com Manolo Florentino e Cacilda Machado, em 1906 os portugueses, por exemplo, constituíam a quinta parte da população carioca e 71% da população estrangeira da cidade.⁶⁶ Cenário este estimulado pelo crescente ritmo da imigração europeia que se intensificou no último quartel do século XIX, quando cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas, sendo 2,9 milhões ao Brasil.⁶⁷

Dessas milhões de pessoas aportadas no Brasil, percebe-se, no caso do Rio de Janeiro, a presença de diversas nacionalidades que não só a portuguesa, como é mais conhecida. Em 1890 154 imigrantes partiram dos portos de Rio da Prata e de Buenos Aires rumo ao porto do Rio⁶⁸ autodeclarando-se servidores domésticos. Desses imigrantes constata-se a presença de diversas nacionalidades dentre as quais: alemã, suíça, italiana, francesa, espanhola e belga.⁶⁹ Ainda assim, havia as nacionalidades que imperavam com a sua presença em solo carioca, das quais é possível destacar, obviamente, a portuguesa, além da italiana e a espanhola.⁷⁰

A presença portuguesa no Rio de Janeiro é o caso mais emblemático. A imigração lusitana remonta ao período colonial, intensificando-se após a independência e adentrando até o século XX. De acordo com Florentino e Machado, os portugueses formavam o contingente

Editora da Universidade de São Paulo, 2000; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos : imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos CEBRAP*. Julho de 1988, n. 21, p. 21, 31 e 41; POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. e RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de doutorado, vol.1. Campinas, São Paulo: Departamento de História/ Instituto de filosofia e Ciências Humanas, 1997.

⁶⁵ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶⁶ FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. *Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil (século XIX e XX)*. Disponível em: http://www.pgghis.ifcs.ufrj.br/media/manolo_imigracao_lusa.pdf. Acesso em outubro de 2012. P. 5

⁶⁷ FAUSTO, Boris (org). *Fazer a América: A imigração em massa para a América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. P. 25

⁶⁸ Dados disponíveis em: http://bases.an.gov.br/rvbnodes/Menu_Externo/

⁶⁹ Base de dados criada a partir das fichas de vapores presentes no site do Arquivo Nacional: Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=168>

⁷⁰ Portuguesas, italianas e espanhola eram as nacionalidade mais presentes no Rio de Janeiro. A partir do recenseamento de 1920, verificamos que dentre a população estrangeira residente na cidade, a portuguesa ficava em primeiro lugar, com 172.358 habitantes; a nacionalidade italiana seguia em segundo lugar com uma população de 21.929; e, em terceiro lugar vinha a espanhola com 16.221. Ver: MARTINS, Ismênia de Lima. Italianos no Rio de Janeiro. “Independências – Dependências – Interdependências” VI Congresso CEISAL. Toulouse: France, 2010. P.5.

mais numeroso entre os imigrantes estabelecidos no Brasil – dos 5.600.000 estrangeiros, no período de 1820 a 1972, um terço deles eram lusitanos, 29% eram italianos e 13% espanhóis.⁷¹ Em 1890 o número de lusitanos na cidade do Rio de Janeiro era de 106.461, dos quais 77.954 eram homens e 28.507 mulheres.⁷² Segundo Gladys Sabina Ribeiro:

Porém, mais do que uma presença numericamente alta, os portugueses eram também uma presença no mercado de trabalho e no número de proprietários da cidade [...]. Em geral, estes imigrantes portugueses vinham para o Brasil na faixa dos 15 aos 30 anos de idade e, por serem na sua maioria homens e solteiros, competiam com os brasileiros no mercado de trabalho e nas questões gerais ligadas à sobrevivência, incluindo aí a disputa amorosa. Já que o número de mulheres portuguesas era bem inferior ao número de homens.⁷³

Apesar do número de imigrantes homens ser superior ao de mulheres, a partir da década de 1890, observou-se um aumento na taxa de imigração feminina: subira de 1,57 por mil, em 1890, para 5,14 por mil, em 1911.⁷⁴ Essas mulheres, muitas vezes vinham com seus cônjugues, parentes ou, quando sozinhas, geralmente possuíam algum conhecido a sua espera.⁷⁵

Esses conhecidos exerciam sobre os imigrantes de ambos os sexos uma atração, por difundir a ideia do retorno rico à terra natal. Assim, com o deslumbre do regresso, muitos galegos e portugueses viam a emigração como uma etapa temporária. O que não é de se espantar que ao invés de se lançarem à compra de terras, o que implicaria em sua permanência em solo brasileiro, muitas/os imigrantes se fixaram na cidade.⁷⁶ Desta forma, o serviço doméstico poderia se converter em uma opção de inserção no mercado de trabalho, ainda que provisoriamente. Segundo Flávia Fernandes de Souza:

(...) o serviço doméstico poderia encobrir, tal como apontado pela historiadora Eulália Lobo, uma espécie de “desemprego disfarçado”, constituindo, portanto um espaço de atuação para todos aqueles que precisavam trabalhar em alguma atividade remunerada. E como esta parece ter sido a conjuntura das últimas décadas dos Oitocentos, não é incoerente considerar que o serviço doméstico permitia, sob esse aspecto, uma certa mobilidade dos trabalhadores que estavam

⁷¹ FLORENTINO e MACHADO. *Op.cit.* p.1

⁷² RIBEIRO, Gladys Sabina. “*Cabras*” e “*Pés-de-chumbo*”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais. Niterói: UFF, 1987. P.6

⁷³ *Ibidem*.pp.6-7.

⁷⁴ FAUSTO. *Ibidem*. P.192.

⁷⁵ Ver: FLORENTINO e MACHADO, *Ibidem*. P.8. e OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp.119-120.

⁷⁶ *Ibidem*. P.120.

em busca de empregos. E esse processo fazia com que esse serviço fosse, muitas vezes, encarado como uma atividade temporária ou até mesmo complementar.⁷⁷

Não é de se espantar, que essa atividade tenha sido uma realidade para muitas mulheres pobres, nacionais ou estrangeiras, que precisavam desenvolver alguma ocupação. De acordo com Elda Evangelina González Martínez, para o caso das mulheres espanholas que vinham ao Brasil, geralmente era para dedicarem-se a lavar e passar roupas, ou ao serviço doméstico,⁷⁸ que não era uma atividade circunscrita apenas às mulheres. Como será visto no capítulo dedicado à participação masculina no serviço doméstico, esta atividade era desempenhada por muitos homens que podiam vê-la como algo temporário ou como uma profissão na qual poderiam especializar-se.⁷⁹

Basta agora a compreensão de como esses imigrantes europeus se apresentavam nos inúmeros anúncios presentes nos jornais cariocas já citados.

1.1.1 – O serviço doméstico nos anúncios

No Rio de Janeiro havia imigrantes de diversas nacionalidades: portugueses, italianos, alemães, franceses, como já citado anteriormente. Os censos são as fontes mais comuns para que haja certificação da presença dos estrangeiros na cidade. Todavia, os anúncios também revelam em parte as nacionalidades residentes na capital. Como base nessa informação, registra-se aqui uma amostragem de anúncios presentes no *Jornal do Commercio* e n^o *O Paiz*. Ambos os jornais eram de grande circulação e por isso, há a possibilidade de uma melhor dimensão comparativa nas suas páginas.⁸⁰

Para os dados coletados a partir do *Jornal do Commercio* foram realizados os seguintes procedimentos: em pesquisas prévias foram selecionados anúncios publicados desde a criação do jornal, em 1827. Como a quantidade de anúncios em um único exemplar era

⁷⁷ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Op.cit.* p.88.

⁷⁸ MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis. In FAUSTO, *op.cit.* p. 247

⁷⁹ Em anúncios de homens ofertados a alguma atividade do serviço doméstico, observamos alguns profissionais, como os cozinheiros, que exaltavam especializações e qualificações como o fato de saberem fazer massas, manejarem fornos, dentre outras especializações que nos faz pensar em até que ponto o mundo do serviço doméstico era uma atividade considerada como subemprego, como nos alude José Murilo de Carvalho. CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia daa Letras, 1987. p. 16-17.

⁸⁰ *O Paiz*, de 01 de outubro de 1924, n14591, P.35. O jornal *O Paiz*, por exemplo, informava que publicaria “*gratuitamente os anúncios das pessoas que precisam de emprego, qualquer que seja a categoria dos mesmos - empregados para o comercio, cozinheiros, lavadeiras, amas, arrumadeiras, trabalhadores braçais, etc.*”

imensa, ao contrário do que ocorria com *O Paiz*⁸¹ e outras folhas, foram selecionados os anúncios publicados em um dia fixo da semana do mês de novembro, entre os anos de 1827 e 1932, totalizando 1900 anúncios, obedecendo a um intervalo de cinco anos entre uma segunda-feira e outra do referido mês. Como o recorte temporal da presente pesquisa se limita ao período de 1880 a 1930, a escala de análise foi reduzida (1882-1932) e os dados coletados foram selecionados para serem inseridos no recorte proposto para, a partir dos anúncios (1227 no total), localizar as pessoas imigradas da Europa no serviço doméstico. No entanto, antes de analisar especificamente a presença europeia nesta atividade, cabe aqui uma análise dos aspectos mais gerais desse ramo do trabalho perfeitamente identificados através dos anúncios.

Tabela 1

Quantidade anúncios em que podemos identificar o sexo das/os criadas/os - <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)* - Aluga-se				
	Homens	Mulheres	Ambos os sexos	Total
1882	3	106	2	111
1887	2	8	1	11
1892	15	40	6	61
1897	11	37	4	52
1902	7	16	4	27
1907	10	25	2	37
1912	18	97	2	117
1917	13	22		35
1922	2	3		5
1928*	1	7		8
1932	3	9		12
Total	85	370	21	476

*A tabela foi elaborada a partir do número de anúncios que se remetiam homens e mulheres trabalhadores/as domésticos/as. Entretanto, consideramos a quantidade de anúncios e não a quantidade de referências as criadas, uma vez que em um único anúncio poderia haver a demanda ou a oferta de mais de uma criada, por exemplo,

Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1882 a 1932, respeitando o intervalo de cinco anos.

⁸¹ Para se ter uma ideia analisando uns exemplares de outubro de 1882, verificamos casos em que em um montante de 37 anúncios diversos, apenas 2 referiam-se ao serviço doméstico (exemplar de 05 de outubro de 1882). O mesmo ocorreu no dia 06 de outubro, onde num total de 33 anúncios, apenas 2 eram para servidores domésticos. Disponível em: <http://memoria.bn.br>

Tabela 2

Quantidade anúncios em que podemos identificar o sexo das/os criadas/os - <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)* - Precisa-se					
	Homens	Mulheres	Ambos os sexos	Sexo não identificado	Total
1882	16	52	1	2	71
1887	9	39	2		50
1892	59	87	4	2	152
1897	16	52	4		72
1902	19	49	3		71
1907	13	69			82
1912	15	159	5		179
1917	1	12	1		14
1922		8			8
1928*	3	8			11
1932	1	40			41
Total	152	575	20	4	751

*A tabela foi elaborada a partir do número de anúncios que se remetiam homens e mulheres trabalhadores/as domésticos/as. Entretanto, consideramos a quantidade de anúncios e não a quantidade de referências as criadas, uma vez que em um único anúncio poderia haver a demanda ou a oferta de mais de uma criada, por exemplo, Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1882 a 1932, respeitando o intervalo de cinco anos.

Como era de se esperar, dos anúncios referentes a homens e a mulheres, apenas 17,8% dos casos referiam-se ao aluguel de criados do sexo masculino e 20,2% de demanda, uma vez que o campo de trabalho para homens mostrava-se mais diversificado do que para as mulheres. No ano de 1902, por exemplo, foram encontrados 63 anúncios de empregos direcionados a homens, dos quais 33 referiam-se a alguma atividade inserida no serviço doméstico como copeiro, cozinheiro ou lavadores de pratos. Os 30 anúncios restantes, referiam-se a atividades diversas em que os homens poderiam se empregar: 3 anúncios de demanda por caixeiros, 8 de entregadores de pães, 1 trabalhador de masseira, 2 vendedores, 1 trabalhador de botequim, 3 alfaiates, 2 para trabalhar em fábricas, 1 em armarinho, 2 em secos e molhados, 1 em olaria, 1 para colher café, 1 para carregar carrocinha, 1 para carretos e com prática em casa de pasto, 1 para carregador e vendendor, 1 carregador e 1 maquinista.

Entretanto, para o caso das mulheres, as opções de trabalho, para além do serviço doméstico, mostraram-se mais escassas. Dos 76 casos de mulheres demandas ou ofertadas

para alguma atividade do mundo do trabalho, na seleção de anúncios de 1902, apenas dois casos não se referiam ao serviço doméstico: um anúncio demandava uma maquinista e um, uma catadora de café.⁸² De acordo com Olívia Maria Gomes da Cunha:

Responsáveis pela mediação dos ambientes domésticos e públicos, as mulheres livres e escravas dominavam o mercado de trabalho, por transpor com mais permissividade as fronteiras da intimidade da família patriarcal, ganhando as ruas. Ao contrário dos homens, as criadas eram vistas como mais afeitas à aparente leveza das tarefas do lar e supostamente mais inofensivas aos segredos familiares⁸³.

A preferência por trabalhos domiciliares poderiam proporcionar às mulheres vantagens como a compatibilização destes afazeres com os que já vinham desempenhando em seus lares,⁸⁴ o que não quer dizer que as mesmas não passassem por um processo de “formação profissional”. De acordo com Flávia Fernandes de Souza “o desempenho das atividades domésticas no mundo do trabalho demandava um longo processo de aprendizagem”⁸⁵. Muitas crianças e jovens eram treinadas para serem criadas/os de servir, seja como aprendizes ou ajudantes em determinadas atividades, como as/os de cozinheiras/os, ou seja, com a matrícula de meninas, geralmente pobres, em escolas para a formação de trabalhadoras domésticas, como foi o caso da Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo, fundada em 1871, em Petrópolis e analisada por Olívia Maria Gomes da Cunha⁸⁶. Além disso, a construção culturalmente dominante da *domesticidade* atrelada ao trabalho feminino⁸⁷ favorecia a presença majoritária das mulheres no serviço doméstico, atividade esta cada vez mais inflada pela presença de mulheres e homens (em menor escala) vindas/os de países como Portugal, Alemanha ou Inglaterra, que ao aportarem no Brasil e se viam na necessidade de desempenhar alguma atividade que lhes propiciasse ao menos um teto, comida, vestimentas e proteção - neste caso, o serviço doméstico.

Nas tabelas a seguir, verificam-se as diversas nacionalidades de criadas e criados ofertados ou demandados nos anúncios do *Jornal do Commercio*.

⁸² Dados coletados na seção de anúncios do *Jornal do Commercio*, do dia 02 de novembro de 1902.

⁸³ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In. _____ e GOMES, Flávio dos Santos.(orgs.) *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. P.380.

⁸⁴ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. p. 11

⁸⁵ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Op.cit.* P. 87

⁸⁶ Ver: *Ibidem* e CUNHA, Olívia Maria Gomes. *Op.cit.*

⁸⁷ Olívia Maria Gomes da Cunha realiza um debate em relação a construção cultural dessa associação entre *domesticidade* e feminilidade. Ver: CUNHA, Maria Gomes da. *Op.cit.* pp.378-384.

Tabela 3

Quantidade de referências às nacionalidades das criadas ofertadas (Aluga-se)- <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)												
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	1922	1928	1932	Total
Portuguesa	7		1	1	2	6	52	5		2	1	77
Espanhola	1		1				2					4
Francesa	2		1	1		2						6
Alemã	2		1	1			1				1	6
Americana								1				1
Europeia					1							1
Estrangeira		2		1	2	4	1	2	1			13
Inglesa ou Alemã		1										1
Chegada da Europa					1		2					3
Nacional	4			1			2					7
Não inf.	107	9	41	43	23	24	48	15	2	12	5	329

Fonte: Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1882 a 1932, respeitando o intervalo de cinco anos.

Tabela 4

Quantidade de referências às nacionalidades das criadas demandadas (Precisa-se)- <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)												
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	1922	1928	1932	Total
Portuguesa	1			1	1	2	1			1	1	8
Espanhola			1	1								2
Francesa		1						1				2
Alemã			1				1					2
Inglesa										1		1
Estrangeira	1		4	1	2			1		1		10
Nacional ou estrangeira			1									1
Francesa, Suíça ou Belga									1			1
Portuguesa ou Alemã	2											2
Oriental				1								1
Nacional				1		1	1					3
Não inf.	60	68	108	61	42	79	38	13	8	6	43	526

Fonte: Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1882 a 1932, respeitando o intervalo de cinco anos.

Como era de se esperar, a nacionalidade europeia que mais se destacava era a portuguesa, seguida da alemã, francesa e espanhola, justamente as nacionalidades que mais se mostravam presentes no Rio de Janeiro.⁸⁸ Identificá-las como as mais recorrentes nos anúncios já era algo esperado, pelo motivo acima apresentado, apesar do antilusitanismo⁸⁹, por vezes ter se apresentado como uma realidade:

Precisa-se de uma boa e carinhosa ama de leite, branca ou de cor, não sendo portuguesa; trata-se na rua do Souto n. 17. [grifo meu]⁹⁰

Criada estrangeira - precisa-se de uma (que não seja portuguesa); na Avenida Atlântica n. 250, Leme. [grifo meu]⁹¹

Apesar dos anúncios acima refletirem as tensões e rixas que muitos nacionais possuíam em relação aos portugueses é fato a integração desses imigrantes com a população nativa. Os anúncios revelam que, apesar das desconfianças que portugueses geravam à parcela dos nacionais, é notório que a imagem da/o portuguesa/ês morigerada/o sobressaía quando se precisava de criadas/os estrangeiras/os.

Precisa-se de uma arrumadeira; na Avenida Gomes Freire n. 129, prefere-se portuguesa.⁹²

Precisa-se de uma criada para cozinhar e mais serviços de duas senhoras; na rua Visconde do Rio Branco n. [ileg.], sobrado. Prefere-se portuguesa.⁹³

Precisa-se de uma copeira e arrumadeira para casa de família, prefere-se portuguesa; trata-se na praia do Flamengo.⁹⁴

⁸⁸ Em 1906, por exemplo, dos 811.443 habitantes, 133.393 eram portugueses, seguidos por 25.557 italianos, 20.699 espanhóis, 3.474 franceses, 2.575 alemães. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. pp. 126-127 Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br. Apesar dos italianos comporem uma parcela significativa da população estrangeira carioca, a maior parte dos/as italianos/as era ligada ao comércio ambulante. Outra profissão geralmente desempenhada pelos italianos era a de engraxate, além dos ofícios de amolador, sapateiro, varredor de ruas, pedreiro, garçom, operário têxtil, alfaiate, barbeiro, marceneiro, jardineiro. “*Com o correr do tempo, foi-se formando uma classe restrita de profissionais (sobretudo jornalistas, artistas e maestros), outra mais ampla de comerciantes e alguns industriais, cujo número chegava a 56, em 1907, entre o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal, e a 89, em 1920, mas com uma média de 9,4 operários por fábrica*”. TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico*. Um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989. pp 102-103.

⁸⁹ Para uma discussão sobre antilusitanismo ver: RIBEIRO, Gladys S. *op.cit* e CHALHOUB, Sidney. *Op.cit*.

⁹⁰ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1920.

⁹¹ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1910.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1915.

⁹⁴ *Ibidem*.

Esses anúncios, portanto, suscitaram uma pergunta: Será que na virada do século XIX para o XX, a demanda por criadas/os europeias/us, sobretudo portuguesas/es mostrava-se, quantitativamente, superiores aos nacionais ou estrangeiros provenientes de outros continentes? Mais ainda: será que a demanda por europeias/us, ou seja, criadas/os brancas/os suplantou a demanda por pessoas de cor?

Selecionando anúncios que se distinguiam entre as categorias aluga-se e precisa-se⁹⁵, foi realizada uma amostragem com o objetivo de verificar, de forma mais clara, a quantidade de referências feitas a nacionais e estrangeiras/os, destacando também a importância de verificar, como as referências se apresentavam em relação a cor de pele dos indivíduos.⁹⁶

⁹⁵ A prática de se “alugar” escravos era bastante comum na primeira metade do século XIX. Todavia, a partir da segunda metade do Oitocentos a prática do aluguel começa a sobrepor-se gradativamente a de compra e venda de escravos, devido a diminuição do elemento escravo na área urbana do Rio de Janeiro, em consequência das leis emancipacionistas. Assim, como Flávia Fernandes de Souza, percebemos, ao longo da pesquisa aos anúncios, que a partir da década de 1880, houve uma tendência de diminuição do termo “aluga-se”, visto que o mesmo podia ser associado a vigência e oferta da mão-de-obra escrava presente até a década de 1880. A partir de 1887, no caso de nossos estudos ao *Jornal do Commercio*, o que verificamos é o aumento expressivo do termo “precisa-se”, passando a ocupar cada vez mais às seções de anúncios dos jornais. Se em 1852, por exemplo, temos 15 anúncios utilizando-se o termo “aluga-se”, dois “precisa-se alugar” e nenhum “precisa-se”, já em 1887, o que observamos é uma inversão, 82 anúncios utilizavam-se o termo “precisa-se”, 4 “oferece-se”, 4 “deseja-se empregar-se” e apenas 1 “aluga-se”. Apesar de ficar claro uma diminuição da utilização do termo “aluga-se”, o que observamos é que essa prática de se alugar criados não desaparece. O mesmo ocorre no jornal *O Paiz*. Em, 03 de outubro de 1889, 3 anúncios referiam-se ao termo “aluga-se” e 10 ao “precisa-se”. Muitas vezes, como a Flávia observou em suas análises, a prática do aluguel encontrava-se subentendida nos anúncios, como por exemplo quando o autor do anúncio utilizava-se de “precisa-se alugar”, por exemplo. O que demonstra que a prática de se alugar empregados, que, a princípio era uma prática escravista, percorre o mercado de trabalho no pós-Abolição. De acordo com Flávia Fernandes: *Nesse caso, provavelmente, o uso da expressão “aluga-se” para a oferta de trabalhadores domésticos no mercado de trabalho na pós-Abolição tinha certa associação com o fato do serviço doméstico ter se constituído, historicamente, como um espaço privilegiado de atuação de escravos.* A autora conclui, e aí compartilhamos de sua afirmação, que o emprego do termo “aluga-se”, que era um termo que fazia alusão ao período da escravidão, uma vez sendo empregado, na pós-Abolição, somente ao serviço doméstico, poderia estar vinculado a uma desqualificação das atividades desempenhadas pelos criados de servir, *devido à proximidade das atividades por eles exercidas às formas de sujeição típicas da escravidão.* Na pós-Abolição só vimos a utilização do termo aluga-se referentes aos aluguéis de criados/as e imóveis, talvez por que ambos, no período da escravidão, serem considerados como patrimônios. Além disso, a prática de se “alugar” criadas/os no pós-abolição pode ser explicada, também, pela existência de negociantes especializados na locação de trabalhadores domésticos em casas especializadas, como nos alude o anúncio presente no jornal *O Paiz* de, 04 de outubro de 1889: *Alugam-se criadas e criados para todos os misteres, tendo-se emprego ou empregado com 200rs; na rua da Conceição n. 11; telefone 104.* Ver: SOUZA, Flávia Fernandes de. *op.cit.* pp. 108-113 e SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. pp. 53 e 55.

⁹⁶ Na elaboração das tabelas, preferimos respeitar as nomenclaturas referentes à cor de pele dos indivíduos, devido toda a carga ideológica que cada termo possui. Assim, invés de condensarmos as categorias - preta, de cor e negra - em uma única categoria, preferimos deixá-las em destaque.

Tabela 5

Quantidade de referências à raça das criadas ofertadas (Aluga-se) – Jornal do Commercio (1882-1932)												
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	1922	1928	1932	Total
Preta	16	1										17
de cor		1	1	1			2	1		1		7
Negra	4											4
Parda	11											11
Crioula	4						1					5
Branca*	17	3	4	4	5	8	57	6		2	2	108
não inf	71	7	40	43	24	28	48	16	3	11	5	296

*Para o caso da categoria de cor – branca – incluímos aí, as referências diretas a esse termo e também às menções à nacionalidades, em que a cor de pele branca é predominante: alemã, portuguesa, italiana, espanhola, dentre outras.

Fonte: Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1882 a 1922, respeitando o intervalo de cinco anos.

Tabela 6

Quantidade de referências à raça das criadas ofertadas (Aluga-se) – Jornal do Commercio (1882-1932)												
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	1922	1928	1932	Total
Preta	4											4
De cor	1		2			1						4
Negra	1	1										2
Preta ou parda	1											1
Amarela				1								1
Branca ou de cor		6	7		1							14
Branca*	8	3	9	4	5	7	2	3	1	3	2	47
Não faz questão de cor		1					1					2
não inf	49	58	97	61	39	74	38	12	8	6	42	484

*Para o caso da categoria de cor – branca – incluímos aí, as referências diretas a esse termo e também às menções à nacionalidades, em que a cor de pele branca é predominante: alemã, portuguesa, italiana, espanhola, dentre outras.

Fonte: Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1882 a 1922, respeitando o intervalo de cinco anos..

Através de uma comparação entre as tabelas 3 e 4 com as 5 e 6, verifica-se que por mais que a presença de pessoas estrangeiras, sobretudo portuguesas, seja praticamente esmagadora

nos anúncios, a demanda ou oferta de criadas ou criados portugueses entre as décadas de 1880 e 1930 não assume uma maioria no quantitativo de anúncios analisados. O número de anúncios em que a nacionalidade ou a cor de pele não são referidas assume um quantitativo maior (nas tabelas referentes a cor de pele a categoria de “não informado” correspondia 66,07% dos anúncios de “aluga-se” e 86% nos de “precisa-se”, já nas tabelas referentes a nacionalidade, 73,4% dos anúncios de “aluga-se” e 94,2% dos de “precisa-se” correspondiam os anúncios em que a nacionalidade não foi mencionada). Todavia observa-se que entre as pessoas que declaram sua nacionalidade e sua cor de pele nos anúncios, a cor branca e a nacionalidade portuguesa acabam se convertendo em maioria, uma vez que a partir da década de 1880 as referências à cor preta⁹⁷ diminui ao ponto de desaparecer, o que não ocorre antes dessa década, em que o número de pretos é bem superior as outras cores de pele e às nacionalidades europeias as quais, pela pesquisa, supõe-se se tratarem de pessoas brancas.

⁹⁷ De acordo com Hebe Mattos o uso das expressões “negro” e “preto” referiam-se diretamente à condição de escravo atual ou forro. Quando queriam-se referir-se a homens nascidos livres utilizavam-se os termos “brancos” ou “pardos”, este geralmente qualificado como “pardo livre”, em oposição ao “pardo forro”. Ver. MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 102. Ver também: KARASCH, Mary. *Op.ci.* p. 37 e GRAHAM, Sandra L. *op.cit.* p.35

Tabela 7

Quantidade de referências à raça das criadas demandadas (Precisa-se) - Jornal do Commercio (1827-1877)								
	1827	1842	1852	1857	1862	1867	1877	Total
Preta			1	2	1	2	3	9
De cor							2	2
Negra			1				1	2
Parda						1		1
Branca*		1		2			7	10
Branca ou de cor						2	3	5
Preta ou de cor					1			1
Preta ou parda				1			2	3
Não faz questão de cor						1		1
Não inf.	1		1	2	5	6	31	46

Preferimos respeitar as nomenclaturas referentes à cor de pele dos indivíduos, devido toda a carga ideológica que cada termo possui. Assim, invés de condensarmos as categorias - preta, de cor e negra- em uma única categoria, preferimos deixá-las em destaque.

*Para o caso da categoria de cor – branca – incluímos aí, as referências diretas a esse termo e também às menções à nacionalidades, em que a cor de pele branca é predominante: alemã, portuguesa, italiana, espanhola, dentre outras.

Fonte: Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1827 a 1877, respeitando o intervalo de cinco anos.

Tabela 8

Quantidade de referências à nacionalidade das criadas demandadas (Precisa-se) - Jornal do Commercio (1827-1877)								
	1827	1842	1852	1857	1862	1867	1877	Total
Portuguesa				2			1	3
Francesa ou alemã							1	1
Estrangeira							1	1
Qualquer nacionalidade						1		1
Não Inf.	1	1	3	5	7	11	46	74

Fonte: Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1827 a 1877, respeitando o intervalo de cinco anos.

Tabela 9

Quantidade de referências à raça das criadas ofertadas (Aluga-se)- Jornal do Commercio (1827-1877)												
	1827	1832	1837	1842	1847	1852	1857	1862	1867	1872	1877	Total
Preta	1	2	5	4	2	11	30	38	29	7	41	170
Negra						2					3	5
Parda		1				1	2	4	7	2	12	29
De cor									1		1	2
Parda clara	1											1
Crioula					1		1		1			3
Branca*							1	2	2		12	17
Não inf.	1	2		1	2	5	12	12	19	4	44	102

Preferimos respeitar as nomenclaturas referentes à cor de pele dos indivíduos, devido toda a carga ideológica que cada termo possui. Assim, invés de condensarmos as categorias - preta, de cor e negra - em uma única categoria, preferimos deixá-las em destaque.

*Para o caso da categoria de cor – branca – incluímos aí, as referências diretas a esse termo e também às menções à nacionalidades, em que a cor de pele branca é predominante: alemã, portuguesa, italiana, espanhola, dentre outras.

Fonte: Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1827 a 1877, respeitando o intervalo de cinco anos.

Tabela 10

Quantidade de referências à nacionalidade das criadas ofertadas (Aluga-se)- Jornal do Commercio (1827-1877)												
	1827	1832	1837	1842	1847	1852	1857	1862	1867	1872	1877	Total
Portuguesa											3	3
Alemã								1			3	4
Francesa								1			1	2
Mina			1									1
Nacional					1		1		1			3
Não inf.	3	5	4	5	4	19	45	54	58	13	106	316

Fonte: Fonte: *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1827 a 1877, respeitando o intervalo de cinco anos.

Observando as tabelas 10 e 12, verifica-se que de 1827 a 1877 a demanda e a oferta por europeus era ínfima, sobressaindo as/os criadas/os de cor preta. Porém, com a aproximação do fim da escravidão e com a onda em massa de imigrantes chegados ao Rio de Janeiro, as referências a imigrantes começam a aumentar ao ponto de em um único dia (04 de novembro de 1912) registrarmos 52 portuguesas sendo alugadas, num total de 98 referências ao aluguel de criadas (Tabela 3).

Para a verificação se esse padrão era comum em anúncios presentes em outros periódicos, foi realizado o mesmo procedimento metodológico do levantamento de dados feito no *Jornal do Commercio*, selecionando no jornal *O Paiz*, 125 anúncios publicados entre 1884, período pelo qual se inicia as publicações do jornal, até 1919, uma vez que nos anos posteriores não foram encontrados anúncios dedicados ao serviço doméstico.

Tabela 11

Quantidade de referências à raça das criadas ofertadas (Aluga-se) - O Paiz (1884-1919)* **							
	1884	1889	1894	1909	1914	1919	Total
De cor				1			1
Branca***				3	1		4
Não inf.	1	6	1	11	3	3	25

*Não houve registro de anúncios referentes ao serviço doméstico, nos exemplares consultados após 1919.

**Nos anos de 1892, 1899 e 1904 não houve registros de anúncios de serviço doméstico.

*** Na categoria de cor branca a preenchemos com as referências diretas, mas também com as referências que remetiam-se a pessoas europeias.

Fonte: *O Paiz* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1884 a 1919, respeitando o intervalo de cinco anos.

Tabela 12

Quantidade de referências as nacionalidades das criadas ofertadas (Aluga-se) - O Paiz (1884-1919)* **							
	1884	1889	1894	1909	1914	1919	Total
Portuguesa				1			1
Alemã					1		1
Estrangeira				2			2
Não inf.	1	6	1	12	3	3	26

*Não houve registro de anúncios referentes ao serviço doméstico, nos exemplares consultados após 1919.

**Nos anos de 1892, 1899 e 1904 não houve registros de anúncios de serviço doméstico.

Fonte: *O Paiz* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1884 a 1919, respeitando o intervalo de cinco anos.

Tabela 13

Quantidade de referências à raça das criadas demandadas (Precisa-se) – O Paiz (1884-1919)* **								
	1884	1889	1894	1899	1909	1914	1919	Total
Não faz questão de cor			2		1			3
De cor			1		1			2
Branca***		1			1	4		6
Não inf.	2	2	36	9	17	3	1	70

*Não houve registro de anúncios referentes ao serviço doméstico, nos exemplares consultados após 1919.

**Nos anos de 1892 e 1904 não houve registros de anúncios de serviço doméstico.

*** Na categoria de cor branca a preenchemos com as referências diretas, mas também com as referências que remetiam-se a pessoas europeias.

Fonte: *O Paiz* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1884 a 1919, respeitando o intervalo de cinco anos.

Tabela 14

Quantidade de referências as nacionalidades das criadas demandadas (Precisa-se) - O Paiz (1884-1919)*								
	1884	1889	1894	1899	1909	1914	1919	Total
Portuguesa					1			1
Portuguesa ou Brasileira			1					1
Estrangeira		1						1
Não inf.	2	2	38	9	19	7	1	78

*Não houve registro de anúncios referentes ao serviço doméstico, nos exemplares consultados após 1919.

**Nos anos de 1892 e 1904 não houve registros de anúncios de serviço doméstico.

*** Na categoria de cor branca a preenchemos com as referências diretas, mas também com as referências que remetiam-se a pessoas europeias.

Fonte: *O Paiz* – primeira segunda-feira de novembro dos anos de 1884 a 1919, respeitando o intervalo de cinco anos.

Observa-se que, assim como ocorrem com os dados levantados através do *Jornal do Commercio*, os anúncios coligidos no jornal *O Paiz* demonstram que em relação às referências a cor de pele, a supressão das referências às cores preta, parda ou negra mostrou-se uma tendência também neste periódico, sobressaindo os dados referentes às nacionalidades (se bem que implicitamente a cor de pele é escolhida, na escolha de uma

européia). Esta informação revela uma tendência que vinha se desenhando ao avançar do século XIX, ou seja, uma dissimulação da cor.⁹⁸ De acordo com Hebe Mattos, as classificações de cor, designavam muito mais do que só escalas de pigmentação da pele. Na verdade, buscavam definir lugares sociais em que a etnia e a condição estavam interligadas.⁹⁹ Assim, com o avançar das leis emancipacionistas o que se percebeu foi um processo de “indiferenciação” entre os brancos pobres, os negros e os mestiços livres. A liberdade deixava de ser um privilégio dos brancos e de poucos negros e mestiços.¹⁰⁰ Daí o silenciamento em relação à cor de pele em diversos registros históricos, mais do que refletir um projeto de branqueamento, refletia a absorção de negros e mestiços à liberdade, antes facultada preferencialmente aos brancos. No caso dos anúncios, não é que observamos um silenciamento ou ocultação. As cores estavam dadas, mas nas entrelinhas. Estavam dissimuladas por estratégias retóricas, corporificadas em termos como “boa aparência”, fidelidade, boa moral, dentre outras, que demarcavam a preferência ou não por uma pessoa branca ou negra.

Caetana Maria Damasceno, em análises feitas a anúncios de jornais, também percebeu como nessas fontes é perceptível vários mecanismos que demarcavam o preconceito racial. Partindo de anúncios publicados em jornais da Capital Federal, como o Jornal do Brasil, entre as décadas de 1930 a 1950, a autora verificou que o silenciamento da cor “preta” em anúncios de serviço doméstico e a emergência, em substituição, da classificação “boa aparência”, era, na verdade, uma metáfora que englobava a condição racial da criada demandada.¹⁰¹ Como a

⁹⁸ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. ver. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2013. Carlos Hasenbalg ao analisar a questão do branqueamento identifica que a ausência dos dados oficiais e censitários sobre cor ou raça da população de vários países do continente americano é um ponto que merece ser analisado, uma vez que, “[ora] a composição racial destes países é considerada socialmente irrelevante (devido à propalada democracia racial), ora se trata de reforçar a invisibilidade do segmento negro e mestiço da população”. HASENBALG, C. Entre o mito e os fatos: racismo raciais no Brasil. In: Maio, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, nota3, p.235. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

⁹⁹ *Ibidem*. p. 106

¹⁰⁰ *Ibidem* p. 107

¹⁰¹ DAMASCENO, Caetana Maria. *Segredos da boa aparência* (da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca, 1930-1950). Rio de Janeiro/Seropédica: Ed. da UFRRJ, 2010. p. 131. Além dessa autora, outro trabalho importante, que toma os anúncios como um elemento importante para a verificação dos preconceitos raciais no Brasil, foi o realizado por Oracy Nogueira que observou a tendência em citar a cor “branca” como condição para o indivíduo ser contratado, em anúncios de jornais, o que ele mostra ser uma marca do preconceito racial introyetado na sociedade paulistana, ou melhor, na brasileira. NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto, quanto branco: estudos de relações raciais*. Vol.9. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1985. Carlos Hasenbalg ao analisar o racismo e as relações raciais no Brasil, percebe que a experiência dos descendentes de escravos, africanos e às relações entre brancos e negros no Brasil, apresenta características comuns com outros

designação “preta/o” carregava em si a associação com a escravidão, a abolição promulgada pelas designações de cor de pele para diferenciar o estatuto jurídico do indivíduo passa a não ter tanto sentido. Em contrapartida, outros elementos de diferenciação surgem para reafirmar preconceitos raciais, como a utilização do termo “boa aparência”.¹⁰²

O que se observa, em relação aos anúncios, é que mesmo ocultada a referência explícita à cor “preta”, a sua força de trabalho na pós-abolição não foi “substituída” pelo imigrante branco.¹⁰³ Ainda que os estrangeiros crescessem em número, no Rio de Janeiro (em 1872, havia 73.310 estrangeiros; em 1890, 155.202; em 1906, 210.515; e em 1920, 240.392), o número de nacionais no serviço doméstico não consegue ser superado (em 1872, por exemplo, dos 55.011 servidores domésticos; 20.801 eram brasileiros de ambos os sexos; 16.253 eram escravos e 11.368 eram estrangeiros).¹⁰⁴ Além disso, se for feita uma análise a partir dos anúncios partindo desse olhar, verifica-se que as demandas ou ofertas por europeias/us em anúncios acabam não sendo tão dominante. O que nos faz supor, também, que a forma de contratação por anúncios poderia não ser a primeira opção dos recém-chegados que precisavam se empregar.

A vinda de um europeu, sobretudo português, geralmente não era feita de forma isolada, muitas vezes era apoiado por contatos estabelecidos previamente por familiares ou amigos já residentes no local de destino e que por isso, pelos seus contatos, facilitavam a inserção dos recém-chegados no mercado de trabalho¹⁰⁵. Característica esta, não restrita aos lusitanos. Para o caso dos espanhóis, Lucia Maria Paschoal Guimarães afirma que: “Homens e

países latino-americanos. Citando Livio Sansone, em relação ao padrão latino ou ibérico das relações raciais na América Latina “(...) podem ser caracterizadas por um alto grau de miscigenação, uma tradição sincrética no campo da religião e da cultura popular, um continuum de cor e uma norma somática hegemônica que tem historicamente colocado os fenótipos negros e índios na escala mais inferior na noção de „boa aparência“. [...] Esse tipo de relações raciais tem oferecido espaço para a manipulação da identidade étnica assim como não tende a fomentar a mobilização étnica”. HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro v. 38, n.2, 1995. [Nota 2]. p.235.

¹⁰² Ao analisarmos as atribuições feitas ou não as pessoas da raça negra, não podemos nos desvencilharmos do tema da branquitude, temática esta que vêm ganhando fôlego, sobretudo, a partir dos anos 1990, com os *critical whiteness studies*, nos Estados Unidos. Pensando a branquitude como “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial „injusta“ e racismo”. A branquitude neste sentido, pode ser entendida como a imagem que o sujeito branco, envolto a sua posição de poder, atribui ao outro, onde ser branco é considerado, pretensamente, um padrão normativo único. Ver: CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrílica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Rev.latinoam. cienc. soc.niñez juv* 8 (1): 607-630, 2010. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. Acessado em 06 de julho de 2018.

¹⁰³ LARA, Sílvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998.

¹⁰⁴ SOUZA, Flávia Fernandes de. *op.cit.* tabela 2, p. 39 e tabela 5, p.62. MARTINS, Ismênia de Lima. Italianos no Rio de Janeiro. *Independências – Dependências – Interdependências*, VI Congresso CEISAL. Toulouse: France, 20 Jul. 2010. p. 4.

¹⁰⁵ LEITE, Joaquim da Costa. FAUSTO, Boris p.193

mulheres quase sempre traziam indicações de onde conseguir abrigo e emprego. Geralmente tratava-se de algum patrício, dono de um pequeno negócio, que lhes concedia casa e comida, em troca de serviços diversos”¹⁰⁶. Como foi o caso da D. Dolores Souza Perez, espanhola de 60 anos, que por se uma antiga empregada do Sr. João B. Pazo, proprietário do Grande Hotel Guanabara, veio par o Rio de Janeiro, em 1916, com suas despesas pagas pelo Sr. João, a fim de que ela trabalhasse no Hotel como empregada.¹⁰⁷

Além das redes de solidariedade e das indicações de pessoas confiáveis, um patrão que não quisesse se valer dos serviços prestados por criados/as europeus/ias residentes na cidade, poderia ter acesso às famosas governantas alemãs, por exemplo, ao dirigir-se a agências de locação especializadas em contratar criadas da Europa por encomendas. Essa era outra prática comum, sobretudo entre as famílias abastadas.

No dia 04 de outubro de 1889, no jornal *O Paiz*, a Companhia Locadora anunciava seus serviços àqueles que quisessem encomendar criadas:

CRIADOS - A Companhia Locadora, tendo de enviar para a Europa, até 10 do corrente, um agente especial para contratar pessoal apto para o serviço doméstico, aceita encomendas e faz contratos desde já com as pessoas que o quiserem, no seu escritório, á rua General Câmara n. 78¹⁰⁸

O Ministro dos Negócios do Interior , no dia 30 de maio de 1892, também menciona essa possibilidade de se contratar criados europeus através de agentes de imigração e colonização que iriam à Europa, “facilitar a vinda para esta Capital de estrangeiros com pratica no aludido mister”¹⁰⁹, ou seja, o serviço doméstico.

Desta maneira, fica perceptível que apesar do número de referências a criados/as europeus/ias, sobretudo portuguesas/as, crescer ao longo dos anos, em comparação às referências a criados/as pretos/as, o que se vê, na verdade, é que o elemento negro continuava a ser dominante na esfera do serviço doméstico, sobretudo nos anúncios. A inserção dos/as europeus/ias no serviço doméstico se dava, mais comumente, através das redes de solidariedades estabelecidas entre aqueles/as recém-chegados/as que precisavam de um

¹⁰⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Breve Reflexões sobre o problema da imigração urbana. O caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Jul/dez. 1997, p. 188.

¹⁰⁷ Descrição: João B. Pazo chama uma antiga empregada, Dolores Souza (ou Dolores Sosa Perez/Peres) para trabalhar em seu hotel e pede aos irmãos Trancoso (ou Troncozo) para que reembarquem-la, assim que chegar no Porto dos Santos, para o Rio de Janeiro. Tomo: A0000765. Data limite: 12/11/1916 - 24/11/1916. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/cartas.php>.

¹⁰⁸ *O Paiz*. 04 de outubro de 1889. N 1823. P.4

¹⁰⁹ Ministro dos Negócios do Interior – 1ª seção. Rio de Janeiro, 30 de maio de 1892. P. 22 – Notação: BR RJAGCRJ 50.1.41 - AGCRJ

emprego, com seus contemporâneos que já haviam se estabelecido no Brasil.

– Aspectos profissionais e questões salariais

Quando se fala do serviço doméstico o que vem à mente é a associação entre essa atividade e os afazeres realizados no interior das casas. Entretanto, tal atividade desempenhada no período selecionado para o estudo, era entendida por seus contemporâneos de forma muito mais ampla, alargando, portanto, o conceito de serviço doméstico e os afazeres englobados por este. Conforme o *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*, de Francisco Júlio Caldas Aulete, publicado em 1881, no significado dado a palavra *serviço*, o serviço doméstico é caracterizado como,

(...) o que é prestado temporariamente a qualquer indivíduo por outro que com ele convive, mediante certa retribuição (Cód. Civ., art. 1.270º)./ [...] Pessoa do *serviço* de alguém, o criado ou criada de servir, serviçal./ Estar de *serviço*, fazer o serviço que lhe compete, estar de piquete./ Estar ao *serviço* de alguém. (...)¹¹⁰

O conceito acima não se restringe estritamente a um laço familiar. No entanto, mostra a dialética entre o público e o privado ao propor que o indivíduo só se torne um/a criado/a se, além de conviver com o/a patrão/ao, o mesmo também receba alguma retribuição. Se antes da década de 1880, as noções de serviço doméstico presentes em dicionários as restringem aos limites das casas e a uma ideia de familiaridade e intimidade, na qual a/o criada/o é visto como membro da família, a partir da década de 1880, as alterações das relações de trabalho são vistas de forma a assumir novos contornos e determinando novas definições. No *Diccionario da Língua Portuguesa e Diccionario de Synonymos*, de José da Fonseca, publicado em 1878, antes dos projetos de regulamentação do serviço doméstico começarem a ser colocados em pauta de discussões na Câmara Municipal, é possível ter uma noção de como as relações de trabalho no serviço doméstico eram definidas em relação ao grau de intimidade e familiaridade com os membros da casa dospatrões.

Doméstico, a, adj – caseiro; que pertence à casa; que se cria em casa; que se cria em casa (animal); familiar, de casa – amento; adv. Caseiramente; em casa, de portas a dentro - tomado como substantivo, na significação restrita de criado, servente, moço, não é autorizado pelo uso da língua, pode porém usar-se

¹¹⁰ AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*, feito sobre um plano inteiramente novo. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 1.641.

significando coletivamente todas as pessoas que compõem a família de alguém como filhos, criados, apaniguados, etc.¹¹¹

Fica notório que o aumento de pessoas livres na cidade do Rio de Janeiro por conta do fim da escravidão ainda recente, fez com que, pelo menos em alguns sentidos¹¹², as relações de trabalho se alterassem com mais nitidez no que tange ao serviço doméstico. Em primeiro lugar, nos primeiros anos do século XX, observa-se o início da utilização do termo “empregada/o” como sinônimo de “criada/o”, exemplificado no anúncio a seguir: “Precisa-se de uma empregada que cozinhe e lave alguma roupa; na travessa Murat[ileg] n. 26”¹¹³. A utilização desse termo em substituição ao termo “criado/a”, mostra uma relação mais contratual e distante em relação às intimidades do lar, mesmo que isso na prática não se efetivasse de forma tão impessoal, como o termo faz alusão.

Assim, como as mudanças conceituais refletem alterações nas relações de trabalho, a ampliação dos lugares de ocupação dos domésticos também reflete uma ampliação do mercado de trabalho. As atividades que comumente eram realizadas em domicílio, uma vez sendo desempenhadas em locais como hotéis ou hospedarias, por exemplo, não deixariam de ser categorizadas como serviço doméstico na concepção de contemporâneos.

O abaixo assinado, cidadão brasileiro, residente nesta Capital, por si individualmente ou por empresa que organiza, pretendendo criar a superintendência de serviço doméstico nesta Capital, a qual abranja as diversas espécies de criados tais como, cozinheiros, copeiros, mucamas, engomadeiras, lavadeiras, jardineiros, hortelãos, moços de hospedarias, hotéis etc, aias de crianças, amas-de-leite etc [...]¹¹⁴

Como foi observado na citação acima, as atividades desempenhadas em hotéis ou hospedarias também poderiam se configurar como uma atividade do serviço doméstico.

¹¹¹ *Diccionario da Lingua Portuguesa e Diccionario de Synonymos do Diccionario poético e de epithetos*, de José da Fonseca. Feito inteiramente de novo e consideravelmente argumentado por J.I. Roquete. Livrarias Aillaud e Bertrand. Paris-Lisboa. Typ. Aillaud, Alves & Cia, 1878. P. 402 – DOM-DON (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

¹¹² Não podemos pensar que o fim da escravidão estabeleceu um corte seco em relação as mudanças trabalhistas.

A noção de trabalho livre na passagem do século XIX para o XX é muito precária. Sobre a precariedade da liberdade para libertos da escravidão ver: LIMA, Henrique Espada. Sobre o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v.6, n.11, jul.-dez. 2005, pp.289-326.

¹¹³ *Jornal do Commercio*, de 04 de novembro de 1907. p. 11.

¹¹⁴ Projeto para a regulamentação do serviço doméstico proposto por Alfredo Luiz De Portos.. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1904. P. 49. Notação- 48-4-56 - AGCRJ

Questão que será esmiuçada no capítulo dedicado a discutir o conceito de serviço doméstico e a participação masculina, nessa atividade.

Uma vez que haverá um capítulo imbuído de analisar a participação masculina no serviço doméstico, pretende-se, neste momento, dar destaque na participação de imigrantes europeias do sexo feminino. Assim, destaque para as profissões mais demandadas ou em quais atividades profissionais elas se ofertavam, será um dos pontos analisados. Além disso, busca-se responder questões como: Será que havia profissões que eram tipicamente europeias? Mais ainda. Será que havia diferenças salariais estabelecidas através da nacionalidade do indivíduo?

Analisando alguns costumes da sociedade carioca do século XIX, verifica-se uma comum aversão, entre a população livre, sobretudo mais abastada, aos trabalhos manuais.¹¹⁵ Por isso, possuir uma quantidade significativa de escravos domésticos, representava não só a repulsa dos senhores a essas atividades, como também uma questão de *status* social. Quanto maior o número destes serviçais, mais se poderia ostentar a posição social elevada de uma família.¹¹⁶

Em fins do século XIX, há uma inversão em relação ao personagem que eleva o *status* social da família. O que se vê é a emergência da/o criada/o europeia/eu como o elemento de elevação do *status* social da casa. Luiz Edmundo, ao descrever os grandes palacetes de início do século XX, informa, a respeito da criadagem, que: As famílias tomam governantas inglesas e alemãs para seus filhos. E não mandam, em geral, as filhas a internatos. Educam-nas em casa, para isso contratando os mais afamados professores.¹¹⁷

A função de governanta se popularizou muito com a entrada em massa de imigrantes europeus. Nos anúncios coletados, não observamos registros de demanda ou oferta de governantas antes de 1892, pois possivelmente as casas abastadas desse período não precisavam recorrer a anúncios para contratá-las. Contratavam-nas importando-as diretamente da Europa ou através de indicações de pessoas afiançadas. Só foi a partir da

¹¹⁵ SOARES, Luis Carlos. *Op.cit.* p.107. Sidney Chalhoub, identifica que após a abolição da escravidão a aversão ao trabalho começa a ser repensada e reajustada no universo mental da classe dominante. A abolição colocava em questão a possibilidade do liberto não querer se sujeitar ao trabalho. Daí a necessidade o conceito de trabalho ter que “*se despir de seu caráter aviltante e degradador característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo*”. CHALHOUB, Sidney. *Ibidem.* P. 65.

¹¹⁶ SOARES, Luis Carlos, *op.cit.* p. 107.

¹¹⁷ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo.* Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 200.

década de 1880, com a entrada maciça dos imigrantes em solo brasileiro, que encontramos anúncios como o representado abaixo:

Governante - Uma moça alemã, de boa educação, chegada há pouco, oferece-se para casa de família para ensinar meninas, sabendo alemão, inglês, português e piano, não faz questão de ordenado, mas exige bom tratamento: carta a E. 13, no Allens Hotel, rua Humaytá. [grifo meu]¹¹⁸

Esse anúncio torna possível a percepção, mais do que a nacionalidade ofertada para a função de criada, da condição de vida de muitos jovens imigrantes que aportavam no Rio de Janeiro e que trabalhavam em atividades marcadas pela presença escrava. De acordo com Sidney Chalhoub, em Oitocentos, as fronteiras entre trabalho escravo e livre, em muitas circunstâncias se esmaeciam. Muitas vezes a força da escravidão precarizava a experiência de liberdade de negros livres e pobres no Brasil.¹¹⁹ Possivelmente, essa precarização da experiência de liberdade se estende às relações de trabalho dos imigrantes pobres, uma vez que não há como estabelecer um corte seco que separa o trabalho escravo do livre.¹²⁰ Segundo Henrique Espada Lima:

Essa “narrativa tradicional do trabalho livre” vem sendo, entretanto, sistematicamente desafiada por estudos que tentam entender o seu verdadeiro funcionamento em situações históricas específicas. Antes de mais nada, em termos ideais, o mundo do trabalho livre supõe: liberdade de escolha, ausência de coerção para o trabalho, capacidade de mobilidade dos trabalhadores, impessoalidade na relação patrão/empregado, mas também oferta de oportunidades de trabalho e possibilidades de acesso a elas por parte dos trabalhadores. Além disso, ele supõe que a ausência de coerção para o trabalho seja um valor partilhado também pelos empregadores. Bem, o que os estudos sobre o funcionamento do mercado de trabalho do século XIX, como o do próprio Steinfeld, demonstram, é que essa configuração do mercado de trabalho é largamente irreal. Como modelo, na medida em que retifica as categorias com que se lida com as várias modalidades de arranjos de trabalho, acaba por embaçar a vista para o real funcionamento desse “mercado”.¹²¹

Partindo da concepção tradicional de trabalho livre, supondo a ausência de coerção para o trabalho, a impessoalidade na relação entre patrão/empregado, dentre outros pré-

¹¹⁸ *Jornal do Commercio*, 01 novembro de 1897.

¹¹⁹ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 28

¹²⁰ LIMA, Henrique Espada. *op.cit.* p.296.

¹²¹ *Ibidem*.

requisitos estabelecidos para caracterizar um modelo de trabalho livre assalariado, aos moldes capitalistas, certamente o serviço doméstico do século XIX e de princípios do século XX, não estaria adequado para a referida concepção. O próprio anúncio da governanta alemã, citado anteriormente, revela uma noção da relatividade da visão de trabalho livre em fins do século XIX.

Neste anúncio, as marcas da escravidão do próprio serviço doméstico, tomado como uma atividade que fora domínio do elemento escravo, são transportadas para as relações de trabalho, envolvendo uma mulher que nunca experimentou o cativeiro. O cenário é de uma mulher pobre, trocando sua força de trabalho por proteção, ou seja, uma trabalhadora que vê na tutela uma forma mais segura de conduzir sua vida.

O que a liberalização selvagem do trabalho no início do século XIX revela é precisamente isso. O modelo do mercado desregulado previa que a “livre” dinâmica das contratações faria emergir naturalmente uma ordenação racional do trabalho. [...] Superado o mundo do trabalho tutelado e forçado, o que se descobre é que a “condição operária se torna frágil ao mesmo tempo em que se liberta”. Essa fragilidade consiste na descoberta de que “a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade”.¹²²

Uma vez verificado uma possibilidade de contrato de trabalho, perceptível nas entrelinhas do anúncio, é importante partir para as observações em relação às atividades do mundo do trabalho em que as imigrantes europeias se lançavam. Nas tabelas abaixo é possível ter noção dos tipos de profissões desempenhadas por elas, distinguindo-as nas categorias “precisa-se” e “aluga-se”.

¹²² LIMA, Henrique Espada. *op.cit.* p. 294. Para uma discussão mais aprofundada sobre as implicações sociais da economia de mercado ver: POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editor Campus, 2004.

Tabela 15

Referências ao aluguel de criadas europeias por ocupação (Aluga-se) - <i>Jornal do Commercio</i> (1882-1932)						
	Portuguesa	Espanhola	Francesa	Alemã	Chegada da Europa	Total de profissões
Cozinheira	12	1	1	4		18
Lavadeira	11					11
Engomadeira	4			2		6
Ama seca	10				1	11
Ama de leite	5	1				6
Criada	13	1	2	2		18
Pajem	2					2
Copeira	23	1				24
Passar roupa a ferro	1					1
Fazer companhia	1		2			3
Costureira	6		1	1		8
Arrumadeira	32	2			1	35
Governanta	1			1		2
Total de nacionalidades	121	6	6	10	2	145

Fonte: Tabelas elaboradas a partir de anúncios do *Jornal do Commercio* (1882-1922)

Tabela 16

Referências à demanda por criadas por ocupação (Precisa-se) - Jornal do Commercio (1882-1932)						
	Portuguesa	Espanhola	Francesa	Alemã	Portuguesa ou alemã	total de profissões
Cozinheira	4	1	1	1	1	8
Lavadeira	5					5
Engomadeira	1					1
Ama seca	1					1
Criada	9	1				10
Pajem	1			2		3
Copeira	2					2
Costureira	1					1
Fazer companhia		1		1		2
Arrumadeira	3	1				4
Total de nacionalidades	27	4	1	4	1	37

Fonte: Tabelas elaboradas a partir de anúncios do *Jornal do Commercio* (1882-1922)

A tabela elaborada a partir dos anúncios de “aluga-se” (Tabela 17), apresenta uma prévia das profissões desempenhadas e ofertadas por essas mulheres. Fica evidente que a nacionalidade portuguesa, que lidera o número de criadas europeias, era predominante na atividade de copeira (23 referências) e nas atividades referentes à limpeza ou arrumação da casa (13 referências para criada e 32 para arrumadeira), seguidas pelas funções de cozinheira, lavadeira, ama seca (12, 11 e 10 referências, respectivamente). No que se refere à tabela destinada aos anúncios cujo termo “precisa-se” (Tabela 18) é o utilizado, observam-se as mesmas profissões prevalecendo, excetuando a função de ama seca.

As atividades destinadas à arrumação e organização das casas não requeriam tamanhas qualificações. As experiências dessas mulheres no interior de suas casas lhes davam bagagem para desempenhar as atividades de criadas, arrumadeiras, empregadas dentre outras atividades. Além disso, poderiam ser atividades desempenhadas por crianças que, muitas vezes, vinham para o Rio de Janeiro, sozinhas ou acompanhadas e acabavam sendo inseridas

no serviço doméstico, para os misteres listados, ou para desempenhar atividades de pajens.¹²³ E esses pequenos imigrantes, muitas vezes já vinham, mesmo que só para quesito burocrático, com a profissão de doméstico/a registrada nas suas fichas de entrada nos portos brasileiros. Para exemplificação, no período de 1876 a 1891, foram encontrados treze menores de idade europeus entrando no porto do Rio e se declarando copeiros/as, costureiros/as, cozinheiros (possivelmente aprendizes ou ajudantes), e domésticos (possivelmente para todo o serviço). Desses dados, o que chama mais a atenção é o caso da Maria Adelaide, portuguesa, de cinco anos, que embarcou no porto de Hamburgo e chegou ao Rio de Janeiro em 30 de outubro de 1889, junto com Clementina Adelaide (que não tinha seu grau de parentesco definido, mas possivelmente era sua mãe), e que, por mais que tivesse uma idade tão tenra, era registrada como serviçal,¹²⁴ pois há a probabilidade de que fosse mais fácil para sua “mãe” ser contratada em uma casa levando a criança como uma possível criada, já que não traria ônus para a família com pagamentos. Em anúncios, também são observadas mulheres lançando-se ao serviço doméstico e levando consigo, à casa dos patrões, seus/as filhos/as: “Aluga-se uma criada alemã com uma filha de 11 anos, perita cozinheira e engomadeira; na rua do General Camara, 196, sobrado”.¹²⁵

Essa situação era bastante comum não só com as portuguesas. Segundo Guimarães:

(...) era comum a vinda de meninas desacompanhadas, contratadas para este fim, conforme o depoimento da sra. Joana Villa, que aqui aportou aos 11 anos de idade, sozinha vinda de Ponte Sesso (La Coruña). Ela justificava sua situação, afirmando que “quem não trabalha, não come”. E em sua terra natal, “plata (dinheiro) era coisa que não se via”. Diante desse quadro, não havia outra alternativa senão emigrar. Seus pais fizeram contato com uma parenta afastada, que costumava intermediar a vinda de meninas para o serviço doméstico. Junto com d. Joana viajaram outras duas adolescentes, com o mesmo fim.¹²⁶

Voltando às profissões, outro dado que chama a atenção é em relação aos salários.

Mary Heister Mendonça Mota, em seus estudos acerca das seções dos classificados de jornais

¹²³ De acordo com Lená M. de Menezes, em uma análise sobre processos criminais envolvendo imigrantes no Rio de Janeiro, ela concluiu que grande parte dos processados havia entrado no país durante a adolescência ou a infância e este dado, ainda segundo ela, pode ser comprovado através dos censos de 1872 e 1920, que registram um grande contingente de jovens nas faixas etárias dos 12 aos 18 anos nos grupos dos estrangeiros. Ver. MENEZES. Lená Medeiros de. Bastidores. Um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v.10, número 02, Jul/dez 1997. P.8.

¹²⁴ Dados coligidos no banco de dados de imigrantes do Arquivo Nacional. Maria Adelaide. Nº de ordem 384.

Localização: BR.AN.RIO.OL.0.RPV.PRJ.3911.

¹²⁵ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1907.

¹²⁶ GUIMARÃES. *Op.cit.* p. 190.

de época, informa que havia diferenças salariais entre domésticas europeias e negras que desempenhavam o mesmo serviço. Conforme a autora, as portuguesas e espanholas ganhavam até 80\$000¹²⁷ e as negras libertas 60\$000 para o mesmo serviço e carga horárias.¹²⁸ Todavia, isso não foi encontrado no momento da análise dos diversos anúncios do *Jornal do Commercio*. Em 1877, há um anúncio onde é possível comparar se havia diferenças salariais entre pretos e brancos com a mesma profissão:

Precisa-se de uma mocinha branca ou de cor, para serviços leves, em casa de um casal, ordenado de 15\$ a 20\$ (...) ¹²⁹

Precisa-se de uma menina, branca ou de cor, para servir nos arranjos de casa e ao mesmo tempo companhia de uma senhora honesta. Paga-se 15\$000 mensais; trata-se na rua do Rosário n. 107, 2º andar. ¹³⁰

Aluga-se preta livre para lavar e cozinhar - 30\$; criada branca para cozinhar e lavar - 20\$; uma parda e uma preta para lavar e arranjos da casa - 12\$; uma parda de 17 anos para tomar conta de crianças - 13\$. ¹³¹

No último anúncio, não há caso de algum estrangeiro, mas já se vislumbra uma ideia de que ser branco ou estrangeiro, não determina um aumento salarial. Aqui o que se observa, na verdade, é uma mulher preta ganhando mais do que uma branca a qual desempenharia a mesma função: cozinhar e lavar. Possivelmente isso poderia se dar ao fato de uma vez liberta, a mesma mobilizava a remuneração monetária como uma forma de se afastar de formas de retribuição aos serviços prestados, que se assemelhavam ao período de cativo, por exemplo – a troca dos serviços por vestimenta, teto e alimento, que no caso de alguns estrangeiras/os, se encontrando em um estado de vulnerabilidade frente a uma nova

¹²⁷ Um salário de criada, independente da nacionalidade não era algo tão rentável. Em 1899, o valor de alugueis de um sobrado e de casinhas, por exemplo, poderia ser, de acordo com o *Jornal O Paiz*, de 80\$ e de 30\$ mensais, respectivamente. No mesmo ano, um menino de 1º a 12 anos, para serviços leves, ganharia 10\$ mensais. Alessandra El Far, ao analisar as edições baratíssimas do final do século XIX faz esta comparação. “Nessa época, um trabalhador especializado, como um ferreiro, ganhava por uma diária de serviço 3.333 réis, ao passo que um trabalhador sem nenhuma especialização recebia em torno de 1.400 réis. Os salários de serventes, contínuos e amanuenses empregados no funcionalismo municipal, eram maiores, indo de 60 mil réis a 100 mil réis por mês. Nos primeiros anos da República, as novas políticas econômicas postas em prática pelo governo provisório geraram uma significativa inflação e, por conseguinte, o aumento dos preços e salários. Quer dizer, um trabalhador pobre tinha de gastar em média um terço do que ganhava em um dia de serviço para comprar um romance de sucesso para “o povo” ou então algumas moedas de 100 ou 200 réis para obter um enredo de menor repercussão. Ver: EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. IGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (org.). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. pp. 95-96.

¹²⁸ MOTA, Mary Heisler Mendonça. *Imigração e trabalho industrial*. Rio de Janeiro (1889-1930). Dissertação de mestrado. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 1982. P. 183.

¹²⁹ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1910.

¹³⁰ *Ibidem*. 07 de novembro de 1892.

¹³¹ *Jornal do Commercio*, 05 de novembro de 1877.

realidade, poderiam se submeter a fim de garantir uma proteção.

Retornando as diferenças salariais, ao analisar anúncios de criadas/os estrangeiras/os, foi encontrada foi uma diferença salarial entre as nacionalidades em apenas um anúncio: “*Alugam-se uma portuguesa, uma alemã e uma francesa, a 25\$, 30\$ e 35\$; na Rua do Hospício n. 103.*”¹³²

Como foi um caso isolado, não há como generalizar e tomar essa informação como uma regra. O que, de fato, percebe-se é que as diferenças salarias referem-se às diversas atividades profissionais e ao quesito idade.

Contrariando alguns estudos que tendem a subestimar a categoria do serviço doméstico, como sendo desempenhado por pessoas com pouquíssima ou nenhuma especialização¹³³, foi identificada através dos anúncios, uma necessidade de especialização por parte dos criados, devido à demanda por tais serviços. Uma das atividades mais valorizadas, depois da de governanta, era a de cozinheira. Para uma cozinheira, em 1902, ganhar de 70\$ a 90\$, não bastava saber cozinhar apenas o trivial. Ter conhecimento de “forno e fogão” era algo valorizado. Segundo Graham:

As criadas que cozinhavam demonstravam ampla competência não apenas nos pratos que preparavam, mas também no equipamento que usavam. Visto que cozinhar requeria ou o fogão ou o forno, a perícia de uma cozinheira era julgada de acordo com seus conhecimentos de forno e fogão. Fogões a lenha ou carvão com grelhas de metal nas quais eram colocadas as panelas, sobre aberturas próprias, e fornos de barro deram lugar aos fogões de ferro já na década de 1880. Nos dois casos, porém, o êxito de uma cozinheira dependia de sua habilidade para graduar e controlar a temperatura do forno.¹³⁴

No anúncio a seguir é possível ter uma noção bem clara dessa diferença salarial, em relação às qualificações desempenhadas por cozinheiros: “Precisa-se de 2 cozinheiros de forno e fogão, paga-se 70\$ e 90\$, 10 do trivial, paga-se 50\$ e 40\$, 2 copeiros, paga-se 50\$ e 40\$, uma lavadeira e engomadeira; na rua de Santo Antônio n. 15.”¹³⁵

No entanto, a escolha de menores de idade, no caso das “meninas”, geralmente estava associada a funções em que os patrões poderiam as supervisionar mais de perto, como pajem, criadas (especialmente as de portas à dentro), ama seca e copeira.¹³⁶ Para ilustração, é importante

¹³² *Jornal do Commercio*, 06 de novembro de 1882

¹³³ SOUZA, Flávia Fernandes de. *op. cit.* pp. 85-86. GRAHAM, Sandra L. *op.cit.* pp.46-47

¹³⁴ GRAHAM, Sandra L. *op.cit.* pp.46-47.

¹³⁵ *Jornal do Commercio*, 08 de novembro 1902.

¹³⁶ SOARES, Luis Carlos. *op.cit.* p 118.

registrar que uma menina, branca ou de cor, em 1892, para servir os arranjos de casa e servir de companhia de uma senhora, ganharia 15\$ mensais. No mesmo ano, uma criada, adulta, só para servir uma senhora viúva, poderia ganhar até 40\$.¹³⁷

Em suma, é importante relatar que não fica evidente a diferença salarial significativa em relação à nacionalidade da criada demanda. As principais diferenças encontradas estão relacionadas à especialização da tarefa desempenhada e à idade.

– Localização de demanda e oferta de criadas europeias

Os anúncios, além de permitir a apuração quanto às diversas nacionalidades das trabalhadoras domésticas, bem como as atividades que as mesmas desempenhavam e suas questões salariais; possibilitam também seguir os rastros sobre quais localidades do Rio de Janeiro essas imigrantes europeias eram mais demandadas. Outra contribuição, apesar do foco principal da pesquisa ser a inserção das empregadas domésticas europeias no mercado de trabalho carioca, é a possibilidade de localizar geograficamente as famílias estrangeiras que demandavam por pessoas que as servissem em suas casas como criadas.

Essas localizações geográficas verificadas a partir dos anúncios, implicitamente, permitem acompanhar o processo de reformas urbanas pela qual a Capital Federal passou entre 1868 (primeiras concessões para linhas de bondes) e 1905 (auge das reformas urbanas empreendidas pelo governo federal e pelo prefeito Pereira Passos)¹³⁸. Essas reformas propiciaram um deslocamento urbano de uma parcela da sociedade mais abastada para regiões mais afastadas da região central do Rio¹³⁹. Além disso, facilitou a circulação de trabalhadores/as que, a partir da segunda metade do século XIX, eram, em sua maioria numérica, cada vez mais de condição civil livre.¹⁴⁰ Essa facilidade se deu graças à evolução dos

¹³⁷ *Jornal do Commercio*. 07 de novembro de 1892.

¹³⁸ BENCHIMOL, Jayme L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1992. p.97.

¹³⁹ No caso da zona sul, não podemos dizer que sua população foi composta apenas pelas classes dominantes. De acordo com Maurício de Abreu, essa zona administrativa possuía, em sua composição social, uma população não aristocrática composta, sobretudo, por imigrantes portugueses engajados no comércio, em terrenos menos valorizados, como os arredores do cemitério de São João Batista. Além disso, com a proliferação de habitações coletivas, como os cortiços, regiões como Botafogo também abrigava uma importante camada popular. ver: *Ibidem*. p.103.

¹⁴⁰ Em 1870, 57%, das criadas no Rio de Janeiro eram livres, essa tendência foi só aumentando, uma vez que através do censo de 1872, observamos a presença de 63% de livres desempenhando a atividade de criada. Ver: GRAHAM, Sandra L. *op.cit.* tabela 3. p. 209.

meios de transportes experimentada a partir de 1868, quando há a inauguração dos carris urbanos da Botanical Garden Company, que ligava a Rua Gonçalves Dias ao Largo do Machado, contribuindo para a história da urbanização da zona sul carioca.¹⁴¹

Conforme iam se proliferando os bairros residenciais de caráter mais “aristocrático”, um mercado de trabalho local começou a se desenvolver em torno de atividades como o comércio (tanto o formal, quanto o informal), a exploração de pedreiras e também a prestação de serviços domésticos, como o caso da Casa de consignação de compra, venda e aluguel de escravos, José de Souza Medina, que, em 1880, tinha uma agência na Rua das Laranjeiras n. 13.¹⁴²

A forma de contratação através dos anúncios de jornais, como já mencionado, era uma prática muito comum e popularizada entre a população carioca. A partir deles, destacam-se diversos aspectos da sociedade, inclusive de quais regiões as/os criadas/os europeias/us estavam fixados ao se lançarem no serviço doméstico. Desta maneira, foi traçado um mapa de parte da cidade do Rio de Janeiro, que abarca parte das zonas central, sul e norte para marcar a porcentagem referente à demanda (precisa-se) e oferta (aluga-se e oferece-se) de criadas/os europeus/eias, em que o endereço do ofertado ou demandado está exposto. Todavia, para que as mudanças fossem perceptíveis ao longo do tempo, no que se refere à localização geográfica, foram elaborados mapas representando dois momentos: 1882-1907 e 1912-1932.

¹⁴¹ *Ibidem.* p.97

¹⁴² SOUZA, Flávia Fernandes de. *Ibidem.* p. 239

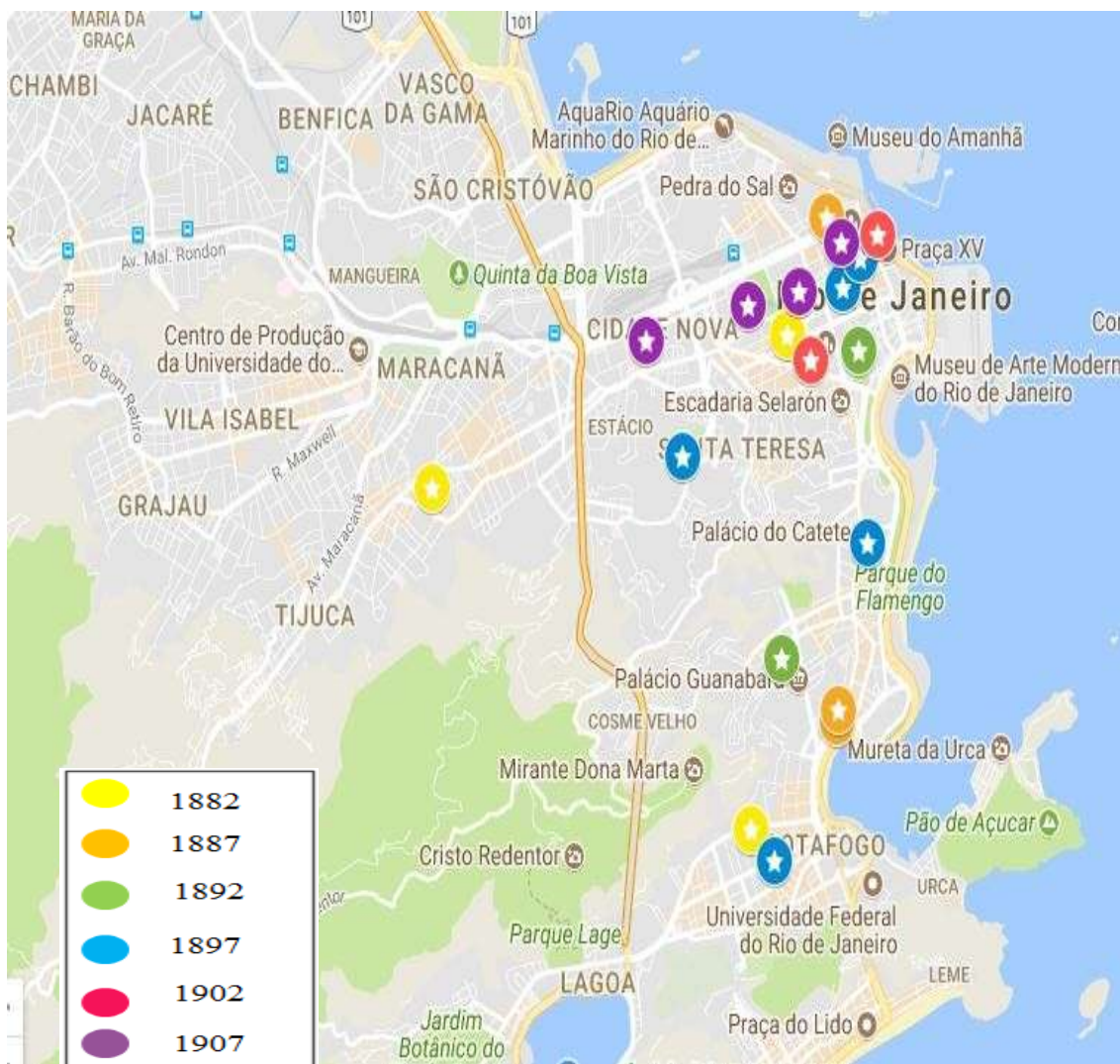
Mapa 1 – Rio de Janeiro (1907)



Mapa de 1907 a ser comparado com os mapas recentes.

Fonte: *Planta da cidade do Rio de Janeiro* [cartográfico]: do guia profissional adoptado na força policial do distrito federal. 1907. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1407012/cart1407012.jpg

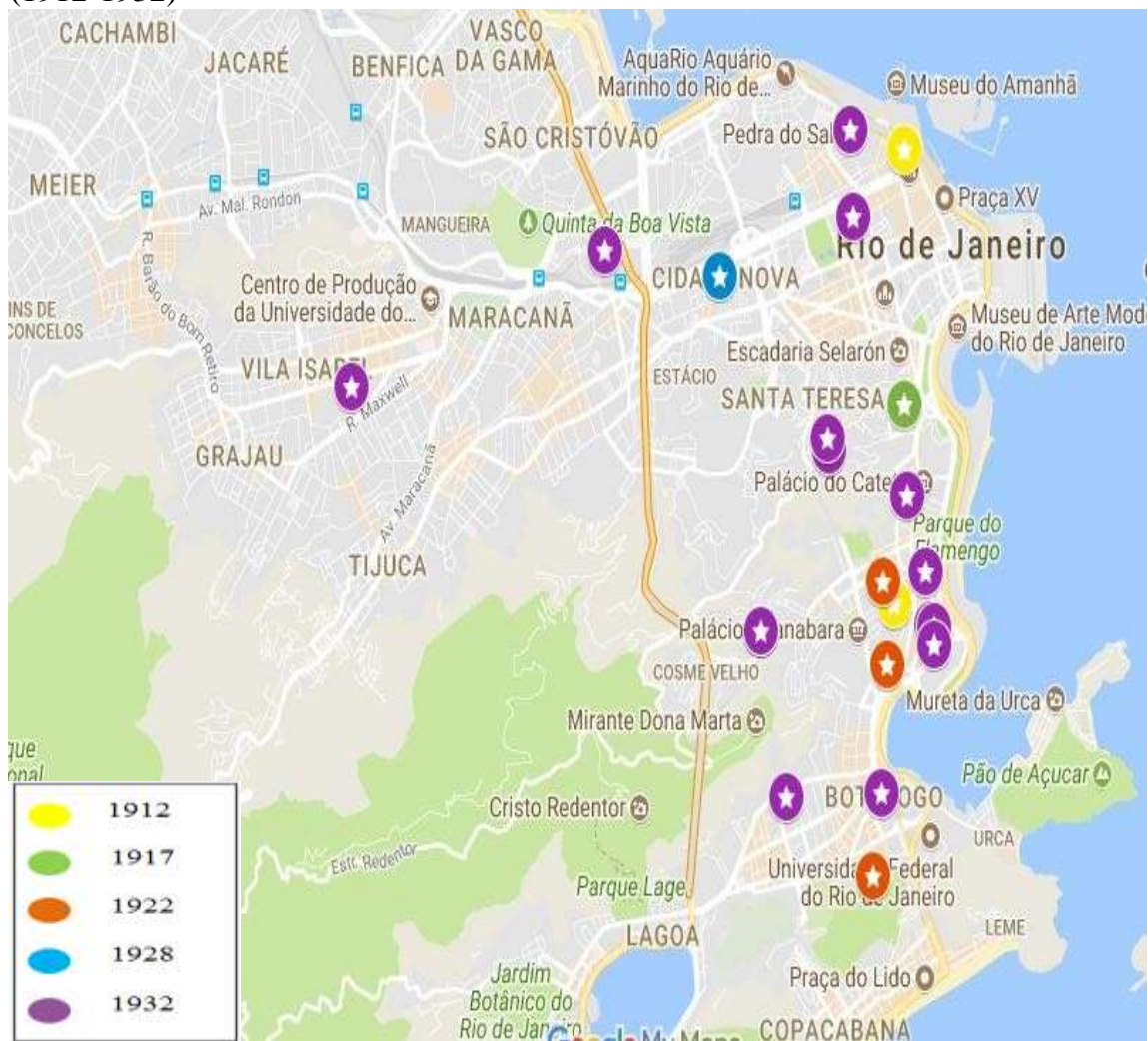
Mapa 2 – Localização de criadas/os europeias/eus em anúncios de “precisa-se” (1882-1907)



O número de localizações nem sempre correspondem com o número de anúncios de estrangeiros catalogados em tabelas anteriores, pois havia casos em que a/o criada/o solicitava que as pessoas interessadas entrassem em contato com o escritório do periódico, em que o anúncio foi veiculado.

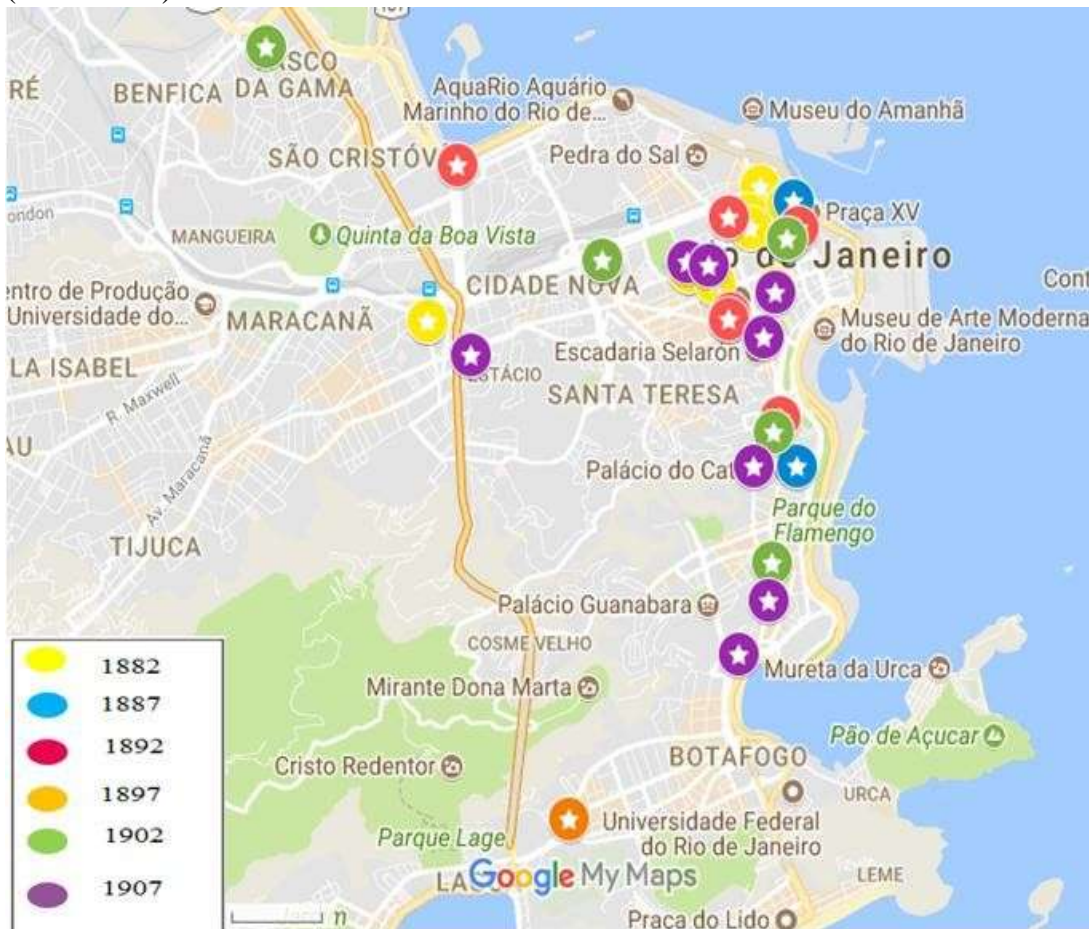
Fonte: Mapa confeccionado a partir do aplicativo Google Maps, localizando geograficamente as ruas (atualizadas quando preciso) citadas em anúncios de precisa-se de criados/as europeus/ias, no período de 1882-1907.

Mapa 3 - Localização de criadas/os europeias/eus em anúncios de “precisa-se” (1912-1932)



O número de localizações nem sempre correspondem com o número de anúncios de estrangeiros catalogados em tabelas anteriores, pois havia casos em que a/o criada/o solicitava que as pessoas interessadas entrassem em contato com o escritório do periódico, em que o anúncio foi veiculado. Fonte: Mapa confeccionado a partir do aplicativo Google Maps, localizando geograficamente as ruas (atualizadas quando preciso) citadas em anúncios de precisa-se de criados/as europeus/ias, no período de 1912-1932.

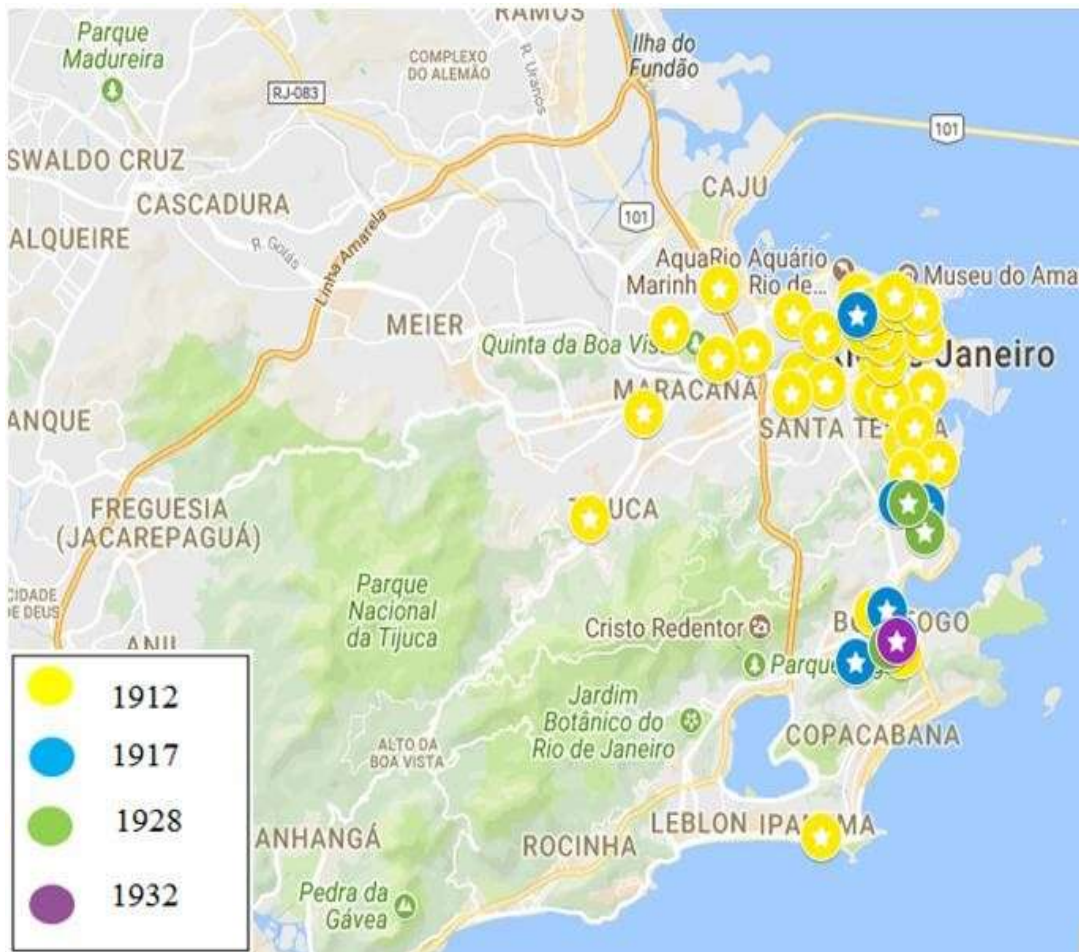
Mapa 4 - Localização de criadas/os europeias/eus em anúncios de “Aluga-se” (1882-1907)



O número de localizações nem sempre correspondem com o número de anúncios de estrangeiros catalogados em tabelas anteriores, pois havia casos em que a/o criada/o solicitava que as pessoas interessadas entrassem em contato com o escritório do periódico, em que o anúncio foi veiculado.

Fonte: Mapa confeccionado a partir do aplicativo Google Maps, localizando geograficamente as ruas (atualizadas quando preciso) citadas em anúncios de precisa-se de criados/as europeus/ias, no período de 1882-1907.

Mapa 5 - Localização de criadas/os europeias/eus em anúncios de “aluga-se” (1912-1932)



O número de localizações nem sempre correspondem com o número de anúncios de estrangeiros catalogados em tabelas anteriores, pois havia casos em que a/o criada/o solicitava que as pessoas interessadas entrassem em contato com o escritório do periódico, em que o anúncio foi veiculado.

Fonte: Mapa confeccionado a partir do aplicativo Google Maps, localizando geograficamente as ruas (atualizadas quando preciso) citadas em anúncios de precisa-se de criados/as europeus/ias, no período de 1912-1932.

Nos mapas acima, observamos uma concentração maior de imigrantes europeias/eus na região central e sul do Rio de Janeiro. No mapa 2 que se refere ao período de 1882 a 1907, vê-se uma concentração de demanda por criadas/os europeias/eus na zona central do Rio de Janeiro. Dos 19 endereços de patrões demandando criadas/os estrangeiras/os, 11 referiam-se à residentes do centro da cidade. Entretanto, no mapa 3, onde observa-se a demanda por criadas/os no período encerrado entre 1912 e 1932, o que consta-se é uma concentração maior de demanda se afastando da região central e partindo para regiões mais afastadas, como Vila Isabel, e, sobretudo, Zona Sul. Esta característica representa uma tendência que se vinha

desenhando já em fins do século XIX.¹⁴³ Desde o segundo reinado, se intensificou as obras de melhorias e criação de vias de transportes, além do loteamento de antigas chácaras e fazendas da zona sul, convertendo-se em novos bairros residenciais de “elite”, como Copacabana. Este processo se intensificou a partir de 1890. Entretanto, não se pode desconsiderar o fato de que tais regiões não foram áreas exclusivas de uma elite aristocrática carioca. A zona sul foi ocupada, também, por uma população “não aristocrática”, principalmente imigrantes portugueses ligados ao comércio, que trataram de ocupar terrenos menos valorizados nas intermediações do cemitério de São João Batista.¹⁴⁴ De acordo, com Jaime Benchimol

[à] medida que floresciam os bairros residenciais da “elite”, desenvolvia-se um mercado local de trabalho relacionado ao comércio (tanto o formal como o ambulante), à prestação de serviços domésticos, ao exercício de certas profissões e pequenos ofícios, à exploração das pedreiras e outros ramos ligados à construção.¹⁴⁵

Se observarmos os mapas referentes aos anúncios em que criadas/os eram ofertadas ou se colocavam ao aluguel (mapas 4 e 5), verificamos uma significativa parcela destes anúncios partindo da zona sul.

Aluga-se uma moça portuguesa para ama seca; na rua S. Clemente n. 341, Botafogo.¹⁴⁶

Aluga-se uma moça portuguesa para arrumadeira em prática de pensão e casa de tratamento; dá referências de sua conduta: na praia do Flamengo n.10¹⁴⁷

Como tal região se converteu também em uma área com grande concentração de imigrantes, sobretudo portugueses, a presença de mulheres imigrantes nesta região poderia explicar a oferta dessas criadas partindo desta localidade. Além disso, a mobilidade geográfica, da zona central para a zona sul, ao longo dos anos, por parte

¹⁴³ Na verdade, a ocupação de regiões periféricas à zona Central do Rio de Janeiro, por uma elite, se iniciou logo após a chegada da família real. Regiões como Glória, Catete, Botafogo, Rio Comprido, Engenho Velho e São Cristóvão se transformaram em locais preferenciais para uma classe dirigente estabelecer residência ao longo do século XIX. Em consequência, as classes menos abastadas, passaram a ocupar localidades, como bairros da Saúde, Santo Cristo e Gambôa e, ao avançar dos anos, em regiões como a Cidade Nova (o Mangal e São Diogo). MICELI, Bruna Santos. O desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro: principais observações a partir do Paço da Cidade. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. 2011. p.8. Disponível em: <http://www.ufmg.br>. Acessado em 12 de março de 2018

¹⁴⁴ BENCHIMOL, Jaime L. *op.cit.* pp. 102-103

¹⁴⁵ *Ibidem.* p.103.

¹⁴⁶ *Jornal do Commercio*.04 de Novembro de 1912.

¹⁴⁷ *Ibidem.*

dos criados, pode ter acompanhado um movimento realizado pelos patrões. Nos anúncios selecionados das famílias estrangeiras que demandavam por criados, percebe-se uma tendência do deslocamento para a zona sul do RJ.

Precisa-se de uma perfeita lavadeira e engomadeira, podendo dormir fóra; na praia de Botafogo n. 88¹⁴⁸

Precisa-se de um pequeno de 10 a 12 anos, para serviços leves e ajudara copa, tendo casa, comida, bom tratamento e pequeno ordenado, na rua das Laranjeiras n. 11(ileg)¹⁴⁹

Criada estrangeira - precisa-se de uma (que não seja portuguesa); na Avenida Atlantica n. 250, Leme.¹⁵⁰

Apesar deste direcionamento geográfico rumo à zona sul ter se mostrado uma tendência, a área central ainda mostrava-se uma região com grande concentração de criadas/os estrangeiras/os se ofertando ao serviço doméstico carioca. Se observarmos os dados censitários referentes à presença de estrangeiros em freguesias do Rio de Janeiro, verifica-se uma significativa presença dessas pessoas, frente a freguesias não englobadas à região central, como por exemplo, a Lagoa, com 1.637, em 1890 e 3.461, em 1906.

Tabela 17

Estrangeiras do sexo feminino em freguesias das zonas central e sul do Rio de Janeiro		
Freguesias	1890	1906
Candelária	351	294
S. José	4.622	4.421
St. Rita	4.354	5.299
Sacramento	2.554	2.831
Glória	4.106	4.744
Sant'Anna	5.296	4.147
St. Antônio	2.289	5.161
Espirito Santo	2.382	4.358
Engenho Velho	2720	2266
Lagoa	1.637	3.461
S. Cristóvão	850	2.456
Gávea	273	1.142
Engenho Novo	1493	1229

¹⁴⁸ *Jornal do Commercio*. 06 de novembro de 1882.

¹⁴⁹ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1902.

¹⁵⁰ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1920

No recenseamento de 1920 não há a quantidade de imigrantes por freguesias, apenas por municípios.

Fontes: Recenseamento do Rio de Janeiro de 1906, pp. 108 e 109.

Gladys S. Ribeiro informa que no Primeiro Reinado, a região central do Rio era uma área bastante ocupada pelos lusitanos. De acordo com a autora:

Na freguesia da Candelária ficava parte da rua da Vala e essa região abrigava a maior percentagem de filhos de Portugal (...) Quanto a Santa Rita, onde localizavam a Prainha e o Valongo, se é verdade que homiziava negros e era o local preferido dos líberos, era fronteira com o mar, fácil de desembarque nas suas muitas ilhotas, de onde os portugueses em situação de ilegalidade podiam alcançar a terra ou escapar em pequenos botes para o interior da baía de Guanabara.¹⁵¹

Em relação à população hispânica, os mesmos aglomeravam-se nos distritos de Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antônio, Espírito Santo, Glória e Gamboa. Eram áreas densamente povoadas, que não passaram pelas reformulações implementadas pelas obras de remodelação organizadas pelo prefeito Pereira Passos, iniciadas em 1902. Estas regiões eram ocupadas por habitações coletivas (a maior incidência da cidade), o que nos permite deduzir “que recém-chegados compartilhavam com os segmentos mais baixos da população carioca do mesmo padrão de moradia”.¹⁵² E, certamente, compartilhavam com a população nacional, todas as dificuldades enfrentadas no mundo do trabalho, onde o serviço doméstico poderia se converter em uma atividade de inserção desses imigrantes à sociedade e ao mercado de trabalho carioca. Essas pessoas, por mais que não vislumbrassem uma carreira mais duradoura no serviço doméstico, exerciam-na como um meio de não caírem na penúria, e, também, de se livrarem das desconfianças e perseguições policiais, ao comprovarem serem trabalhadoras lícitas.

Realidade esta experimentada também por muitos homens, que poderiam fazer do serviço doméstico uma carreira profissional, mas também, como ocorreu em muitos

¹⁵¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op.cit.* p.84

¹⁵² GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Breves reflexões sobre o problema da imigração urbana. O caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Jul/dez 1997. p. 188. Érica Sarmiento da Silva, informa que nas ruas e bairros próximos à rua da Ajuda, foram ao longo do século XX, residência de muitos galegos. Regiões como a Rua São José, a Rua dos Arcos, Lavradio, Riachuelo, etc., que compunham as freguesias de São José e Santo Antônio, se transformaram em uma verdadeira “mancha” da imigração. Para maiores informações sobre a população galega no Rio de Janeiro, ver: SILVA, Érica Sarmiento de. *Op.cit.*

casos, uma forma temporária de conquistar uma certa “estabilidade” em um momento de crise mais severa. Neste sentido, é importante pensar que o serviço doméstico não foi apenas o espaço do feminino, mas também um espaço em que homens nacionais e estrangeiros se ocuparam para ganharem a vida e se afastarem da alcunha de vagabundos, por exemplo. Para uma análise desta participação no serviço doméstico carioca, segue as páginas do próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

Repensando o serviço doméstico carioca: a análise do conceito de serviço doméstico e da participação masculina como criados

P.S.N.C. Companhia do Pacífico – Estes excelentes paquetes têm magníficas acomodações para passageiros de 1ª e 2ª classes, oferecendo todo o conforto moderno, camarotes com uma, duas e mais camas, médico, criada e também cozinheiro português.¹⁵³

O anúncio transcrito acima foi encontrado nas páginas do jornal *O Paiz* e era um dos muitos que anunciavam paquetes com “magníficos camarotes de luxos” que navegavam em mares brasileiros e cruzavam, também, o Atlântico a caminho dos Estados Unidos e da Europa. Até aí, nada de mais. Um anúncio para descrever vantagens e confortos das viagens a vapor era algo bastante comum, uma vez que todos os anos centenas de vapores atracavam no porto do Rio de Janeiro transportando pessoas entre esta cidade e o resto do mundo. No ano de 1880, por exemplo, temos catalogadas 259 fichas de passageiros que chegaram ou passaram pela Corte através desse meio de transporte.¹⁵⁴ Porém, o que interessa no anúncio apresentado, não é a divulgação do meio de transporte em si, mas as informações contidas em relação às especificidades daquele vapor. Além da exaltação do caráter moderno¹⁵⁵ das instalações, duas informações são caras para a presente análise: o fato de ter criados disponíveis às famílias que ficariam embarcadas por longas semanas, bem como, o destaque que se deu para o oferecimento do serviço de um cozinheiro – no masculino – e ainda com nacionalidade portuguesa. Pensando no primeiro aspecto – o fato de se ter criados em um vapor – traz a reflexão do sentido de “criado/a”, ou melhor, de “serviço doméstico”

¹⁵³ *O Paiz*. 04 de jan. 1910. p.12.

¹⁵⁴ Entrada de estrangeiros no Brasil – Porto do rio de Janeiro. Disponível em: <http://bases.an.gov.br>.

¹⁵⁵ O fim da escravidão e da monarquia ensejou, no Brasil, uma busca pelo moderno, pelo progresso, pela civilização aos moldes europeus. De acordo com Maria Thereza Chaves de Melo, o vocábulo *república*, nesse momento incorporava mais do que um novo regime político, representava, na verdade, um futuro desejado, daí este termo ter incorporado as ideias de liberdade, democracia, progresso, em oposição à *monarquia*, que representava o atraso, a tirania e o privilégio. A proclamação da República, assim como a abolição da escravidão, representava aos olhos de alguns membros da elite “o embarque no trem da evolução rumo à estação „civilização”. Sobre esse afã por modernidade na passagem do Oitocentos para o Novecentos, ver: MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, n. 26, 2009. p. 117. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf>> Acessado em 12 mar. 2013; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000; dentre outros.

para os contemporâneos ao anúncio. Será que as atividades englobadas no “serviço doméstico” são aquelas realizadas, somente em residências? A utilização do termo “criado/a” só pode ser entendida em relação a um laço de familiaridade intrínseco ao empregador e ao empregado? Esses são alguns pontos que merecem ser pensados.

A respeito do segundo aspecto levantado: Como analisar o serviço doméstico, para além de uma associação entre domesticidade e feminilidade? A participação masculina nesta atividade é algo tão insignificante que não merece uma análise mais aprofundada? Será que o serviço doméstico, para o caso dos homens, pode ser pensado apenas como uma atividade temporária, até que o indivíduo conseguisse um trabalho “masculino”?

Diante desses questionamentos, pretende-se desnudar aspectos dessa atividade que ainda encontram-se carentes de pesquisas mais aprofundadas. O debate em relação à masculinidade e à feminilidade do serviço doméstico é um dos dados que a historiografia brasileira ainda não se deteve com bastante afinco. Em países africanos, onde a participação masculina no serviço doméstico era majoritária, estudos¹⁵⁶ são produzidos e nos dão a dimensão da complexidade dessa atividade no mercado de trabalho, bem como a importância de se pensar as relações de gênero intrínsecas às de classe e raça, para o desenvolvimento das relações de trabalho. Apesar de no caso carioca, ou melhor, brasileiro, a participação masculina não se mostrar majoritária, isto não implica o não enfrentamento de uma questão tão importante quanto à ideia de se ter uma profissão essencialmente feminina. Porque encapsular, ou melhor, rotular esta atividade como feminina ou masculina?

A seguir, atente para cada aspecto como objeto de análise dos temas propostos.

– Revendo o conceito de serviço doméstico.

Doméstico, *adj.* Relativo à casa, à vida íntima da família, relativo ao governo da casa; familiar; que serve por soldada, (...); *m.* aquele que serve por soldada, criado (Lat. *Domesticus, de domus, casa*).¹⁵⁷

¹⁵⁶¹⁵⁶ ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007 e BUJRA, Janet. *Serving Class. Masculinity and the feminisation of domestic service in Tanzania*. London: Edinburgh University Press for the International African Institute. 2000

¹⁵⁷ FIGUEIREDO, Candido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livraria Editora Tavares Cardosos & irmão. Vol I. 1899. p.404 – Dolme-domóvi.

Em dicionário de época o termo “doméstico”, em um primeiro momento, circunscreve o conceito à família, a casa, ou melhor, ao governo de uma casa. Todavia, no sentido do trabalhador, ou seja, do doméstico, o termo amplia-se sob o ponto de vista econômico: “aquele que serve por soldada¹⁵⁸”. Certamente, a noção aqui apresentada de trabalhador doméstico, se relaciona aos afazeres, ou ao governo de uma casa, até porque a noção de “doméstico” delimita muito bem o vínculo íntimo com uma família ou um lar. Entretanto, se pensarmos a noção de “doméstica/o”, enquanto a/o trabalhadora/o que desempenha funções típicas às realizadas em uma casa em troca de uma soldada, será que podemos enquadrar no serviço doméstico os que desempenham essas mesmas funções, porém não prestando serviço a famílias, mas em locais que não casas? Será que a criada e o cozinheiro português que estavam disponíveis às famílias que viajavam no vapor da Companhia do Pacífico podem ser enquadrados na categoria do serviço doméstico? Será que essa maleabilidade do conceito de serviço doméstico em relação ao ambiente de trabalho era vivenciada e percebida pelos contemporâneos?

Para que haja melhor percepção de como a ideia de domicílio mostrava-se maleável e expansiva, foi realizada uma leitura das categorias utilizadas para classificar e definir os domicílios visitados para as informações divulgadas dos censos nos anos de 1906 e 1920. E, em ambos os censos verificam-se a existência de duas categorias de domicílio: os *domicílios particulares* e os *domicílios coletivos*.

Por *domicílios particulares*, os recenseamentos de 1906 e 1920, os definiam como aqueles ocupados por uma família, que pode ser formada por uma:

(...) pessoa que vive só e sobre si, em uma habitação ou parte de habitação, ou um certo número de pessoas, que, por parentesco, subordinação, hospedagem ou qualquer outra dependência, vivem com economia comum no mesmo domicílio, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, locatário ou dono de toda ou parte da habitação.¹⁵⁹

Nesta definição, observa-se a circunscrição do termo domicílio à família, esta entendida não apenas como as pessoas ligadas pelos laços de sangue, mas, sobretudo, pelos laços de proteção ou dependência estabelecidos entre diversos indivíduos a “um

¹⁵⁸ Soldada - soldada f. Pagamento do serviço de criado, operários, etc. Salário. Fig. Recompensa. Prêmio.
* Ant. Foro de um ou mais soldos. Aquilo que se comprava com certa porção de soldos. (De sôldo). P.1883 – solenidade. 1913

¹⁵⁹ BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920: População do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. V. II, 1ª Parte. Rio de Janeiro. Tip. Da Estatística, 1923.p.28. Dado contido também no censo de 1906. BRASIL. Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*: Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907. P. 18

chefe, locatário ou dono de toda parte da habitação”. Mas, foi a segunda definição – domicílios coletivos ou especiais – que alargava esta noção:

Constituem *domicílios coletivos*, para os efeitos do recenseamento, os navios de guerra ou mercantes, os quartéis, as fortalezas, os estabelecimentos de instrução e de educação militar ou policial e congêneres, as penitenciárias, os colégios, seminários, asilos, recolhimentos e conventos, os hotéis, pensões, casas de cômodos, hospedarias, estalagens e casas de dormida, os hospitais, enfermarias, hospícios e casas de saúde, as fazendas de lavoura e criação, as fábricas e todos os lugares de trabalho industrial coletivo, público e particular.¹⁶⁰

Na definição apresentada pelos recenseamentos, todas as possíveis formas de habitações coletivas, mesmo que temporárias, foram incluídas na definição de domicílios. Por isso, compreende-se que essa definição ampliada poderia ser estendida também à noção de doméstico, e, por conseguinte à de serviço doméstico, já que era comum, neste ramo de trabalho, que as atividades fossem demandadas ou ofertadas também para outros determinados locais. Como no exemplo do vapor mencionado anteriormente há também hotéis, armazéns, casas de comércio, dentre outras localidades, da mesma forma que os anúncios abaixo nos mostram.

Precisa-se de uma boa criada para hotel para os arrabaldes; quer-se pessoa asseada; na rua do Ouvidor n. 39¹⁶¹

Precisa-se de um cozinheiro para casa de comercio; na rua da Quitanda n. [ilegível].¹⁶²

Precisa-se de uma boa engomadeira; no largo da Lapa, Hotel Freitas.¹⁶³

Precisa-se de um homem para ajudar a limpeza na cozinha; informa-se na rua da Misericórdia n. [ilegível], armazém.¹⁶⁴

Essa imprecisão na delimitação do espaço em que essas/es trabalhadoras/es desempenham seus ofícios foi amplamente discutida por Flávia Fernandes de Souza¹⁶⁵,

¹⁶⁰ *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1923. p.28. *Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907., do Rio de Janeiro. P. 18. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

¹⁶¹ *Jornal do Commercio*, 06 de novembro de 1882. p.8.

¹⁶² *Jornal do Commercio*, 07 de novembro de 1892. p.8.

¹⁶³ *Jornal do Commercio*, 07 de novembro de 1892. p.8.

¹⁶⁴ *Jornal do Commercio*, 07 de novembro de 1892. p.8.

¹⁶⁵ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação de mestrado. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Magali Gouveia Engel. São Gonçalo/RJ: UERJ-FFP/PPGHS, 2010.

Olívia Maria Gomes da Cunha¹⁶⁶ e Sandra L. Graham¹⁶⁷. Todavia, faz-se necessário avançar no tempo, a fim de contribuir e somar aos estudos que foram iniciados por essas pesquisadoras.

Revisitando as análises de Graham, Souza e Cunha que reconheceram a sua contribuição para o tema, revelando, no entanto, as limitações em seu olhar em relação à definição do serviço doméstico pautado exclusivamente ao espaço físico em que tais atividades eram exercidas, sempre partindo da casa (interno e externo, privado e público)¹⁶⁸. De acordo com as autoras citadas, Graham, ao definir o serviço doméstico pelos parâmetros já apontados, deixou de lado outros aspectos que igualmente contribuía para a definição do mesmo, como a convivência entre as/os criadas/os e seus patrões.¹⁶⁹ Este elemento fundamentava inclusive a definição de serviço doméstico no Código Civil português que, em seu artigo 1.270, estabelecia o trabalho doméstico como aquele “prestado por um indivíduo a outro que com ele convive, mediante retribuição”¹⁷⁰.

Apesar de ter sido importado e incorporado por vereadores que propunham projetos de regulamentação do serviço doméstico, o artigo 1.270 se mostrou profundamente abrangente e impreciso. Num primeiro momento, o trabalho doméstico era definido como uma atividade que era “prestad[a]o por um indivíduo a outro”, o que, neste caso, poderia ser exercido por qualquer outra atividade, como por exemplo, a de primeiro caixeiro¹⁷¹. Por outro lado, ao concluir a definição apontando para a

¹⁶⁶ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil Rio de Janeiro*: Editora FGV, 2007.

¹⁶⁷ GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁶⁸ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Op.cit.* 128

¹⁶⁹ *Ibidem.* P. 129.

¹⁷⁰ AGCRJ. Divisão de Pesquisa. Biblioteca. *Boletim da Ilustríssima Câmara Municipal da Corte* (contendo todos os trabalhos relativos aos meses de julho, agosto e setembro de 1888). Rio de Janeiro: Tipologia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 1888 p. 65. Como pessoas que recorreram ao Código Civil português para definir o serviço doméstico, podemos citar o vereador e médico Antônio Dias Ferreira, que em 1888, lançou mão da definição defendida pelo Código, para esclarecer possíveis dúvidas, em relação às atividades que faziam parte da alcunha de serviço doméstico. Ver: SOUZA, Flávia Fernandes de. *Op. Cit.* Pp. 123-124.

¹⁷¹ O questionamento feito ao vereador e médico Antônio Dias Ferreira, sobre se a função de primeiro caixeiro fazia parte da categoria serviço doméstico, pode ser explicado pela ampliação das tarefas feitas pelo caixeiro. Eles possuíam diversas atribuições: “*atendia o balcão, pesava, embrulhava, vendia, organizava e carregava; era responsável, também, pelos livros de contas e letras. Além disso tudo, era ele quem fazia a limpeza e a arrumação. OU seja, a maioria deles fazia de tudo um pouco nas pequenas lojas.*” Soma-se a isso o fato de que, assim como os servidores domésticos, a função de caixeiro também era um cargo de confiança, e, geralmente, era mantido um laço de familiaridade, visto que muitos eram parentes ou conhecidos da família. Ver: POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de Casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Pp.34-35.

questão das relações estabelecidas entre as partes, o Código delimitava e definia o serviço prestado pelas/os criadas/os, a partir dos laços de convivência.¹⁷² Sandra Graham, ao encapsular o serviço doméstico ao espaço da casa não levou em conta a questão da ampla noção de domicílio definida pelos os próprios censos, como locais de habitações que ultrapassam os muros das casas, já mencionados nas páginas anteriores. Além disso, ao restringir a definição de serviço doméstico ao espaço físico da casa, a relação de convívio envolvendo uma/um criada/o e um patrão, independente do local de trabalho – hotel, cafés, etc.¹⁷³ – acabava sendo minimizada. E era justamente esse aspecto que alguns projetos não queriam minimizar. De acordo com Souza:

(...) era o caráter e o tipo da relação estabelecida entre o prestador do serviço e o patrão que pareciam definir o serviço doméstico, e não o espaço onde determinadas atividades eram desempenhadas e as complexidades que este envolvia. Possivelmente, foi por esta razão que o presidente da Câmara Municipal considerava aquela como sendo a classificação que era mais completa e que abrangia “os pequenos serviços que o indivíduo presta a outros mediante certas condições”.¹⁷⁴

Essa definição de serviço doméstico, ao estabelecer como ponto fulcral as relações de convívio com trocas entre as partes, ou melhor, retribuições¹⁷⁵, é o gancho que torna perceptível os meandros dessas relações de trabalho que são mais complexas. Ao mesmo tempo em que essa categoria ocupacional se organizava enquanto

¹⁷³ SOUZA, Flávia. *Op.cit.* p. 129. Ainda precisamos verificar as relações envolvendo criadas/os e patrões em locais como hotéis e outros estabelecimentos comerciais. Todavia, acreditamos que havia laços mais estreitos entre essas/es serviçais e seus patrões. Analisando uma correspondência, trabalhada no capítulo anterior, em que o dono do Grande Hotel Guanabara, João B. Pazo, solicita que os irmãos Troncoso reembarquem para o Rio de Janeiro, sua empregada, a espanhola Dolores Sosa Perez, verificamos o estabelecimento de laços de proteção do patrão em relação à sua criada. Pazo informa que todas as despesas ficarão por sua conta e ainda, que os irmãos acomodem sua empregada, caso haja necessidade, em um hotel, mas não qualquer um, o hotel precisa ser sério. Ver: Descrição: João B. Pazo chama uma antiga empregada, Dolores Souza (ou Dolores Sosa Perez/Peres) para trabalhar em seu hotel e pede aos irmãos Troncoso (ou Troncozo) para que reembarquem-la, assim que chegar no Porto dos Santos, para o Rio de Janeiro. Tomo: A0000765. Data limite: 12/11/1916 - 24/11/1916. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/cartas.php>.

¹⁷⁴ SOUZA, Flávia. *Op.cit.* p. 129

¹⁷⁵ As retribuições certamente ultrapassavam e ganhavam sentidos diversos da ideia de valor monetário incorporado no sentido de salário aos moldes capitalistas. Marcel van der Linden, ao revisitar conceitos como o de classe, faz uma análise e aprofunda o entendimento acerca das relações entre o trabalhador/a e o empregador/a, mostrando que há diversas formas de mercantilização da força de trabalho. Ao apontar essas diversidades, Linden, sugere que se limitarmos as relações entre empregador/a e empregado/a à troca de dinheiro por força de trabalho, ignoraremos “todos os vínculos possíveis entre as duas partes que não os processos de circulação. O empregador pode manter o empregado economicamente preso a seu negócio fornecendo, por exemplo, acomodações pertencentes à empresa, ou obrigando o empregado a comprar com seu salário os bens de consumo que o empregador põe à venda”. LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo*. Ensaios para uma história global do trabalho. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013. p. 37.

movimento público contestatório ¹⁷⁶ ou barganhava diretamente com seus patrões melhores condições de trabalho, permanências em relação a práticas vistas como paternalistas resistiam ¹⁷⁷.

A prática das negociações e de ganhos que ultrapassavam meramente o monetário era algo bastante comum à época, desde teto, vestimenta e comida, por exemplo. Os anúncios de jornais mostram que educação e “ser bem tratada” eram trocas em que essas relações de trabalho se pautavam.

Precisa-se de uma senhora de meia idade, que sabe ler e escrever e que não tenha família, muito fiel, de bom comportamento, para companhia de uma senhora viúva, dá-se ordenado e bom tratamento; deixe carta com as iniciais N.C., no escritório desta folha, para ser procurada. [grifo meu]¹⁷⁸

Aparentemente essas exigências que propunham o estabelecimento de uma proteção por parte dos patrões em relação à/o criada/o, poderiam ser lidas pelo viés da subserviência dessas/es trabalhadoras/es, ou como um padrão pré-capitalista de relações de trabalho, por exemplo. Mas na verdade, esses anúncios refletem as complexidades das relações contratuais num momento em que a própria noção de trabalho livre esta sendo formulada.¹⁷⁹ Ainda assim, os próprios anúncios apresentam a evidência de um novo pacto para as novas relações de trabalho a ser delineado ao longo do século XIX. Esse fato cria uma maior abertura por parte das/os trabalhadoras/es, gerando, no entanto, preocupações tanto às famílias de elite, quanto à esfera pública. Assim, os afrouxamentos das relações baseadas na familiaridade, na intimidade, permitiram com que começasse a ocorrer, mais abertamente, reações contestatórias e barganhas em

¹⁷⁶ Paralelo a emergência de projetos para regular o serviço doméstico carioca, surgiu também, movimentos organizados de criados/as, “que buscaram apoio de representantes públicos, intelectuais e organizações de trabalhadores contra a regulamentação, e sobre ações de recusas, individuais e coletivas, no cumprimento de determinações estabelecidas nos regulamentos aprovados”. De acordo com Flávia Fernandes, em 1890, por exemplo, ocorreu uma ampla mobilização de criados de servir contra a regulamentação aprovada pela Intendência Municipal. SOUZA, Flávia Fernandes de. A criadagem sob suspeita: as relações entre o poder público e os trabalhadores domésticos na cidade do Rio de Janeiro no entresséculos XIX-XX. *Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas*. ANPUH-Rio, 28 de julho a 1º de agosto de 2014. P. 13

¹⁷⁷ De acordo com Jurema Brites, em uma pesquisa de campo realizada nos anos de 1990, muitas empregadas domésticas viam que em sua atividade havia possibilidades de negociações inexistentes em relações de trabalho ditas “formais”. Negociações em relação a adiantamentos, “presentinhos”, roupas usadas, caracterizadas como as vantagens dos ganhos extra-salariais. BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia*. Bastidores do serviço doméstico. Tese de doutorado. Rio Grande do Sul: PPGAS/UFRS, 2000. p. 12.

¹⁷⁸ *Jornal do Commercio*, 01 de novembro de 1897. p.8.

¹⁷⁹ LIMA, Henrique Espada. Sobre o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v.6, n.11, jul.-dez. 2005.

relação aos salários e ao tratamento dado pelo patrão/ao.¹⁸⁰ Além disso, essas alterações nas relações de trabalho acompanharam mudanças nos significados dados aos/às trabalhadores/as domésticos/as com a emergência do termo “empregada/o” substituindo a noção de “criado/a”.

O termo “criado/a”, amplamente utilizado durante todo o século XIX e também no século XX, além de significar homens ou/e mulheres contratadas para o trabalho doméstico, também, possuía em seu sentido imediato a noção de criação, ser criado por alguém.¹⁸¹ O serviço doméstico nesses termos, por ser desempenhado por escravos ou dependentes, como familiares menos abastados, ou crianças retiradas de orfanatos por tutela, carregava todo o peso das relações pessoalizadas, das relações pautadas em “proteção e obediência”.

Dito isto, ao analisarmos os anúncios do *Jornal do Commercio*, o que se verificou foi que logo após a abolição da escravidão vimos emergir a utilização do termo “empregada/o” como substituto de “criada/o”.

Precisa-se de uma empregada para companhia de um homem viúvo, que se incumba dos serviços domésticos em uma fazenda, distante da Barra do Pirai três léguas; prefere-se portuguesa ou brasileira ou mesmo de cor, viúva ou solteira e de boa conduta; quem estiver nestas condições deixe carta ao escritório desta folha com as iniciais P.F.¹⁸²

Precisa-se de uma empregada que arrume a casa e bote a mesa para um casal sem filhos; na rua do Barão de S. Felix n. 204, sobrado.¹⁸³

Apesar de essas ocorrências serem inferiores em relação à utilização do termo “criado/a” – na amostragem selecionada, dos anúncios do *Jornal do Commercio*, encontramos 24 referências ao termo “empregado/a”, enquanto que em relação ao termo “criado/a” encontramos 301 delas – ainda assim, é um indicativo de mudanças nas relações de trabalho, para uma relação mais contratual.

¹⁸⁰ Segundo Graham, muitos subterfúgios eram utilizados pelas/os criadas/os para contestar alguma situação considerada como injusta, dentre as quais – fazer os serviços de forma mal feita, trabalhar devagar, dentre outros mecanismos contestatórios. GRAHAM, Sandra. *Op.cit.* p. 68.

¹⁸¹ FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Sociedade Asiática de Paris, do Instituto de Coimbra, da Academia de Jurisprudência de Madrid, etc. vol.1. Lisboa. Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão. 1899.

¹⁸² *Jornal do Commercio*. 07 de fevereiro de 1890

¹⁸³ *Ibidem*.

Somada a essas alterações conceituais, outro dado observado ao analisar o serviço doméstico ao longo dos anos é a variedade de profissões abarcadas dentro dessa categoria e como elas se comportaram ao longo dos anos.

Tomando como ponto de partida o regulamento para a criação da matrícula geral do serviço doméstico proposta por João Braulio Muniz, em 1896; as funções que abarcavam a função de “criado de servir” eram as “de cozinheiro, copeiro ou moço de hotel, de casa de pasto, de hospedaria, de botequim ou de hortelão, ama seca, ama de leite, de cocheiro, lacaio (...) em geral de qualquer serviço doméstico”. Como vimos apresentando, a flexibilidade do termo serviço doméstico, dava margem para a inclusão de diversas modalidades. De acordo com Olívia Cunha, como “as fronteiras do território doméstico – lares e residências de famílias – foram desde cedo redefinidas pelos criados, agregados e amos”. E, como a locação de trabalhadores, sejam escravos ou livres para o trabalho nas ruas, era uma prática muito lucrativa, certamente isso contribuiu para a variedade de modalidades e relações de trabalho. Assim, o termo “serviço doméstico”, “serviçais” ou “criados”

(...) encobriam os serviços prestados “da porta para dentro” por cocheiros, ferreiros, lavadores, copeiras, arrumadeiras, amas-de-leite, costureiras, mucamas, carregadores de água e atendentes de estalagens. Podiam ser realizados por escravos, escravos *ao ganho* ou por homens e mulheres livres, sem falar nas crianças. O grande número de atividades abarcadas por tais termos é compreensível se observamos que, em 1872, 41,5% da população escrava da Corte realizava formas diversas de serviços domésticos, sendo homens apenas 15% desse total. As mulheres escravas (37%) ou *livres de cor* (63%) compunham a grande maioria das criadas.¹⁸⁴

Fazendo a análise dos anúncios do *Jornal do Commercio*, conseguimos ter uma dimensão da diversidade de modalidades que o serviço doméstico podia encobrir.

¹⁸⁴ CUNHA, Olívia Maria. *Op.cit.*

Tabela 18

Atividades domésticas selecionadas em anúncios do <i>Jornal do Comercio</i> (1882-1932)	
Masculinas	Femininas
Cozinheiro	Cozinheira
Ajudante\ auxiliar de cozinheiro	Engomadeira
Pajem	Lavadeira
Copeiro	Costureira
Chacareiro\ roceiro	Ama seca
Jardineiro	Ama de leite
Horteleiro	Tomar conta de criança\ pajear
Carregador de água	Copeira
Faz compras	Fazer compras
Dar recado	Carregar\ entregar água
Cocheiro	Arrumadeira
Ajudante de cozinheiro	Dar recados
Ajudante de forno	Governanta
Lavador de pratos\ panelas e talheres	Tomar conta de casa
Servir mesa	Arrumadeira de quarto/ Criada de quarto
Faz arranjos de quarto	Dama de companhia
Lavadeiro	Mucama
Engomadeiro	Enceradeira
Passador de ferro	Empregada
Ajudante de jardineiro	Passar roupas a ferro
Forneiro	Faz todo o serviço de casa
Ajudante de forno	Aprendiz de costureira
Chofer	Arear talheres

Fonte: Tabela confeccionada a partir dos dados coletados através de anúncios do *Jornal do Comercio*(1882-1932), a partir do conceito de empregado doméstico defendido por autoras como SOUZA, Flávia Fernandes de. *Op.cit* e CUNHA, Maria Olívia Gomes da. *Op.cit*.

Raffaella Sarti, em suas análises acerca do serviço doméstico europeu na passagem do século XIX para o XX, identifica que em muitos momentos tal categoria se transformou em um “termo guarda-chuva”, onde uma variedade de figuras sociais foram classificadas dentro do termo de serviçal. Uma vez que “por séculos uma longa porção de relações interpessoais foram caracterizadas pela noção de serviço e um vasto número de figuras sociais foram classificadas na categoria de serventes”.¹⁸⁵

Assim, é possível verificar na tabela apresentada que muitas atividades eram desmembramentos de algumas atividades, como a de forneiro, ajudante de forno, ajudante de cozinheiro, as quais todas se inseriam nas atividades desenvolvidas por cozinheiros/as, sobretudo, os destinados a hotéis e restaurantes. Por sinal, a atividade de cozinheiro era uma das mais valorizadas e especializadas:

Precisa-se de 2 cozinheiros de forno e fogão, paga-se 70\$ e 90\$, 10 do trivial, paga-se 50\$ e 40\$, 2 copeiros, paga-se 50\$ e 40\$, uma lavadeira e engomadeira; na rua de Santo Antônio n. 15¹⁸⁶

O anúncio apresentado revelava a comparação entre o pagamento oferecido a cozinheiros e outras funções como a de copeiro, que geralmente era uma atividade realizada por jovens ou menores, e que, por isso, tinha sua soldada um pouco menor. Além disso, percebe-se que a especialização da profissão determinava melhores rendimentos aos seus executores. Um/a cozinheiro/a de forno e fogão ou que preparava massas e doces, certamente era mais valorizado/a pelos/as contratantes do que o/a cozinheiro/a que só cozinhava o trivial. Soma-se aí o fato de que essas especializações poderiam expandir o leque de ambientes de trabalho de seus/as executores, uma vez que hotéis, restaurantes e cafés eram locais que valorizavam e demandavam muito cozinheiros (sobretudo o de sexo masculino) e seus ajudantes ou aprendizes (funções que, quase exclusivamente, eram demandadas por esses estabelecimentos).

Outra atividade que não ficava atrás em relação à valorização e especializações de suas executoras era a de costureira. Luiz Carlos Soares informa que esta era uma função bastante valorizada entre os serviços desempenhados pelas escravas domésticas. Além de confeccionarem as roupas para seus senhores, essas escravas faziam as roupas

¹⁸⁵ SARTI, Raffaella. Notes on the feminization of domestic service: Bolgna as a case study (18 Th-19Th centuries). In. FAUVE-CHAMOUX, Antoinette and FIALOVA, Ludmila (eds), *Le phénomène de la domesticité en Europe, XVI-XX siècles. Acta Demographica, XIII*. 1997, p.126.

¹⁸⁶ Jornal do Commercio. 08 de novembro de 1902.

da escravaria e em caso de necessidade podiam ser vendidas ou alugadas para as modistas por bons preços.¹⁸⁷

Uma perfeita costureira, cortando e fazendo por figurino vestidos de senhora, oferece-se há família para trabalhar em suas casas a 3\$ por dia: dirijam-se á rua do General Câmara n. 289, sobrado.¹⁸⁸

Todavia, ao longo do tempo, anúncios como o abaixo apresentado:

Figura 1



Fonte: *O Paiz* de 06 de julho de 1918.

Tornou-se cada vez mais comum, tornando obsoleta a contratação de costureiras para a família. Com preços módicos, lojas como a *Águia de Ouro* trazia a comodidade de vender para os seus clientes vestidos já prontos.

Essa mudança nos costumes, com a introdução de lojas de modistas e o crescimento do setor de vestuário, fez com que habilidades que eram associadas ao serviço doméstico, nos censos do século XX, passassem a ser registradas em outras categorias, que não só a do serviço doméstico. No censo de 1920, por exemplo, as atividades de costureira, lavadeira e engomadeira, estas duas últimas bastante demandadas nos anúncios, eram registradas no grupo 13^o ¹⁸⁹, referente a *vestuário e*

¹⁸⁷ SOARES, Luiz Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: Escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007.p. 113

¹⁸⁸ *Jornal do Commercio*, 1882

¹⁸⁹ Esta nomenclatura refere-se a divisão em grupos profissionais feita no: *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1923.

toilette.¹⁹⁰ No grupo 44º, que era o de *serviço doméstico*, as atividades registradas eram as de serviço doméstico: ama seca, ama de leite, arrumadeira, copeiro, cozinheiro, dama de companhia, encerador, mordomo, roupeiro, vigia (de casas, etc), governante. Foram deixadas lacunas em relação a essas atividades para serem preenchidas com outras que o recenseador achasse conveniente para enquadrar nesta categoria.¹⁹¹ É justamente essa possibilidade de inserção de várias habilidades na categoria de serviço doméstico que deixa, em muitas ocasiões, os dados censitários superestimados. No censo de 1906, foi apontado, que apesar das recomendações dadas nos boletins censitários,

(...) é bem provável que muitas senhoras que vivem a cargo de um chefe de família tenham sido indevidamente incluídas na categoria reservada aos criados que fazem profissão de serviço doméstico.¹⁹²

A essa informação soma-se o fato de que muitas crianças menores de 15 anos tenham sido registradas como profissionais do serviço doméstico.

Isso parece autorizar a hipótese, já formulada, de supor que tenham sido muitas pessoas indevidamente incluídas na categoria relativa ao serviço doméstico. O total de alistados sob essa rubrica atinge o elevado algarismo de 117.904, isto é, mais de 14% de toda população recenseada. De acordo com os dados do recenseamento germânico de 1882, todos os assalariados (e não somente os empregados no serviço doméstico), mesmo nas grandes cidades, não constituem mais de 5% da população. Deve ser, portanto, maior que a real a cifra apurada pelo recenseamento feito no Rio de Janeiro em 20 de Setembro de 1906, embora menos sobrecarregada do que as fornecidas pelas operações censitárias anteriores: em 1870, a profissão doméstica abrangia mais de 22% da população e em 1872 cerca de 30%, incluindo criados e os jornaleiros, ou mais de 20%, excluindo os últimos.¹⁹³

Essa superestimação do trabalho doméstico não é exclusiva ao mundo do trabalho carioca. Edward Higgs, para o caso da Inglaterra novecentista, verificou que o número de trabalhadores domésticos poderia ser superestimado dependendo das definições de ocupação utilizadas, pois às vezes eram registrados nessa categoria, donas

¹⁹⁰ *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1923. No censo de 1872 e 1906, por exemplo, a atividade de costureira já não era incorporada ao grupo do serviço doméstico. Em 1872, as costureiras eram inseridas na categoria *profissões manuais e mecânicas*. Directora Geral de Estatística do Brasil. *Recenseamento da população do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. De G.. Leuzinger & Filhos, 1873-6. Município Neutro.

¹⁹¹ *Ibidem*.

¹⁹² *Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907. P. 110

¹⁹³ *Ibidem*. 105

de casa, viúvas e parentes solteiros do chefe do domicílio, que certamente prestavam alguma “ajuda” nos afazeres de casa.¹⁹⁴

Conclui-se que a flexibilidade e ampliação das atividades e lugares abarcados pela alcunha de serviço doméstico permitiram que este campo de trabalho abrangesse uma gama de habilidades que ultrapassava e redefinia a noção de doméstico. Além disso, a possibilidade de diversificação dos espaços de atuação desses trabalhadores permitiu que uma mão-de-obra masculina se fixasse nesta atividade de forma a ampliar o número de homens nessa profissão. Talvez, se a definição de serviço doméstico fosse algo restrito ao interior das casas, a participação masculina, seria ainda menor¹⁹⁵. A possibilidade de homens trabalharem como copeiros, cozinheiros e ajudantes de cozinha de hotéis e restaurantes ampliou significativamente a participação masculina no serviço doméstico.¹⁹⁶

É a partir dessa observação, que a análise da participação masculina no serviço doméstico carioca será construída, como uma possibilidade que muitos homens, nacionais ou estrangeiros, possuíam não apenas para uma configuração transitória de serviço com o objetivo de alargar seus horizontes profissionais. A análise dessa atividade pretende demonstrar o quanto essa atividade se apresentava como uma possibilidade real de trabalhadores homens buscarem uma satisfação profissional em um ramo do trabalho dito como um “trabalho de mulher”.

– A participação masculina no serviço doméstico carioca.

Matias - Ora, vejemos se fizeste tudo quanto te encomendei.

Ruprecht - Está tudo brombto. Muito ponito tudo! A gama muito macia.

Matias - O que compraste para o almoço amanhã?

Ruprecht - Rindfleisch.

Matias - Para que fostes comprar rim?

Ruprecht - Non, non é rim... é este gouza, eu nomzabe como se jamaaufportuguische.

Matias - Que diacho é isto, então?

Ruprecht - Rindfleisch....esse picho que tem gapeçacrande...poi, poi.

Matias - Ah! vaca, vaca.

Ruprecht - Faca, non, poi, poi.

Matias - O que mais?

Ruprecht - Gomprei mais uma bosta de beixe.

¹⁹⁴HIGGS, Edward *Apud*. HILL, Bridget Irene. Algumas considerações sobre empregadas domésticas na Inglaterra do século XVIII e do Terceiro Mundo hoje. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 14, p. 14.

¹⁹⁵Em 1906, dos 117.904 trabalhadores domésticos registrados, 23.174 eram homens.

¹⁹⁶Dados dos anúncios

Matias - Uma ova de peixe, queres dizer.

Ruprecht- Nein; um bedação de beixe.

Gertrudes - Estás aí a usurpar as minhas atribuições. Sempre impliquei com homem que se mete com o governo da casa. Manda o criado embora; quando te sentares logo à mesa saberás o que há para comer.

Matias - Tens razão; com uma mulher da tua ordem e um criado destes pode-se passar a vida de braços encruzados. [grifo meu]¹⁹⁷

Dona Gertrudes é uma dona da casa, casada com o senhor Matias, que para lhe poupar, contratou um criado alemão chamado Ruprecht. No primeiro momento, a relação entre a patroa e o criado foi de encantamento ao observar o bom serviço prestado por seu serviçal– “Como está esta sala! É um brinco! Não há nada como o serviço de um criado estrangeiro”¹⁹⁸. Porém, esse encantamento não resistiu às confusões causadas pela dificuldade de entendimento entre os dois e ao fato do criado gerar uma situação, em que um segredo de família foi revelado – o joanete da filha de dona Gertrudes, Josefina, que estava preste a casar e não queria revelar esse “defeito de família” ao seu noivo, Arthur.

A comédia de costumes escrita por França Junior e que foi encenada por vários anos no teatro Fenix Dramatica, mostra, por um lado, uma visão positiva dos criados estrangeiros, como mais morigerados, em contradição com outras visões em que o/a criado/a estrangeiro/a pode ser associado/a à criminalidade viajante¹⁹⁹. Por outro lado, o aspecto que mais interessa para o momento é a visão acerca do trabalho doméstico sendo desempenhado por homens que, na visão de dona Gertrudes, “usurpava” suas atribuições.

O tema do serviço doméstico, nos últimos anos vem ganhando fôlego, com pesquisas que demonstram as relações envolvendo criados/as e patrões/oas. As discussões acerca do conceito de serviço doméstico para ultrapassar a ideia de domesticidade, entendida como lar, ambiente privado têm ganhado espaço cada vez maior, com destaque às questões políticas, envolvendo os projetos para a regulamentação do serviço doméstico, preponderando sobre a mesa de discussões o receio da elite aristocrática em relação às novas relações de trabalho e a enxurrada de trabalhadores livres que afrouxavam essa relação marcada pela “proteção e

¹⁹⁷ JUNIOR, França. *O defeito de família*- representada pela primeira vez na Fenix Dramatica em 25 de setembro de 1870. Disponível em: <http://www.biblio.com.br>. Acesso em 23 de junho de 2016.

¹⁹⁸ JUNIOR, França. *op.cit*,

¹⁹⁹ Galeano

obediência”.

Internacionalmente, as pesquisas sobre o serviço doméstico também vêm se avolumando. A história global do trabalho revitalizou este campo de estudo ampliando as produções, sobretudo em regiões do chamado Terceiro Mundo, como a Índia, que vem contribuindo com importantes trabalhos sobre o serviço doméstico no período pós-colonial.²⁰⁰

Em alguns países africanos importantes trabalhos vêm sendo desenvolvidos. Aproveitando-se das experiências masculinas no serviço doméstico, que em alguns países eram superiores às femininas - algo bastante distinto de regiões, como a América Latina, onde a participação feminina sempre foi majoritária – destacam-se os trabalhos como o do pesquisador brasileiro, Valdemir Zamparoni,²⁰¹ que analisou o serviço doméstico em Moçambique; o de Janet Bujra,²⁰² para o caso da Tanzânia. Esses trabalhos apresentam contribuições significativas para a relativização da associação entre domesticidade e feminilidade como algo intrínseco, bem como observar o fenômeno do serviço doméstico sob o viés dos conflitos de gênero e classe.

Entretanto, ainda que no Brasil o serviço doméstico tenha sido desenvolvido, mormente, por mulheres, carecemos de pesquisas que se debrucem pela experiência masculina, ainda que pequena, mostrou-se presente. Esse enfrentamento, já teve seu primeiro passo dado pelas Ciências Sociais, onde há destaque para os trabalhos de Alda Britto da Motta e o realizado em conjunto, por Cristina Bruschini e Sandra Ridenti. Ambos os trabalhos, o primeiro da década de 1980 e o segundo na década de 1990, realizaram uma análise sobre a participação masculina no serviço doméstico no período contemporâneo à elaboração da pesquisa. De acordo com Bruschine e Ridenti, ao entrevistar trabalhadores domésticos do sexo masculino, elas perceberam que ao contrário das mulheres, que possuíam sua identidade profissional e familiar muito tênue; no caso dos homens, eles conseguiam realizar uma delimitação mais clara, mesmo quando o empregado doméstico residia no local do trabalho²⁰³. Ainda segundo as autoras:

Contrastando com a história das trabalhadoras, que quase

²⁰⁰ Tais referências já foram apresentadas na Introdução desta tese.

²⁰¹ ZAMPARONI, V. *op.cit*

²⁰² BUJRA, J. *op.cit*.

²⁰³ BRUSCHINI, Cristina e RIDENTI, Sandra. Trabalho domiciliar masculino. *Estudos Feministas*. N. 2/1995. Pp.368-369.

sempre optaram pela atividade domiciliar movidas pelo desejo de conciliar os encargos familiares com a necessidade e a vontade de complementar a renda familiar, os trabalhadores escolheram livremente exercer seu trabalho no domicílio. Obviamente, essa opção não é todo livre de pressões se for considerada que, para a maioria, trabalhar em casa representa quase sempre economia nos custos com a infraestrutura necessária para realizar a atividade (...)²⁰⁴

Esses trabalhos são importantes para que possamos ter uma visão de como esses empregados se percebiam em relação aos conflitos de gênero e classe, visto que, para a História, sobretudo para a virada do século XIX para o XX, o recurso da entrevista realizada hoje não seria mais viável, sendo necessária a busca de outros recursos para a visualização das agências desses trabalhadores. Além disso, muitas das questões postas por essas autoras podem ser pertinentes aos estudos históricos, pois problemas enfrentados por trabalhadores domésticos nos dias atuais refletem questões que também foram enfrentadas por esses trabalhadores da virada do século XIX para o XX, como as relações pessoalizadas entre patroas/ões e empregadas/os, as diversas formas contratuais, estigmas associados às criadas: como aquela que mantém relações sexuais com seu patrão, ou que vigia a intimidade dos patrões, dentre outros.

Portanto, com o intuito de contribuir com a historiografia sobre o serviço doméstico carioca é lançado o desafio de analisar a participação masculina nesta atividade, visto que apesar de pesquisadoras como Flávia Fernandes de Souza²⁰⁵, Olívia Maria Gomes da Cunha²⁰⁶, e Sandra Graham²⁰⁷, terem mencionado a significativa participação desses trabalhadores no serviço doméstico, é reconhecida a necessidade da realização de uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto²⁰⁸.

Janet Bujra oferece uma importante contribuição para o avanço das discussões em relação à participação masculina nesse ramo do trabalho. Apresentando o caso de Tanzânia, Bujra identifica que o entendimento das relações de trabalho no serviço doméstico das sociedades pós-coloniais não podem se restringir apenas a uma opressão de gênero ou de raça, mas, sobretudo, a um fenômeno de classe e um produto colonial de uma ordem social profundamente racializada.²⁰⁹ De acordo com a autora, a reflexão

²⁰⁴*Ibidem*. P.374.

²⁰⁵ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Op.cit.*

²⁰⁶ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Op.cit.*

²⁰⁷ GRAHAM, Sandra L. *op.cit*

²⁰⁸ SOUZA, Flávia F. de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. *Revista Mundos do Trabalho*. Vol.7, n.13, jan.-jun. de 2015. P. 292

²⁰⁹ BUJRA, Janet. *Serving Class*. Masculinity and the feminisation of domestic servisse in Tanzania. London: Edinburgh University Press for the International African Institute. 2000. p. 4-5; cap. 3

do serviço doméstico como uma subordinação das mulheres, acaba por encobrir a participação de milhares de homens que trabalhavam como domésticos. Assim como, ao engendrar as análises apenas pelo foco do preconceito racial faz incorrer no perigo de ocultar as diferenças de classes dentro de uma mesma “raça” ou etnia.²¹⁰

A análise da autora em relação ao serviço doméstico é pertinente principalmente pelo viés da classe social dos indivíduos. Todavia, para o caso carioca, ou melhor, para o caso brasileiro, não há como se furtar de focalizar as relações envolvendo patrões/as e criadas/os pela perspectiva de uma “tripla subordinação”, ou seja, subordinações de classe, raça e gênero.

Como pensar a persistência de mulheres negras dominando quantitativamente o serviço doméstico, sem pensar na transversalidade de preconceitos? Como pensar a participação masculina no serviço doméstico, sem colocar em jogo as disputas entre as múltiplas e diversas masculinidades? Como pensar a inserção do imigrante europeu no serviço doméstico, sem pensar a questão da classe social do indivíduo e sua nacionalidade?

2.2.1 – “Precisa-se de um criado”: a participação masculina no serviço doméstico

Pensar no serviço doméstico como uma atividade exclusivamente feminina pode, à primeira vista, parecer algo dado, efeito da natureza feminina, fruto dos avanços do período moderno. Entretanto, pesquisadoras como Raffaella Sarti, vêm mostrando que a feminização do serviço doméstico não parece ter sido uma peculiaridade da passagem para a modernidade. O aumento da participação de mulheres como servidoras domésticas não ocorreu somente durante este período. Ao longo dos séculos o aumento ou diminuição da participação feminina oscilou de acordo com contextos históricos, geográficos e sociais.²¹¹

Na Tanzânia, por exemplo, durante a década de 1920, quando as habilidades domésticas eram realizadas como um trabalho assalariado, as mesmas eram vistas como “habilidades masculinas”. “Homens eram empregados para limpar e cozinhar, para lavar e passar, para o jardim e guardar casas, ocasionalmente até para cuidar de bebês.”²¹²

²¹⁰ *Ibidem*. P. 44-45

²¹¹ SARTI, Raffaella *op.cit.* p. 131

²¹² BUJRA, Janet. *Op.cit.* P. 74

De acordo com Sarti, o crescimento da participação feminina no serviço doméstico é o resultado de diferentes dinâmicas desenvolvidas nos níveis econômicos, demográficos, políticos e culturais. Sendo fato, que apesar do início da feminização do serviço doméstico não ser algo unânime entre historiadores/as europeias/eus, como a própria Sarti aponta, podemos considerar que tal transformação foi um processo próprio do século XIX.²¹³

É neste processo que pretendemos analisar a participação masculina no serviço doméstico carioca, verificando como algumas atividades, como a de cozinheiros e as que circulavam no ambiente da cozinha, como as de copeiros, passaram por um processo de masculinização. Processo este que teve como contribuição a elasticidade do conceito de serviço doméstico e domicílio, que ampliavam a aplicabilidade de tais afazeres à ambientes que não só as casas, mas também a estabelecimentos comerciais, como restaurantes, por exemplo.

Através da prática de se alugar ou ofertar criados/as nas páginas dos principais jornais da época é possível ter acesso às particularidades do mundo do serviço doméstico carioca. Quais profissões eram as mais demandadas por sexo e idade? Quais características físicas e morais eram levadas em conta na hora da contratação? Dentre outros, quais aspectos permitem desvelar as especificidades e complexidades de uma das atividades do mundo do trabalho mais importantes?

Desta forma, amparando-se em anúncios, censos e outras fontes disponíveis, foram iniciadas as análises acerca da divisão sexual do trabalho doméstico, na qual será enfatizada a participação masculina, uma vez que, apesar de inferior quantitativamente, mostrou-se relevante.

O serviço doméstico era uma das atividades que mais arregimentavam trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro. Na tabela abaixo, é apresentado um panorama da quantidade de trabalhadores e trabalhadoras domésticos/as em relação a quantidade total de habitantes do Rio de Janeiro (Distrito Federal), nos primeiros anos republicano.

²¹³ SARTI, Raffaella. *Op.cit.* SOUZA, Flávia F. *op.cit.* p. 86

Tabela 19

Total de homens e mulheres trabalhando no serviço doméstico – Rio de Janeiro (DF)			
	1890 ^a	1906 ^b	1920 ^c
Serviço doméstico	74.785	117.904	71.752
Total de habitantes	280.701	811.443	1.157,873

Fonte: a) Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral da 1ª República dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890*.(Districto Federal). Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1895.

b) Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

c) Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1923. 1920

Como podemos observar nos registros coletados nos recenseamentos apontados, a atividade do serviço doméstico compunha uma parcela significativa do total de habitantes. Em 1890, cerca de 30% da população foi registrada como trabalhadores/as domésticos/as; assim como 14,9% da população carioca, de 1906; e 6,2%, no período de 1920.

Esse decréscimo justifica-se pelo desenvolvimento em setores do comércio e indústria que concorreram para a diminuição de pessoas se ocupando em atividades domésticas. Somando-se a isso, o aperfeiçoamento das coletas de dados nos recenseamentos. ²¹⁴De acordo com o censo de 1920, é possível que os anteriores tenham superestimado a quantidade de trabalhadores/as domésticos/as, ao registrarem indevidamente menores de 15 anos ou mulheres “que viviam a cargo de um chefe de família” na rubrica de servidoras/es domésticas/os. ²¹⁵ Todavia, apesar das possíveis imprecisões em relação ao real quantitativo de criadas/os é importante notar que esta era uma profissão que ocupava uma parcela importante da sociedade carioca, incluindo a participação masculina.

Tabela 20

Divisão sexual do trabalho no serviço doméstico – Rio de Janeiro – 1906 e 1920						
	1906 ^a			1920 ^b		
Serviço doméstico*	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
	23.174	94.730	117.904	12.857	58.895	71.752

* Classificação apresentada nos recenseamentos citados

Fontes: a) Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

²¹⁴ Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1923. 1920. P. 162

²¹⁵ *Ibidem*. P. 109-110

b) Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1923. 1920

Nos dados apresentados, observa-se que em 1906, apenas 19,6% dos/as trabalhadores/as domésticos eram do sexo masculino, dado que não se altera muito no censo de 1920, onde cerca dos 18% dos/as criados/as eram homens, o que corresponde a oitava atividade que mais arremontava trabalhadores do sexo masculino no ano de 1920.

Apesar de numericamente o serviço doméstico masculino do Rio de Janeiro ter sido inferior a outras regiões do mundo, como Calcutá²¹⁶, Moçambique²¹⁷ e Tanzânia²¹⁸, por exemplo, não se deve desconsiderar que a participação masculina nessa atividade, no caso carioca, mostrava-se expressiva, como mostra a tabela anterior.

Flávia Fernandes de Souza identificou, ao analisar o serviço doméstico no período de 1870 a 1890, que essa participação masculina era muitas vezes equilibrada com a participação feminina, em algumas freguesias, como as de São José ou Sacramento, tendo uma estreita relação com o sistema de trabalho escravo, uma vez que muitos cativos do sexo masculino eram dispostos em diversas atividades domésticas. Dentre às atividades desempenhadas por esses trabalhadores, havia tanto as de “portas adentro”, como as de copeiro, cozinheiro ou mordomos. Desde as atividades de “portas fora”, incluíam-se, em muitos casos, atividades que iam além das consideradas domésticas, como as funções de cocheiro, de “moleques de recado”, dentre outras atividades exercidas, muitas vezes, em conjunto com trabalhadores livres pobres, sejam nacionais ou estrangeiros.²¹⁹

Alugam-se dois perfeitos copeiros, um escravo e outro livre, muito asseados; na rua do Ouvidor, n. 39²²⁰

Aluga-se, de uma família, um perito cozinheiro, escravo de excelentes qualidades, como se informará ao pretendente; na rua dos Ourives n. 71.²²¹

Alugam-se dois cozinheiros pretos, um escravo e outro livre, afiançados; na rua do Ouvidor n. 39²²²

²¹⁶ RAY RAKA, Seemin Qayum. *Culture of servitude: modernity, domesticity and class in India*. Califórnia: Stanford University Press, 2009.

²¹⁷ ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro*. Colonialismo e racismo em Moçambique. Salvador: EDUFBA/CEAO. 2007.

²¹⁸ BUJRA, Janet.

²¹⁹ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Ibidem*. P. 94. Ver também. KARASH, Mary. *Op.cit* e SOARES, Luiz Carlos. *Op.cit*. Cap. IV.

²²⁰ *Jornal do Commercio*. 06 de novembro de 1882

²²¹ *Ibidem*.

²²² *Ibidem*

Alugam-se uma preta livre para lavar e cozinhar por 30\$, uma criada branca para cozinhar e lavar por 20\$, uma parda e uma preta para lavar e arranjos de casa por 12\$, uma pardinha de 17 anos para tomar conta de crianças por 13\$, duas criadas para a roça, um cozinheiro português, um dito escravo, dois criados brancos e um jardineiro francês; na rua da Uruguaiana n. 10?, sobrado, agência portuguesa.²²³

A presença de trabalhadores livres e pobres, tanto brancos quanto negros, estrangeiros ou nacionais, desempenhando atividades que outrora eram realizadas, mormente, por escravos, sobretudo do sexo feminino, leva o leitor atento à reflexão de que, nesse primeiro momento, a classe social dos indivíduos, suplantava essas hierarquias, colocando-os em uma mesma situação de subordinação.²²⁴ Todavia, após análise dos dados mais detidamente, percebe-se que, apesar da classe social horizontalizar, em primeira instância, os/as trabalhadores pobres²²⁵, as questões raciais, nacionais e de gênero também influenciavam na sua contratação. No caso dos criados estrangeiros, por exemplo, o serviço doméstico podia se converter em uma forma mais fácil de entrar no mercado de trabalho local e urbano, afastando-se da possibilidade de ter que se lançar aos trabalhos das lavouras, tão penoso e com uma má reputação devido às explorações e as condições de vida imputadas aos colonos.²²⁶ Todavia, levando em consideração as expectativas dos/as patrões/as em relação aos/as seus/as criados/as ao escolherem europeus, mesmo não sendo os europeus desejados, certamente, mais do que a questão de classe, a raça e nacionalidade era um elemento importante que influenciava a escolha, visto que naquele momento em que a busca pelo moderno e civilizado remetia-se à Europa²²⁷, ter um criado/a europeu evidenciava a possibilidade de um *status* para o/a patrão/a.

²²³ *Jornal do Commercio*. 05 de novembro de 1877.

²²⁴ Sandra Graham informa que no serviço doméstico carioca do período de 1860 a 1910, o que se percebe é que não havia uma hierarquia de tipos de trabalho que separariam as mulheres livres das cativas, as brancas das negras. “*Mulheres das duas „condições podiam trabalhar uma ao lado da outra, e ambas em tarefas similares.*” Ver. GRAHAM, Sandra L. *Ibidem*. pp. 18-19.

²²⁵ Sandra Graham analisando a participação de escravas e livres, no serviço doméstico, identifica que: “*Em vez de uma hierarquia de tipos de trabalho eu separariam as mulheres livres das escravas, ou as mulheres negras das mais claras, o serviço doméstico atravessava essas diferenças. Mulheres das duas „condições” podiam trabalhar uma ao lado da outra, e ambas em tarefas similares.*” Cf. GRAHAM, Sandra. *Op. Cit.* P. 18. Essa informação é verificada em anúncios do *Jornal do Commercio*, em que não percebemos diferenças salariais significativas, devido ao critério da cor de pele, por exemplo. O que determinava era a atividade desempenhada, e o seu grau de qualificação, bem como idade.

²²⁶ MENEZES, Lená Medeiros de. Bastidores. Um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo*. Rio de Janeiro. V.10, nº2, pp.03-16, jul/dez. 1997

²²⁷ MENEZES, Lená Medeiros de. *Ibidem*. Sobre essa ideia de modernização e civilização em fins do século XIX e princípios do XX ver. Ver: MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, n. 26, 2009. p. 117. Disponível em:

Aluga-se um bom chacareiro e jardineiro, ultimamente chegado da Europa; para informações, na travessa do Ouvidor n. 35²²⁸

COZINHEIRO - oferece-se um, estrangeiro, para casa de família, comercio ou pensionista, na rua do Lavradio n. 53²²⁹

Precisa-se de um cozinheiro; na rua do Almirante Tamandaré n.1, prefere-se estrangeiro²³⁰

Precisa-se de um ajudante de jardineiro português, na rua do (ileg) n. 10, chácara. ²³¹

Precisa-se de um bom jardineiro; exige-se atestado de boa conduta; trata-se na rua de S. Pedro n. 32, 1º andar; prefere-se alemão. ²³²
Chafeur estrangeiro, especial para Ford ou outra marca, oferece-se só para casa particular, também vai para o interior; cartas para Leopoldo, para o escritório desta folha. ²³³

Mas, em certos momentos, não bastava ser um europeu. De acordo com Lená Medeiros, a imigração que ocorreu no período da virada do século XIX, conhecida como terceira onda dos movimentos migratórios diferenciou-se das demais devido à origem dessa população que se locomovia para as Américas.

Na cidade do Rio de Janeiro, ela representou o afluxo predominante de indivíduos pobres provenientes dos campos do norte e noroeste de Portugal, com destaque para o Minho, Douro e Trás-os-Montes, seguindo-se as áreas rurais da Espanha, principalmente da Galiza, e as províncias meridionais de Conzenza, Salerno e Potenza, na Itália. De acordo com os registros existentes, o imigrante pobre que chegou ao Rio de Janeiro, pobre tendeu a permanecer afastado, em muito, da representação idealizada de mão-de-obra superior, promotora do progresso, que compunha os discursos imigrantistas na época imperial. Com poucos conhecimentos dos códigos urbanos, precária qualificação profissional e ausência de laços familiares na nova terra, muitos desses estrangeiros compuseram um proletariado miserável, fornecendo grandes contingentes ao lumpesinato existente

<<http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf>> Acessado em 12 mar. 2013; CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, Sp: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000; VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Livro 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 353.; RIBEIRO, Gladys Sabina. “Cabras” e “Pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais. Niterói: UFF, 1987; dentre outros.

²²⁸ *Jornal do Commercio*. 06 de novembro de 1887.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ *Jornal do Commercio*. 06 de novembro de 1892.

²³¹ *Jornal do Commercio*. 03 de novembro de 1907.

²³² *Jornal do Commercio*. 03 de novembro de 1912.

²³³ *Jornal do Commercio*. 05 de novembro de 1917.

na cidade.²³⁴

O caso dos portugueses/as é o mais emblemático. Compondo 68% dos/as estrangeiros/as, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o censo de 1890, eles acabavam inserindo-se e disputando com os nacionais, vagas no mercado de trabalho, controle do setor de comércio, bem como, disputas amorosas²³⁵, o que realimentava o antilusitanismo por parte de parcela da população brasileira, que podia expor essa aversão à trabalhadora/or portuguesa/ês através de anúncios como o do serviço doméstico.

Precisa-se de uma boa e carinhosa ama de leite, branca ou de cor, não sendo portuguesa; trata-se na rua do Souto n. 17 [grifo meu]²³⁶

Criada estrangeira - precisa-se de uma (que não seja portuguesa); na Avenida Atlântica n. 250, Leme [grifo meu].²³⁷

Fica claro que os aspectos como a nacionalidade de um indivíduo poderiam determinar ou não sua contratação. Além disso, apesar dos exemplos apresentados referirem-se a mulheres, os criados portugueses do sexo masculino não estavam isentos do peso de preconceitos com relação à nacionalidade. A questão perpassa pela ambiguidade do tema que, no momento estudado, apesar do antilusitanismo se mostrar como uma realidade, a nacionalidade portuguesa era vista com outros olhos pela elite.

Por outro lado, da perspectiva da implantação de uma nova ordem burguesa, o imigrante português poderia ser visto com outros olhos pelas classes dominantes. Neste caso, ele poderia representar justamente a ordem através do elemento trabalho. Explicando melhor, o português não era o europeu “civilizado” por excelência, porém, era portador do elemento ordenador da sociedade: o trabalho, fator capaz de levar a cidade ao progresso e à modernidade.²³⁸

A não uniformidade do comportamento português na sociedade carioca lhe gerava discursos contraditórios, ou seja, poderiam ser vistos como “bom” e ao mesmo tempo “mau”; “ordenador”, ou “desordenador”, de acordo com o contexto que estava inserido.²³⁹ Mas o fato é, sobretudo pelas análises dos anúncios, que a demanda por portugueses, em relação às outras nacionalidades, era algo bastante comum e significativa. Analisando a presença de homens anunciados no *Jornal do Commercio*,

²³⁴ MENEZES, Lená Medeiros de. *Ibidem*. p. 4.

²³⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Ibidem*. pp. 6-7. Ver também: CHALHOUB, Sideney. *Ibidem*.

²³⁶ *O Paiz*. 01 de outubro de 1894.

²³⁷ *Jornal do Commercio*. 06 de novembro de 1922.

²³⁸ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Ibidem*. p. 10

²³⁹ *Ibidem*. p.17

vê-se um panorama da oferta e da demanda de europeus, sobretudo portugueses, para algumas atividades relacionadas a esfera do serviço doméstico. Para isso, é importante se lançar aos dados coletados nos anúncios selecionados através da metodologia já apresentada.

Tabela 21

Referências a profissões e nacionalidades em anúncios de oferta (aluga-se) de criados - Jornal do Commercio (1880-1932)									
	português	francês	Alemão	chegado da Europa	chinês ou inglês	chinês	Estrangeiro	Nacional	não inf.
Cozinheiro			1		1	6	3		40
Jardineiro	2			1					
Chacareiro	1			1					5
Copeiro	5	1	1				2		51
criado/ serviços de casa	1		1						18
aj de cozinheiro									2
serviços de quarto									3
dar recados									1
encerar casa	1								2
tomar conta de casa									2
Chofer							1		
lavar carro	1								

Fonte: Anúncios do *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro no intervalo de cinco em cinco anos (1882-1932).

Tabela 22

Referências a profissões e nacionalidades em anúncios de demanda (precisa-se) de criados - Jornal do Commercio (1880-1932)					
	português	alemão	estrangeiro	nacional	não inf.
Cozinheiro		2	1		37
Jardineiro					13
Chacareiro					4
Copeiro	1			2	42
criado/serviços de casa				1	33
aj. De cozinha					10
serviços externos			1		
serviços de quarto			1		1
ajudar na sala					1
para fazer compras					1
passar a ferro					1
aj de jardineiro	1				1
aj de forno					7
lavador de pratos					16
lavador de talheres					9
lavador de panelas					1
Lavadeiro				1	
lavar casa					1
encerar casa					2
lavar carro					1

Fonte: Anúncios do *Jornal do Commercio* – primeira segunda-feira de novembro no intervalo de cinco em cinco anos (1882-1932).

Os dados aqui demonstrados apresentam-se escassos, pois em grande parte dos anúncios, a nacionalidade das/dos criadas/dos ofertadas/os ou demandadas/os não foi mencionada. Na função de cozinheiro, por exemplo, das 82 referências encontradas, 67 não determinavam a nacionalidade dos indivíduos. Mas ainda assim, identifica-se a nacionalidade portuguesa sobressaindo em relação às outras, evidentemente, devido à predominância desta nacionalidade em solo carioca.

O perfil deste criado é de um trabalhador jovem, geralmente solteiro (em apenas

seis vezes dos casos, se oferecia um criado português em conjunto com sua esposa). De acordo com Gladys Ribeiro, em “geral, estes imigrantes portugueses vinham para o Brasil na faixa dos 15 aos 30 anos de idade” e, geralmente, eram homens e solteiros.²⁴⁰ No serviço doméstico, suas principais áreas de ocupações concentravam-se nas atividades relacionadas aos serviços de arrumação da casa e de copeiro (atividade que terá maior destaque e atenção mais à frente) e as relacionadas com a lida da terra (jardinagem, hortas e função de chacareiro).

A presença de criados desempenhando majoritariamente funções ligadas ao cultivo e manejo da terra, pode ser explicada pela própria origem desses imigrantes portugueses. Segundo Lená Medeiros, como já mencionamos, o movimento migratório ocorrido na virada do século XIX para o XX foi marcado pelo êxodo em massa de pessoas oriundas de áreas agrícolas da Europa Mediterrânea, como, no caso português, de regiões do norte e noroeste, como o Minho, Douro e Trás-os-Montes. Analisando algumas fichas de matrículas de detentos da Casa de Detenção da Corte, abrangendo o período recortado para a pesquisa, verifica-se a presença de portugueses que se autodeclaravam trabalhadores de alguma atividade doméstica como: cozinheiros²⁴¹, cocheiros, copeiros, jardineiros; e que eram imigrantes oriundos de regiões do norte, como Braga, Minho, Guimarães e Porto.²⁴²

Outro dado que chama bastante atenção é a ampliação da participação masculina, uma vez que o conceito de serviço doméstico era amplo e dava margem à diversificação de possibilidades de locação desses trabalhadores, que não fosse apenas casas de famílias.

Como foi apresentado na primeira parte deste capítulo, o conceito de serviço doméstico, e até mesmo de domicílio, não era entendido como algo restrito a uma residência. Mas, sobretudo, o que estabelecia a noção de serviço doméstico era a

²⁴⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *Op.cit.* pp.6-7

²⁴¹ A presença de portugueses em atividades ligadas à cozinha (cozinheiros, copeiros, lavadores de pratos, talheres e xícaras), pode ser explicado pelo fato dos mesmos poderem desempenhar tais atividades, tanto em casas de família ou em estabelecimentos comerciais de seus patrícios. De acordo com Lená Medeiro de Menezes e Maria Izilda Santos de Matos, a imigração de portugueses a partir do pós- Independência para o Rio de Janeiro, teve como consequência” a perpetuação, como desdobramento, de sua cultura”. Ao longo do século XIX e XX, o que se vê foi a continuidade do fluxo de imigrantes portugueses para a Capital, destacando a continuidade em seu estabelecimento na cidade e o comércio como área principal de atuação, com destaque os voltados para o segmento alimentar, o que poderia favorecer a incorporação de domésticos especializados em atividades de cozinha. Ver: MENEZES, Lená Medeiro de; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração: Mulheres portuguesas em foco* (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX). São Paulo: e-Manuscrito, 2017. p.12

²⁴² Entre janeiro e fevereiro de 1883, por exemplo, nos deparamos com as fichas de 18 portugueses, que se autodeclaravam trabalhadores de alguma atividade doméstica. Desses trabalhadores: 5 eram oriundos de Braga; um de Vila Real; um da Ilha de São Miguel; um era de Guimarães; um de Lisboa; 5 do Porto e

relação de convívio estabelecida entre criadas/os e patroas/ões. Assim, era possível verificar em anúncios a demanda e a oferta de criados para restaurantes, casas de pasto, casas de comércio, dentre outros estabelecimentos.

Aluga-se um bom copeiro, para casa de comercio; na rua dos Andradas n. 87, escritório.²⁴³

Precisa-se de um pequeno para limpar talheres; na rua do Senador Eusebio n. 2, hotel Caboclo²⁴⁴

Aluga-se um perito copeiro português, para hotel ou casa de grande tratamento; na rua do Catete n. 83²⁴⁵

Aluga-se um bom cozinheiro de forno e fogão, para cozinhar em casa comercial; na rua da Lapa n. 47²⁴⁶

Aluga-se um cozinheiro para pensão, hotel ou casa de família, dando boa conduta; na rua do Catete n. 393, telefone numero 2.649²⁴⁷

Atividades ligadas à copa e aos serviços de cozinha como: cozinheiro, ajudante de cozinha, lavadores de talheres, pratos e xícaras, eram as atividades mais demandadas e ofertadas para esses estabelecimentos comerciais. Para que haja compreensão do contexto, foi realizada uma amostragem na qual são identificadas as demandas por cozinheiros e copeiros em casas de famílias e casas comerciais. No exemplar selecionado, para 1882 foram anunciados, na categoria aluga-se: 14 cozinheiros e 20 copeiros para casa de família; para algum tipo de casa comercial, foram anunciados mais 4 cozinheiros e 3 copeiros. Em 1892, 7 cozinheiros e 6 copeiros foram alugados para casa de família; para casas comerciais foram anunciados os aluguéis de 3 cozinheiros e 4 copeiros. Estes exemplos são apenas para ilustrar que a participação masculina no serviço doméstico não se dava somente pela via do trabalho residencial. A função de cozinheiro, por exemplo, além de apresentar-se como uma das mais valorizadas²⁴⁸, ao longo do tempo passa a ser uma atividade que arregimenta mais

²⁴³ *Jornal do Commercio*. 04 de novembro de 1882.

²⁴⁴ *Jornal do Commercio*. 06 de novembro de 1892.

²⁴⁵ *Jornal do Commercio*. 07 de novembro de 1897.

²⁴⁶ *Jornal do Commercio*. 03 de novembro de 1912.

²⁴⁷ *Jornal do Commercio*. 05 de novembro de 1917.

²⁴⁸ A cozinha em fins do século XIX e princípios do XX será alvo de uma política de higienização, visto que era o local da casa mais afeito a sujeira e o descaso dos criados. Assim, é imputada à dona de casa, o papel de vigilante e gerenciadora da casa e da cozinha: *Um outro trabalho que requer a mais meticulosa ordem é o preparo da comida; esta não pode ser boa se é preparada com descuido e indiferentismo da dona de casa. (...) Há casas em que a cozinha se acha completamente entregue à criada, o que é um mal de efeitos perniciosíssimos, não só quanto ao bem-estar geral, mas também quanto à falta de economia*

homens, até perder o *status* de um trabalho essencialmente feminino. Um exemplo do que está sendo tratado é o caso de chefes de cozinha. Nos anúncios de 13 de maio de 1880 a 1920,

Oferece-se um chefe de cozinha para hotel de primeira ordem²⁴⁹

Alugam-se cozinheiros, copeiros, ajudantes de cozinha, peritos chefes de cozinha, jardineiro, chacareiro e hortelão.²⁵⁰

Chefe de cozinha - deseja-se empregar em um hotel de 1ª ordem ou casa de tratamento; para informações na Rua dos Ourives n. 6, cabelereiro.²⁵¹

Precisa-se de um chefe de cozinha, com bastante pratica de hotel²⁵² (1887).

Bom chefe de cozinha deseja colocação, fala francês e português.²⁵³

Chefe de cozinha italiano, oferece-se para hotel, pensão ou casa de primeira ordem²⁵⁴

Oferece-se um chefe de cozinha italiano para hotel e pensão de 1ª ordem, dando boas referencias; na rua Senador Dantas n. 42, armazém, telefone Central n. 790²⁵⁵

A predominância de anúncios relacionados a atividades ligadas a cozinha pode relacionar-se a configuração econômica e geográfica carioca. Ynaê Lopes dos Santos, ao analisar anúncios de demanda ou oferta por trabalhadores escravizados em cidades, como Havana, identifica que a demanda majoritária por atividades que relacionavam-se à lavagem ou à cozinha, como cozinheiras/os estava diretamente relacionado à intensa atividade portuária da capital cubana, que fazia com que tripulações, uma vez, em solo

no gasto dos gêneros com que uma criada causa os mais sérios e ininterruptos prejuízos a uma casa mal dirigida. Todavia, ainda assim, as funções de cozinheiras/os eram uma das mais valorizadas no serviços doméstico, para se ter uma noção em anúncio de 1880, um chefe de cozinheiro era anunciado por 100\$, enquanto que a função de copeiro era ofertada à 40\$. *Jornal do Commercio* de 13 de maio de 1880. Seção de anúncios. Sobre a modernização da cozinha ver: SILVA, João Luiz Máximo da. *Cozinha modelo: o impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930)*. São Paulo: Editora da USP, 2008. P. 158. Referente a citação apresentada ver: CLESER, Vera A. *O lar doméstico*. Conselhos para boa direção de uma casa. Rio de Janeiro/ São Paulo: Laemmert& C. 1902. P.5.

²⁴⁹ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1884.

²⁵⁰ *Ibidem*. 13 de maio de 1885.

²⁵¹ *Ibidem*. 13 de maio de 1887.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ *Ibidem*. 13 de maio de 1914.

²⁵⁴ *Ibidem*. 13 de maio de 1919.

²⁵⁵ *Ibidem*. 13 de maio de 1920.

buscassem por esses tipos de serviços²⁵⁶. Uma vez que, “muitos proprietários ou locatários de escravos domésticos também eram donos de estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, bem como moradores temporários da cidade”²⁵⁷

Em uma cidade portuária, como é o caso do Rio de Janeiro, onde diariamente centenas de pessoas (tripulações de navios, viajantes e imigrantes) desembarcavam, centros comerciais como botequins e cafés, vão se proliferar na cidade (no Almanak-Henault de 1909, foram registrados 576 botequins na cidade do Rio de Janeiro)²⁵⁸ ampliando a possibilidade de empregos para muitos homens.

É esta característica que observamos quando analisamos os anúncios referentes aos trabalhadores masculinos no serviço doméstico carioca. Estes, ao passar do tempo vão se afastando de atividades desempenhadas no interior de casas, uma vez que durante o século XX, a própria noção de domicílio vai se fechando mais a noção de casa/lar. Estes trabalhadores passam a ser demandados ou ofertados, majoritariamente para atividades como cozinheiros e todas as atividades relacionadas à cozinha: lavador de pratos, areador de talheres, ajudante de cozinha, forneiro, copeiro. Mostrando um afastamento desses homens da categoria de servidor doméstico e os associando à esfera comercial. Tanto que em investigação feita pela Inspetoria do Corpo de Investigações e Segurança Pública do Distrito Federal, em 10 de junho de 1909, o investigador infiltrado relata a existência de uma associação chamada “Centro Cosmopolita de Cozinheiros e Copeiros”, no qual fazia parte da reunião convocada pelo Centro Cosmopolita (sociedade humanitária beneficente e de colocação dos empregados em hotéis, botequins e etc)

Tendo sido anunciado ontem por boletins impressos, a convocação de uma reunião dos membros da sociedade “Centro Cosmopolita de Cozinheiros e Copeiros”, mandei tomar conhecimento do que nela ocorria, para informar a V. Exa.

De fato realizou-se a sessão, à qual compareceram cerca de 200 membros, tendo sido presidida pelo seu presidente, Manoel Domingos Guimarães, iniciando-se os trabalhos às 10 horas da noite.

Fizeram ouvir-se Santiago Souto Gomes, Domingos Rodrigues, Vicente Antônio, Bernardo da Silva, Alfredo Rangel, Gaspar Fernandes e Jacinto de Tal.

Ficou resolvido pela diretoria, de acordo com os associados, a nomeação de

²⁵⁶ SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Irmãs do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. P.177.

²⁵⁷ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Op.ci.* P. 95

²⁵⁸ Almanak-Henault de 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib+823686&pasta+ano%20190&pagfis=&pesq=&ve rsao=desktop>

uma comissão de quatro membros para, em próxima reunião, apresentar uma tabela de aumento de salário e diminuição de horas de trabalho, tabela que vai ser submetida à consideração dos proprietários de hotéis e casas de pasto. Exigem igualmente melhor alimentação e limpeza das cozinhas. Essa comissão ficou constituída dos Srs. Eduardo Romero Martins, Simão Rodrigues Moreira, Manoel Domingos Rodrigues e Santiago Souto Gomes. Como alegassem ser pequeno o número de membros dessa comissão, foram por Gaspar Fernandes propostos os nomes de mais dois associados, tendo, porém, sido adiada para outra sessão a aprovação de tal proposta. Aconselham os oradores a todos os associados que se mantenham firmes, porquanto esperam alcançar a vitória da causa. No caso de algum patrão demitir algum ou alguns dos associados, por fazer parte da comissão, devem espera-lo e darem-lhe uma sova de pau. Nada mais decorreu, levantando-se a sessão à meia noite.²⁵⁹

No relato descrito pelo inspetor Arthur d'Audo, verificamos uma consciência de classe desses trabalhadores que ao fazerem parte de reunião organizada por proprietários de botequins e restaurantes como o tesoureiro do Centro Cosmopolita, Santiago Souto Gomes, solicitam melhorias de salário, diminuição de horas de trabalho, melhor alimentação e limpeza das cozinhas. E ainda ameaçam dar uma “sova de pau” caso algum patrão, certamente um dos membros do Centro Cosmopolita, demita algum associado da organização feita pelos cozinheiros e copeiros.²⁶⁰ Certamente o fato destes trabalhadores se afastarem da categoria de doméstico, lhes possibilitou uma facilidade de organização reivindicatória, o que seria mais difícil em um estabelecimento de uma relação pessoalizada com o patrão, no caso das atividades desempenhadas em residências. Onde as reivindicações existiam, porém eram mais solitárias e se apresentavam, muitas vezes, de formas diversas, como: furtos, mal desempenho das funções, fofocas, dentre outras estratégias que serão discutidas nos capítulos seguintes.

O que se observa é que o serviço doméstico, em muitos casos, não se converteu em uma atividade provisória ou temporária. As atividades desempenhadas dentro da categoria de serviço doméstico, como cozinheiros, copeiros, dentre outros,

²⁵⁹ Arquivo Nacional – OI/GIFI 6C-297. 10 de junho de 1909.

²⁶⁰ O relato descrito pelo inspetor nos faz supor, em um primeiro momento que pessoas como o presidente Manoel Domingos Rodrigues e o tesoureiro Santiago Souto Gomes, bem como os outros nomes relatados fazia parte do “Centro Cosmopolita de Cozinheiros e Copeiro”. Entretanto, tais personagens citados eram proprietários que desde 1903 faziam parte do “Centro Cosmopolita” que era uma sociedade humanitária beneficente, como eles se descreviam, dedicado aos trabalhadores de hotéis, botequins e etc. Esta era uma agremiação maior que recebia em suas reuniões “sociedades co-irmãs” como a “Associação protetora dos Empregados no Comercio, Centro Marítimo dos E. de Câmara” e possivelmente o “Centro Cosmopolita de Cozinheiros e Copeiros”. Algumas informações sobre esses Centros podem ser obtidas em jornais de época como: *Correio da Manhã*, de 02 de agosto de 1905, p.3; *O Paiz*, de 03 de agosto de 1907, p.4.

permaneceram sendo desempenhadas por homens que se profissionalizaram nestas atividades. Essa constatação leva a crer que as questões de gênero influem muito para determinar a valorização ou não de uma categoria. De acordo com Janet Bujra, para Tânzânia da década de 1920, a partir do momento em que as habilidades domésticas passaram a ser performadas como um trabalho assalariado, essas habilidades começaram a ser vistas como “habilidades masculinas”.²⁶¹ Todavia, para o caso do Rio de Janeiro, determinar a presença considerável de homens exercendo funções como cozinheiros e sendo valorizados como tais, apenas pela questão da profissionalização e do possível assalariamento, limitam muito as análises. Mulheres também exerciam atividades com graus de especializações consideráveis.

Aluga-se uma parda escrava, perfeitíssima engomadeira, tanto de roupa de homem como de senhora, pliasés e tuyautés, também arruma a casa e sabe coser, preço 40\$ [ileg.]²⁶²

Aluga-se uma cozinheira estrangeira, de forno e fogão, entende de cozinhar a gás; na rua da Quitanda n, 10.²⁶³

Oferece-se uma cozinheira portuguesa, de forno e fogão; na rua Visconde do Rio Branco n.55, sobrado, telefone 2.033, Central. Prefere-se no Catete.²⁶⁴

Acredita-se que, por ser uma atividade bastante demandada por ambientes externos, apesar de estar inserida na categoria de doméstico, configura-se em uma esfera menos pessoalizada e menos sujeita às relações de familiaridade que poderiam estreitar os laços de convívio entre o criado e o patrão. Dessa forma, funções como as

²⁶¹Bujra usa o argumento de que há dois tipos de habilidades mobilizadas no serviço doméstico: a primeira seria a “performance skills”, ou traduzindo, “habilidades de desempenho”, que seriam as aptidões técnicas nas tarefas desempenhadas; a outra habilidade seria a “presentational skills”, ou seja, “habilidades de apresentação”, que seria às relacionadas a adoção de condutas apropriadas: humildade, disposição, deferência, etc. ela continua informando que o serviço doméstico passa a ser considerado um “trabalho de mulher” quando há uma transferência das habilidades técnicas e das atitudes de deferência comuns na família ou na escola, para o local de trabalho. No meu ponto de vista, mais do que isso, o trabalho doméstico passa a ser visto como uma esfera da mulher, por questões históricas que encapsularam as mulheres à casa, à família, aos filhos, construindo-a como uma boa dona-de-casa e mãe-de-família. A esta desigualdade de gênero que confere a mulher o ambiente doméstico e privado como o seu espaço, outras desigualdades transversais somam-se a ela: a desigualdade de classe, onde as mulheres pobres deveriam realizar as tarefas manuais, que as brancas de elite não realizavam; além da desigualdade racial, que relegou por muito tempo à mulher negra à “marginalização”, ao estigma de imoral, de sexualizada e aos trabalhos pouco remunerados. Sobre desigualdades transversais ou interseccionais ver: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Femiistas*, 171. 1/2002. Sobre a condição da mulher pobre no Rio de Janeiro ver: CHALHOU, Sidney; ESTEVES, Martha Abreu. *Op.cit*; CAUFIELD, Sueann. *Op.cit*. Sobre as habilidades no serviço doméstico ver: BUJRA, Janet. *Ibidem*. P. 74

²⁶² *Jornal do Commercio*. 06 de novembro de 1882.

²⁶³ *Ibidem*.

²⁶⁴ *Jornal do Commercio*. 03 de novembro de 1917.

de chefe de cozinha, quase exclusivamente demandadas por casas comerciais, perderiam o *status* de um trabalho essencialmente feminino. Uma vez perdido o *status*, a questão de gênero poderia determinar uma valorização da atividade. Em 1884, um chefe de cozinha italiano para ir à São Paulo poderia receber um ordenado de 100\$, enquanto que no mesmo exemplar do jornal, uma criada branca para cozinheira e lavadeira, receberia como ordenado apenas a quantia de 20\$²⁶⁵.

Apesar da redefinição das fronteiras do território doméstico pelos criados, agregados e pelos próprios patrões ou amos²⁶⁶, alargando e flexibilizando o próprio conceito de serviço doméstico, de fato não há como desconsiderar que os domínios concebidos como públicos, ou seja, os domicílios ou estabelecimentos que não se caracterizavam como uma residência ou casa – os restaurantes, hotéis, vapores, mas também casa de pensão, de pasto, dentre outros – ainda estavam impregnados da concepção de que esses espaços sociais se caracterizavam como o “reino do contrato, das leis e do poder sinalizado pelas marcas da masculinidade”²⁶⁷. Locais estes, nos quais poderiam continuar exercendo as mesmas tarefas antes desempenhadas em casas de famílias. O que mudava era a relação com seus patrões.²⁶⁸

2.3 – As representações dos criados na imprensa de “gênero alegre” carioca.

Por haver uma associação do doméstico à dependência, ao servilismo, ao reino do feminino²⁶⁹, sobretudo em regiões em que o trabalho doméstico é desempenhado majoritariamente por mulheres, seria de se supor que os homens que o exercessem fossem associados à feminilidade e ao homoerotismo. Todavia, essa visão binária (macho x efeminado) encobriria as múltiplas e multifacetadas masculinidades existentes. De acordo com R.W. Connell, apesar das críticas feitas à noção de

²⁶⁵ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1884.

²⁶⁶ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Op.cit.* p. 379

²⁶⁷ *Ibidem*.

²⁶⁸ Sarti aponta que o service doméstico era composta por uma multidão de trabalhadores com várias especializações. Neste sentido, o que definia o serviço doméstico não foi as atividades executadas, mas a existência de uma peculiar relação pessoal entre patrão e empregada/o. Um cozinheiro, por exemplo, poderia trabalhar como regiões os trabalhos de cozinha, como cozinheiro/a, por exemplo, oscilam entre uma tarefa masculina e feminina, Bolonha, foi uma região em que isto ocorreu. SARTI, Raffaella. *Melhor o cozinheiro?* Um percurso sobre a dimensão de gênero da preparação da comida (Europa ocidental, séculos XVI-XIX). *Cadernos pagu* (39), julho-dezembro de 2012: 87-158. Pp.146-147. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/04.pdf>. Acesso em 04 de março de 2016.

²⁶⁹ QAYUM, Seemin and RAY, Raka. Male servants and the failure of patriarchy in Kolkata (Calcutta). *MenandMasculinities*. 2010, 13: 111. p.115. Disponível em: <http://jmm.sagepub.com/content/13/1/111..Acesso> em 03 de fevereiro de 2018.

masculinidades, como uma tipologia estática que normatizaria em si a noção de heterossexualidade, diante da análise das masculinidades não como entidades fixas encarnadas no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos, mas como configurações práticas realizadas na ação social de forma relacional e “constantemente transversalizadas por outras divisões e projetos”²⁷⁰, pode-se explorar, por exemplo, diversas masculinidades a serem postas em prática de diversas formas e em diversos locais. Daí, a possibilidade da identificação das masculinidades sendo exercidas no espaço da domesticidade.

Desta maneira, faz-se necessário uma empreitada de coletar e analisar diversas representações de criados em um gênero da imprensa, bem específico – o “gênero alegre”²⁷¹, que era um gênero dedicado ao público masculino e escrito por jovens da boêmia literária carioca que estabeleciam padrões de masculinidades, em um momento em que havia uma tentativa de adequação à modernidade.²⁷² Assim, realizando uma

²⁷⁰ CONNELL, R. W; MESSERSCHMIDT., James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21 (1): 424, janeiro-abril/2013. P.250. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/S0104-026X2013000100014/24650>. Acesso em 01 de abril de 2015.

²⁷¹ Segundo Cristiana Schettini a expressão “gênero alegre” diz respeito a uma preocupação com uma malícia delicada, dentro de certos limites, mas, ao mesmo tempo, está ligada à despretensão. Uma das primeiras publicações a assumir este rótulo foi o *SansDessous*, que associava esta expressão a vida no turna e a prostituição. Além disso, a maioria dessas publicações caracterizava-se por ser uma atividade de “horas vagas”, visto que seus redatores só se ocupavam dele em momentos de folga. Um exemplo disso era a do próprio José Ângelo Vieira de Britto, mais conhecido como Bock Bier. Ele era um dos principais redatores do jornal, mas dentre suas atividades principais podemos destacar a de 1º Oficial dos Correios. Ver: PEREIRA, Cristiana Schettini. Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916). 1997. 221f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p.29 e Cf. SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p.317, nota 3. Ver também: PEÇANHA, Natália Batista. “*Regras de civilidade*”: Tecendo a masculinidade dos *smart* nas páginas d’O Rio Nu (1898-1916). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGH/UFRRJ. 2013.

²⁷² Em dissertação de mestrado, defendi a ideia de que estes periódicos do “gênero alegre” estavam em bastante consonância com uma busca pelo moderno, propalado após a proclamação da República brasileira. “A implementação deste novo regime gerava inquietações à respeito de como este iria colocar o Brasil na trilha do „progresso“ e da „civilização“. Conforme Marialva Barbosa, „os periódicos viv[iam] a febre da modernização“. A República, então, representava o rompimento com o atraso e com a barbárie, adjetivos estes facultados por seus propagandistas ao Império do Brasil. Segundo Maria Thereza Chaves de Melo, o vocábulo *república* incorporava mais do que um novo regime político, representava, na verdade, um futuro desejado, daí este termo ter incorporado as ideias de liberdade, democracia, progresso, em oposição à *monarquia*, que representava o atraso, a tirania e o privilégio.²⁷² A proclamação da República, assim como a abolição da escravidão, representava aos olhos de alguns membros da elite “o embarque no trem da evolução rumo à estação „civilização“. Esta euforia em torno da República foi vivenciada e pensada pelos intelectuais, sobretudo os da “Geração de 1870”, que expuseram e debateram o modernismo e a questão nacional em diferentes espaços. De acordo com Mônica Pimenta Velloso, devemos pensar o modernismo „como um processo e movimento contínuo que vai desencadear vários outros movimentos no tempo e no espaço“, ou seja, pensá-lo „a partir da perspectiva da simultaneidade, da continuidade e da pluralidade“. A partir desta compreensão podemos entender como diversos acontecimentos se imbricaram para forjar a entrada do Brasil nesta „modernidade“ almejada.” Ver.

busca pelo termo “criado” e por habilidades como cozinheiro e costureiro, por exemplo, em jornais como *O Rio Nu*, *O Nabo*, *O Badalo*, *O Coió* mais ligados à comicidade, verifica-se, a partir desse segmento da imprensa, como o criado do sexo masculino estava sendo representado e visto por uma parcela da sociedade carioca do período de 1880 a 1920. Será que por desempenhar uma atividade realizada em sua maioria por mulheres, esses homens poderiam ser alvos de exposição ao ridículo por parte de uma imprensa masculina? Ao que tudo indica, a preocupação dessas representações estaria mais voltada à moralidade desses trabalhadores em relação aos conflitos perpetrados no interior das relações de trabalho; as desconfianças inerentes aos criados. Preocupação esta, aliás, que era bastante perceptível nos próprios anúncios.

Precisa-se de um criado idoso e honesto, para serviço de solteiro, exige-se informações de sua conduta; na rua do Ouvidor n. 46, armazém²⁷³

Um moço, bom jardineiro, sabendo tratar de estufa, tendo sua conduta afiançada, oferece-se: na rua de S. Clemente n. 20, Botafogo.²⁷⁴(1915)

Aluga-se um bom copeiro e arrumador, português com pratica e de confiança; trata-se na rua do Catete n. 41, quitanda.²⁷⁵

Além dos atributos físicos, como ser branco ou de cor, a conduta dos criados era algo que deveria ser exigida e garantida muitas vezes por “fiadores” que atestariam o bom desempenho e a moralidade do criado. Segundo Flávia Fernandes, o ato de se exigir “fidelidade”, “boa conduta” e “fiador” que ateste o bom comportamento e desempenho do criado, na verdade, além de indicar as “desconfianças” por parte das/os patroas/ões em relação aos criados/as, representa também “as dimensões das relações sociais que permeavam as relações de trabalho” em fins do século XIX.

Note-se, primeiramente que os atributos dos empregados não se ligavam diretamente à qualidade do trabalho que seria por eles executado, mas sim em qualidades ligadas ao seu “caráter moral”, ou seja, atributos que eram muito mais necessários ao estabelecimento de um tipo de relação do que ao desempenho de uma função. E considerando isso, podemos levar em conta que, em sua maior parte, as demandas de empregadores e as ofertas de trabalhadores domésticos apresentadas nos anúncios envolviam

PEÇANHA, Natália Batista. “Regras de civilidade”: tecendo a masculinidade dos *martins* páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRRJ/PPGH, 2013. Pp.17-18.

²⁷³ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1883.

²⁷⁴ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1915

²⁷⁵ *Ibidem*.

atributos como “humildade”, “fidelidade”, “diligência”, ou simplesmente “boa conduta” e ausência de “vícios”, assim como as exigências de garantias de tais atributos por outras pessoas. Quer dizer, esses pareciam ser elementos valorizados em uma típica relação nas quais bases se davam na hierarquia, na autoridade e na dependência e um indivíduo em relação a outro.²⁷⁶

Uma vez que essa autoridade da/o patroa/ão começa a ser colocada em xeque²⁷⁷ a partir de meados do século XIX, com a emergência das leis emancipacionistas e com o aumento da participação de trabalhadores livres no serviço doméstico, preocupações em relação a quem se colocava dentro da casa dos patrões começaram a se espalhar e a ocupar as atenções, tanto das famílias, quanto da política e da imprensa carioca. Além disso, a rotatividade das/os criadas/os nos lares²⁷⁸ fez com que o medo de que elas/es trouxessem o perigo das ruas²⁷⁹ para dentro dos lares colocassem as famílias em alerta acerca das contaminações morais e físicas que essas/es trabalhadoras/es representavam, sobretudo por conta da sua condição social, e

²⁷⁶ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Op.cit.* pp.139-140.

²⁷⁷ Certamente as relações envolvendo senhores/as e escravos/os domésticos/os não estavam isentas de contestações e reações por parte dessas/es trabalhadoras/os. Assim, não podemos entender as relações envolvendo as/os escravas/os de forma dicotômica, como nos alude João José Reis e Eduardo Silva – de um lado a imagem Pai João, ou seja, uma submissão confirmada e no outro extremo a imagem do Zumbi, o “treme-terra”, o rebelde. Ainda conforme os autores, no Brasil os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente. Transpondo para as relações de trabalho, evidentemente essa mão-de-obra escrava utilizava-se de diversos mecanismos para reivindicar melhores condições de trabalho a partir de resistências cotidianas, como a fofoca das intimidades da família à criadagem da vizinhança; quebra das louças; desperdício; dentre outros mecanismos que poderiam deixar evidente seu descontentamento e poderia possibilitar a barganha por melhores condições e tratamento. Ver. REIS, João José e SILVA, Eduardo. “Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia.” In. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras. 1989

²⁷⁸ A preocupação que começou a existir a partir do desenrolar do processo de abolição foi com o aumento da rotatividade das criadas nos lares cariocas. De acordo com Sandra Graham, a idéia que se tinha é que “as mulheres livres podiam simplesmente ir embora se assim o quisessem. E, segundo os patrões, elas o faziam com regularidade. Alguns diziam que as criadas não ficavam mais do que “oito ou dez dias”. Não é à toa que um dos negociantes de agências, Jeronymo de Assis Pinto Freitas, A fim de diminuir a rotatividade de serviçais nas casas contratantes Jeronymo também propõe prêmios anuais de 100\$000, aqueles criados (ambos os sexos) que permanecerem por mais tempo em uma casa, e prêmios trienais de 300\$000 seguindo os mesmos critérios do primeiro. Propostas essas, com o intuito de romper a imagem de que os agentes das casas de negócios induziam os criados a saírem rapidamente das casas dos patrões. Ver: GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.p. 121. e Proposta de regulamentação do serviço doméstico apresentado por Jeronymo de Assis Pinto Freitas e Cia ao presidente e vereadores da Câmara Municipal da Corte. Nº 321 de 29 de agosto de 1887. Códice (2923) 50-1-44: requerimento de Jeronymo de Assis Pinto Freitas e Cia. AGCRJ

²⁷⁹ De acordo com Suean Caulfield, “o dualismo casa-rua não é um sistema cultural homogêneo ou estático. Os valores, práticas e relações associados a cada um desses pólos mudam ao longo do tempo e variam entre os diferentes grupos sociais e diferentes. Contudo, este pensamento dual permaneceu significativo numa sociedade há muito dominada pelas estruturas paternalistas de poder das instituições criadas com base na família.”: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. p.33. CHALHOUB, Sidney; ESTEVES, Martha de Abreu. *Op.cit.*; SOIHET, Rachel, *op.cit.* e GRAHAM, Sandra L. *op.cit.*

racial, na maioria das vezes²⁸⁰. Assim, assumindo um papel de educador, esses intelectuais²⁸¹ que estavam por traz dessa imprensa carioca, se apropriaram das principais discussões públicas e disseminaram imagens e representações²⁸² que possuíam muito mais um caráter pedagógico, que somente cômico. Segundo Saliba, o “humor que perdura na Belle Époque brasileira será um humor que almeja cultivar a bonomia, que vê a si próprio como civilizador e cultor de gestos nobres”. Assim, misturando e confundindo a vida pública com a doméstica, esses impressos estabeleciam *protocolos de leituras*²⁸³ que tinham como objetivo direcionar a leitura do consumidor ao sentido que eles queriam dar, seja criticar alguma personalidade pública, estabelecer normas de comportamentos ou gerar um alerta aos leitores sobre o comportamento de seus criados, por exemplo.

Foi justamente o contato com as representações feitas pela imprensa do “gênero alegre” acerca do serviço doméstico, mais especificamente sobre a participação masculina nessa atividade, que provocou a iniciativa em realizar uma análise de como esses homens trabalhadores eram representados nessa imprensa cômica. Para isso, nossas análises serão iniciadas no principal jornal do gênero – *O Rio Nu*.

O jornal *O Rio Nu*²⁸⁴ foi um periódico que tinha como uma de suas principais características uma pauta bem definida e direcionada ao público masculino. A partir desse jornal, é possível verificar as diversas masculinidades sendo postas. Desde o *smart* - personificação do homem moderno, civilizado; o homem negro – animalizado,

²⁸⁰ RONCADOR, Sônia. “Histórias paranoicas, criados perversos no imaginário da Belle Époque tropical”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 29. Brasília, janeiro-junho de 2007, p.127.

²⁸¹ Segundo Gramsci os “*intelectuais orgânicos*”, devem ter a capacidade de organização das massas, um organizador da “confiança”. GRAMSCI, A. *Cadernos de Cárcere*.vol2.Disponível em: <http://http://bibliophiliaparana.wordpress.com/2011/09/05/gramsci-antonio-cuadernos-de-la-carcel>. Acesso em 17 de março de 2016.

²⁸² O protocolo de leitura seria, para Roger Chartier, uma dada forma de ler, motivada pela materialidade do impresso, mas também pelas interferências, que podem ser explícitas ou não, dos editores, dos autores e do próprio texto. Ver SCHETTINI, Cristiana. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 321, nota 8 e CHARTIER, Roger. CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

²⁸³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990. p. 121 e CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

²⁸⁴ Jornal que teve sua primeira publicação em 13 de maio de 1898 e que perdurou até 1916, sendo o principal representante de seu gênero. Era produzido por jovens jornalistas, conhecidos como pertencentes à “boêmia literária”, onde faziam parte jovens, que não viviam só das letras, mas que trabalhavam no setor público ou liberal, como o principal redator – José Ângelo Vieira de Brito – que trabalhou nos correios, enquanto publicava suas crônicas, sob o pseudônimo de Bock Bier, dentre outros. Ver: PEÇANHA, Natália B. *op.cit.* e PEREIRA, Cristiana Schettini. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. Dissertação de mestrado. Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

”primitivo”; o *Gouveia* – o homem efeminado, homossexual, pederasta, afeito à práticas sexuais não procriativas, e, portanto contrárias as políticas de ordenação e controle familiar do Estado até as imagens dos criados, que por si só mostravam-se múltiplas.²⁸⁵ Para as análises, foram selecionadas 319 representações de homens que desempenhavam funções domésticas, onde a maior parte dessas representações estava relacionada a possíveis casos extraconjugais que esses trabalhadores poderiam contrair com as patroas, ao hábito de se apropriarem dos pertences dos patrões de forma não autorizada; além do compartilhamento das intimidades dos patrões pelos criados e as confusões e desentendimentos dos criados em relação ao desempenho de suas funções ou trato com os patrões, seja em casas de família ou comerciais, como restaurantes. Essas imagens estavam de acordo com o projeto civilizatório dessa imprensa que, apesar de utilizar-se do cômico e da transgressão, possuía um caráter bem definido em criar uma pedagogia para aqueles homens – “pais de família” – seguirem e se alertarem em relação aos perigos que poderiam entrar em sua casa através da criadagem, por exemplo.²⁸⁶ Cabe aqui ressaltar, que a preocupação em torno da criadagem, se tornou algo muito visível no período pós-abolição, pela *intelligentsia* carioca. Júlia Lopes de Almeida, por exemplo, é uma das grandes escritoras a alertar a “mãe de família” em relação às possíveis contaminações e problemas enfrentados com as/os criadas/os. De acordo com Sônia Roncador, foi em fins do século XIX e princípios do XX que surge na literatura a imagem do “”*empregado invasor*”, um estranho no meio familiar, ou melhor, alguém “de fora” dentro da casa”²⁸⁷, que compartilha de informações privadas, como o caso do criado do Comendador Bonifácio, relatado no jornal *O Rio Nu*.

O Comendador Bonifácio, um senhor de 70 anos, tinha costumes bem definidos, de chegar a casa sempre tarde da noite. Um dia, ao adquirir algum cartão postal com imagens de duas figuras em “posições extravagantes”, resolve chegar cedo a casa, diferente dos outros dias, para mostrar aquelas figuras à sua esposa, uma senhora de uns 50 anos. A Comendadora, muito satisfeita com a situação, dirigiu-se para o quarto imediatamente com seu marido, tendo o cuidado de trancar a porta.

Os Comendadores tinham contratado um criado a pouco, “e o qual, como todos os criados, gostava de saber não só os costumes da casa como também os dos patrões”.

²⁸⁵ PECANHA, Natália B. *op.cit.*

²⁸⁶ *Ibidem.*

²⁸⁷ RONCADOR, Sônia. *Op.cit.* p. 130

Não se contendo em saber o que o casal fazia tão cedo trancados no quarto, posicionou-se com os olhos na fechadura, ao qual logo se espantou com o que vira. Deixando a entender o que vira ao atender à porta, logo depois e informando ao senhor que chamara o Comendador, que ele estava em casa – “mas é impossível falar-lhe. Ele e a patroa estão agora muitíssimos ocupados em *desenhar* o número sessenta e nove...”²⁸⁸.

A exposição da vida dos Comendadores, pelo criado, era uma realidade que pairava na mente das famílias cariocas. Ter sua intimidade exposta era algo que deveria ser evitado. Daí a necessidade de vigiar os criados para o bem estar moral e físico da família, pois a mesma deveria ser protegida. Porém esta proteção, não deveria se restringir somente ao compartilhamento das intimidades da família aos de fora. A preocupação em relação a idoneidade dos criados, no que diz respeito a sua honestidade era algo que pairava constantemente na mente da população carioca, sobretudo, pela disseminação de impressos que geralmente alertavam às famílias sobre o cuidados com suas/eus criadas/os que poderiam furtar ou compactuar com algum delito na residência.

O delegado de polícia Vicente Reis, ao escrever um pequeno livro, em 1903, descrevendo a vida criminosa no Rio de Janeiro, divulga retratos com as principais gírias utilizadas, suas principais operações, além de um retrato da participação da criadagem em crimes cometidos em residências. Pare ele, é evidente que muitos crimes cometidos em lares cariocas contam “com o auxílio de algum doméstico com eles [ladrões] coniventes”.²⁸⁹ Era propagado o fato de que a maioria dos criminosos convive com o espectro mais baixo da sociedade – prostitutas, mas também “com criados que fazem empregar por intermédio de certas agências de locação de serviço” e que já seguem para o aluguel “com a lição na ponta da língua”. Ou seja, eles já entram na casa do patrão com o crime planejado, como o que ocorrera com o penhorista Cohen que precisou de um copeiro, desaparecido de sua casa junto com todas as joias de sua esposa.²⁹⁰

O jornal *O Rio Nu*, assim como o delegado Vicente Reis, alertava para a vigilância que os criados mereciam nas casas. Tanto os homens, quanto as mulheres era uma classe que estava afeita a gatunagem.²⁹¹ Assim, podemos destacar o relato feito

²⁸⁸San-tos. Franqueza de criado. *O Rio Nu*. 01 de abril de 1911. P. 7.

²⁸⁹REIS, Vicente. “*Os ladrões no Rio*”. Sua chronica, suas operações, sua gyria, sua polynomia, seus vulgos, seus retratos, gravuras descritivas, episódios e tudo mais concernente à vida e obra dos rapinantes que infestam a cidade do Rio de Janeiro, com ramificações por S. Paulo e Minas – Estudos e observações minuciosas. 1898-1903. Laememert& C. Editores. 1903. P.24.

²⁹⁰*Ibidem*. P. 161

²⁹¹*Ibidem*.

n“O Rio Nu acerca de um furto das joias de Dona Tina Tatti. Armando Sacramento, um homem que aproveitara a festa de inauguração da Avenida Central, conta que em certo momento ouviu “uns gritos e tramoias” – “Um gatuno bifara as ricas joias de Dona Tina Tatti!”. Se espreitando para ouvir o que a *mandana* gritava, ele percebeu que tinha sido o criado que cometera o crime, ao ouvir de Tina:

Cem [incompreensível] de réis o desgraçado carregou sem dó!
Ah! maldito criado.
Ah! cara de ... socó!...
Eu faço uma bernarda.
E se te apanho, arara,
Desfecho-te no pé, na mão, na... cara,
Três tiros de espingarda!²⁹²

Mas não só com crimes muito elaborados e grandiosos os criados estavam envolvidos. Pelo contrário, os crimes mais comuns eram os pequenos furtos²⁹³, apropriações de pequenos bens dos patrões, como uma comida, uma bebida, e até mesmo charutos.

Um indivíduo notou que uma caixa de charutos, que comprara na véspera, já estava em meio. Dirigiu-se ao criado, com toda a delicadeza, e lhe disse:

- Isto não pode continuar, meu excelente Baptista, *nós* estamos fumando muito.²⁹⁴

N“O *Coió*, a prática dos pequenos furtos, por parte dos criados também foi enfatizada ao lançarem a pergunta: “Quando o criado não rouba nas compras o que diz dele o seu amo?” Já era tão comum essa má fama dos criados, que quando eles não cometiam esses delitos os patrões não sabiam nem o que dizer.

Além dessas representações que alarmavam os seus leitores em relação aos possíveis crimes cometidos por seus criados, as que mais chamaram a atenção foram as das criadas em torno da sexualidade do criado.

Mesmo que o serviço doméstico tenha sido concebido culturalmente como um “espaço da mulher” – o que vai se relativizando ao longo do texto – a maior parte das imagens concebidas, não só n“O Rio Nu, mas também entre seus congêneres²⁹⁵, é a de um criado bastante viril e sexualizado, com a necessidade de ser vigiado para não

²⁹² SACRAMENTO, Armando. Semana despida. *O Rio Nu*. 14 de setembro de 1904. P. 2.

²⁹³ Graham informa, que as criadas (o que pode ser estendido aos criados) podia ser sempre acusada de roubar “[...]guardanapos, colherinhas, facas, pequenas peças de porcelana, roupas de crianças e de adulto, ou jóias””. GRAHAM, Sandra. *Op.cit.* p. 64.

²⁹⁴ *O Rio Nu*. 06 de fevereiro de 1907. P.4.

²⁹⁵ Das 319 imagens de criados presentes n“O Rio NU, apenas 6 os remetem às práticas homoafetivas, as outras 313 imagens se revezam em mostrar ora um criado sexualizado, ora um criado que vigia as intimidades dos patrões, ou que cometem pequenos furtos. Em relação aos outros periódicos

colocar a patroa em desonra. A revista, muitas vezes, subverte a moral propalada, ao apresentar a patroa com uma autonomia sexual²⁹⁶, que historicamente deveria ser exclusividade dos homens, até mesmo os de baixa condição social, como os criados.

Figura 2



Fonte: *Criado fiel*. O Rio Nu. 28 de dezembro de 1907, p.4.

“Fazer as vezes do patrão” era o grande alerta que esta imprensa fazia em relação à presença de criados homens em suas residências. Uma vez que a permissividade do marido poderia desestruturar a família. Daí esses periódicos enfatizarem a necessidade do patrão/marido ficar atento em relação aos seus criados, para que os mesmos não corrompam a honra da sua esposa, da família e, sobretudo, a sua própria honra.

²⁹⁶ Segundo Rachel Soihet, o discurso propalado na cirada do século XIX para o XX era que o homem era considerado o elemento ativo e as mulheres deveriam se submeter a eles de forma passiva, visto que a sexualidade da mulher deveria ser voltada, não a satisfação sexual, mas sim a procriação. SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. P. 253.

Figura 3



Fonte: *Marido Precavido*. O Rio Nu. 07 de janeiro de 1903. P.4.

Seu Malaquias, que o diga. A fim de evitar possíveis “problemas” em relação à sua esposa e o criado, ele decide extirpar qualquer possibilidade de traição, *inutilizando* o criado para “qualquer *serviço*”, em sua ausência²⁹⁷. O que não fizera o senhor Joaquim de Sá Ramiro, que só percebeu o perigo que o criado representava ao flagrá-lo “cara a cara, com sua esposa grudado...”.

²⁹⁷ A proteção de esposas e filhas ou a emissão de atestados de seu bom comportamento geralmente, em fins do século XIX e princípios do XX, eram atribuições da polícia, porém, quando desonrado, era mais comum o marido se atribuir das prerrogativas dos policiais e fazer justiça com suas próprias mãos. Nesses casos, esse homem receberia um tratamento mais compreensivo esse homem receberia um tratamento mais compreensivo, no julgamento, do que aqueles que apresentavam queixas do adultério na polícia. Ver: BRETAS, Marcos L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 181-182

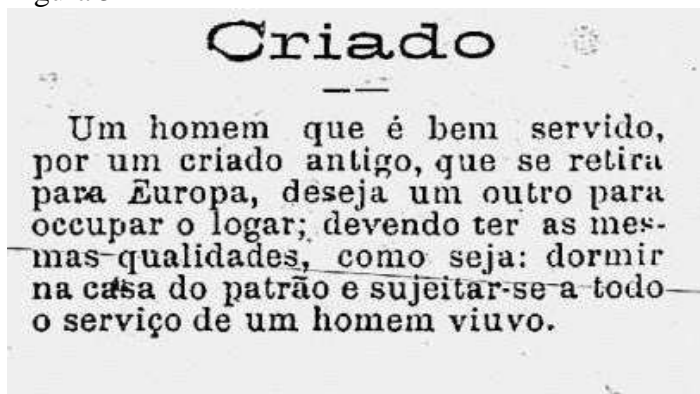
Figura 4



Fonte: *Mão encontro*. O Rio Nu. 27 de dezembro de 1905, p.5.

Certamente, a profissão de doméstico não pressupunha um único modelo de masculinidade, nem mesmo a castração de sua virilidade, apesar de existirem imagens de criados associados à homoafetividade e à feminilidade.

Figura 5



Ironia feita aos diversos anúncios de aluguéis de criadas/os, onde um criado é associado às práticas homoafetivas.
Fonte: *Criado*. O Rio Nu. 03 de fevereiro de 1906. P.5.

Apesar de existirem representações como a descrita acima, onde um criado é anunciado para “todo o serviço” do patrão, essas imagens do criado, como um homossexual, perdem-se em relação a grande maioria em que outras masculinidades dos criados estão sendo apresentadas. Provavelmente as disputas que estão em jogo são referentes ao perigo que os criados heterossexuais poderiam representar para a honra e moral da família higiênica, ordenada pelo Estado e instituições médicas que propalavam ao homem (heterossexual/pai de família/trabalhador/viril) a necessidade de protegê-la²⁹⁸. A corrupção da mulher não só a desonrava, como também ao seu marido, e, por conseguinte, a toda a sua família. Portanto, o alerta apresentado pelo jornal estava atrelado ao cuidado que os patrões deveriam ter na contratação de seus criados e a vigilância constante que se deveria manter em relação à virilidade desses homens, que apesar de desenvolverem atividades, que em sua maioria eram desempenhadas por mulheres, sua virilidade não é posta em xeque. O serviço doméstico, portanto, não determina uma efeminação de seu trabalhador. Ao analisar o material cômico, percebe-se que os contemporâneos não faziam uma associação imediata entre homens domésticos e homossexualidade. Uma vez que essas imagens se convertiam em *protocolos de leitura* que tendiam a encobrir diversas masculinidades subalternas, em prol de uma hegemônica (homem heterossexual). Além disso, o que está sendo fomentado não é só a preocupação acerca da classe social do indivíduo que, por ser criado, já se subentende que é pobre, carecendo, portanto, de ser vigiado, mas também o fato de lhe ser imputado o seu gênero, o que requereria maior vigilância devido à

²⁹⁸ Um texto que representa bem o pai assumindo uma função de educador e protetor de sua filha é o da Adriana Dantas Reis. Cf. REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

possibilidade de corrupção do lar.

Desta maneira, foi apresentado um panorama da participação masculina no serviço doméstico carioca, bem como as visões criadas pelos contemporâneos em relação às masculinidades em disputa nessa relação de trabalho envolvendo um criado homem. Onde a participação masculina no serviço doméstico carioca, apesar de ser minoritária, mostrou-se significativa e importante para a inserção de milhares trabalhadores, livres, libertos, escravos, nacionais e estrangeiros, que poderiam vivenciar essa ocupação, não só como um trabalho temporário, mas como uma possibilidade de profissionalização real. Profissionalização esta, que muitas vezes tinha sua iniciação na mais tenra idade, uma vez que estamos falando de uma atividade que tinha em sua composição um grande número de crianças e jovens. Para entender a participação, no serviço doméstico, da mão-de-obra infanto-juvenil segue-se o próximo capítulo.

Capítulo 3

“Precisa-se de uma menor para pequenos serviços de uma casa”: a mão-de-obra infanto-juvenil no serviço doméstico carioca

- Ó Jacinta?
- Senhora?
- Quem foi quem tirou o jornal que estava na sala?
- Não sei não senhora.

(...)

Depois de muitas pesquisas descobre-se que tanto o jornal como a Gazeta figuram nas cabeças dos três inocentes, transformados em chapéus de dois bicos!

(...)

- Quem rasgou foi o Cyro.
- Duas palavras acerca do Cyro.

Este pomposo nome, de gloriosas tradições históricas, pertence a um crioulinho, preto como o azeviche, de oito para nove anos de idade.

É o companheiro inseparável dos três [filhos dos donos da casa].

Filho da preta, que amamentou o mais velho, goza em casa dos privilégios de cria, os quais como os leitores não ignoram estendem-se desde a sala de visitas até o tacho de doce da cozinha.²⁹⁹

Cyro era um crioulinho, cria da casa e “primeiro mestre que têm os inocentes, antes de irem à escola beber os rudimentos da língua vernácula”³⁰⁰. Assim, como os três meninos (Joãozinho, Chico e Pedrinho), Cyro gozava da idade que correspondia à categoria de infância. Porém, entre ele e os meninos brancos, a função social desempenhada por sua idade vai lança-lo ao mundo do trabalho antes de seus companheiros de estripulias.³⁰¹

A exploração do trabalho infantil era algo muito comum no Brasil, principalmente durante a escravidão. O trecho citado aponta para a utilização de crianças, ou melhor, “crias da casa”³⁰², nas funções de pajens, “moleques-de-recados”,

²⁹⁹ JUNIOR, França. Folhetins. RJ. Typ. Da Gazeta de Notícias, 1878. p. 82. O trecho citado do livro “Folhetins”, de França Junior, foi publicado em 1878, mas teve circulação também na década de 1880, quando por exemplo, o jornal *Gazeta de Notícias* o dava como prêmio aos assinantes. *Gazeta de Notícias*. RJ. Ano VI. Ano 1880. Ed. 007. Disponível em: <http://memoria.bn.br>.

³⁰⁰ *Ibidem*. p.83.

³⁰¹ MATTOSO, K. O filho da escrava. In. PRIORE, Mary del (org). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. Acerca da função social desempenhada pela idade, Miriam L. Moreira Leite aponta, que a infância não pode ser pensada apenas por uma fase biológica, mas como uma construção histórica e cultural, na qual números, como os representados pela idade, não dão conta de sua variabilidade. Vide o caso, das crianças escravas, que são lançadas ao mundo do trabalho de forma antecipada às crianças brancas, mesmo as pobres. Ver: Leite, M. L. M. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In. FREITAS, M.C. (org.). *História da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 21.

³⁰² De acordo com Miriam L. Moreira, no século XIX a definição de criança esbarrava na ideia de que elas “eram criadas pelos que lhes deram origem. Eram o que se chamava „crias” da casa, de responsabilidade (nem sempre assumida inteira ou parcialmente) da família consanguínea ou da vizinhança”. In. LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de

amas-secas, copeiros ou “damas de companhias”, por exemplo, como uma prática recorrente³⁰³.

Em anúncios de jornais era bastante comum pessoas oferecerem ou demandarem por menores de idade, para desempenharem diversas funções relacionadas aos cuidados com a casa ou à companhia dos filhos dos patrões em troca de pequenos soldos, ou simplesmente pela troca de alimentação, vestimenta e/ou educação.

Aluga-se um pequeno de 11 anos para casa séria, com a condição de aprender a ler, não se fazendo questão de ordenado; na rua Pernambuco n. 234, Encantado.³⁰⁴

Precisa-se de 5 copeirinhos de 12 a 14 anos; paga-se 20\$ e 25\$; na rua de Santo Antônio, n. 15.³⁰⁵

Aluga-se uma negrinha muito carinhosa para ama seca, no que está muito acostumada, fiel e sem vícios, sabe passar roupa a ferro, própria para casa de tratamento; na rua do Conde d'Eu n. 18, das 9 horas em diante.³⁰⁶

Tal prática, não era restrita apenas as crianças pobres de cor. No comércio, por exemplo, muitos jovens portugueses recém-chegados ao Brasil se empregavam em casas comerciais de patrícios, a fim de trabalharem como aprendizes sem remuneração fixa.³⁰⁷ Segundo Alencastro, os “caixeiros” eram, em geral, adolescentes, que chegavam de Portugal para trabalhar, muitas vezes sem remuneração no armazém de um tio, primo ou padrinho, já estabelecidos no Rio de Janeiro³⁰⁸.

Em relação ao serviço doméstico, anúncios ofertando ou demandando crianças e/ou adolescentes estrangeiras/os para alguma tarefa do lar, também surgiam nas páginas de periódicos como o *Jornal do Commercio*: “Oferece-se uma moça portuguesa de 15 anos, para copeira ou arrumadeira [ileg.]”³⁰⁹

Apesar de a entrada no mundo do trabalho ser uma realidade mais precoce para os/as menores de cor, a realidade do trabalho infantil no Brasil não era uma especificidade dessas crianças. Tomando as devidas cautelas, podemos afirmar que, em

viagem. In. FREITAS, Marcos Cezar (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2001. p. 20.

³⁰³ SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: Escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7 Letras, 2007. p.118.

³⁰⁴ *Jornal do Commercio*, 04 de novembro de 1912. P.12

³⁰⁵ *Jornal do Commercio*. 02 de novembro de 1902. P.2.

³⁰⁶ *Jornal do Commercio*, 06 de novembro de 1882. P.8

³⁰⁷ POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 194.

³⁰⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos: Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos Cebrap*, n.21 – Julho de 1988. p.34

³⁰⁹ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1919.

um primeiro momento, a classe social era a baliza prioritária para a incorporação de menores de idade a situações exploratórias de trabalho. Vide as denúncias que o *Jornal do Commercio* fazia na década de 1860 à incorporação ao trabalho em fábricas de charutos de duas mil crianças açorianas, bem como a entrada clandestina de menores ao país, facilitado pela Associação Central de Colonização.³¹⁰

A incorporação de crianças e adolescentes no mercado de trabalho era uma preocupação que se colocava antes mesmo da década de 1830, com a formação das Companhias de Aprendizes Artífices e as Companhias de Aprendizes Marinheiros. Locais em que crianças eram compulsoriamente forçadas a se formarem em diversos ofícios a fim de que não se convertessem em “futuros vadios, inúteis e perigosos a sociedade”³¹¹. Preocupação esta, que nas palavras de Polanyi, foi fruto do “progresso” desencadeado pelo “o moinho satânico” que triturou “os homens transformando-os em massa”.³¹² Lançando-os às ruas sob a alcunha de vagabundos, às favelas e cortiços e lançando crianças e jovens ao submundo do crime e da exploração. É neste cenário em que escravos tornavam-se libertos e imigrantes pobres chegavam ao Rio de Janeiro com o afã de vencer na vida, que observa-se uma ideologia do trabalho sendo formada “como estratégia de regeneração, controle social e ordenação urbana”.³¹³

Trata-se de uma transformação no cenário do mundo do trabalho e da condição de vida dos/as trabalhadores/as pobres, em um sentido global. Pensando na preocupação em relação ao serviço doméstico, pode-se verificar que não se tratou de um processo desencadeado, exclusivamente, pelo fim da escravidão, mas sim de um processo mundial que gerou tais preocupações no serviço doméstico de outras regiões que já tinham vivenciado o fim da escravidão em meados do século XIX – como foi o caso de Buenos Aires, na Argentina.³¹⁴

Entretanto, é evidente que a classe social das crianças desvalidas exercia um peso importante em sua institucionalização ou na sua construção identitária como

³¹⁰ *Ibidem*. p.44

³¹¹ TEIXEIRA, Heloísa Maria. Úteis a si e à nação: A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX.. *Revista de História e Historiografia da Educação*. Curitiba, Brasil, v.1, n. especial, pp. 141-169, julho de 2017. p.144. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/article/download..> Acesso em: 19 de março de 2018.

³¹² POLANYI, Karl. *A grande transformação*. As origens da nossa época. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2004. P.51

³¹³ TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Op.cit.*

³¹⁴ Sobre uma análise do serviço doméstico portenho, ver: ALLEMANDI, Cecilia L. *Sirvientes, criados y nodrizas. Una aproximación a las condiciones de vida y de trabajo em la ciudad de Buenos Aires a partir del servicio doméstico (fines del siglo XIX – principios del XX)*. Tesis. Buenos Aires: Posgrado de Historia/ Universidad de San Martín. 2015.

menor, carregando todos os estigmas e peso que tal classificação/identidade transmitia sobre tais crianças. Porém, se em um primeiro momento a classe era vista como um elemento que fazia com que tais crianças fossem alvo de preocupações em relação sua permanência nas ruas da cidade gerando a necessidade de “protegê-las” por meio de ofertas de ofícios que os lançassem ao mundo-do-trabalho convertendo-as em seres úteis à sociedade, não podemos nos furtar de evidenciar que, para o caso brasileiro, o peso racial como um elemento demarcador importante para se entender a prática da exploração infantil no Brasil, foi extremamente relevante.³¹⁵

Durante o século XIX até as primeiras décadas do século XX, o processo de institucionalização da criança brasileira³¹⁶, fez com que o princípio de proteção se convertesse, na verdade, em um mecanismo de agenciamento do trabalho infantil, sobretudo, quando pensamos os efeitos da Lei do Ventre Livre³¹⁷. Lei esta que, ao mesmo passo que representou um fim próximo da escravidão, foi também um mecanismo de assimilação da mão-de-obra infantil de cor em permanência servil – através da tutela.³¹⁸ Não é à toa, que em 1872, instituições foram criadas a fim de “proteger” as meninas que se encontravam em situação de orfandade. Com uma demarcação estritamente racial, abrigos como o Orfanato Santa Maria, que era um espaço do Colégio da Imaculada Conceição foi criado e dedicado às meninas de cor, onde, ao contrário das meninas brancas, não eram preparadas para a “formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas-de-casa”, mas especificamente à “formação de empregadas domésticas e semelhantes”³¹⁹

Assim, encontradas em diversas instituições nas quais famílias podiam recolhê-las às suas casas sob tutela, muitas dessas meninas vão aparecer em diversos inquéritos

³¹⁵ Sobre a construção da minoridade e do termo *menor*, ver: VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha*. Polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

³¹⁶ Sobre a institucionalização da infância no Brasil, ver: RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. *A institucionalização da criança no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. Ver também: AZEVEDO, Gislane Campos. *Os juizes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX..* Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao2017/materia01/texto01.pdf>. Acesso em 13 de março de 2018.

³¹⁷ Ver: PERUSSATO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860-1888*, São Leopoldo/RS: Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, 2010.

³¹⁸ SOARES, Aline Mendes. “Precisa-se de um pequeno, prefere-se de cor”: o mundo do trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. P.7. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300927031_ARQUIVO_ANPUH2011-.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

³¹⁹ RIZZINI e RIZZINI. *Op.cit.* p.27.

policiais, acusando seus tutores por maus tratos, abusos sexuais, ou simplesmente fugindo de uma realidade, que a princípio poderia ser de “proteção”. Tal realidade vivenciada em um processo de emancipação, culminada com o fim da escravidão que fez com que os diversos estratos da sociedade – “libertos, ex-senhores, os demais homens e mulheres livres e o próprio Estado viram-se forçados a rever atitudes e estratégias”,³²⁰.

O futuro de crianças libertas e pobres, que poderiam se converter em um “mal que se adivinha”,³²¹, foi uma pauta bastante discutida em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Onde um ambiente social no qual os antigas/os senhoras/es ou patroas/ões se esforçavam em permanecer com práticas e costumes disseminados durante a escravidão, permitia que “os senhores ti[vessem] a seu favor mecanismos legais” que os protegia, criando “relações de reciprocidade que, em vez de remediar a ausência de leis claras, tornou justificável a violência física e simbólica que perpassava a relação”.³²² No serviço doméstico, por exemplo, as relações envolvendo patroas/ões e empregadas/os possuíam uma natureza complexa e marcada pela pessoalidade, o que facilitava tais costumes. Entretanto, tais permanências não eram impostas sem resistências. Essas/es mesmas/os patroas e patrões que tinham a seu favor mecanismos legais que as amparavam em relação ao “trato” dispensado as/os criadas/os, sobretudo *menores*, tinham que lidar com os novos sentidos de liberdade experimentados por essas/es trabalhadoras/es no dia a dia. Fugas, denúncias e/ou agressões por partes das crianças frente às explorações de suas patroas e patrões³²³, demonstravam um alerta que a elite e o Estado deveriam ter em relação a elas. E revelavam também as formas de resistências utilizadas por crianças e jovens para conter os abusos de uma relação tão pessoalizada, como a do serviço doméstico.

³²⁰ MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 3ª Ed. revisada. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp, 2013. P.29.

³²¹ VIANNA, Adriana de Resende Barreto *O mal que se adivinha: Polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

³²² CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia M. G. da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p.411.

³²³ Gilberto Freyre, a partir de relatos de viajantes, identificou o comportamento das senhores frente aos seus escravos. De acordo com o autor, geralmente as senhores eram mais cruéis que os senhores no trato dos escravos e os relatos acerca desse tratamento não eram “dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhámoças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido (...). Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos.” Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006. pp.422-421. Certamente, tal comportamento cruel das patroas frente as criadas, sejam adultas, jovens ou crianças, pode ter ultrapassado o período escravocrata e ter se mostrado presente nas relações de trabalho no pós-abolição, sobretudo, em relação ao trabalho infantil.

Desta forma, na empreitada de verificar o cotidiano e os conflitos que criadas/os nacionais e estrangeiras/os vivenciavam no seu dia-a-dia de trabalhadoras/es pobres, em uma cidade que convivia com a efervescência de mudanças sociais importantes, é que a, neste capítulo visa refletir uma outra camada fundamental que compunha o serviço doméstico: a mão-de-obra infantil.

– Formas de contratação

Por diversos caminhos uma senhora, precisando de ajuda nos afazeres de casa e não querendo dispensar soldadas mais elevadas, poderia adquirir moleques, raparigas, negrinhas, meninas ou outras tantas categorias que remetiam a infância. E não faltavam crianças e jovens disponíveis no Rio de Janeiro.

Tabela 23

Relação de população do Rio de Janeiro por idade e sexo - censo de 1872, 1890 e 1906									
	1872			1890			1906		
Idade	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
< de 15 anos	40178	36605	76783	79524	74908	154432	13824 6	11908 8	25733 4
15 a 60 anos	10810 0	73770	18187 0	20041 5	14123 3	341648	30096 3	20693 7	50790 0
> de 60 anos	3903	3764	7667	12081	12071	24152	14384	15654	30038
Ignorada	294	217	511	1637	782	2419	9860	6311	16171
Total	15247 5	11435 6	26683 1	29365 7	22899 4	522651	46345 3	34799 0	81144 3

Fonte: Adaptação de tabela presente no recenseamento de 1906 do Rio de Janeiro. BRASIL. Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*: Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907. p. 76

Tabela 24

Relação de população por nacionalidade, sexo e idade - Distrito Federal - Censo de 1920						
	Brasileiros			Estrangeiros		
Idade	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
0-6 anos	112188	86991	199179	1469	1422	2891
7-14 anos	90101	91692	181793	5657	4961	10618
15 e mais anos	263635	296374	560009	148004	77616	225620
Total	465924	475057	940981	155130	83999	239129

Fonte: Adaptação de tabela referente ao grau de instrução nos estados brasileiro do recenseamento nacional de 1920. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920: População do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. V. II, 1ª Parte. Rio de Janeiro. Tip. Da Estatística, 1923. pp.4-5

Tabela 25

Relação de população por nacionalidade, sexo e idade - Distrito Federal - Censo de 1920 – Continuação					
Nacionalidade			Total		
Ignorada					
Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
62	43	105	90309	88456	178765
28	43	71	95796	96696	192492
663	424	1087	412302	374414	786716
753	510	1263	598407	559566	1157973

Fonte: Adaptação de tabela referente ao grau de instrução nos estados brasileiro do recenseamento nacional de 1920. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920: População do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. V. II, 1ª Parte. Rio de Janeiro. Tip. Da Estatística, 1923. pp.4-5

Percebe-se por meio das tabelas apresentadas que, a população com menos de 15 anos correspondia cerca de 30% da população total do Distrito Federal (28,7% em 1872, 29,5% em 1890, 31,7% em 1906³²⁴ e 32% em 1920). Isso representa um número significativo de um possível arsenal de mão-de-obra disponível ao mercado de trabalho, sobretudo em atividades menos remuneradas como o serviço doméstico. Onde pais podiam ver o salário das crianças como um complemento aos vencimentos da família.

³²⁵ Ou, em alguns casos, garantir ao menos, o sustento, o teto e a educação de seus filhos.

Aluga-se uma senhora portuguesa para casa de pouca família para cozinhar o trivial ou arrumar casa e coser; levando em sua companhia uma filha de 17 anos, para ama seca; não se aluga a mãe sem a filha.³²⁶

Precisa-se de uma perfeita lavadeira, tendo um filho ou filha de mais de 12 anos, de conduta afiançada; na praia do Flamengo n. 50.³²⁷

Antes de nos adentrarmos nas relações de trabalho envolvendo essas/es jovens e seus patrões, verificaremos quais eram as formas mais usuais de se obterem menores de idade no serviço doméstico carioca.

–“Precisa-se de uma rapariguinha para serviços leves de uma casa” – anúncios de jornais como meio de obtenção de mão-de-obra infanto-juvenil.

Apesar de toda a carga negativa atribuída aos anúncios e às agências de locação que se utilizavam desse mecanismo para ofertar suas/eus trabalhadoras/es, o anúncio era uma das formas mais usuais para se demandar ou ofertar criadas/os. Presentes em diversos jornais cariocas, neles observar-se a exposição de trabalhadoras/es de diversas nacionalidades, raças, idades, profissões, condição civil e características morais.

Não será alongada as descrições das características editoriais acerca da produção dos anúncios, nem mesmo será analisadas a má reputação das agências de locação, já discutidas no primeiro capítulo e por outras autoras que analisam o serviço doméstico e a escravidão.³²⁸

O que se busca analisar é como crianças e jovens são representadas nos anúncios, bem como identificar diferenças salariais e tipos de atividades em que essas/es menores de idade eram demandas/os para o serviço doméstico. Para isso, será

³²⁵ SOARES, Aline Mendes. “Precisa-se de um pequeno”: o trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro, 1888-1927. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009. P. 6. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1328.pdf>. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

³²⁶ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1886.

³²⁷ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1887.

³²⁸ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação de mestrado. Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Magali Gouveia Engel. São Gonçalo/RJ: UERJ-FFP/PPGHS, 2010; FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. 4 ed. São Paulo: Global, 2010.; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; SODRÊ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

realizada uma análise em 255 anúncios referentes à demanda, à venda e à oferta de menores de idade, na cidade do Rio de Janeiro. Onde, categorias como “copeirinhos”, “moleques”, “raparigas”, “meninas”, “negrinhas”, “pardinhas”, “moças” e “rapazes”, são apenas algumas das nomenclaturas pelas quais criadas e/ou criados menores de idade poderiam ser representados em anúncios, como os do *Jornal do Commercio*.

Geralmente, utilizando-se de um sufixo no diminutivo, estabelecendo um sentido semântico de infância, os anúncios conseguiam demonstrar com facilidade ao seu leitor a faixa etária pelo qual se demandava ou ofertava criadas/os, mesmo que em muitos casos a idade não aparecesse no anúncio para ratificar ou reforçar o desejo por uma idade específica.³²⁹

Aluga-se uma mocinha de 16 anos de cor parda, para arrumadeira e copeira ou ama seca; telefone 867, Central [grifo meu]³³⁰

Aluga-se uma pardinha para casa de família, que faz bem todo o serviço (...). [grifo meu]³³¹

Precisa-se de uma moça, branca, para ama seca, estrangeira ou nacional, idade de 15 a 20 anos, pagando-se 30\$ mensais; na rua Magal[ileg] n. 10. Catumbi. [grifo meu]³³²

Aluga-se um pequeno de 11 anos para casa séria, com a condição de aprender a ler, não se fazendo questão de ordenado; na rua Pernambuco n. 234, Encantado. [grifo meu]³³³

Nos anúncios apresentados destaca-se a utilização do termo “moça” ou “mocinha”. Tais conceitos são remetidos, geralmente a faixa etária de 15 a 20 anos, sendo termos como “pequeno”, “pardinha”, “negrinha”, mais comuns quando se queriam referir-se a menores de 14 anos.

Abaixo segue em anexo tabelas em que podemos visualizar alguns dos termos presentes em anúncios para se referir menores de idade.

³²⁹ SOARES, Aline M. *op.cit.* p.5.

³³⁰ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1920.

³³¹ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1880.

³³² *Jornal do Commercio*. 07 de novembro de 1882.

³³³ *Jornal do Commercio*. 04 de novembro de 1912.

Tabela 26

Anúncios referentes à Aluga-se criadas menores de idade - <i>Jornal do Commercio</i>												
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	1922	1928	1932	Total
Pardinha	2											2
Rapariga	9			1								10
Moça	5	1	4	7	1	5	52	8	2	3	4	92
Negrinha	3											3
Mocinha						4		2				6
até 14 anos	1					1	1					3
15 a 20 anos	1											1
Total	21	1	4	8	1	10	53	10	2	3	4	117

Fonte: Tabela confeccionada a partir de anúncios do *Jornal do Commercio*, respeitando o intervalo de cinco anos entre os exemplares consultados.

Tabela 27

Anúncios referentes à Aluga-se criados menores de idade – <i>Jornal do Commercio</i>								
	1882	1892	1902	1907	1912	1917	1928	Total
Pequeno	1				2			3
molecote/moleque	6							6
Moço		1		1	3	1	1	7
até 14 anos	1				2			3
Rapaz	2					2		4
10 a 59 anos			1					1
15 a 20 anos					1			1
Total	10	1	1	1	8	3	1	25

Não houve referências para os anos de: 1887, 1897, 1922 e 1932

Fonte: Tabela confeccionada a partir de anúncios do *Jornal do Commercio*, respeitando o intervalo de cinco anos entre os exemplares consultados.

Tabela 28

Anúncios referentes à Precisa-se criadas menores de idade - <i>Jornal do Commercio</i>										
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1928	1932	Total
menor				1		1	2			4
Moça	2	1		1	1		11	2	2	20
Rapariga	2	3	1			1	3			10
Negrinha	1	1								2
Pequena		2	1			4				7
Criadinha				1						1
Menina	1		3		1	7	2		1	15
Mocinha					1		2			3
até 14 anos	1	1	4			5	4			15
15 a 20 anos		1	2	3		3	4			13
Total	7	9	11	6	3	21	28	2	3	90

Não houve referências nos anos de 1917 e 1922.

Fonte: Tabela confeccionada a partir de anúncios do *Jornal do Commercio*, respeitando o intervalo de cinco anos entre os exemplares consultados.

Tabela 29

Anúncios referentes à Precisa-se criados menores de idade - <i>Jornal do Commercio</i>										
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	1922	Total
Rapaz	2	1	1				1	1	1	7
moleque/moleco te	2									2
Pequeno	1	3	5	3	4		1			17
menor		1			2	1				4
Menino					1					1
moço ou pequeno		1								1
Moço		1	2	1						4
pouca idade			1							1
até 14 anos			2		6		1			9
15 a 20 anos			1		2					3
Criadinho			1							1
Total	5	7	13	4	15	2	3	1		50

Não houve referências nos anos de 1922, 1927 e 1932.

Fonte: Tabela confeccionada a partir de anúncios do *Jornal do Commercio*, respeitando o intervalo de cinco anos entre os exemplares consultados.

Tabela 30

Anúncios de venda de escravas/os domésticos menores de idade – 1887			
	Masculino	Feminino	Total
Pequeno	1		1
18 anos		1	1
Total	1	1	2

Fonte: Tabela confeccionada a partir de anúncios do *Jornal do Commercio*, respeitando o intervalo de cinco anos entre os exemplares consultados

Nas tabelas, acima apresentadas, verifica-se em primeiro momento as nomenclaturas pelos quais essas crianças e jovens são mencionadas em anúncios de demanda (Precisa-se), oferta (Aluga-se) e venda de criadas/os. Se for observada a tabela referente ao aluguel de criadas, percebe-se que a conceito “moça” foi a que mais surgiu.

Em 1912, na tabela que se refere ao aluguel de criadas (Tabela 29), das 52 *moças* mencionadas nos anúncios 39 delas eram portuguesas oferecendo-se a alguma família. De acordo com Joaquim da Costa Leite, 1880, 1891 e o período de 1912-1913 foram momentos de pico de entradas de portugueses, dentre outras nacionalidades, como alemães, espanhóis, italianos.³³⁴ Portanto, o número elevado de portuguesas em 1912, pode refletir esse aumento de entradas de imigrantes neste período, principalmente na observância quanto ao número elevado desses anúncios referir-se a pessoas se oferecendo ao serviço doméstico, representando um excedente desta mão-de-obra disponível ao mercado de trabalho carioca. Além disso, a especificidade dessas portuguesas, estarem englobadas na nomenclatura de *moça*, pode ser explicado pelo padrão de imigração do período estudado. Voltando a tabela referente à população do Distrito Federal (Tabelas 27 e 28), respeitando as categorias de nacionalidade, sexo e idade, no período de 1920, observa-se que o número de homens e mulheres menores de 15 anos é inferior as/aos maiores de 15 anos. No caso feminino os números de pessoas englobadas nas faixas etárias de 0-6 anos somados aos de 7-14 anos verifica-se um total de 6383 pessoas do sexo feminino. Isso representa 7,5% do total de estrangeiras (83999), onde 77616 eram maiores de 15 anos.³³⁵

³³⁴ COSTA LEITE, Joaquim da. *Op.cit.* p.183.

³³⁵ BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920: População do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*. V. II, 1ª Parte. Rio de Janeiro. Tip. Da Estatística, 1923.

O estabelecimento de faixas etárias para distinguir a menoridade da maioridade, não era algo sólido e definido durante o século XIX, podendo, em vários momentos, ser interpretadas e definidas de diversas formas. De acordo com o censo de abril de 1870, a faixa etária da população era dividida em menores de 7 anos, menores de 14, menores de 21 e maiores de 21 anos.³³⁶ Conforme Mirian Leite, de acordo com o código Filipino, até fins do século XIX, a maioridade se verificava aos 12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos. Entretanto, pensando que as abstrações numéricas não dão conta da complexidade e variabilidade da infância, pensando-a como uma construção social,³³⁷ será estabelecida, preferencialmente, a baliza da menoridade até os 20 anos, verificando-a como uma idade relevante, pensando na própria Lei do Ventre Livre, que estabelecia a idade de 21anos como a baliza para a “liberdade” da tutela do senhor.³³⁸ Entretanto, vale ressaltar que a idade numérica é mais um instrumento para facilitar as análises dos dados coletados do que efetivamente um balizador de comportamentos sociais, uma vez que o fato de uma criança estar disponível como mão-de-obra ativa no mercado de trabalho, não quer dizer que antes dos 7 ou 8 anos sua mão-de-obra não tivesse sendo utilizada compulsoriamente.

Retomando as análises das nomenclaturas utilizadas para a identificação da preferência de idade dos criados nos anúncios, o que se verifica, ao contrário do que se observou no caso das mulheres, é a predominância de nomenclaturas que, a princípio, podem nos remeter aos menores de 14 anos, como “copeirinho”, “menino” ou “pequeno”, que inclusive, surgiu 17 vezes, em um universo de 50 referências totais, quando os anúncios referentes à demanda por criados do sexo masculino. Isto pode ser explicado pelo fato de que tais meninos menores de 15 anos, quando demandados para casas de famílias, eram geralmente direcionados para atividades internas à casa como copeiros, pequenos afazeres de casa ou pajear os filhos dos patrões, atividades estas que poderiam ser exercidas por crianças entre 10 e 14 anos e que não requeriam altos

³³⁶BRASIL. Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*: Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907. pp. 48 a 50.

³³⁷LEITE, Mirian .L. M A infância no século XIX segundo Memórias e Livros de Viagem. In: FREITAS, M.C (org). *História da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.. p.21.

³³⁸No artigo 1º da Lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 [Lei do Ventre Livre], é decretado que: “Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre. §1º. Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães os quais terão a obrigação de cria-los e trata-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização de seiscentos mil réis., ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de vinte e um anos.”. <http://www2.senado.leg.br>. Ver também: CHALHOUB, Sidney *op. Cit.* 2003. P.171.

salários. Ao contrário, de idades superiores que eram demandadas ou ofertadas para atividades que necessitavam de uma especialização maior, como cozinheiro, cocheiro ou jardineiro, que além de serem bem quistos em casas de famílias afamadas, também o eram em hotéis e restaurantes.

Aluga-se um rapaz cozinheiro por 28\$ [...] ³³⁹

Aluga-se, por 10\$, um moleque de 12 anos para criado e copeiro, com pratica, afiançado[...] ³⁴⁰

Oferece-se um moço para copeiro ou caixeiro de hotel, falando um pouco frances, italiano e espanhol[...] ³⁴¹

Precisa-se de 5 copeirinhos de 12 a 14 annos; paga-se 20\$ e 25\$; na rua de Santo Antonio, n. 15. ³⁴²

Precisa-se de 2 cozinheiros de forno e fogão , paga-se 70\$ a 80\$, 10 do trivial, paga-se 30\$ a 40\$, 2 copeiros, paga-se 30\$ a 40\$, uma lavadeira e engommadeira; na rua de Santo Antonio n. 1[ileg] ³⁴³

Nos anúncios selecionados, pode-se observar que a idade poderia determinar um aumento ou uma diminuição nos soldos recebidos por um criado. Se o mesmo era um “rapaz”, ou seja, possuía, possivelmente, mais de 15 anos e ainda exercia uma função valorizada como a de cozinheiro, seu ordenado certamente seria mais elevado do que um “moleque” de 12 anos que, para exercer funções de criado (possivelmente serviços leves de uma casa) mais a função de copeiro, receberia apenas 10\$ e isso se o mesmo tivesse prática e uma conduta afiançada. Este último quesito, tendo um valor importantíssimo por aquelas pessoas que precisavam recorrer aos anúncios para obter bons criados. De acordo com Olívia Maria Gomes da Cunha, a “harmonia e paz doméstica implicavam a manutenção de laços de dependência sacralizados em relações desiguais de poder, experimentadas e ritualizadas em domínios de tipo privado, pessoal e, sobretudo, íntimo.”³⁴⁴ É baseada nesta intimidade compartilhada por “duas classes desiguais”, que se faz coerente a exigência por aspectos morais que definiriam a honra, a conduta e o comportamento afetuoso da/o criada/o em relação à família que lhe “acolheria” em seu seio. A escolha de menores com “boa conduta” facilitaria a tarefa de sua “domesticação”, uma vez que ainda estavam em formação.

³³⁹ *Jornal do Commercio*. 13 de maio de 1886.

³⁴⁰ *Ibidem*.

³⁴¹ *Ibidem*.

³⁴² *Jornal do Commercio*. 02 de novembro de 1902.

³⁴³ *Ibidem*.

³⁴⁴ CUNHA. Olívia Gomes da. *Op.cit.* p.382.

Suely Kofes chama a atenção para o fato de o substantivo “doméstico” ser empregado usualmente como sinônimo de *empregado doméstico* (frequentemente no feminino), enquanto o verbo “domesticar” é empregado como sinônimo de “civilizar”, “colonizar” e “amansar”. Se confrontados, esses significados nos apontariam, na interpretação de Kofes, tanto para a idealização das funções domésticas realizadas no lar e envolvendo relações familiares – como atividades de educação, portanto de “desnaturalização” de tudo aquilo que socialmente é incluído como parte da natureza (o corpo, os instintos, a sexualidade, os impulsos e a sujeira), quanto para reificação de códigos de desigualdade social produzidos pela cultura. A ambiguidade não é apenas retórica. Educação, preparação e amansamento são práticas definidas nas relações sociais constantemente reinterpretadas dentro dos territórios de domesticidade.³⁴⁵

É neste ambiente da domesticidade que hierarquias são construídas. Idades, cor e tipos de ocupações (portas adentro ou fora) poderiam definir uma melhor qualidade de trabalho e uma melhor remuneração. A fim de verificações das ocupações pelos quais as/os menores de idade se inseriam no serviço doméstico carioca, bem como as nacionalidades e cor dessas crianças, foram elaboradas tabelas que nos permitirão uma análise mais detida.

Tabela 31

Atividades do serviço doméstico desempenhadas por criadas menores de idade que estavam sendo vendidas	
	1887
Criada	1
tomar conta de criança	1

Fonte: Jornal do Comércio, 07 de novembro de 1887.

³⁴⁵ *Ibidem.* pp. 382-383.

Tabela 32

Demanda (Precisa-se) de atividades do serviço doméstico desempenhadas por criadas menores de idade										
	188 2	188 7	189 2	189 7	190 2	190 7	191 2	192 8	193 2	Tota 1
Cozinheira	1	1			1		1		1	5
Lavadeira	1	1		1	1	1	1		1	7
Engomadeira		1		1			1			3
Ama seca			3	4	1	6	3			17
Criada	2	5	3	1		9	13			33
Tomar conta de criança	3	2	3	1		4		1		14
Costureira								1		1
Copeira		1		1			2	1		5
Passar roupa a ferro		1							1	2
Fazer compras			2							2
Governanta				1						1
Pajem						1	3			4
Arrumadeira							3	1		4
Arrumar Quartos							1			1

Não houve referências no exemplar de 1917.

Fonte: Tabela confeccionada a partir de anúncios do *Jornal do Commercio*, respeitando o intervalo de cinco anos entre os exemplares consultados.

Tabela 33

Oferta (Aluga-se) de atividades do serviço doméstico desempenhadas por criadas menores de idade												
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	1922	1928	1932	Total
cozinheira	8		1	2		3	3	2				19
Lavadeira	8					2	6					16
engomadeira	5						1					6
ama seca	4		1	1	1	6	8	1	1			23
ama de leite	6						1					7
Criada	7		2	1		2	11	1	1		2	27
tomar conta de criança	2							2			2	6
Copeira				3		5	17	6		2		33
Mucama	1											1
passar roupa	1											1
Costureira		1						1			2	4
arrumar quartos				1								1
governanta				1				1				2
arrumadeira				1	2	10	28	5		1	1	48
empregada						2						2
dama de companhia						1					1	2
Pajem							1					1
passar a ferro							1	1				2

Fonte: Tabela confeccionada a partir de anúncios do *Jornal do Commercio*, respeitando o intervalo de cinco anos entre os exemplares consultados.

A análise parte do princípio das observações das tabelas em que os dados referem-se às criadas de sexo feminino. As “meninas” geralmente estavam associadas a funções em que os patrões poderiam supervisioná-las mais de perto: acompanhantes de crianças, criadas (especialmente as de portas à dentro), ama seca e copeira. Sandra Graham identificou, que as criadas de “portas adentro”, ou “serviços de casa”, geralmente eram as mais jovens, uma vez que os patrões consideravam as ruas locais de contaminação morais e físicas, que poderiam lhes causar danos³⁴⁶, e, conseqüentemente, danos à família, sobretudo as patroas e suas filhas. Assim, as mais jovens, por serem mais suscetíveis aos perigos da rua, eram escolhidas para tarefas em que os laços de intimidade e familiaridade poderiam ser mais estreitos, como as de amas secas e criadas (na tabela de Aluga-se, 33 eram criadas e 17 amas secas).

³⁴⁶ GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 31

Aparentemente, mais “seguras” dos que as atividades feitas “portas afora”, tais afazeres encontravam diversos perigos que criadas estavam sujeitas em sua lida. Passar roupas a ferros, por exemplo, era uma atividade que recorria muitos cuidados, além dos perigos de queimaduras, com a utilização de um instrumento pesado e cheio de brasas, havia o perigo de incêndios, alertado por anúncios que informavam as vantagens do ferro elétrico.³⁴⁷

Figura 6



Fonte: *Fon Fon*: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiente. 25 de dezembro de 1926. Ano XX, n.52. p.94.

E o que falar das cautelas que uma criada precisava ter em relação aos afazeres da cozinha? Lidando com altas temperaturas, a cozinha poderia se converter em um local cheio de perigos e graves acidentes, como o que ocorrera com uma menor de 12 anos, de nome não declarado e residente à rua Circular, casa sem número (Quinta do Cajú). A dita menor em

(...) ocasião que aquecia o almoço em um fogareiro de álcool foi presa [pelas] chamas ocasionadas pelo derramamento do líquido que o mesmo continha e no auge da dor e do desespero correu para a rua gritando por socorro o qual foi-lhe prontamente prestado pelo guarda de 2ª classe n. 1005 e o cidadão José Paiva que abafaram as chamas, evitando assim maiores consequências.³⁴⁸

³⁴⁷ Em 1882, foi inventado o ferro elétrico, entretanto a sua popularização, no Brasil, se deu a partir dos anos 1910, onde periódicos anunciavam as vantagens do ferro elétrico em suas páginas, para aquelas/es que poderiam desembolsar 20\$000 réis. Anúncios JC a partir de 1912.

³⁴⁸ Arquivo Nacional. Fundo: OI – GIFL, Notação: 6C-362 -15 de janeiro de 1912. Tais perigos em relação à cozinha não eram circunscritos às crianças. Cozinheiras adultas e experientes estavam sujeitas a acidentes graves em seus afazeres, como o que ocorreu com a “portuguesa Francisca Pereira da Silva, solteira de 39 anos e 1 metro e 48 centímetros (...) tentava acender o fogo com álcool quando a garrafa

Apesar dos perigos constantes que uma criada estava sujeita é fato que as mesmas precisavam desempenhar diversos afazeres em uma casa de família. Quanto à tabela de oferta de criadas (Tabela 33), verifica-se que uma das atividades que mais surgiu foi a de arrumadeira, sobretudo em 1912.

Tabela 34

Ocupações desempenhadas em relação a raça e nacionalidade - Precisa-se/ 1912						
	De cor	Branca	não id		Portuguesa	não ident
Cozinheira			1			1
Lavadeira		1				1
Engomadeira		1				1
todo serviço		3	7		3	7
Serviços leves	3		5			8
Copeiro	1		1			2
arrumar casa		1				1
Arrumadeira			3			3
Cuidar de crianças			1			1
ama seca			2			2
Total	4	6	20		3	27

Fonte: *Jornal do Commercio*, 04 de novembro de 1912.

explodiu ateando fogo às suas vestes.” Ver: BRETAS, Marcos L. As Empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos de justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.15, n°.1, p7-22, jan/jun 2002. p.9.

Tabela 35

Ocupações desempenhadas em relação a raça e nacionalidade - Aluga-se/ 1912								
	De cor	Branca	não id	Portuguesa	Espanhola	Estrangeira	chegada da Europa	não ident
Cozinheira		3		3				
Lavadeira		5	1	5				1
engomadeira			1					1
todo serviço		10	1	10				1
Copeira	1	17	1	16	1	1		1
arrumadeira	1	29	2	26	2	1	1	2
Ama seca		9		8			1	
Serviços leves		1		1				
Pajem		1		1				
Passar a ferro		1		1				
Total	2	76	6	71	3	2	2	6

Fonte: *Jornal do Commercio*, 04 de novembro de 1912.

Das 32 ofertas de arrumadeiras, presentes neste exemplar analisado, 29 eram brancas, sendo todas estrangeiras, sobretudo portuguesas – 26 casos. Tais arrumadeiras eram descritas como moças, o que nos faz supor que certamente eram jovens maiores de 15 anos.

Aluga-se uma moça portuguesa para arrumadeira ou todo o serviço em casa de pequena família; dorme no aluguel: quem precisar dirija-se à rua do Acre número 56, botequim.³⁴⁹

Aluga-se uma moça portuguesa para copeira ou arrumadeira; na rua da Saúde n. 35, sobrado.³⁵⁰

Aluga-se duas moças portuguesas para arrumadeira uma e para copeira outra; na rua S. Clemente n. 163, 1º andar.³⁵¹

Como já mencionado, este número expressivo se dava por conta do aumento no número de imigrante europeias/eus, sobretudo portuguesas/es, chegados ao porto do Rio de Janeiro, entre 1912 e 1913, sendo estas imigrantes, em sua maioria pessoas maiores de 15 anos.

Em relação a demanda ou oferta de criados do sexo masculino, verifica-se um padrão semelhante no que diz respeito à predominância de atividades desempenhadas no interior das casas.

³⁴⁹ *Jornal do Commercio*. 04 de novembro de 1912.

³⁵⁰ *Ibidem*.

³⁵¹ *Ibidem*.

Tabela 36

Oferta (Aluga-se) de atividades do serviço doméstico desempenhadas por criados menores de idade						
	1882	1887	1907	1912	1917	Total
Cozinheiro				1	1	2
Criado	3			3	1	7
Copeiro	5	1	1	3	1	11
aj de copeiro	1					1
arrumar quartos			1	1		2
encerar casa				1		1

Não houve referências nos exemplares dos anos: 1892, 1897, 1902, 1928 e 1932.

Fonte: *Jornal do Commercio*

Tabela 37

Demanda (Precisa-se) de atividades do serviço doméstico desempenhadas por criados menores de idade									
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	Total
Criado	2	4	7	1	3	1	1	1	20
Copeiro	4	3	5	1	5	1	2		1
Aj. de cozinha	1				1				2
lavador de pratos			1	1					2
lavador de talheres			2		2				4
Empregado						1			1
lavador de casa						1			1

Não houve referências nos exemplares selecionados nos anos de 1922, 1928 e 1932.

Fonte: *Jornal do Commercio*

A mesma preocupação em relação à exposição das meninas nas ruas se mostra também em relação aos meninos. As tarefas demandadas a eles são, geralmente, desempenhadas dentro da própria casa. Eventualmente, poderiam fazer alguns serviços nas ruas, como pequenas compras ou dar recados. Mas na amostragem selecionada, o que se percebe é o predomínio de atividades desempenhadas no interior das casas. Num momento em que a noção de *menoridade* é forjada, carregando todo o peso discriminatório e ordenador, quanto menos a exposição desses meninos nas ruas, menor era o risco de ser confundido com o infrator ou vagabundo, sobretudo, se a cor de sua pele carregasse a marca da escravidão a qual tanto o afã de modernidade das elites e do Estado buscavam apagar.

Tabela 38

Raça e nacionalidade das criadas menores de idade -Aluga-se											
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	1928	1932	Total
de cor		1						1	1		3
Negra	3										3
Parda	4										4
Branca	3			1		3	48	4	1	2	62
branca ou de cor											
não ident.	13		4	7	1	7	5	5	1	2	45
portuguesa	1					3	45	4	1	1	55
Alemã	1			1						1	3
Espanhola							2				
chegada da Europa							1				
não ident	21	1	4	7	1	7	5	6	2	2	57

Não houve referências no exemplar selecionado no ano de 1922.

Fonte: *Jornal do Commercio*

Tabela 39

Raça e nacionalidade das criadas menores de idade - Precisa-se											
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1928	1932	Total	
de cor			1			1	3			5	
Negra	2	1								3	
não faz questão de cor		1	1							2	
Branca	3				1	2	3	2	1	12	
branca ou de cor			3		1					4	
não ident.	2	7	6	6	1	18	22		2	64	
Portuguesa	2				1	1	2		1	7	
nacional ou estrangeira			1							1	
Estrangeira								1		1	
Portuguesa ou estrangeira								1		1	
não ident	5	9	10	6	2	20	26		2	80	

Não houve referências nos exemplares nos anos de 1917 e 1922.

Fonte: *Jornal do Commercio*

Tabela 40

Raça e nacionalidade dos criados menores de idade-Aluga-se								
	1882	1892	1902	1907	1912	1917	1922	
de cor				1				1
Branco					2	2		4
não ident.	10	1	1	1	6	1	1	21
Português					2	1		3
Estrangeiro					1			1
não ident	10	1	1	1	5	2	1	21

Não houve referências nos exemplares selecionados nos anos de 1887, 1897, 1928 e 1932.

Fonte: *Jornal do Commercio*

Tabela 41

Raça e nacionalidade dos criados menores de idade- Precisa-se									
	1882	1887	1892	1897	1902	1907	1912	1917	Total
de cor			1						1
Negro	1								1
Branco					1				1
Branco ou de cor		2							2
Branco ou pardo					1				1
não ident.	4	5	12	4	13	2	3	1	44
Nacionalidade não ident	5	7	13	4	15	2	3	1	50

Não houve referências nos exemplares selecionados nos anos de 1922, 1928 e 1932.

Fonte: *Jornal do Commercio*

Quando se pensa o serviço doméstico carioca, a imagem que vem à mente é da/o criada/o de cor tão descrita por viajantes, cronistas ou romancistas nacionais e internacionais. Como não se lembrar de Pedro³⁵² e suas intromissões em relação à vida amorosa de Dona Carlotinha, ou de Cyro e seus “ensinamentos” aos filhos da patroa³⁵³? Meninos de cor que vivenciaram todas as amarguras de uma vida em cativo, mas que resistiam cotidianamente se utilizando da intimidade e familiaridade que marcam a relação de trabalho no serviço doméstico ao seu favor.

³⁵² ALENCAR, José de. *O demônio familiar*. Representada pela primeira vez no teatro do Ginásio, Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1857. Disponível em: www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00922. Acessado em: 10 de maio de 2016.

³⁵³ JUNIOR, França. *Op.cit*

As tabelas apresentadas, se visualizadas sem maiores análises, podem mostrar um panorama diferente de dados censitários, de registros policiais e outros tantos mecanismos é possível ter um panorama da composição racial no serviço doméstico.

Em sua maioria, as tabelas mostram preferências e ofertas de criadas/os brancas, geralmente estrangeiras. Entretanto, a análise dessa tabela não pode furtar-se de observar todos os dados, por mais que possam parecer desnecessários, como os dados englobados na alcunha de “não identificado”. Esta informação é uma das mais relevantes levando-se em conta o contexto de observação e produção dos anúncios. O período tratado é o do pós-abolição, por meio da qual a “liberdade” é experimentada de diversas formas. E da qual as categorias e identidades socioculturais, que construíram a ordem social, deixaram de fazer sentido.³⁵⁴

O elevado número de anúncios em que a cor de pele não é mencionada é representativo de um momento em que, pela vivência da liberdade, já desde a segunda metade do século XIX, as hierarquias deixavam de se estabelecer a partir da marca racial. Não fazia mais sentido o uso de termos como “preto” ou “negro” para definir se o indivíduo era escravo ou liberto. Desta forma, o número de menções à portuguesas/es ou brancas, nos anúncios não é sinal de um predomínio ou preferência por tais trabalhadoras/es, sobretudo, quando falamos de uma mão-de-obra infante-juvenil. Até por que estamos falando de uma atividade em que a predominância de pessoas de cor era um fato incontestável. Apesar dos recenseamentos posteriores ao de 1872, não revelarem a composição racial da sociedade brasileira de forma tão criteriosa, a própria documentação levantada para a pesquisa é capaz de revelar esse predomínio da população de cor no serviço doméstico. Dos 81 processos ou inquéritos (policiais, de soldada e tutela) coletados, 12 referia-se a menores de cor preta, 7 pardas/os, 58 documentos em que a cor não foi mencionada e apenas 4 em que a cor das personagens era branca.³⁵⁵ O que se deduz, referente ao baixo índice de explicitação de uma criadagem de cor em anúncios é que tal informação já poderia estar implícita ao se pedir ou ofertar uma criada, devido a própria composição demográfica carioca e as características de tal profissão (historicamente uma atividade que era desempenhada por grande parcela das/os pessoas de cor escravizadas ou libertas). Além disso, a ocultação da cor de pele poderia ser uma estratégia de algumas criadas que poderiam manipular a questão racial, como um meio de se desvencilhar de estigmas ou preconceitos mais

³⁵⁴ MATTOS, Hebe. *Op.cit.* P. 281

³⁵⁵ Documentação coletada no Fundo GIFÍ- AN.

severos, como fizera a criadinha Maria em entrevista concedida ao jornal *A Noite*, de 18 de março de 1915.³⁵⁶

Maria era uma criadinha de Suzanne Darce, residente à rua da Lapa n. 74 – casa de pensão, “dessas que não se pode bem dizer o que são ou o que deixam de ser”. Neste local se reúne “uma sociedade cosmopolita, forasteiros de profissão problemática”, na maioria alemães ou austriacos/as. Maria surge como uma personagem de destaque na matéria publicada, pelo fato de ter sido posta na rua, após seus patrões Hass e Suzanne, terem sido mandados para a Detenção, possivelmente pelo delito de lenocínio. Mas o fato que mais chamou a atenção na matéria destacada foi, ao ir pedir ajuda no “13º distrito policial, onde pediu agasalho”, Maria ter informado, após ser fotografada e ter dado uma entrevista que:

- É preciso que fique dito, em primeiro lugar, que não sou uma crioulinha, como já deram alguns jornais.
- Está se vendo que é morena apenas³⁵⁷

Figura 7



Maria, a criadinha
O caso Hass – A criadinha Maria. *A Noite*. 18 de março de 1915. P.2. Disponível em: memoria.bn.br

³⁵⁶ O caso Hass – A criadinha Maria. *A Noite*. 18 de março de 1915. P.2. Disponível em: memoria.bn.br

³⁵⁷ *Ibidem*

A atitude de Maria, possivelmente, era uma estratégia de se desvencilhar de representações atribuídas à população negra feita por grande parte da imprensa e também pelas autoridades policiais.³⁵⁸ Talvez esta mesma estratégia mobilizada por Maria, fosse utilizada por algumas criadas nas disputas por emprego através dos anúncios que, eram uma forma comum de inserção de criadas/os de diversas idades ao mercado de trabalho, mas não a única forma.

– Outras formas de contratação: Juízo de Órfãos e tutelas à soldada

O trabalho infanto-juvenil era algo bastante lucrativo para as/os patroas/ões, pois além do baixo valor de tal contratação, os menores podiam ser pagos com educação, vestimenta, alimentos e um teto, em lugar de um salário.³⁵⁹ Somado a isso, ao serem “criados” na casa dos patrões, os mesmos podiam ter um aparente domínio paternal pautado na obediência do criado em relação ao patrão ou patroa. Digo aparente, pois as relações paternais que regiam essas relações de trabalho, sob o ponto de vista dessa análise, não eram imunes a reações de insubordinações dos dependentes. Pelo contrário, reações cotidianas eram perpetradas de uma forma em que muitas vezes os patrões poderiam ceder às vontades dos criados sem ao menos perceber que estavam sendo manipulados³⁶⁰. Que o diga dona Carlotinha e o senhor Eduardo em relação às

³⁵⁸ Rodrigo Weimer, ao analisar a vida de Felisberta, verifica que em uma ocasião ela foi descrita por um bisneto, como morena. De acordo com o autor, “morena” não possui uma conotação de branqueamento, mas sim, uma noção êmica expressiva de “cor”. Ver: WEIMAR, Rodrigo de Azevedo. *A gente de Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-abolição*. (c.1847 – tempo presente). Tese. Rio de Janeiro/ Niterói: PPGH/UFF, 2013. p. 148

³⁵⁹ A questão da proteção como um elemento central das relações de trabalho envolvendo trabalhadoras/es domésticas/os já foi discutida por Graham. Entretanto, as contribuições de Marcel van de Linden e de Henrique Espada Lima, nos dá uma dimensão maior de como as relações de trabalho na passagem do século XIX para o XX são precarizadas, o que não impede que vejamos essas/es trabalhadas/os como uma classe social. Linden, ao rediscutir o conceito de classe, percebe que a mesma não pode ser entendida como um conceito fechado. Ao analisar a complexidade das formas e mercantilização da força de trabalho ele percebe a existência, de formas intermediárias entre trabalho assalariado e escravo; entre assalariado e autônomo; entre escravidão e autônomo; e entre trabalho assalariado/escravidão/ autônomo e lumpemproletariado; caracterizando a chamada *classe subalterna*. Assim, partindo dessas diversas formas de mercantilização da força de trabalho que é possível percebermos, que após a extinção do trabalho escravo, e até mesmo com trabalhadores livres que nunca experimentaram o cativo, as relações de trabalho e as formas de contratação são bastante precarizadas. O fim da escravidão não instituiu de imediato contratos de trabalhos aos moldes capitalista-burguês de trabalho assalariado e livre. Uma pessoa podia muito bem vender sua força de trabalho em troca de proteção, vestimenta, teto, no lugar de um salário, por exemplo. Ver. LIMA, Henrique Espada. *Op.cit.* e LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo*. Ensaios para uma história Global do trabalho. São Paulo: Editora Unicamp. 2013.

³⁶⁰ Sobre uma discussão de paternalismo, muito antenado a perspectiva conceitual de Thompson, onde podemos observar as agências dos marginalizados, ver. CHALHOUB, Sidney. *Op.cit.*

intromissões em suas vidas amorosas por Pedro, um menino, escravo da casa, que ao ser descoberto, leva um castigo: recebe a sua carta de alforria e deixa de receber proteção de seus amos.³⁶¹

Assim como Pedro, um menino escravo, muitas crianças pobres livres ou libertas eram inseridas em casas de famílias como criadas/os, devido ao peso da classe e da condição social de suas famílias, o que possibilitou a existência de um verdadeiro arsenal de crianças pobres disponíveis àqueles que as queriam empregar.

Essa “contratação” poderia ser feita através de anúncios em que agências de locação disponibilizavam tais serviços, mas também quando algum familiar colocava um menor para ser tutelado por alguma família.³⁶² Ocorreu assim com Antônio, jovem livre, protagonista do folhetim “Scenas de Alcova”, escrito por D. Villaflor e publicado, no ano de 1910, no jornal *O Rio Nu*, inserido ao trabalho doméstico ainda criança. Em suas memórias, ele informa que não conhecia sua família, só se lembrava de sempre estar na casa do “*seu doutor*, um doutor de quem nunca soubera o nome e que lhe dava cascudos nos dias de mau humor”³⁶³ Na casa do *doutor*, ele desempenhava várias funções: servia de copeiro, realizava compras à rua, varria a casa e mais serviços leves. Além dos castigos físicos que lhe eram imputados como meio de correção, Antônio era convencido de que era só no mundo e, portanto, precisava resignar-se em relação à sua condição de vida. Trabalhava e às vezes recebia algumas pancadas, que eram logo compensadas por alguns momentos de bondades, como restos de sobremesas dados por D. Sinhá, esposa de *seu doutor*, que se esforçava em mantê-lo ignorante, em relação às circunstâncias do mundo, para que ele não tomasse ciência do

(...) valor de seu trabalho, não se tornasse esperto com os conselhos de outros na rua, não tivesse a ideia de ir para outra casa, onde em vez de hospede obrigado a trabalhar em troca do asilo, fosse francamente um criado pago, porém independente, sem a sujeição humilhante a que estava preso ali.³⁶⁴

³⁶¹ ALENCAR, José de. *O demônio familiar*. Representada pela primeira vez no teatro do Ginásio, Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1857. Disponível em: www.bdteatro.ufu.br/download.php?pid=TT00922. Acessado em: 10 de maio de 2016.

³⁶² Martha Abreu relata o caso de defloramento da menor Francisca Rodrigues da Costa mostra que era órfã de pai e mãe, sendo posta pela sua irmã Germandina em uma casa de família do Sr. Onofre, onde empregou-se e dali saía para se encontrar com Laurindo, o acusado. Ver: ABREU ESTEVES. Martha de. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 141.

³⁶³ D. VILLAFLORES. Scenas de Alcova. *O Rio Nu*. 29 de janeiro de 1910. P.3

³⁶⁴ *Ibidem*.

Este pequeno relato de uma estória retirada de um folhetim, publicado em um jornal satírico de fins do século XIX e princípios do XX, traz um panorama das relações de trabalho envolvendo menores de idade que poderiam também ser inseridos como criados em casas de famílias, através da abertura de processos para guarda de menores no *Juízo de Orphãos e Ausentes*. Luciana de Araújo Pinheiro, em dissertação de mestrado, realizou uma análise das ações e propostas voltadas às crianças pobres no Império³⁶⁵. Nessa pesquisa, ela verificou, inicialmente, uma reformulação do mundo do trabalho associado às promulgações da lei de 1850, pondo fim ao tráfico negreiro, e, sobretudo, à lei do Ventre Livre, de 1871. Para esta autora, foi a partir das décadas de 1870 e 1880, que o império se preocupou mais detidamente com a formação de um mercado de trabalho disciplinado.³⁶⁶ Neste sentido, destacam-se os projetos de regulamentações do serviço doméstico que começaram circulando na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e em outros estados, nesse momento apontado³⁶⁷. Pinheiro informa também como a Lei do Ventre Livre relacionava-se à valorização da infância no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. O projeto de lei nº 2040, aprovado em 28 de setembro de 1871, além de libertar os filhos recém-nascidos das escravas, fazia com que os senhores cuidassem deles pelo menos até os seus oitos anos de idade. Após, o senhor podia optar em utilizá-los até a idade de 21 anos como seus trabalhadores ou libertá-los mediante uma indenização de 600 mil réis, ficando sob a tutela do Estado que poderia

³⁶⁵ PINHEIRO, Luciana de Araújo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação de mestrado. Orientadora Martha Abreu. Niterói: UFF/PPGHS, 2003.

³⁶⁶ PINHEIRO, Luciana de Araújo. *op.cit.* pp. 34-35.

³⁶⁷ Saindo da esfera do Rio de Janeiro, outros trabalhos traçaram a dinâmica do serviço doméstico desta época analisada, trabalhos esses importantes para nos mostrar que a condição feminina, principalmente das mulheres pobres, era uma realidade compartilhada por diversas áreas do país. Neste sentido, podemos destacar o trabalho de Maria Izilda de Matos acerca do cotidiano dos trabalhadores domésticos e suas relações com os patrões nas áreas urbanas de São Paulo. Além da pesquisa realizada por Marcus J. M. de Carvalho, sobre o trabalho doméstico e escravidão em Recife, no período de 1822-1850, em que realiza uma crítica ao conceito de patriarcalismo utilizado por Gilberto Freyre. Entendendo-o como um contexto relacional, em que as mulheres também participavam, Marcus busca identificar que na cidade as regras do patriarcalismo existiam, porém eram mais brandas permitindo melhores condições de vida para mulheres sozinhas à busca de trabalho doméstico, vindas das áreas rurais que tolham qualquer autonomia dessas. É interessante observar que Marcus J. M. de Carvalho, assim como Graham, nos mostra que a relação público/privada regendo a dinâmica social das mulheres, tornando-as “honradas” ou não, não era exclusividade da cidade do Rio de Janeiro. Em Recife, tal relação era perceptível ao ponto de associarem o trabalho de vendeira, quando feito por mulher jovem, a prostituição, por também se desenvolver no ambiente público. Sobre tentativas de regulamentação do serviço doméstico diversos estados do Brasil ver: MATOS, Maria Izilda Santos de. *Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930*. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 193- 212; BAKOS, Margaret Marchiori. *Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984. CARVALHO, Marcus J. M. de. *De portas a dentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no recife, 1822-1850*. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003. p. 41-78.

entregá-los a associações autorizadas³⁶⁸. O medo de que, após a lei de 1871, milhares de crianças ficassem abandonadas nas ruas da Corte, ameaçava os planos políticos de se instituir um mercado de trabalho organizado e disciplinado e de uma nação civilizada³⁶⁹. Assim, salvar as crianças seria salvar o Brasil, visto que elas seriam consideradas o futuro da nação³⁷⁰.

Tal visão acerca da história da infância trabalhadora no Brasil e os processos de tutelas, tão utilizados durante o século XIX e princípios do XX, é muito comum. Grande parte dos estudos acerca desta temática recaia seu olhar sobre a lei de 1871 como maneira de explicar o aumento de crianças tuteladas à soldada a partir de 1870. Patricia R. Geremias realiza uma análise crítica a essa historiografia apontando para o fato de que limitar as análises ao foco da Lei de 1871 e a “transição” do trabalho escravo para o livre, é incorrer em oclusões tais como o fato de que a condição jurídica das crianças tuteladas ou “dadas a soldadas” através dos juízos de órfãos de diversas cidades, não ser composta, em sua maioria, por ingênuos³⁷¹. Para a autora, este dado representa que os contratos de soldada não devem ser pensados apenas pelo viés da legislação abolicionista de 1871 e pela figura do ingênuo, uma vez que o costume de criar filhos

³⁶⁸ PINHEIRO, Luciana de Araújo. *op.cit.* p. 35. O que se estava em debate em tal Lei, iniciada em 866 e só concluída em 1871, “era os limites da interferência do Estado no poder senhorial”. De acordo com Melina Perussatto: “Para os legisladores que representavam os escravistas, ou que eram proprietários de escravos, a elaboração de uma lei regulamentando práticas costumeiras e interferindo em regras estabelecidas pela vontade senhorial no âmbito privado, estaria em conflito com a noção de inviolabilidade desse poder de classe, princípio que estaria na base do sistema escravista.” Ver: PERUSSATTO, Melina Kleinert *Como se de ventre livre nascesse*. Experiência de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão. – Rio Pardo/RS, c.1860 – c.1888. Dissertação. RS: Programa de Pós-Graduação em História do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2010. p.240.

³⁶⁹ PINHEIRO, Luciana de Araújo. *op.cit.* p. 45.

³⁷⁰ *Ibidem.* p. 47.

³⁷¹ A Lei de 1871 gerava intensas discussões acerca do futuro da escravidão no Brasil, debates estes começava pela nomenclatura utilizada para referir-se as crianças fruto desta lei. De acordo com Sidney Chalhoub: “O projeto do governo, originário do Conselho de Estado, dizia que os nascituros seriam „considerados de condição livre e havidos por ingênuos”, o que estava na pauta de discussões, entre outras coisas, era “o reconhecimento ou não da validade do princípio de que „o parto segue o ventre”. (...) Assim, filho do ventre livre nascia ingênuo, de ventre escravo nascia escravo”. Vários adversários ao projeto propunham que os filhos do ventre livre deveriam ser chamados de “libertos”, fato que denota que uma vez nascido de um ventre escravo, logo nasceria escravo e imediatamente tornaria-se liberto, o que implicaria no reconhecimento de posse do filho da escrava pelo senhor, que vislumbrava em uma indenização. Por outro lado, a utilização da nomenclatura “ingênuo” poderia remeter a escravidão a um elemento do universo da ficção, ou seja, “imaginar que seres humanos podem ser proprietários de outros seres humanos é absurdo, contrário ao direito natural, e algo possível apenas no campo da história, da criação dos fatos sociais.” Sendo uma “ficção”, seria possível estabelecer que o corpo da escrava carregaria um ventre livre, onde seu filho nascia ingênuo. Nesta concepção, como o ventre da mãe era “livre”, logo seu fruto também o seria. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.172.

alheios em "casas de famílias" a fim de posteriormente utiliza-los como mão- de-obra barata, era uma prática muito comum, sobretudo no serviço doméstico.³⁷²

É evidente que as leis abolicionistas foram fundamentais para as discussões acerca das relações de trabalho na virada do século XIX para o XX. A Lei de 1871 foi fundamental para iniciar a reflexão a respeito do trabalho infantil brasileiro, mas em conjunto a este contexto legislativo é importante identificar outros fatores como, por exemplo, as influências do pensamento liberal³⁷³. Vale a pena ressaltar que neste mesmo momento, começaram a ser debatidos alguns projetos para a regulamentação de atividades, como as do serviço doméstico, a dos caixeiros e as dos cocheiros.

Numa perspectiva global, o século XIX foi importante para a reflexão de como os instrumentos legais foram acionados como meio de controle e fixação da força de trabalho. Em Calcutá, por exemplo, em 1814 foi criado um estatuto especial para criados domésticos no qual era estabelecido castigos aqueles que abandonassem o trabalho. O mesmo ocorreu em Bengala, em 1819 e em Bombaim, em 1827 e em Madras e Malabar, onde eram frequentes as demandas de europeus para a regulamentação do serviço doméstico³⁷⁴. Além disso, vale ressaltar que em fins do século XIX, com o incremento das indústrias de chá na Índia, a utilização da mão-de-obra infantil em sistema de servidão foi uma realidade.³⁷⁵ O cenário apresentado é o de que as forças produtivas estão sendo alvo de tentativas de controles e regulamentações a fim de fixar a população pobre ao trabalho.

É neste cenário nacional e também mundial que será analisado como o sistema de tutela foi perdendo o seu caráter de proteção da criança para se tornar um mecanismo de agenciamento do trabalho infantil.³⁷⁶ Onde “*o contrato de soldada se tornou um instrumento dos juízes de órfãos para lidar com o crescente número de menores pobres, órfãos e indigentes da cidade*”³⁷⁷

Analisando alguns processos de tutela do *Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara* e alguns termos de soldada, verificam-se estas características acima mencionadas.

³⁷² GEREMIAS, Patrícia R. Processos de tutela e contratos de soldada: fontes para uma História Social do Trabalho doméstico infantil. *7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

³⁷³ HOLT, Thomas. *Op.cit.*

³⁷⁴ PRABHU, Mohapatra. Informalidade regulamentada: construções legais das relações de trabalho na Índia Colonial (1814-1926). *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2209. p.68

³⁷⁵ *Ibidem.* p. 76

³⁷⁶ AZEVEDO, Gislane C. *Op.cit.* p.4

³⁷⁷ *Ibidem.* p.6

Luiz Gonçalves de Freitas, morador à Rua do Conde de Bonfim, tinha em sua casa um menor chamado Manoel, de 6 anos de idade, que fora abandonado por sua mãe, a preta liberta Frutuosa. Luiz requereu a responsabilidade da guarda desse menor para lhe concluir a criação, o qual lhe pagaria uma soldada assim que Manoel completasse 12 anos.³⁷⁸

José Manuel da Silva, preto, de 15 anos, natural de Santa Theresa de Valença, filho legítimo de João e de Ângela, então falecida, foi entregue por seu pai à sua madrinha que o entregou ao capitão Antônio Ferreira Barros Junior em cuja casa está há dois anos. Nesta casa, aprendeu a ler, escrever e a fazer o serviço de copeiro. Em troca, o capitão pagava à madrinha do menor, o valor de dez mil réis mensais e nada mais, pelos serviços prestados. Por medida do Juiz da 11^a Pretoria foi determinado que o capitão Barros assinasse um termo de soldada de cinco mil réis que seriam depositados mensalmente em nome do menor.³⁷⁹

Em ambos os casos, as crianças em questão já vivenciavam a vida tutelar, porém informalmente. No caso do menor Manoel, de 6 anos, legalmente não poderia exercer atividades remuneradas, uma vez que possuía uma idade inferior aos 7 anos, período em que a criança estaria pronta ao mercado de trabalho. Entretanto, no contrato estabelecido, o tutor se comprometia em concluir sua criação só efetuando pagamentos de soldada a partir dos 12 anos o que, implicitamente fica subentendido que até esta idade definida, o menor trabalharia sem receber soldos dispensados à sua criação.

O outro contrato estabelecido era o referente à tutela do menor José Manuel da Silva, de 15 anos. Neste processo alguns dados merecem destaque. Em primeiro lugar, o status de filiação, que é bem demarcado no contrato analisado, é uma categoria importante para o trabalho doméstico infantil no século XIX. De acordo com Patrícia R. Geremias, “a historiografia latino-americana tem demonstrado a relação entre a ilegitimidade e a circulação de crianças entre diferentes domicílios com a posterior utilização da mão de obra dessas crianças no serviço doméstico.”³⁸⁰

Desde o século XVIII, o Rio de Janeiro viu surgirem Casas de Expostas, voltadas para a proteção e educação de órfãos pobres, filhas de legítimo casamento. Segundo Irene e Irma Rizzini, a legitimidade indicava a necessidade de proteção da

³⁷⁸ Juízo de Órfãos e Ausentes da 2^a Vara-ZM – processo de soldada: Menor Manoel. Nº. 2145, maço. 2315 gal: A - AN

³⁷⁹ Arquivo Nacional. T8 – Fundo: Pretoria do RJ, 11 (Freguesia do Engenho Velho) – José Manuel da Silva (menor) e Antônio Ferreira de Barros. Ano 1901. N. 53. Caixa 1270. Depósito: BF510.

³⁸⁰ GEREMIAS, Patrícia Ramos. *Op.cit.* p.7

menor que perdia seu protetor, ou seja, seu pai, o qual poderia lhe garantir no futuro um bom casamento através de uma boa educação e dote. Assim surgiam os asilos que ofereciam os meios necessários para essas meninas e jovens reproduzirem o seu lugar na sociedade, tais como a educação para o lar, por exemplo.³⁸¹ A Santa Casa de Misericórdia foi uma dessas instituições que mantinha no Rio de Janeiro, recolhimentos com o atendimento diferenciado para “meninas indigentes” e “órfãs filhas de legítimo matrimônio”, onde para as primeiras, sobretudo quando de cor, a educação fornecida era exclusivamente voltada ao serviço doméstico, no sentido de inserção ao mercado de trabalho.³⁸² Assim, como ela, várias outras instituições existiram com a mesma finalidade – profissionalizar as meninas desamparadas.

Figura 8:

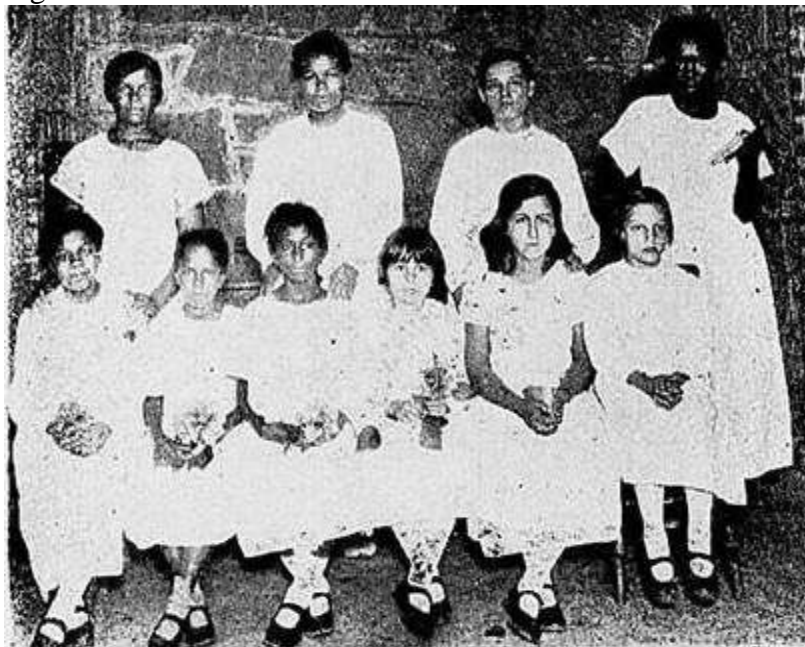


Foto de grupo de educandas da Escola de Santo Adolpho (santo conhecido como “almoner” dos pobres), localizado em prédio de Santa Thereza, onde também fica instalado o Instituto das Filhas de Maria Imaculada para o Serviço Doméstico tudo dirigido por um grupo de religiosas espanholas.

Fonte: Educadoras de serviçais – A Escola Profissional de Santo Adolpho. *Vida doméstica*. 8 de dezembro de 1923. Ed. 00069. Disponível em: <http://memoria.bn.br>

Outro ponto que merece destaque no processo analisado foi a intermediação da madrinha como uma agenciadora da força de trabalho do menor, o qual não recebia nada por isso. Apenas quando este contrato ganha ares legais com a assinatura de termo, reduzindo a soldada por cinco mil réis é que a mesma pode ser paga ao menor.

³⁸¹ *Ibidem*. pp.25-26

³⁸² *Ibidem*. pp.26-27.

Até agora os contratos analisados referem-se a menores de idade nacionais. Porém é fato que a mão-de-obra infantil estrangeira, apesar do número inferior em relação aos nacionais, foi uma importante contribuição à composição social do serviço doméstico carioca.

Em 259 fichas de vapores analisadas entre 1880 a 1891 foram encontrados quatro menores: três meninas de idades entre 5 e 16 anos, duas portuguesas e uma francesa; e um menino, belga, de 4 anos que foi registrado na ficha como cozinheiro. Possivelmente, isso era uma estratégia para viabilizar a legalidade da viagem do menor. Tanto em Portugal como em outros países europeus foram criadas leis para o controle da emigração, estabelecendo critérios para a emissão de passaportes que só poderiam ser emitidos a partir da comprovação de um contrato de trabalho ou da passagem paga.³⁸³

As/os menores estrangeiras/os, em geral, acompanhavam seus pais que as/os ofertavam para serviços leves nos mesmos anúncios em que disponibilizavam seus serviços, a fim de que a contratação da/o menor se tornasse uma forma de proteção e amparo, como mencionado anteriormente.³⁸⁴ Mas havia casos em que o Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara era acionado. Como ocorreu no caso de Marie Segur.

Em abril de 1882, o Sr. José da Silva Alves Azambuja, solicitou a assinatura de soldada da menor francesa Marie Segur. O Sr. Azambuja informa que a menor Marie

(...) lhe foi entregue pela viúva sua mãe, Catharina Segur, que tendo se entregado ao vício da embriaguez, ficou louca e acha-se no asilo de mendigos ou Hospício de S. P. 2º, e como deseja o [suplicante] a vista do estado da mãe da dita menor garantir mais o futuro da menor vem pedir a V. Exc.^a que consinta lhe assinar termo de responsabilidade”³⁸⁵

³⁸³ COSTA LEITE, Joaquim da. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In. FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2 ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000. P.178-180.

³⁸⁴³⁸⁴ Graham informa, que não só as/os estrangeiras/os, mas também as nacionais/os, sejam livres ou escravos, quando trabalhavam e moravam em lares maiores, geralmente levavam consigo suas/eus filhas/os e netas/os. O serviço doméstico, mas de qualquer outro serviço, possibilitava que as mulheres levassem e mantivessem suas/eus filhas/os juntas/os de si. Essas crianças, muitas vezes, ainda pequenas, eram colocadas para fazer pequenos servicinhos domésticos. Ainda segundo Graham, algumas famílias preferiam contratar mães e filhas, pois talvez fosse uma maneira de encorajar a permanência delas após a abolição. Todavia, enquanto para algumas famílias a presença das/os filhas/os das criadas era visto como vantagem, para outras famílias, fazendo com que muitas criadas se sujeitassem a ter seu contrato estendido e seu ordenado reduzido, só para ter o direito de permanecer com suas/seus filhas/os. Essa permanência das/os filhas/os no ambiente de trabalho representava, em 1870, pelo menos 7% dos casos em que criadas moravam na residência dos patrões. Cf. GRAHAM, Sandra L. *op.cit.* pp. 94-95.

³⁸⁵ Arquivo Nacional. ZM-Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara. Maço: 2307, n.1844, Gal. A. Marie Segur (menor) e José da Silva Alves Azambuja. Soldada.

O Sr. Azambuja informa que tomou a soldada a menor Marie, mas que a mesma se retirou da sua casa em 10 de abril de 1884, tendo sido depositada pelo Juíz de Órfãos em casa da Madame Borges. Por isso pede ao juiz que peça ao “*Sr. Escrivão Dr. Menezes, pagar, a fim da suplicante recolher ao cofre dos Órfãos, a quantia de 293\$340, soldo de sua conta e bem assim mandar dar baixa da responsabilidade que assinou pela mesma menor*”. Por determinação a soldada foi recolhida ao cofre e a pessoa em que a menor estava assoldada foi intimada a assinar o termo.

Porém, tal processo não se encerrou aí. Em 1885, Francisco Gonzalez, marido da dita menor, “por cabeça de sua mulher”, se dirigiu ao juizado de órfãos e Ausentes da 2ª Vara, informando que, quando a mesma era solteira e tinha recebido a soldada de 290\$994, porém tal valor foi recolhido ao Cofre de Órfãos. Por isso, ele vem requerer que o Juíz mande passar precatória de levantamento contra o tesoureiro do cofre.³⁸⁶

O processo em questão possibilita verificar um padrão de honra e maternidade definido, em fins do século XIX, como não condizentes a uma mulher/mãe “ideal”. Dona Catharina Segur, mãe da menor em questão, se afastava do padrão idealizado, que por fim, acabou tendo o desfecho das mulheres “desviantes” – destruiu sua família, ao ser obrigada a se afastar do contato com sua filha e foi encaminhada ao Hospício, uma vez que o alcoolismo era considerado como causa da degeneração mental (psicopatia) e de epilepsias.³⁸⁷

Além disso, a assinatura de termo não era garantia de que a menor fosse retribuída pela realização do seu trabalho. No caso citado, a retenção da soldada da menor no cofre do Juízo de Órfãos mostra que nem mesmo tal instituição era capaz de garantir os direitos devidos ao trabalho desempenhado por uma menor de idade, uma vez que, mesmo que o dinheiro tenha sido pago pelo patrão, não houve repasse a Marie, que representada pelo seu marido (“cabeça do casal”) remeteu despacho ao Juiz solicitando um posicionamento. Não há ciência se o pagamento foi de fato entregue a menor.

³⁸⁶ *Ibidem*.

³⁸⁷ Ver: ENGEL, Magali. Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p.100. O alcoolismo e o desvio feminino associado a alienação foi analisado por algumas pesquisadoras, tais como. Ver: SILVA, Alessandra Lima e POLEZE, Lorena Huidobro. As mulheres no Hospício de Pedro II (1841-1889). *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio*. agosto de 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org>. Acesso em 12 de janeiro de 2018. CESAR, Beatriz Aceti Lenz. *O beber feminino: A marca social do gênero feminino no alcoolismo em mulheres*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. Sobre uma análise de como instituições públicas se valeram do discurso da honra feminina ver: CAULFIEULD, Sueann. *Op.cit.*; ESTEVES, Martha Abreu. *Op.cit.*

O fato é que tais juizados foram mecanismos legais para a introdução formal de menores de idade no mercado de trabalho, sobretudo quando o assunto é serviço doméstico.

–Maus-tratos no serviço doméstico – uma análise das violências vivenciadas por menores de idade em lares cariocas

Na casa da rua Pereira Nunes n.43, reside uma senhora que tem como empregada uma rapariga de cor preta, de (...) anos de idade, à qual espanca sempre, [sendo] ouvido pelos vizinhos o prantos e os [ileg] da infeliz criança.³⁸⁸

Tal relato, talvez não teria a devida atenção do aparato policial, se a mesma não tivesse sido noticiada no jornal *A Folha do dia*, de 16 de janeiro de 1913. Nesta notícia havia necessidade de clemência para que a polícia cumprisse “uma missão de piedade e justiça” a fim de “salvaguardar a vida da infeliz vítima de tal barbárie”. A partir de averiguações, o Delegado da 16ª Circunscrição, relatou ao Chefe de Polícia que as informações do jornal não procediam, uma vez que o Comissário Eustachio Costa, ao fazer a sindicância e ouvindo os vizinhos do endereço apontado, afirmaram não serem exatas as referências dadas pela matéria jornalística.

Se a notícia é verdadeira como o jornal afirma ou improcedente como as investigações apontam, não há ciência. Entretanto, é fato que diversos menores de idade vivenciavam a violência cotidianamente em seus corpos. E a imprensa não cansava de denunciar os abusos que patrões e patroas perpetravam sobre suas/eus criadas/os menores de idade.

No dia 19 de dezembro de 1905, o *Correio da Manhã* publicava uma matéria o qual tinha por título “Menor espancada” o qual informava publicamente o nome completo de um patrão que tinha em sua casa uma menor que era constantemente agredida.

D. Josepha Maria da Conceição, residente à travessa S. Salvador n.1, apresentou ontem, à tarde, às autoridades das 12ª urbana, uma menor de 12 anos de idade, órfã de pai, a qual tinha ido pedir agasalho.

A menor, interrogada pelo Dr. Astolpho Rezende, respectivo delegado, declarou que tinha fugido da casa de seu patrão, o Sr. Christiano Vaz Pinto, por ser continuamente espancada por sua patroa.

Sujeita a pequena órfã a um ligeiro exame, ficou apurado ter a mesma várias contusões pelo corpo.

³⁸⁸ GIF1 6C-428 (1913)

Foi aberto o competente inquérito.³⁸⁹

Notícias como essas não foram casos isolados e muito menos ficaram circunscritas aos documentos jornalísticos. Inquéritos policiais e processos movidos pela 2ª Vara do Juízo de Órfãos e Ausentes são algumas das documentações em que a fala e o cotidiano de menores de idade em condição de tutelados emergiam de forma mais clara e também, mais perversa.

Em 10 de outubro de 1882, uma escritura de locação de serviços entre o locador Caetano Vargas, espanhol, natural de Jevéz de la Frontera e sua mulher Claudina Peres, portuguesa natural da Ilha da Madeira, foi assinada ao locatário Doutor Antônio Coelho Rodrigues, morador a rua do Marques D' Abrantes n. 20B. Neste contrato de trabalho ficava estabelecido as funções que o casal iria desempenhar fora e dentro da casa; a soldada mensal de trinta e dois mil réis, no qual a metade seria deduzida todos os meses até chegar a quantia de duzentos e setenta e seis mil réis devido aos senhores Agostinho Pires e Companhia (ou seja, uma dívida contraída pela viagem da Europa ao Brasil); e, dentre outras coisas, uma cláusula do contrato permitia que os locadores tivessem em sua companhia uma filha menor de sete anos (ainda fora da idade ativa de trabalho), desde que suas refeições fossem divididas com a menor e em caso de aumento de despesas, as mesmas seriam descontadas dos seus vencimentos.³⁹⁰

Neste caso, não há uma tutela, nem mesmo o comprometimento do locatário com o cuidado da menor de idade. Mas o que nos chama a atenção é o fato de que tal recusa em custear as despesas da criança se deu por conta de a mesma ainda não poder, legalmente, exercer atividades profissionais, o que não quer dizer que na prática sua mão-de-obra não fosse utilizada. Além disso, as condições de trabalho e vida estabelecidas pelo contrato descrito nos mostram que a realidade de precarização da força de trabalho não era uma condição apenas de ingênuos ou libertos.

Trata-se de uma realidade em que o patriarcalismo imputou sobre a mulher a responsabilidade por todo o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos. Esta realidade tornar-se mais dramática quando refere-se de mulheres pobres que precisavam desdobrar-se em tarefas domiciliares e extra lar (se bem que em muitos casos as duas atividades se confundiam).³⁹¹ E aí, neste cenário, surge a problemática de como cuidar

³⁸⁹ *Menor espancada*. Correio da Manhã – 19 de dezembro de 1905. P.2

³⁹⁰ AN. ONRJ7-5I, livro 39, folha 17, rolo 010.007-77 (10/10/1882)

³⁹¹ SOIHET, Rachel. *Op.cit.* pp.196-200

dos filhos quando se precisa trabalhar para lhes garantir sustento?³⁹² Em alguns casos, soluções como a encontrada pelo casal estrangeiro era uma possibilidade viável a tomar. Inserir a criança ao trabalho doméstico, mas ao mesmo tempo lhe garantir proteção, sustento (mesmo que seja dividido com os pais) e domicílio próximo aos cuidados de seus pais. Mas, em muitos casos, a permanência de toda a família não era possível, onde não havia outra medida a tomar a não ser o encaminhamento da/o menor a casas de famílias com mais recursos, com a promessa de oferecer-lhe o tratamento como se fosse da família, promessa esta que muitas vezes eram quebradas.

Nicolina Barreto e Romulo Luiz Barreto, no dia 17 de março de 1914 assinavam uma carta ao destinatário Dr. Chefe de Polícia, na qual solicitavam que sua filha, Maria Nogueira, moradora na rua Januazzi n. 15 e empregada do Senhor Cícero Velasco, fosse remetida a eles. Na carta, sua mãe, Nicolina, informava que era “*uma mulher pobre que não [tendo] nada [seu]*” pedia ao Chefe de Polícia que remetesse sua filha por saber que estava sendo maltratada, seduzida e que há mais de um ano não a via.

Todavia, em resposta, o Delegado do 10º Distrito Policial, Franklin Cruz Galvão, informava que tendo mandado a menor ir a sua presença, a citada declarou ser muito bem tratada e nada lhe faltando, estando o Sr. Velasco disposto a entregar a menina, quando assim encontrar a mãe da citada. A dita mãe foi convocada ao encontro, mas nada mais se sabe sobre os trâmites desse inquérito.

O pouco que foi descrito traz luz ao fato de como muitas famílias desvalidas viam a possibilidade de empregar suas/eus filhas/os aos cuidados de uma família que lhes garantisse sustento em troca de obediência e “serviços leves” de uma casa. Além disso, a resposta dada ao delegado à solicitação da mãe torna possível verificar como classe, gênero e, possivelmente cor (não foi descrita a cor da mãe e da filha, porém supomos se tratar de pessoas de cor), eram fundamentais para determinar os resultados de um inquérito.³⁹³ O relato apresenta um senhor que, certamente, desfrutava de posses e *status* social, e provavelmente era branco, frente a uma mãe que deixa claro em sua fala se tratar de uma mulher pobre que nada possuía, a não ser o desejo de proteger sua filha dos maus-tratos vivenciados que foram negados pela própria menor. Não é

³⁹² Luísa María Muñoz Abeledo aponta que o principal determinante para o trabalho infantil doméstico, tanto na Europa do século XIX como no Terceiro Mundo ou em países em vias de industrialização é a necessidade de contribuição economicamente à economia familiar. In. ABELEDO, Luísa M. M. Trabajo infantil y servicio doméstico em Galicia a mediados del siglo XIX. In. DUBERT, Isidro y GOURDON, Vicent. (ed.) *Inmigración, trabajo y servicio doméstico en la Europa urbana, siglos XVIII-XX*. Collection de la Casa de Velázquez. Madris: 2017. Pp. 245-257.

³⁹³ BRETAS, Marcos L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Trad.: Alberto Lopes. Rio de Janeiro, 1997. P. 178.

possível avaliar se a menina falava a verdade ou se seu discurso foi manipulado por ameaças do patrão ou pressões policiais a favor do Sr. Velasco.

O fato é que as/os trabalhadores do serviço doméstico estavam suscetíveis a violência física e simbólica diariamente, sendo os menores de idade alvos mais vulneráveis ao domínio paternal e a intimidade compartilhada, inevitavelmente, com seus patrões.

De 81 documentos policiais coletados do Fundo GIFL, relacionados a alguma situação envolvendo criadas e/ou criados menores de idade, todos referiam-se a alguma forma de violência vivenciada pelas/os menores, seja violência sexual, física ou maus-tratos perpetrados por patrões, sendo um chegando à morte.

Flausina de tal tinha 17 anos, era uma preta nacional, que foi encontrada morta na casa de Januário da Silva Bittencourt, “em consequência de envenenamento, por ter ingerido certa quantidade de sribuina, com o proposito de se suicidar”. O Sr. Bittencourt referiu que a causa desse suicídio pode ter sido ocasionada pelo fato dele ter,

(...) durante o dia, admoestado a dita Flausina. Foram prestados socorros médicos, sem resultado. O cadáver foi removido para o necrotério. Foi aberto inquérito para apurar a verdade sobre esse fato, visto como só chegou a notícia a esta delegacia, depois de já ser cadáver a referida Flausina.³⁹⁴

Assim como Flausina, a realidade do suicídio como forma de escapar de situações degradantes e violentas era uma possibilidade vista por muitas/os jovens que tinham que lidar com os excessos e desmandos de patrões/oas que se utilizavam da intimidade possibilitada por tal ambiente de trabalho. No jornal *A Noite*, de 03 de agosto de 1911, duas notícias de suicídio ou tentativa do mesmo, surgiam na mesma página.

Uma das matérias iniciava o relato com um trecho de uma carta de despedida de um filho à sua mãe: “Mamãe, peço perdão pela minha asneira, mas não podia sofrer mais”.³⁹⁵ Estas foram as únicas palavras que Octávio de Almeida deixou à sua mãe, justificando o ato cometido.

A 1 hora da tarde, conseguindo iludir a vigilância de seus companheiros, como ele empregados na casa n. 289 da rua de S. Pedro, trancou-se em um quarto e ingeriu uma garrafa de tinta.

³⁹⁴ Na – Fundo GI - 6C-178. Flausina de Tal. 04 de abril de 1906.

³⁹⁵ Um jovem tenta suicidar-se por motivos ignorados. *A Noite*. 03 de agosto de 1911. Ed. 00015. P. 3. Hemeroteca BN. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

Chamada a Assistência, foi ele medicado e removido em estado grave para a Santa Casa, sem ter explicado a causa da tentativa de suicídio. Octavio reside à travessa Carvalho Alvin n. 23 e de muito andava triste. A polícia do 4º distrito tomou conhecimento do fato.³⁹⁶

O sofrimento vivenciado por Octavio não fica claro se referia-se a possíveis maus-tratos vivenciados em sua vida de trabalho ou se era por alguma desilusão fruto das primeiras experiências amorosas. O fato é que o ambiente de trabalho foi o cenário para tal ato desesperado.

No mesmo jornal, foi noticiada também a tentativa de suicídio da menor, criada da casa n.610 da rua S. Luiz Gonzaga, Donaria de Medeiros. Donaria foi encaminhada à Santa Casa de Misericórdia por ter tentado contra a própria vida, tomando *lysol*, isso ocorreu pelo fato de sua patroa ter-lhe ralhado em virtude de um serviço mal feito. Acrescenta-se a circunstância da menor estar grávida o que leva o delegado a decidir pela continuidade do inquérito.

A princípio Donaria tentou suicídio por conta das reclamações e possíveis ofensas físicas, perpetradas por sua patroa descontente com os serviços mal feitos solicitados à criada. Entretanto, o fato da mesma estar grávida, talvez, possa revelar o real motivo de tal ato desesperado.

Uma hipótese pode ser o medo de ser demitida ao descobrirem a sua gravidez. De acordo com Martha Abreu Esteves, a

(...) simples suspeita de defloramento sobre uma doméstica era uma ameaça de desemprego, pois poderia trazer incômodos à família dos patrões pela possível gravidez, pelo perigo de estranhos frequentarem a casa ou ainda pelos prejuízos no serviço.³⁹⁷

Outro ponto a ser destacado, poderia ser a descoberta do adultério do patrão com a sua empregada. O abuso sexual de patrões para com suas criadas, se aproveitando do ambiente de intimidade em que o serviço doméstico se desenvolvia, era algo muito recorrente e descrito muitas vezes de forma natural em romances que apresentavam a empregada doméstica como a iniciadora da vida sexual dos filhos de patrões, por exemplo. Nesse contexto, muitas vezes, tais criadas eram vistas como ameaças, como sedutoras e pervertidas, por desejarem “*conseguir alguma vantagem dos homens ricos*”.

³⁹⁶ *Ibidem*.

³⁹⁷ ESTEVES, Martha Abreu. *Op.cit.* P. 195

³⁹⁸Os patrões, nestes casos, poderiam converter-se em verdadeiras “vítimas” dessas “ardilosas” criadas. Vide o caso de Cassi Jones, em *Clara dos Anjos*, que ao ser direcionado à polícia para responder alguma denúncia de defloramento perpetrado à alguma moça humilde, sua mãe, Dona Salustiana, defendia-o informando que – qualquer das vítimas de seu filho – “já estava perdida, por esse ou por aquele; que fora uma cilada que lhe armaram, para encobrir um mal feito por outrem, e por o saberem de boa família”. Uma vez que para a fidalga, “repugnava-lhe ver o filho casado com uma criada preta, ou com uma pobre mulata costureira, ou com uma moça branca lavadeira e analfabeta”.³⁹⁹

Neste cenário de culpabilização da vítima de defloramento, a patroa de Donaria, uma vez sofrendo um possível adultério, poderia converter-se em uma algoz terrível, seja aumentando as tarefas e a vigilância, seja aumentando os castigos físicos. Talvez fosse este cenário que levou a menor Donaria a cometer o suicídio, pensando não só como um ato desesperado e submisso, mas também como uma forma de resistência às condições vividas.

De acordo com Luiz Carlos Soares, o suicídio foi uma das formas mais trágicas de reação dos escravos ao regime do cativo, a fim de

(...) fugir do excesso de trabalho, dos maus-tratos, das humilhações cotidianas e, no caso dos africanos, do *banzo*, “isto é, aquela irreprimível saudade de pátria distante, para sempre fisicamente perdida, à qual só tornariam a voltar graças ao processo de ressurreição (...)”⁴⁰⁰

A violência era parte constitutiva da sociedade oitocentista e também da sociedade que vai experimentar os primeiros anos republicanos. Sociedade esta que vivenciou a violência da escravidão e da ação repressiva do Estado, que “se aliavam a brutalidade no trato entre homens e mulheres, [no] espancamento das crianças como recurso pedagógico rotineiro, [na] agressividade como moeda corrente das relações sociais e [na] valentia como premissa de honra”.⁴⁰¹

³⁹⁸ ESTEVES, Martha Abreu. *Op.cit.* p. 77

³⁹⁹ BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. [1922]. 1ª publicação [1948]. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000048.pdf>. Acesso em 27 de fevereiro de 2016 P.7.

⁴⁰⁰ SOARES, Luiz Carlos. *Op.cit.* p. 273. Ver também, KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

⁴⁰¹ VELLASCO, Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, século XIX. *Tempo*, Rio de Janeiro n. 18, p.174.

E como afirmação apresentada ao longo do texto, esta situação de violência que transborda ao trato dos menores de idade não é uma especificidade cultural brasileira. A cultura da violência pode obter um sentido transnacional sob a análise, por exemplo, do caso de Paschoal Agostinho, de 11 anos, natural de Montevidéu, filho legítimo de Antonio Agostinho e de Thereza Fuêga.

Paschoal, que encontrava-se no hotel Ravot em companhia de uma senhora chamada Margarida Meirelles, foi entregue por seu pai em troca de roupa e comida, ao marido da dita senhora, o Sr. Antônio Morolli quando ainda estava em Montevidéu. O Sr. Morolli trouxe o menor consigo ao Rio de Janeiro onde ficou oito meses tendo que regressar, posteriormente à Montevidéu, deixando-o com trabalho no Hotel Bavant em companhia de sua esposa. Na necessidade de retorno para o Rio da Prata junto com D. Margarida Meirelles, o pequeno Paschoal se recusou, afirmando ser maltratado e nada ganhar em troca de seus serviços por seu pai ser muito pobre e se encontrar amasiado com outra mulher. O dito menor informou que preferia ficar no Brasil em companhia do Sr. Antonim, que deseja ter-lhe sob soldada.⁴⁰²

Assim, como Paschoal, crianças trabalhadoras do serviço doméstico vivenciavam os maus-tratos e a exploração independentes de sua nacionalidade e em diversas regiões nas quais o serviço doméstico assume um papel importante de incorporação de menores ao mercado de trabalho.

Dolores N.9877 (identificação como “exposta”) foi entregue pela Sociedade de Beneficência a uma senhora “para servir”, no verão de 1891. A menor foi conduzida a uma casa da rua México 1124, onde trabalhou por alguns anos sem ao menos ter a supervisão de inspetores do asilo em que se encontrava antes da tutela. Dolores, cansada de receber maus-tratos de sua patroa, decidiu fugir em meados de 1899. A comissária da 16ª sessão constatou que a menina havia sido golpeada com um ferro e que existiam outras menores martirizadas pela mesma mulher.⁴⁰³

A trajetória de Dolores se passou em Buenos Aires, mas poderia ocorrer também no Rio de Janeiro, onde milhares de menores de idade, destinadas ao serviço doméstico viam na fuga, uma forma de se desvencilhar das condições de vida e do trabalho experimentado em seu dia-a-dia de tuteladas, ou simplesmente, “crias da casa”.

⁴⁰² EV-Fundo: Pretoria do RJ, 3 (Freguesia do Sacramento). Paschoal Agostinho e Antônio da C. Borlido (processo de soldada). Ano 1891. Maço 289, n.580 Gal A. – AN.

⁴⁰³ Trecho extraído do capítulo *Niños sirvientes: entre el trabajo y el refugio*. In. ALLEMANDI, Cecília L. *Sirvientes, criados y nodrizas: una historia del servicio doméstico em la ciudad de Buenos Aires (fines del siglo XIX y principios del XX)*. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2017. p. 203.

Assim como o Rio de Janeiro, Buenos Aires experimentava um aumento demográfico por conta da entrada massiva de imigrantes europeus e um desenvolvimento urbano e industrial, que facilitava a incorporação de menores de idade a diversos ramos do mercado-de-trabalho, sobretudo, pelos seus baixos preços.⁴⁰⁴

De fato, o que se conclui é que a violência infantil associada ao trabalho em casas de famílias, não foi uma especificidade brasileira. Mas neste caso, é necessário levar em consideração que o quesito racial foi determinante quando foi apresentado o número de casos de maus-tratos envolvendo criadas/os menores de idade.

Dos 84 documentos coletados em relação aos menores de idade e aparatos policiais ou judiciais, 19 referiam-se a crianças de cor, 4 brancos/as e 59 em que a cor não foi determinada, embora haja fortes indícios de que se tratavam em sua maioria de crianças de cor. Segundo Sandra Graham, a partir de 1870, a preferência por mulheres ou meninas de cor, mesmo não sendo escravas, ainda representava ao patrão uma menor ameaça à ordem, uma vez que estavam, nas palavras de Graham, estavam mais sujeitas ao controle.⁴⁰⁵

A preferência por meninas de cor poderia ser uma forma de manutenção do *status quo*, de dominação dos corpos das mulheres de cor⁴⁰⁶; poderia também, ser explicado pelo maior número disponível ao mercado de trabalho. O que não se pode é ter a ingenuidade de pensar que as meninas de cor estavam mais sujeitas ao controle, ou seja, mais submissas a ele.

Os casos de denúncia e fugas de meninas pardas e pretas na documentação coletada, mostra as diversas maneiras pelas quais essas/es meninas/os não se sujeitavam aos desmandos e às condições de degradação moral e física vivenciadas no convívio diário com seus patrões.

Maria, parda de 13 anos, foi encontrada pela polícia a qual solicitou o comparecimento do chefe da família residente à Avenida Salvador de Sá n. 187, pelo fato da mesma ter informado que “haver dali se evadido”.⁴⁰⁷

⁴⁰⁴ *Ibidem*. pp.214-215.

⁴⁰⁵ GRAHAM, S.L. *op.cit.* p. 36

⁴⁰⁶ Aline Mendes Soares, aponta “*que a preferência por crianças negras para o serviço doméstico, fazia parte do paradigma designado a essa população de „cor“ durante a escravidão e que permaneceu no período de pós-abolição*”. Ver. SOARES, Aline M. “Precisa-se de um pequeno, prefere-se de cor”: o mundo do trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. P.7

⁴⁰⁷ Arquivo Nacional. OI-Fundo: GIFI. Notação: 6C-556. Maria (menor) – fuga – 20 de maio de 1923.

Maria Julieta, menor preta de 10 anos, filha dos pretos Oscar e Georgina, empregados da casa do Sr. Antônio Telmo, encontrava-se empregada há seis meses na casa do Sr. Joaquim de Andrade, aonde seus pais iam, às vezes, visitá-la.

Há 15 dias, porém, indo Georgina ver sua filha, não a encontrou em casa. Indagou, como é natural, do seu paradeiro e o dono da casa respondeu apenas que a menor havia desaparecido. Nenhuma informação foi mais prestada à pobre mãe, que debalde tem desde então procurado a filha⁴⁰⁸

A dita mãe fez queixa ao delegado da 15ª circunscrição, Dr. Levino Chacon, que disse não ter pessoal para essas investigações.⁴⁰⁹ Esta foi uma denúncia feita pelo jornal *A tribuna*, no qual não fica claro se a menina fugiu ou se foi vítima fatal de algum abuso do patrão. Mas o que chama a atenção é o posicionamento do Dr. Delegado, da 15ª Circunscrição, que não mobilizou pessoal para a investigação, possivelmente por se tratar de um caso envolvendo uma menor preta e pobre.

O que interessa é que apesar dos maus-tratos vividos, processos como os acima descritos dão um panorama das formas de resistências articulados por menores de idade no serviço doméstico. A fuga, a denúncia, o suicídio e pequenos furtos se convertiam em armas potentes que minavam a pretensa inviolabilidade do poder paternal desses patrões sobre suas/eus criadas/os, sobretudo, quando menores de idade.

Segue então para uma análise de formas de reações perpetradas por essas/es jovens.

– Fugiu porque era maltratada: ações de resistências e insubordinação de criadas/os menores de idade

Ontem, às 14 horas, D. Isaura Teixeira, residente à rua General (incomp.), 26, queixou-se que sua mãe e um seu filho menor, há dias, apresentaram sintomas de envenenamento, e que desconfia que sua empregada Maria Benedicta, menor e cozinheira, tivesse proprinada-lhe qualquer substância venenosa de mistura com a comida.⁴¹⁰

Maria Benedicta, menor e cozinheira. Essas são as características que a definem em registro diário da Delegacia do 17º Distrito. Não se apresenta sua cor, sua idade ou sua filiação. Apenas o que é apresentado em relação a dita menor é a suspeita de que tivesse cometido um envenenamento. Acusação feita por sua patroa, D. Isaura Teixeira.

⁴⁰⁸ Um fato grave - Desaparecimento de uma criança. *A tribuna*, de 16 de dezembro de 1903.

⁴⁰⁹ *Ibidem*.

⁴¹⁰ Carta diária n. 753, de 22 de Dezembro de 1923 referente ao expediente da Delegacia do 17º Distrito Policial. NA – Fundo: GIFÍ (OI)/Doc. Policial. Notação: 6C-556.

Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, o “problema” da menoridade emergia como um campo de interesse e de atuação de diversas instituições e saberes, sendo consolidada como um “problema social” “cristalizado na massa diversificada de crianças pobres passíveis de serem enquadradas em classificações que denotassem sua situação anormal frente a um modelo de infância e família”.⁴¹¹ Onde as “crianças desvalidas” se viram como alvo de diferentes profissionais (médicos higienistas, policiais e instituições religiosas) e também como objeto de novas regulamentações. Isto em um momento em que havia preocupações em relação ao controle e à reformulação do espaço público, na necessidade de repressão à criminalidade, sobretudo em relação à vadiagem que estimulava a criação de diversos mecanismos de compulsão ao trabalho, como forma de contê-la.⁴¹² Neste sentido, é interessante refletir que a própria constituição do trabalho assalariado andou em paralelo com o desenvolvimento de uma vigilância policialesca do trabalhador, a fim de que o mesmo se mantivesse no trabalho, onde a força policial teve um papel importante na estratégia de formação de um mercado capitalista de trabalho assalariado.⁴¹³ Cabe pensar que muitas das punições aos desvios, no caso de menores de idade, tinham como punição a reclusão em ambientes em que se associavam a educação à formação profissional, como por exemplo, a Escola de Menores Abandonados.⁴¹⁴

Neste sentido, o código penal de 1890 foi um instrumento importante para a disseminação da ideologia do trabalho e da organização dessa mão-de-obra, reduzindo o limite etário de responsabilidade penal de 12 para 9 anos de idade, instituindo também o artigo 399 (sobre vadiagem).⁴¹⁵ Num contexto de aumento de mão-de-obra livre

⁴¹¹ VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. P. 42.

⁴¹² Vianna, informa que neste momento além da redução da responsabilidade penal, instituído pelo Código penal de 1890, as pressões da imprensa e de movimentos operários, denunciando as situações de trabalho de menores de idade em fábricas, fez com que em, 1891, o Código Penal instituísse o decreto nº. 1.313, de 17/01/1891, no qual regulamentava as condições em que *menores* poderiam ser incluídos no trabalho fabril. Menores de 12 anos foram proibidos de trabalharem em fábricas no Rio de Janeiro. Além desses mecanismos legais, foi na década de 1920, “que a definição civil de menoridade se [complexificou], com tentativas de fixar legalmente as condições para se considerar um *menor* como abandonado (lei nº 4.242, de 1921), culminando com a promulgação do Código de Menores em 1927, que estabelece uma detalhada caracterização dos „tipos“ de menores existentes e de formas legítimas de intervenção sobre elas”. Este código determinava como foco de análise e implementação, a avaliação em que condições poderia se dar a relação do *menor* com o trabalho ou com a infração. Ver VIANNA, Adriana R B. *Ibidem*. p.42 e p.169. Ver também. SOARES, Aline Mende. *Op.cit*.

⁴¹³ LINEBAUGH, Peter. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. In. PINHEIRO, P.S. (org.) *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983 – Comentário 1 – Maria Stella Breciani.

⁴¹⁴ VIANNA, Adriana de R. B. *op.cit*. p.73

⁴¹⁵ SOARES, Aline Mendes. *Op.cit*.

disponível ao mercado-de-trabalho, seja em consequência da abolição, seja pelo fluxo de imigrantes ao solo brasileiro, vivendo, em grande parte, pauperizados, muitos deles passaram a ser reprimidos como “vadios”, em um momento em que a ideologia da elite passava a formar a apologia do trabalho como regeneração social e progresso econômico.⁴¹⁶ De acordo com Thomas Holt,

(...) a transição da sociedade escravista para uma sociedade livre acabaria por expor as contradições da ideologia liberal, que encontraram expressão nos esforços da burocracia colonial para formular a política de emancipação. A formação de uma sociedade livre exigia primeiro a criação de pessoas com valores burgueses, o que, por sua vez, exigia a intromissão estatal com dimensões totalitárias na esfera social.⁴¹⁷

Símbolo dessa intromissão estatal, os aparatos policiais surgiam aí, como uma forma de controle e ordenação da classe trabalhadora. Por isso, se analisa além de inquéritos e processos policiais, livros de matrículas da Casa de Detenção da Corte, a fim de identificar um pouco do panorama de criadas e criados *menores*, em situações de delitos ou contravenções.

Dos 611 nomes de servidoras/es domésticas/os arrolados nos livros de matrículas da Casa de Detenção da Corte, 131 tinham até 20 anos de idade, desses 54 eram do sexo feminino e 77 do sexo masculino.

Em relação à presença feminina, todas estavam na faixa etária acima de 14 anos, eram nacionais e apenas 4 delas eram casadas, inclusive a única jovem de 14 anos, Maria Joaquina Rosa da Conceição, registrada em 24 de janeiro de 1883, sob a alcunha de vagabunda, mas dizendo que possuía a ocupação de lavadeira.⁴¹⁸

Assim, como Maria Joaquina, outras 30 jovens foram detidas pela contravenção de vadiagem, sendo registradas sob o artigo 399, do Código Penal.

⁴¹⁶ FILHO, Walter Fraga. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, SP/ Salvador, BA: Editora Hucitec/EDUFBA, 1996. P. 7

⁴¹⁷ HOLT, Thomas C. A essência do contrato. In. COOPER, Frederick; HOLT, Thomas. C; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.104.

⁴¹⁸ MD-LL-022 . p. 65

Tabela 42

Delitos e contravenções a partir do critério de raça						
	preta	Morena	Parda	parda escura	Fula*	Branca
Vagabundagem	11	2	7			1
vagabundagem e desordem	4		1		1	
vagabundagem e embriaguez	2					
Desordem	3		2		1	
desordem e ofensas à moral	1				1	
Prostituição			1			
práticas de atos imorais		1	2			
suspeita de gatunagem					1	
ofensas físicas				1		
Furto	1					
revogação de liberdade condicional	1	1				
vagabundagem, embriagues e desordem	2					
não ident.	5					1
Total	30	4	3	1	4	2

*O termo “fula”, assim como “parda” eram referenciais de mestiçagem, sendo “fula” comumente associado a uma pigmentação mais clara da pele. SOUZA, Flávia.*op.cit.* p. 136

Fonte: Livros de Matrículas da Casa de Detenção da Corte e do DF: MD-LL-011 (1880), MD-LL-0022 (1883), MD-HN-001 (1890), MD-HN-012 (1892), MD-MN-002 (1892), MD-HMN-003 (1912), MD-MN-006, MD-HN-135 (1920), MD-MN-012 (1920), MD-HN-166 (1929-1930)

A emancipação pressupunha, para as autoridades públicas, um controle da “liberdade” desenfreada dos então libertos. Thomas Holt ao analisar a política britânica de emancipação, para territórios americanos, identifica que a dúvida se os escravos libertados iriam se tornar cidadãos, foi uma indagação própria do século XIX, ou seja, de um momento específico da história do liberalismo clássico. Onde “a transição da escravatura ao trabalho assalariado pôs à prova os princípios econômicos do pensamento democrático liberal clássico, a transição de escravo a cidadão pôs à prova seus princípios políticos.”⁴¹⁹ Uma vez que “as trocas „livres” e abertas na esfera pública

⁴¹⁹ HOLT, Thomas. *Op.cit.* p.99.

presumiam a homogeneidade dos participantes, a mutualidade dos interesses fundamentais”⁴²⁰. Neste sentido, o sucesso dos princípios políticos do pensamento liberal do século XIX, dependia, em última instância, “da similaridade da localização dos cidadãos dentro da ordem social e em relação a ela”, quando essa similaridade não se aplica, exclusões nas tomadas de decisões, se fazem necessárias, a fim de não ameaçar a ordem. Neste sentido, categorias sociais – “raciais, nacionais, sexuais e de classe” – são elencadas a elementos residuais. Assim, em uma “nova ordem” em que o trabalho se fazia como um elemento fundamental e ordenador, aquelas/es que buscavam romper com esse princípio “burgês” se deparavam com as intromissões estatais em sua forma totalitária.⁴²¹ Os “vadios”, portanto, sentem na pele tal intromissão estatal. De acordo com Walter Fraga Filho, dentre os vários sentidos assumidos pela noção de vadiagem, pode-se destacar

“(…) a recusa em se conduzir de acordo com as normas do trabalho. As Ordenações Filipinas (...) definiam o vadio como indivíduo sem ocupação, sem senhor e sem moradia certa (...)”

A vadiagem recobria, portanto, a itinerância e a ociosidade de comportamentos considerados ameaçadores à estabilidade social mesmo assim a percepção do que era vadio ou ocioso era muito fluído. A palavra *vadiagem* algumas vezes podia recortar categorias muito restritas de “ociosos”, o submundo de “delinquentes” que viviam à margem do trabalho “honesto”, recorrendo a meios “ilícitos” de sobrevivência, tais como jogo e roubo. Podia remeter também à conduta transgressiva do jornaleiro que interrompia seus afazeres em proveito das “vadiações” e divertimentos de rua. Na sua acepção mais ampla, o termo *vadio* remetia à camadas livres pobres tradicionalmente vistas como inclinadas para ociosidade e vadiagem”⁴²²

Como o foco do autor se restringia aos meninos pobres, ele acaba não dando ênfase a acepção de “honra” que tal delito emana. Refletindo sobre os casos femininos de detenção por vadiagem ou vagabundagem, é importante pensar que a “honra” poderia ser determinante para o seu enquadramento, considerando que muitas vezes a alcunha de vagabunda ou vadia, poderia remeter-se a ofensas morais e a prostituição, sobretudo quando a classe e a raça da menor incidiam para o aumento das desconfianças e vigilâncias. Uma menor pobre (que por ser menor já era considerada mais suscetível aos

⁴²⁰ *Ibidem*, p.102.

⁴²¹ *Ibidem*. pp.102-104.

⁴²² FILHO, Walter Fraga. *Op.cit.* pp. 75-76.

perigos das ruas) que à época trabalhava ao circular nas ruas da cidade, principalmente sendo de cor, possuía sobre si *stigmas* suficientes para lhes rotularem como vadias.⁴²³

De acordo com a observação da tabela referente aos delitos e a cor das menores, é possível perceber um processo de racialização dos aparatos policiais, no qual certamente a cor da pele foi determinante para o seu enquadramento. Apenas duas meninas brancas foram enquadradas, uma como vagabunda e uma em que o delito não pode ser identificado.

Em se tratando de casos masculinos, o padrão é semelhante em relação a predominância dos *menores* de cor, frente aos de cor branca e estrangeiros.

⁴²³ Sobre a questão dos discursos jurídicos e controle social sobre a honra associada à classe e a raça das mulheres, ver: CAULFIEULD, Sueann, *op.cit*; ESTEVES, Martha Abreu. *Op.cit*.

Tabela 43

Delitos e contravenções a partir de critérios de raça						
	Preto	Pardo	Moreno	Fula	Branco	Caboclo
Vagabundagem	6	4	1	1	2	1
Vagabundagem e atos imorais		1				
Vagabundo e ratoneiro		1	1	1	1	
Vagabundo e desordeiro		1	1		2	
Vagabundo, copeira e desordeiro				1		
Vagabundo, ratoneiro e desordem				1		
Práticas de atos imorais				1	1	
Ofensas físicas	2	1	2			
Capoeiragem			1			
Suspeita de ser escravo fugido	1					
Embriagues		1				
Embriagues e desordem	2			1	1	
Embriagues e palavras obscenas		1				
A pedido do juiz				1		
Uso de armas de defesa	2					
Gatuno		1			2	
Furto	1	1			2	
Desordem	2	2	2		5	
Desordem e ter violentado um menor					1	
Roubo					1	
Roubo com violência		1				
Homicídio	1					
n/i	7		2	1	1	

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados presentes em Livros de Matrículas da Casa de Detenção da Corte: MD-LL-011 (1880), MD-LL-0022 (1883), MD-HN-001 (1890), MD-HN-012 (1892), MD-MN-002 (1892), MD-HMN-003 (1912), MD-MN-006, MD-HN-135 (1920), MD-MN-012 (1920), MD-HN-166 (1929-1930).

Tabela 44

Delitos e contravenções a partir de critérios de nacionalidade				
	Nacional	Português	Espanhol	N. ident
Vagabundagem	15			
Vagabundagem e atos imorais	1			
Vagabundo e ratoneiro	4			
Vagabundo e desordeiro	2	1	1	
Vagabundo, copeira e desordeiro	1			
Vagabundo, ratoneiro e desordem	1			
Práticas de atos imorais	2			
Ofensas físicas	5			
Capoeiragem	1			
Suspeita de ser escravo fugido	1			
Embriagues	1			
Embriagues e desordem	4			
Embriagues e palavras obscenas	1			
A pedido do juiz	1			
Uso de armas de defesa	2			
Gatuno	1		2	
Furto	3		1	
Desordem	6	3	1	1
Desordem e ter violentado um menor	1			
Roubo		1		
Roubo com violência	1			
Homicídio	1			
n/i	10	1		

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados presentes em Livros de Matrículas da Casa de Detenção da Corte: MD-

LL-011 (1880), MD-LL-0022 (1883), MD-HN-001 (1890), MD-HN-012 (1892), MD-MN-002 (1892), MD-HMN-003 (1912), MD-MN-006, MD-HN-135 (1920), MD-MN-012 (1920), MD-HN-166 (1929-1930).

No caso masculino, o padrão de detenção privilegiando o encarceramento do menor de cor se assemelha ao caso feminino, divergindo entre os dados analisados apenas com relação à associação majoritária do termo vagabundagem à prostituição e à questão moral. No caso masculino o termo descrito pode ser entendido, dentre os vários sentidos que ele pode obter, como desvio, ociosidade, ou “um mal que se adivinha”.

Entretanto, fixando o olhar somente nesses dados e em como as instituições policiais se valeram para reprimir e ordenar a vida desses menores, a partir do recolhimento em instituições que tinham como o objetivo a sua “regeneração”, seria possível incorrer em uma visão no qual se tem apenas um panorama a partir de uma visão de cima, em que as instituições são privilegiadas em relação às agências desses indivíduos.

Desta forma, antes dos delitos serem vistos como uma consequência do pauperismo e da condição de vida em uma sociedade moderna e inserida num capitalismo de mercado, que lança os que não se enquadram ao mercado de trabalho legalizado (*lumpemproletários*) à delinquência, devem ser analisados como possíveis estratégias de resistências às condições de vida experimentadas por essas menores.⁴²⁴

Nem sempre as resistências poderiam se mostrar tão drástica como a perpetrada por Maria Benedicta, acusada de envenenamento da mãe e do filho menor de sua patroa. As fugas, furtos e denúncias mostraram-se resistências efetivas adotadas por muitas/os menores como forma de driblar os infortúnios de uma vida de abandono, violências e explorações, para muitos casos.

⁴²⁴ Thompson, ao lançar mão do conceito de *hegemonia cultural* nos dá uma base para que possamos entender como as relações de dominação eram estruturadas. Mas, mais do que isso, Thompson mostra os limites de tal hegemonia, ao identificar que tal conceito não acarreta que os pobres aceitem o *paternalismo*, nos próprios termos de quem se utiliza de tal dominação, “*ou segundo sua auto-imagem consagrada*”. A deferência não pode ser pensada apenas como um ato de submissão, mas também como um ato consciente de autopreservação. Apesar da *hegemonia* definir limites, as experiências, muitas vezes movidas pelos *horizontes de expectativas* alternativos aquela ordem, não impediam que os pobres experimentassem seus próprios modos de trabalho, de vida, de lazer e sua própria visão de mundo. É neste sentido que pensamos os delitos, não só como desvio, mas como estratégias de drible de uma hegemonia, em um momento em que o trabalho livre emerge trazendo “*consigo um enfraquecimento dos antigos meios de disciplina social*”, *onde o paternalismo entra em crise*, gerando por conseguinte, além das reações populares, reações das elites e do governo, frente a esta nova relação entre patroas/ões e criadas/os. THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Cap.2 (Patrícios e plebeus).

Leonarda Júlia Maria da Conceição, menor de 11 anos e de cor preta, utilizou-se da estratégia da fuga para sair da casa onde era agregada na casa do Capitão Raymundo de Abreu, residente a rua Felipe Camarão n. 26. Não se sabe o real motivo de seu ato, possivelmente, como em muitos casos, os maus-tratos foram estopins para atos de resistências, neste caso a busca por outra família que pudesse lhe acolher. A família em questão era a de Henrique Correia Lopes, morador a rua Senador Pompeu n. 107.⁴²⁵ O interessante neste caso é o fato do reclamante da fuga ser um Capitão. Em alguns casos analisados, há oficiais utilizando-se de seus cargos para obter mão-de-obra infantil ou envolvidos em reclamações relacionadas a abusos cometidos por eles sobre as/os menores.

Dona Elisa Marça, residente a Rua da Imperatriz, apresentou-se à Delegacia do 7º Distrito, a fim de informar que não desejava continuar com a responsabilidade da guarda da menor Oscarina de Oliveira Figueiredo, de 17 anos, pelo fato da menor “não querer submete-la as suas ordens” e ainda dar-se aos vícios da embriaguez. Aproveitando-se de tal situação, o comissário Antônio Teixeira de Carvalho, residente à rua Rio Branco n.68, pediu a entrega dessa menor para serviços domésticos, no dia 10 de fevereiro de 1914, comprometendo-se a apresentar à Repartição, quando houvesse necessidade. O que não durou muito tempo, uma vez que no dia 09 de março, o mesmo comissário fez apresentar a menor Oscarina, por não querer tê-la mais em sua companhia, apresentando-a ao Chefe de Polícia a fim de ser encaminhada à residência do tio.⁴²⁶

Desse relato pode depreender algumas informações. Em primeiro lugar a estratégia do comissário, assim como a de outros oficiais de polícia, que para angariar mão-de-obra para suas residências, utilizava-se de suas funções e prestígios. Posição esta que não foi capaz de “domar” a dita menor, que, nas palavras de D. Elisa Marça, não queria se submeter as suas ordens. A menor em questão possivelmente valia-se de comportamentos desviantes, como o alcoolismo, tomando-o como uma estratégia para se desvencilhar das ordens impostas pelas/os tutoras/es, ou melhor, patroas/ões.

Mas a própria denúncia aos maus-tratos sofridos às autoridades policiais foi um mecanismo utilizado por menores em reação aos seus patrões. Francisca Freire de Oliveira se dirigiu à Delegacia solicitando que fosse apresentada ao senhor juiz de

⁴²⁵ Arquivo Nacional – OI-Fundo:GIFI. Notação: 6C-178. Leonarda Julia Maria da Conceição (menor) – fuga – 11 de maio de 1906.

⁴²⁶ Arquivo Nacional – OI-Fundo: GIFI. Notação: 6C-499. Oscarina de Oliveira Figueiredo (menor) – dar destino. – 10 de fevereiro de 1914.

órfãos da 1ª Vara, a fim de ter o conveniente destino, uma vez que não era bem tratada na casa da patroa à rua General Polidino(?) n. 27, Botafogo.⁴²⁷

O fato de uma menor se direcionar a uma autoridade policial e denunciar seus patrões, indo contra a noção de “obediência” em que tal relação emanava, é um sinal de que as tensões envolvendo as relações entre patrões e criadas/os não pode ser definida de forma harmônica, como a noção de “proteção” e “obediência”, a princípio quer transmitir.

O delito de furto como estratégia de resistência⁴²⁸, que também foi amplamente utilizado por menores de idade no serviço doméstico, aproveitando-se do contato íntimo que possuíam no lar em que trabalhavam, pode ser entendido como um rompimento da ideia de retribuição com lealdade da “proteção” dada pelos patrões.

Orminda(?) da Conceição, de 16 anos, foi denunciada por furto na casa de seu patrão, João Guimarães Junior. O mesmo informa que no dia 30 de setembro de 1923, às 9 horas, percebeu que sua empregada havia subtraído de sua casa várias peças de roupa a qual entregara a uma indivíduo, que supunha ser empregada em uma fábrica de papelão, na rua Uruguai.⁴²⁹

Tais casos não ficavam circunscritos à intimidade do lar ou às paredes das delegacias. Em alguns casos os furtos cometidos por essas/es menores ganhavam repercussão na imprensa.

No jornal *A Noite*, de 02 de fevereiro de 1925, relato o furto cometido pela “rapariguinha” Stella Dias Fontoura, moça branca, criada em casa de Gabriel Zarê, residente à rua da Estação. O jornal informa que Stella se empregara na referida casa, mostrando-se, no início, “muito solícita, muito pronta a atender os patrões”. Em uma madrugada, “mesmo antes de que o sol nascesse, ela ergueu-se do leito em que dormia e foi a um móvel dos patrões arreentar o que lá encontrasse”. A família foi averiguar o prejuízo que se somou, entre joias e dinheiro, o valor de 2:500\$000. A dita menor foi capturada e acabou confessando o crime, indicando o local em que se encontravam os bens furtados.⁴³⁰

⁴²⁷ Arquivo Nacional – OI-Fundo: GIFÍ. Notação: 6C-499. Francisca Freire de Oliveira. 20 de fevereiro de 1914.

⁴²⁸ A análise do furto como resistência ou compensação foi discutida no capítulo 3, onde discutimos a criminalidade no serviço doméstico envolvendo nacionais e estrangeiras.

⁴²⁹ Arquivo Nacional – OI-Fundo-GIFÍ. Notação: 6C-556. Orminda(?) da Conceição. (furto). 30 de setembro de 1923.

⁴³⁰ A madrugada de Stella... Levantou-se, fez a trouxa, disse adeus e foi-se embora. *A Noite*. 02 de fevereiro de 1925. Ed. 04740. P.4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

Se a dita Stella entrou no serviço com a intenção de realizar o furto ou se o mesmo se deu como uma forma de compensação aos baixos salários que menores de idade eram submetidos no serviço doméstico, isso não fica explícito. Mas, é importante frisar que apesar de serem menores de idade, já estavam experimentando o abandono e as vigilâncias policiais e profissionais, por parte dos patrões, essas/es criadas/os agiam de forma a superar uma parcela dos infortúnios vivenciados no cotidiano de crianças pobres.

Os delitos perpetrados por tais jovens não devem ser analisados apenas pelo viés das autoridades públicas e policiais, mas como formas de reações e agências que se utilizavam diariamente para obter melhores condições de trabalho. O fato de uma menor fugir de uma casa onde era tutelada, em busca de outra família que lhe amparasse pode ser vista como uma ação consciente de busca e reivindicação de melhorias trabalhistas. Em um cenário em que a mão-de-obra infantil era uma realidade experimentada por muitas famílias, analisar as formas de contratação e como tais menores vivenciavam sua condição de tuteladas/os é fundamental para o entendimento da mão-de-obra infanto-juvenil. Onde as condições de vida e trabalho experimentadas por tais menores devem ser analisadas, não apenas por um viés – Lei do Ventre Livre, mas num contexto em que se articule tal lei aos acontecimentos políticos, econômicos e ideológicos globais.

É a partir dessa concepção de delitos perpetrados pela criadagem, seja infanto-juvenil ou adulta, que nos debruçaremos no próximo capítulo. As agências de tais personagens, bem como as estratégias de parte da intelectualidade, da imprensa, da polícia e dos aparatos públicos são importantes para que se possa perceber a construção de uma criminalização acerca do serviço doméstico, que circulava no Brasil, mas também no mundo de fins do século XIX e princípios do XX. Para tanto, seguem nas próximas páginas uma análise mais detida deste processo.

Capítulo 4

A CRIMINALIDADE NO SERVIÇO DOMÉSTICO CARIOCA

Há penúria de criados? Não haveria há vinte e cinco anos? Mas há vinte e cinco anos tínhamos escravos. O criado tinha por ideal agradar e acabava fazendo parte da família, sem vencimentos. [...] Mas fez a corrente imigratória. [...] Um desencadear de apetites, de desejos, de vontades irrompeu. [...] De Portugal, da Espanha, da Itália, de várias províncias da Península, do Levante, do Líbano, da Polônia, da Alemanha, o imigrante vinha. Eram bárbaros rurais, ávidos de dinheiro, de gozo, de satisfações pessoais, ignorantes e querendo ganhar. Não fizeram questão de profissão. [...] E o problema ficou nitidamente traçado. De um lado os criados negros que a Abolição estragou dando-lhes a liberdade. Inferiores, alcoólicos, sem ambição, num país onde não é preciso trabalhar para viver, são torpemente carne para prostíbulos, manicômios, sarjetas, são o bagaço da canalha. De outro, os imigrantes, raças fortes, tendo saído dos respectivos países evidentemente com o desejo sempre insatisfeito de enriquecer cada vez mais, e por consequência, transitórios sempre em diversas profissões. Como ter criados? Os negros não trabalham porque não precisam. Os brancos têm ambições demais, estão temporariamente na profissão de criados. [...] O caráter transitório de criado é ainda acentuado pelo sentimento de orgulho dos servos modernos. [...]⁴³¹

Os trechos selecionados, de uma carta fictícia criada por João do Rio para expor a “crise” pelo qual o serviço doméstico carioca se encontrava nos revela, em um primeiro momento, o tom alarmante em relação ao futuro das relações de trabalho, num momento de profundas alterações para o país. Na verdade, as palavras de João do Rio historicizam um processo em curso de alterações das relações de trabalho que abalaram o ideário conservador de uma elite brasileira, que precisava se readaptar em relação às transformações socioeconômicas vivenciadas a partir de fins do século XIX.⁴³²

Essas transformações ficam expressas na fala de João do Rio, ao pensarmos seu posicionamento em relação à “emergência da crise das formas tradicionais de domínio”, que regeu boa parte da sociedade imperial e escravista, sob a forma de paternalismo/escravidão.⁴³³

⁴³¹ As 96: Carta sobre um suplício moderno e carioca. João do Rio – *A Notícia* - 11 e 12 de dezembro de 1909.

⁴³² CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001. pp. 64-65.

⁴³³ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese de Doutorado. Niterói/RJ: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Departamento de História da UFF, 2017. p. 295. O conceito de paternalismo já foi debatido nos capítulos anteriores, mas para maiores

João do Rio e seus contemporâneos viam, a partir da década de 1870, “as estruturas da autoridade tradicional” serem “severamente postas à prova”⁴³⁴. De acordo com Sandra Graham:

(...) o avizinhamento da abolição colocou em questão bem mais do que o número existente de escravos. A escravidão, combinada com a autoridade paternal, estabeleceu o paradigma para todas as relações entre senhor e criado. Os senhores assumiam toda a autoridade individual, pessoal e quase privada sobre escravos e dependentes, e aceitavam a responsabilidade por eles, embora, (...) houvesse limites socialmente impostos ao abuso do poder privado.⁴³⁵

Ao rememorar a autoridade paternal das relações de trabalho escravistas⁴³⁶, João do Rio se mostra nostálgico ao apontar que o “criado tinha por ideal agradar e acabava fazendo parte da família, sem vencimentos”, visão esta que demarcava o universo ideológico da classe dominante que ao se deparar com as novas relações de trabalho e a consequente “crise do paternalismo”⁴³⁷, viam o trabalho livre como algo a ser enfrentado: o “problema que se coloca, então, é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, torne-se um trabalhador”.⁴³⁸ Uma vez que, nas palavras de João do Rio, o caráter transitório do criado foi acentuado “pelo sentimento de orgulho dos servos modernos”, e que os “negros não trabalham porque não precisam. Os brancos têm ambições demais, estão temporariamente na profissão de criados”.

Desta maneira, ao liberto foi sendo imputada uma imagem de desordeiro, criminoso, não afeito e preparado ao trabalho e à modernidade que emergia no alvorecer do século XX. Imagem esta que perdurou por muitos anos, realimentada, sobretudo pelas obras de Florestam Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, que

análises ver: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 e THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴³⁴ GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 127.

⁴³⁵ GRAHAM, Sandra L. *op.cit.* p. 128

⁴³⁶ Sandra Graham, ao analisar um processo de anulação de casamento de uma escrava chamada Caetana, que ao ser forçada a casar com um indivíduo de quem não gostava, reivindica ao seu senhor que ponha fim ao casamento, identifica a complexidade das relações entre senhores e escravos. Ela informa que tais relações poderiam mostrar-se menos arbitrarias do que supomos: “Ele, de fato, ordenou que ela casasse e ela sabia que tinha de obedecer, mas ela lutou e ele cedeu. Um lar quase modelar de ordem patriarcal e escravista se tornou problemática quando Caetana disse “não”. (...) Nessa sociedade de poder radicalmente desigual, havia mais escolhas para todos os lados do que podemos imaginar em princípio.” Ver: GRAHAM, Sandra L. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. pp. 26-27. Ver também: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁴³⁷ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Op.cit.* p. 295

⁴³⁸ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001. p. 65

imputavam ao liberto a dificuldade de se adequarem ao trabalho contratual livre, frente a concorrência dos trabalhadores imigrantes.⁴³⁹

Na visão desta corrente sociológica, sendo “lançado à própria sorte”, os escravos foram relegados à vida da pobreza e à criminalidade, uma vez que a ele faltava a “autodisciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre”.⁴⁴⁰ Em contraponto com a imagem do imigrante, este sim preparado e disciplinado à ética do trabalho contratual. Percepção esta que vêm sendo combatida por uma historiografia que ganhou fôlego a partir dos anos de 1980 e que deu voz e agência aos negros no pós-abolição.⁴⁴¹ Entretanto, a imagem do negro como afeito à criminalidade é uma visão que ainda se mostra presente em trabalhos, como por exemplo, o de Lená Medeiros de Menezes que, em 1996, escreve em um capítulo que compõe livro sobre imigração italiana, que a:

Desordem e subversão foram processos que, de forma geral, ainda que tenham tido a participação do estrangeiro, não podem ser entendidos, de maneira simplista, como “plantas exóticas” importadas junto com o imigrante. Seu florescimento, num determinado contexto, deve ser compreendido dentro do processo global de mudança social vivido no Brasil.

⁴³⁹ FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)*. Vol. 1. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; IANNI, Octávio. *As Metamorfoses do Escravo – Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

⁴⁴⁰ Tal visão foi percebida pelo Professor Álvaro P. do Nascimento, ao corrigir questões de História do Vestibular da Unicamp de 2001. Em tal correção, o autor verificou o predomínio de respostas em que a população negra tinha como destino apenas a pobreza, a prostituição, ou seja, “incapazes de integrarem a sociedade de classes”. Todavia, como o mesmo autor avalia não só de histórias de “fracasso” e violência foram feitas as vivências da população negra no pós-abolição: “*Mas esta população negra também rodava no santo nos terreiros, desfilava seu carnaval, ia à coroação dos Reis do Congo, sambava como um mestre sala dos mares, lutava por um pedaço de terra, trabalhava nas fábricas e indústrias do Mundo do Trabalho.*” Ver: NASCIMENTO, Álvaro P. do. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.29, n.º. 59 pp.607-626. Setembro-dezembro, 2016. pp.622-623. Ver também: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

⁴⁴¹ O problema racial como um questionamento acerca da participação e experiência de homens e mulheres negras no Brasil do pós-abolição, foi enfrentada, *a priori*, pelos estudos sociológicos a partir das décadas de 1930 e 1940. Trabalhos como o de Oracy Nogueira, Costa Pinto, Virgínia Bicudo, Florestan Fernandes e seus orientandos, só para citar alguns nomes de destaques, trouxeram à tona a questão da herança da escravidão e o problema do racismo em suas análises. Análises estas, que receberam críticas refinadas de Carlos Hasenbalg (1979) e depois, a partir da década de 1980, historiadores como Sidney Chalhoub(1986), Lúcio Kowarick (1987) e Gladys Ribeiro (1990), só para citar alguns nomes, trouxeram à luz dos estudos as experiências e lutas de negros e negras no cotidiano de trabalho de uma sociedade que experimentava a abolição da escravidão. Para uma análise mais aprofundada acerca da produção historiográfica e dos avanços e obstáculos a serem enfrentados em relação as questões raciais e a História do Trabalho no Pós-Abolição ver: LARA, Silvia. *Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil*. *Proj. História*, São Paulo (16),pp. 25-38. fev. 1998; CHALHOUB, S e SILVA, F. T. da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n.6, 2009; e NASCIMENTO, Álvaro P. do. *Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”*: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29 n.º 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016.

Os ex-escravos, lançados à própria sorte após a Abolição da Escravatura, por exemplo, compuseram, com destaque, o cenário da desordem, constituindo-se em parte significativa dos criminosos e contraventores que povoaram o Rio de Janeiro. Se alguns criminosos já assim chegaram ao Brasil, muitos, em virtude das dificuldades aqui encontradas, aqui conheceram o caminho da marginalidade.⁴⁴²

O texto da citada autora mostra uma influência dos estudos produzidos por Florestan Fernandes, na qual o negro é tido como “lançado à própria sorte”. Isso chama a atenção para o fato de que esta fala tenha se reproduzido, em um momento em que a produção historiográfica fazia duras críticas a esta visão. Segundo Célia Maria Marinho de Azevedo

Em termos metodológicos, esta postura expressa de fato uma das ilusões do “verdadeiro” em história apontadas por Françaes Furret e que se forma a partir da adesão racional quando da reconstituição *a posteriori* de uma história que se pretende necessária, não se reconhecendo outra possibilidade a não ser aquilo que aconteceu. Movido por esta ilusão, o pesquisador acaba por sua vez confinado aos limites temáticos e cronológicos traçados pela memória produzida pelos sujeitos sociais que dominaram politicamente uma dada época.⁴⁴³

Apesar da reprodução de uma imagem limitadora da experiência negra, não se pode negar as contribuições que a referida autora vem dando à historiografia sobre imigração no Rio de Janeiro.

Em *Os Indesejáveis*⁴⁴⁴, ela faz uma análise dos estrangeiros, considerados como a “sobra” da modernidade. Homem comum, pobre, vindo de outro país, cheio de anseios e esperanças, lutando pela sobrevivência em uma sociedade marcada pela exclusão perpetrada pelo desejo de ordem e progresso. Homem, que muitas vezes, viu seu desejo de ascender socialmente ou *fazer a América*, nas palavras de Boris Fausto⁴⁴⁵, esbarrar na miséria experimentada, ou nos crimes cometidos que poderiam leva-lo à prisão, ou à expulsão para sua terra natal.

A ideologia do progresso marcava os discursos da época acerca da imigração, pensada como benéfica, uma vez que atribuía ao estrangeiro a imagem do trabalhador superior, isto em um momento em que o “trabalhador nacional” é visto como ocioso,

⁴⁴² MENEZES, Lená Medeiros de. Desordeiros e contestadores italianos na cidade do Rio de Janeiro (1907/1930). In. BONI, Luis a (org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre, Torino, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Fondazione Giovannin Agnello, 1996. Vol. III. P. 432.

⁴⁴³ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.22.

⁴⁴⁴ MENEZES, Lená Medeiro de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

⁴⁴⁵ FAUSTO, Boris. (org.) *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

desajustado e despreparado para a vida em sociedade.⁴⁴⁶ Entretanto, em um Rio de Janeiro que experimentava rápidas mudanças, velhos e novos atores urbanos ocupavam a cena.⁴⁴⁷ Vadios, caftens, prostitutas, gatunos, alcoólatras e comunistas começavam a gerar preocupações às autoridades, onde o imigrante teria um papel importante neste cenário de desordem.⁴⁴⁸ Visão esta compartilhada por intelectuais e autoridades de países limítrofes, como a Argentina, que também experimentava uma onda de imigrantes europeus aportando em seu território.

O professor de direito penal argentino, Cornélio Moyano Gacituía, por exemplo, verificou que com a corrente imigratória a criminalidade aumentava seus níveis, dada as raças que a constituíam – no caso a latina.

Amparado em produções criminalísticas, como a de Ferri, ele identificou que as raças latinas tinham pré-disposições ao homicídio, infanticídio e ao suicídio.⁴⁴⁹ Ainda segundo o autor, qualquer criminalista amparado por dados estatísticos podia concluir que a delinquência aumentava sua atividade quando cometida fora de sua terra natal.⁴⁵⁰

Como estamos falando de territórios fronteiriços cujos portos estabeleciam comunicação não só com a circulação de pessoas, mas também de ideias, a imagem tecida por Gacituía também era compartilhada pela intelectualidade brasileira.

Elysio de Carvalho⁴⁵¹, quando diretor do Gabinete de Identificação, dizia que “[s]omos hospitaleiros até a imprudência, e por isso mesmo, e porque a vida é fácil, a

⁴⁴⁶ CHALHOUB, Sidney. *Op.cit.* pp. 67-68.

⁴⁴⁷ MENEZES, Lená Medeiros de. Desordeiros e contestadores italianos na cidade do Rio de Janeiro (1907/1930). In. BONI, Luis a (org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre, Torino, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Fondazione Giovannin Agnello, 1996. Vol. III. p. 425.

⁴⁴⁸ Geralda Seyferth ao fazer uma análise do processo de racialização atrelada à imigração europeia para o Brasil de meados do século XIX e princípios do XX, aponta para o fato de que em meados do século XIX o discurso produzido por estrangeiros interessados na colonização era o mesmo dos representantes do imigrantismo brasileiro, que desqualificavam a população negra e mestiça do país, em relação ao trabalho escravo. Entretanto, a autora aponta que a valorização da imigração europeia não deve ser encarada de forma absoluta durante o Império e a República. Ela verifica que a legislação possuía suas ambiguidades, em relação a entrada desses imigrantes em solo brasileiro. O privilegiamento da imigração europeia (brancos), “não significou uma abertura irrestrita à essa imigração: na legislação são especificados os indesejáveis (incluindo os brancos) – desordeiros, criminosos, mendigos, vagabundos, portadores de doenças contagiosas, profissionais ilícitos, dementes, inválidos, velhos, etc, constantes, por exemplo, do Decreto 9.081, de 1911, que regulamentou o Serviço de Povoamento (e nos decretos que o antecederam). Ciganos, ativistas políticos, apátridas, refugiados, também figuram em muitas listagens de indesejáveis”. In. SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. SP: 2002. P. 15. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br>. Acessado em 02 de abril de 2018.

⁴⁴⁹ GACITUÍA, Cornelio Moyano. *La delincuencia argentina – ante algunas cifras y teorías – Ensayo de criminología*. Córdoba: Casa Editora – F. Domenici, 1905.

⁴⁵⁰ *Ibidem*. p.11

⁴⁵¹ Jornalista, poeta, historiador, técnico de identificação e professor, Elysio de Carvalho foi um importante intelectual brasileiro representante do pensamento conservador no Brasil. De acordo com Lená Medeiros de Menezes, Elysio era um defensor da “primazia da ordem sobre o progresso, seguidor das teses lombrosianas em suas análises sobre o crime, foi, nos últimos tempos de vida, nacionalistas de

vigilância pequena e a tolerância excessiva, o Rio vai se tornando um refúgio de criminosos escorraçados de todas as partes do mundo”.⁴⁵² Ele ainda complementa sua fala informando que a “invasão sinistra” de imigrantes

(..) exige que a nossa hospitalidade seja mais circunspecta e que os nossos portos não se abram facilmente a estes imigrantes heterogêneos que, longe de representarem a *elite* dos países donde procedem, são o rebotalho, a ralé, o excremento das populações estrangeiras.⁴⁵³

Uma vez mantendo atividades policiais, Elysio, possivelmente, tinha conhecimento das informações contidas em correspondências trocadas entre os Chefes de Polícia de Buenos Aires e Rio de Janeiro, as quais evidenciavam a circulação constante de criminosos, gatunos, cafténs, dentre outros delinquentes entre os dois portos, como as que já circulavam em fins do século XIX.

No dia 24 de outubro de 1895, por exemplo, o Chefe de Polícia de Buenos Aires solicitou ao Chefe de Polícia da Capital Federal brasileira que remetesse a última galeria de ladrões conhecidos que a chefatura possuía, se comprometendo a fazer o mesmo.⁴⁵⁴

Entretanto, a suspeição e o descontentamento em relação ao tipo de imigrante que chegava à Capital não se restringiam à ala criminalista. Júlia Lopes de Almeida, por exemplo, em livro dedicado às donas e às donzelas, relata a experiência de ser uma senhora em casas brasileiras.⁴⁵⁵

Intitulando o capítulo que trata da relação entre criadas e patroas de *Por quê?*, Júlia inicia seu texto com questionamentos acerca do suicídio de D. Amanda Augusta

destaque”. Escreveu em diversos jornais, no Rio de Janeiro, como “A Meridional”, “Jornal do Povo”, “O Trabalhador”, além de ter alguns trabalhos em revistas internacionais, como em Buenos Aires, onde publicou artigos em “Libre Examen” (1904) e “La Protesta” (1904-1905). Elysio fez carreira no serviço público, ingressando na polícia, fazendo com que recebesse duras críticas do anarquismo internacional, uma vez que o mesmo se dizia anarquista, até pelo menos, a publicação de *Five O’Clock*. Sobre mais informações ver: MENEZES, Lená Medeiro de. Elysio de Carvalho: um intelectual controverso e controvertido. *Revista Intellectus*. Ano 03. Vol II. 2004. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27584/19777>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

⁴⁵² CARVALHO, Elysio de. “A delinqüência dos estrangeiros”, *Boletim Policial*, ano VII, n. 6. Rio de Janeiro, jun. 1913, p.222-223. *Apud.* GALEANO, Diego A. *Criminante viajantes, vigilantes modernos*. Circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHS/IFCS, 2012. p. 72.

⁴⁵³ *Ibidem*.

⁴⁵⁴ Correspondência do Chefe de Polícia de Buenos Aires (La Plata) ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro, solicitando fotografias de criminosos. 24 de outubro de 1895. Fundo GIF1, série: Ministério da Justiça. Documentação policial. Notação: 6C-1 - AN

⁴⁵⁵ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, 1906. Disponível em: <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=37033#PORQUÊ>.

Fernandes, esposa de Júlio Augusto Fernandes, moradora de Areal, em Itaguaí. Matou-se porque tinha dúvidas em relação ao seu amor? Iniciava a autora. Por que a “miséria bateu-lhe à porta”? Teve ciúmes do esposo? Adultério? Loucura? Nenhuma dessas hipóteses responderia o real motivo de tamanha atitude. D. Amanda, em bilhete que foi encontrado próximo ao seu corpo alvejado por uma bala de garrucha que atravessou seu pulmão, dizia: “Morro porque não posso suportar empregados.”

A partir desse triste desfecho de uma “pobre” patroa que não suportava mais

[v]iver embaixo das mesmas telhas com uma inimiga que faz tudo o que pode para atormentar as nossas horas, pagar-lhe os serviços e ainda fazê-los de parceria, assumindo a responsabilidade dos maus jantares que ela faz e da maneira desleixada por que arrasta a vassoura pela casa; ordenar e ser desobedecida; pedir e obter más respostas; falar com doçura e ouvir resmungar com aspereza; advertir com justiça e ouvir responder com agressão e brutalidade; recomendar limpeza, economia, ordem e calma, e ver só desperdícios, porcarias, desordem e violência, confesso que é coisa de fazer abalar em vibrações dolorosas os nervos os mais modestos, mais tranquilos e mais saudavelmente pacatos do mundo!⁴⁵⁶

A autora não perde a oportunidade de demonstrar seu descontentamento em relação a uma parcela da criadagem, que a princípio poderia ser considerada como mais morigerada e habilidosa em seus serviços – a criadagem estrangeira.

Comparando os serviços prestados por criadas em casas da Europa e no Brasil, a autora demonstra que uma família europeia não teria receios em receber visitas em sua casa, pois a mesma terá certeza de que seus copos estarão cristalinos e a sopa não estará “desenxabida”. O mesmo não se podia falar em relação à qualidade dos serviços prestados nas casas brasileiras.

Aqui, a coisa chega a ser cômica, mas de um cômico que obriga à careta em que não entra a simpatia do riso. Dirás: mas hoje as nossas criadas vêm de lá! Parece-me que sim; mas julgo que só emigram das aldeias esfomeadas e de povoações do interior bandos de criaturas só habituadas ao plantio das vinhas ou à colheita do trigo.

As das cidades, já desbastadas da crosta nativa e mais ou menos educadas essas deixam se ficar gozando nos poucos intervalos da sua vida trabalhosa, os gozos das capitais. Porque lá dá-se esta anomalia: Quem trabalha não é a dona da casa, é a criada!⁴⁵⁷

Assim como Elysio de Carvalho, Júlia identifica que os imigrantes que aqui chegavam não eram os idealizados por intelectuais liberais que projetaram as políticas populacionais. Eram bandos de esfomeados habituados ao plantio e a colheita.

⁴⁵⁶ *Ibidem.*

⁴⁵⁷ *Ibidem*

Partindo desses relatos, faz-se necessário pensar se a imagem tecida, tanto em relação às criadas nacionais livres ou libertas, quanto ao imigrante, como afeitos à criminalidade, coincidem com os dados coletados. Ou seja, será que os crimes cometidos nas casas por domésticas/os eram fato recorrente em meios aos registros policiais, ou às mudanças nas relações de trabalho propiciaram um ambiente de desconfianças e disseminação de uma imagem alarmante das “criadas infiéis”?

4.1 -“Criadas ladras” – a gatunagem em meio à criadagem carioca

Há um pouco tempo, o Sr. Alberto Rabello, morador na rua Campo Alegre n. 27, teve em sua casa uma criada estrangeira, que, depois de um dia e meio de trabalho, desapareceu como por encanto, e com ela algumas joias pertencentes à mãe do mesmo senhor.

O prejudicado, não podendo fazer coisa mais eficaz, dirigiu-se ao delegado da 14ª circunscrição e narrou-lhe o ocorrido. Isso há 20 dias.

Convém notar que, dois dias após a queixa do Sr. Alberto Rabello, apresentou também a sua o Sr. Carlos Rohr, importante negociante, morador à rua da Misericórdia n. 74, e roubado por Mathilde em soma superior a 5:000\$ em joias suas e de sua senhora. [...]

Mathilde então confessou tudo, fazendo o mesmo por sua vez o norte-americano Luiz Brauer ou que outro nome tenha.⁴⁵⁸

A notícia narrada é descrita como “uma imitação de cenas rocambolescas, mas menos feliz do que elas, talvez porque se trata de assunto que caiu no domínio da realidade”, ou seja, a criminalidade propalada por criadas. E neste caso, a personagem principal não era uma criada negra acusada de pequenos furtos e que tinham seus rostos expostos na coluna policial de periódicos de grande circulação. Muito menos, os patrões vitimados eram pequenos comerciantes que poderiam ver insumos serem apropriados cotidianamente por suas/eus serviçais.

Maria Suíça, Mathilde Reyner, ou melhor, Emma Bernstoff, mulher, jovem, aparentando ter uns vinte e dois anos, magra, altura regular, parecendo ser alemã que, junto com seu companheiro Carlos Reyner, formava uma dupla de gatunos que cometia furtos em casas de famílias de elite. Como o que ocorrera em fevereiro de 1900, quando Emma se empregou na casa do importante negociante Ulrich Carlos Rohr, à rua da Misericórdia n. 74, e subtraiu joias totalizando um valor de 2:205\$000rs.⁴⁵⁹

⁴⁵⁸ *O Paiz*, 29 de março de 1900, p.1

⁴⁵⁹ *O Paiz*, 29 de março de 1900, p.1

Poucos dias depois, em 07 de março do dito ano, a mesma se empregou na casa de D. Clara Mayrink Rebello, senhora pertencente à família da “melhor sociedade”⁴⁶⁰ carioca e mãe do negociante Alberto Jacinto Rebello. O Sr. Rebello informa que sua mãe, há dois dias tinha contratado uma criada que se dizia chamar Maria Suíça. Que ao chamar seus criados para jantar como de costume, Maria se negou, pois ficou de terminar um engomado. “*Que terminando o jantar e não aparecendo Maria, foi o copeiro Victor a chamar para jantar e não a encontrou*”⁴⁶¹. Dona Maria, em seguida, deu por falta de “*um relógio de ouro Patrick Felipe, com o número oitenta e quatro mil trezentos e oitenta e oito, corrente de ouro com bibelôs e mais alguns objetos de menor valor.*”⁴⁶²

Emma Bernstoff a princípio poderia representar o ideal de uma criada alemã⁴⁶³, civilizada, desejo da maioria das famílias de elite e dos aparatos públicos que buscavam subsidiar a vinda de estrangeiros a fim de “civilizar” a Capital Federal.⁴⁶⁴ Entretanto, Emma se encaixava mais no padrão de imigração que intelectuais, como Júlia Lopes de Almeida, descreviam em seus romances⁴⁶⁵

Além de virem de regiões mais pobres e serem menos requintadas e instruídas, como uma Elza Fräulein,⁴⁶⁶ muitas dessas criadas estrangeiras eram alvos, tanto quanto as nacionais, de todo tipo de desconfianças que lhes eram atribuídas por parcela da

⁴⁶⁰ No dia 10 de novembro de 1910 a um anúncio de uma missa na qual estavam presentes “de cavalheiros e famílias da nossa melhor sociedade”, na qual D. Clara Mayrink Rebello era citada como fazendo parte dessa “melhor sociedade”. *Jornal do Commercio*. 10 de novembro de 1910 p. 3.

⁴⁶¹ Ema Bernstoff (ré) e Luiz Reyner (réu) – Furto – Fundo: Corte de Apelação (20) – Série: Apelação Criminal (ACR) – Ano 1900-1905- n°. 584, caixa 2316, Gal: A - AN.

⁴⁶² *Ibidem*

⁴⁶³ Em fins do século XIX, uma atitude se alterou em relação a contratação de criadas/os. Se em princípios do século XIX, o número excessivo de escravos domésticos indicava uma posição social elevada das famílias mais abastadas, em fins dos Oitocentos, indivíduos mais ricos, a fim de apagar o passado escravista, procuravam contratar empregados brancos a fim de ostentar um *status* mais elevado. Ver. SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007. P.122.

⁴⁶⁴ De meados do século XIX aos primeiros anos republicanos a intelectualidade e parcela dos políticos brasileiros implementaram como instrumento de atração de imigrantes europeus e, em menor escala norte-americanos, propagandas a fim de atrair trabalhadores, com a perspectiva de que no Brasil eles poderiam refazer suas vidas, uma vez que muitos viviam a experiência de perseguidos religiosos ou minorias étnicas. Ver. RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In. MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.) *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 59.

⁴⁶⁵ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das Donas e Donzelas*. Pará: NEAD/Universidade da Amazônia. p.19. Disponível em: www.nead.unama.br.

⁴⁶⁶ Elza era uma governanta alemã da família Sousa Costas. Ela era muito instruída, gostava muito de ler e adorava Wagner. “*Também: quatrocentos mil réis por mês!*”. Ver: ANDRADE, Mário de. *Amar, verbo intransitivo*. [1927], p. 45 Disponível em: http://www.livroclip.com.br/ferramenta/externo/colecao/amar_verbo_intransitivo/livro.pdf. Acessado em 19/05/2017.

sociedade. Uma vez que o temor acerca de uma imigração criminosa que circulava pelas Américas vindas da Europa, mostrava os efeitos nocivos que uma imigração descontrolada poderia ocasionar ao país.⁴⁶⁷

Para ter um melhor entendimento do contexto, as cifras sobre as grandes migrações de fins do século XIX e princípios do século XX, nos mostram um número crescente de homens e mulheres partindo de países europeus rumo às Américas, favorecido por avanços tecnológicos que permitiram a comunicação mais ágil e mais barata entre a Europa e a América.⁴⁶⁸ Assim, cerca de 31 milhões de pessoas cruzaram o Velho Mundo rumo ao Novo. Para o Brasil, entre 1890 e 1914, cerca de 2,5 milhões de europeus migraram, sendo 987 mil subsidiados pelo Estado, sob a forma de custeio das viagens.⁴⁶⁹ No caso do Rio de Janeiro, no ano de 1872, havia 190.689 brasileiros e 84.283 estrangeiros. Sendo, 158.766 homens e 116.206 mulheres (69% de nacionais e 31% de estrangeiros). Em 1890, há um aumento no número demográfico, entretanto o percentual de estrangeiros em relação aos nacionais permanece parecido: 367.449 nacionais para 155.202 estrangeiros (70% de nacionais e 30% de estrangeiros).⁴⁷⁰

Essa intervenção do Estado Brasileiro, em relação à imigração europeia, revela, de acordo com Carlos Vainer,

“um compromisso, pleno e explícito, com um projeto racista de construção da nacionalidade, fundada em conceitos de superioridade da raça branca e voltado ao „aperfeiçoamento“ da população brasileira através da incorporação de contingentes imigratórios ditos eugênicos”⁴⁷¹

Entretanto, vozes de advertência associando o aumento de imigrantes à criminalidade batiam de frente com essa imagem idealizada do imigrante eugênico.⁴⁷²

⁴⁶⁷ GALEANO, Diego A. *Criminosos viajantes, vigilantes modernos*. Circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2012. p.72

⁴⁶⁸ Como avanços tecnológicos que favoreceram a comunicação entre o Velho Mundo e o Novo, podemos destacar: a substituição da vela pela energia a vapor nos navios de passageiros, a instalação do primeiro cabo telegráfico transatlântico, em 1866, e o término de um conjunto de ligações ferroviárias, por volta de 1870. FAUSTO, Boris. *Op.cit.* p. 23.

⁴⁶⁹ PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro: Relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; Faperj, 2013. P. 64. Herbert S. Klein, ao analisar a migração internacional para as Américas, cita um número próximo ao já citado – entre 1881 e 1915, cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas, sendo 2,9 milhões para o Brasil. Ver: KLEIN, Herbert S. “Migração internacional na História das Américas”. In. FAUSTO, Boris. (org.) *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p.25.

⁴⁷⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. “*Cabras*” e “*Pés-de-chumbo*”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Dissertação. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais. Niterói: UFF, 1987. p.5.

⁴⁷¹ VAINER, 1990: p.113 *Apud*. PEREIRA, Amílcar Araújo. *Op.cit.* p. 64-65.

⁴⁷² GALEANO, Diego. *Op.cit.* p. 74.

Provindo de regiões do Leste e Sul europeu, até então em cifras inferiores, frente a imigração do Norte que prevaleceu até a década de 1880,⁴⁷³ esses imigrantes do Leste e Sul da Europa, geralmente eram homens, jovens e pouco qualificados, que pretendiam “fazer a América” e regressar à sua terra natal. O retorno aconteceu para cerca de 65% dos imigrantes desembarcados, entre 1899 e 1912, no Brasil. Só não sabemos se esse retorno estava associado ao sucesso feito em terras estrangeiras ou as desilusões frente as condições de vida experimentadas.⁴⁷⁴ O mais provável é que o retorno por sucesso tenha sido inferior aos motivados por desilusões e/ou extradições.

Entre 1907 e 1930, quinhentos e trinta processos de expulsões foram movidos contra estrangeiros no Rio de Janeiro, dos quais a maioria relacionava-se a nacionalidade portuguesa, seguida da espanhola e da italiana.⁴⁷⁵

De acordo com Lená Medeiros de Menezes, desde 1866 diversos chefes de polícia da Capital clamavam por medidas que pudessem conter os desordeiros que perambulavam pela cidade a cometer furtos e outros delitos.⁴⁷⁶ Entretanto, a partir de 1890, com a eclosão do anarquismo, mas também com a preocupação em relação a classe trabalhadora de forma mais geral, foi que medidas mais efetivas começaram a ser implementadas: Lei da ociosidade (1888)⁴⁷⁷; Código Penal de 1890; Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que buscava regularizar o “serviço de introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil”⁴⁷⁸, mobilizavam os criminalistas e os demais membros da sociedade, em busca de controlar a “desordem” causada pela “classe perigosa”.

⁴⁷³ *Ibidem*. p. 24.

⁴⁷⁴ GALEANO, Diego. *Op. cit.* P. 73. A ideia do regresso, para muitos imigrantes como, por exemplo, os portugueses, era um horizonte de expectativa. Costa Leite informa que, sobretudo na emigração do Noroeste de Portugal (1891 a 1911) para o Brasil, o desejo de regresso concretizou-se para cerca da metade das saídas do continente e ilhas. Alguns representando o ideário de emigrante bem-sucedido. Imagem realimentada pela imprensa e literatura portuguesa, que estimulava o retorno de emigrantes com algumas poupanças. Entretanto, nem sempre o regresso contava histórias bem sucedidas. Eliza Nunes, uma criada espanhola, menor de idade, fora entrega por sua mãe à D. Zulima Perez para que viesse ao Brasil. Chegando ao Rio de Janeiro, logo fugiu da casa de D. Zulima, possivelmente por maus tratos, indo para uma outra residência à rua Haddock Lobo n.11. Fazendo com que a queixosa, fosse à delegacia, em 26 de junho de 1907, solicitar que a dita menor fosse encaminhada ao consulado espanhol, a fim de que a mesma fosse repatriada. Arquivo Nacional – Fundo GIFÍ – Notação 6C-201. Ver também. LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914) In. FAUSTO, Boris. *Op.cit.* pp. 196-199.

⁴⁷⁵ MENEZES, Lená. *Op.ci.* p. 426

⁴⁷⁶ *Ibidem*.

⁴⁷⁷ Sobre a Lei de Ociosidade de 1888, ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.

⁴⁷⁸ PEREIRA, Amílcar Araújo. *Op.cit.* p.65

É nesse cenário que as criadas, nacionais ou estrangeiras, têm sua imagem mais fortemente associada aos maus costumes, à imoralidade e à criminalidade. Ora eram representadas como ébrias, ora como prostitutas e por muitas vezes como ladras. Visões estas alimentadas pela desconfiança que tais servidoras geravam, pelo seu comportamento liberal, que “em contato íntimo com as famílias, podia ser visto como uma ameaça à defesa dos valores morais e mesmo como um problema de higiene”⁴⁷⁹

Em 1903, o delegado de Polícia Vicente Reis descrevia, em um pequeno livro, a vida criminosa no Rio de Janeiro. Sem deixar de revelar um retrato da participação da criadagem em crimes cometidos em residências, Vicente realizava um diagnóstico dos crimes a casas apontando para o fato de que muitos desses delitos contavam “com o auxílio de algum doméstico com eles [ladrões] coniventes”.⁴⁸⁰ Para o autor, esta associação entre crimes a residências e o serviço doméstico ocorria devido ao fato da maioria dos criminosos conviverem com o espectro mais baixo da sociedade – prostitutas, mas também “com criados que fazem empregar por intermédio de certas agências de locação de serviço” e que já seguem para o aluguel “com a lição na ponta da língua”.⁴⁸¹ Ou seja, eles já entram na casa do patrão com o crime planejado, como o que ocorrera na residência de Dona Clara Rebello.

O que estava em jogo na fala de Vicente Reis é um consenso de que a ordem estava ameaçada. A proliferação de habitações populares – cortiços⁴⁸², o aumento do fluxo de imigrantes na Capital, o fim da escravidão e a consolidação do sistema capitalista, propiciaram mudanças no que diz respeito às relações de trabalho, mas também alterações nos costumes tradicionais e na forma de se pensar os diversos grupos sociais⁴⁸³ – as mulheres apareciam aí como um grupo que via seu papel social sendo

⁴⁷⁹ BRETAS, Marcos L. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p 183.

⁴⁸⁰ REIS, Vicente. “*Os ladrões no Rio*”. Sua chronica, suas operações, sua gyria, sua polynomia, seus vulgos, seus retratos, gravuras descritivas, episódios e tudo mais concernente à vida e obra dos rapinantes que infestam a cidade do Rio de Janeiro, com ramificações por S. Paulo e Minas – Estudos e observações minuciosas. 1898-1903. Laememert& C. Editores. 1903. p.24.

⁴⁸¹ *Ibidem*. p. 161.

⁴⁸² A partir da década de 1850 há o aumento de alforrias obtidas por escravos, o crescimento do fluxo migratório, e, a tendência em senhores permitirem que seus escravos vivessem “sobre si”. Para os senhores, muitas vezes, era mais vantajoso deixar seus escravos viverem “sobre si”, pois a jornada do cativo passava a ser mais alta, além da vantagem da desobrigação com o custeio do cativo. Entretanto, mais do que significar vantagens para os senhores, esta prática contribuía “para a falência de significados sociais essenciais à continuidade da instituição escravidão. Os negros pressionavam para conseguir o direito de morar fora da casa dos senhores, pois percebiam tal conquista como um passo, ao menos simbólico, no caminho da liberdade.” CHALHOUB. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996. Pp. 26 - 28

⁴⁸³ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p.27.

alterado, e, por conseguinte, percebiam-se alvo das preocupações de diversas esferas da sociedade, como os criminologistas e a ala médica.⁴⁸⁴ Estes, assistindo as mudanças na vida das mulheres, “tais como a maior frequência na esfera pública, o trabalho nas fábricas e a difusão de técnicas contraceptivas”⁴⁸⁵, ao longo do século XIX, se debruçavam na busca de associar “males sociais” à fisiologia feminina, uma vez que ao se afastarem do padrão idealizado de boas mães e esposas, sem desejos sexuais exacerbados, elas estariam predispostas à criminalidade e à histeria. Não é de se espantar, em nível de exemplificação, que durante a pesquisa, em um montante de 161 documentos catalogados do fundo Gifi, série documentação policial, referente a alguns meses dos anos de 1901, 1904, 1905, 1906, 1907 e 1908, presentes no Arquivo Nacional, 49 referiam-se a criadas e criados encaminhados a exames de sanidade mental. Deste montante, 10 eram criados e 39 criadas, sendo 11 estrangeiros (3 italianas, 2 francesas, 3 portuguesas e 3 portugueses), dois de nacionalidade não identificada e 36 nacionais.

Referente às mulheres submetidas a exame de sanidade, elas encontravam-se na faixa etária dos 16 aos 70 anos, desempenhavam funções como as de doméstica (que possivelmente desempenhava todos os tipos de serviços de uma casa), lavadeira, cozinheira e empregada. Eram mulheres, geralmente, solteiras e quando a raça era mencionada, havia uma equiparação entre os casos relatados de mulheres brancas e de mulheres de cor.

Tabela 45

Raça e estado civil das criadas encaminhadas a exame de sanidade			
Raça		Estado civil	
De cor	1	Casada	8
Branca	14	Solteira	19
Preta	3	Viúva	6
Parda	10	Não Informado	6
Morena	1	Total	39
Não Informado	10		
Total	39		

⁴⁸⁴ BRETAS, Marcos L. *op.cit.* p.171.

⁴⁸⁵ RINALDI, Alessandra de Andrade. *A sexualização do crime no Brasil: Estudos sobre a criminalidade feminina no contexto de relações amorosas. (1890-1940)*. 1 ed.: FAPERJ, 2015. p. 74.

Fonte: GIFI – Documentação policial (1901, 1904, 1905, 1906, 1907 e 1908)
– NA

Motivos para a internação desses sujeitos poderiam variar, mas o que fica claro é a tentativa da medicalização dos comportamentos ditos antissociais, ou melhor, o controle daquelas e daqueles que não se adequavam ao ideal de mulher e homens burgueses ⁴⁸⁶ Assim, o alcoolismo ⁴⁸⁷, os excessos sexuais, ou a prática de alguns cultos religiosos poderiam converter-se em motivos para o “diagnóstico” de alienação. Como ocorreu com Miguel Arahaju, nacional, cozinheiro, de 38 anos de idade, casado com Maria Izabel, residente em uma estalagem à Praia de Botafogo, que foi direcionado a exames de sanidade mental e encaminhado ao hospício, por apresentar “sintomas de alienação e uma mania religiosa”. ⁴⁸⁸

Cabe aqui destacar, que o número de criados é inferior ao de criadas encaminhadas a exames de sanidade, como demonstrado anteriormente. De acordo com Maria Clementina Pereira Cunha, “a loucura nas mulheres aparecerá como algo diverso e mais transgressivo do que nos homens” ⁴⁸⁹. Por outro lado, no caso dos homens, geralmente, o diagnóstico de loucura associava-se a padrões ditos irracionais – mau uso da liberdade, comportamentos estranhos que poderiam se manifestar no espaço público. Certamente, foram essas “manias religiosas”, possivelmente de origem Africana, como o candomblé, que determinaram a irracionalidade, ou melhor, a loucura de Miguel.

Se para os homens o enquadramento na categoria de “louco” parecia ser mais restrito, o mesmo não se podia falar das mulheres. Ainda segundo Maria Clementina, a loucura feminina surgia como algo mais diverso e transgressivo ⁴⁹⁰. Sua perseguição se dava, “geralmente na esfera da vida privada, dominada pelas questões do corpo e da família”⁴⁹¹. Espaço esse, que não estava protegido da “imoralidade” ou todos os vícios e degenerações advindos da classe popular. Mães de famílias “higiênicas” e suas filhas tinham que conviver com criadas e seus comportamentos sociais e sexuais, muitas vezes

⁴⁸⁶ FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUÑOZ, Pedro F. As insanas do Hospício de Alienados (1900-1939). *História, Ciências, Saúde -Manguinhos*. vol.15. suplemento. Rio de Janeiro, 2008. pp.236-237

⁴⁸⁷ PEÇANHA, Natália Batista. “Regras de civilidade”: tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916). Dissertação de mestrado. Seropédica/Rio de Janeiro: PPGHR/UFRRJ, 2013. pp.72-79.

⁴⁸⁸ GIFI. Fundo Ministério da Justiça. Documentação Policial. Notação: 6C-68. 23 de janeiro de 1901. AN

⁴⁸⁹ CUNHA, Maria Clementina P. Loucura, Gênero, Feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Ver. Bras. De His.* São Paulo, v.9, n. 18, ago. 89/set. 89. p. 127.

⁴⁹⁰ *Ibidem*. pp.127-128.

⁴⁹¹ *Ibidem*.

conflitantes.⁴⁹² Assim, se as patroas e senhoras de “boas famílias” poderiam ser suscetíveis e alvos de diagnósticos de loucura, pela convivência e cópia de comportamentos de mulheres de diferentes condições sociais, o que dizer das criadas que eram alvo constante da vigilância pública, e, sobretudo da privada?

Placidenia de Araújo Silva sentiu na pele a acusação de histeria e alienação. Doméstica, nacional, de 28 anos, Placidenia foi encaminhada a exames de sanidade por apresentar-se “histerica, acompanhada de fortes acessos, que a torna[va] perigosa na convivência da família que em seu seio, por caridade, foi acolhida”.⁴⁹³

Daí, podemos extrair duas informações importantes. Em primeiro lugar, a jovem Placidenia, por “caridade” foi “acolhida” pela família, visto que seus pais, por serem “extremamente pobres, não a pod[iam] sustentar, e ainda menos cuidar de sua saúde”.⁴⁹⁴ A ideia da servidora trocar a sua força de trabalho, por proteção, sustento e cuidados médicos, reafirma o caráter paternal da dita relação. Entretanto, será que esses fortes acessos, que poderiam gerar perigo a convivência com a família que a acolheu, não poderiam ser entendidos como possíveis atos de contestação, reação e descontentamento frente a sua relação com os patrões, sendo visto, portanto, como uma espécie de ataque ao modelo de trabalhador idealizado? Isso nunca poderemos saber.

O que sabemos, é que assim como na relação entre Caetana e seu senhor, analisada por Sandra Graham, escolhas, negociações e resistências perpassavam as relações de trabalho envolvendo criadas/os e patrões. Resistências cotidianas, como a quebra de pratos, ou o mau desempenho de algumas funções, poderiam esbarrar com excessos de raivas ou pequenos furtos que ganhavam contornos maiores em meio a uma conjuntura na qual o serviço doméstico, cada vez mais, era envolto às desconfianças. Por isso, desde fins da década de 1870 o controle ao serviço doméstico, mais especificamente, aos seus trabalhadores, mostrava-se como algo premente. E, esta preocupação avançou, pelo menos, até os anos de 1930. Matérias de jornais, de variados gêneros, dedicavam colunas e páginas de seus exemplares expondo os perigos pelos quais as famílias estavam sujeitas ao contratarem “*empregadas cujos antecedentes desconhecem*”⁴⁹⁵.

⁴⁹² *Ibidem*. p.142.

⁴⁹³ Placidenia de Araújo Silva. Alienação mental, 23/01/1901. Fundo: GIFL. Série: Ministério da Justiça. Documentação Policial. Notação: 6C-68 - AN

⁴⁹⁴ *Ibidem*.

⁴⁹⁵ As criadinhas muito boas: Quem não as conhece que as compre. 16 de março de 1918. *Arquivo Vermelho*. p.11. BN

O problema enfrentado pela Dona Clara Rebello, foi um dos muitos alertas dispensados por jornais às famílias que necessitavam dos serviços de criadas e criados, no Rio de Janeiro. Passemos a analisar o papel da imprensa na criação do medo em relação ao serviço doméstico.

– A produção do discurso público acerca da criminalidade no serviço doméstico.

Devido a este distanciamento material e moral, escapava a esta elite a percepção do cotidiano dos negros, das suas relações sociais e culturais; e o que hoje se reconhece como formas de resistência, naquela época, mesmo entre as mentes mais humanitárias, passava por desordem, desenfreamento, paixões soltas e criminosas⁴⁹⁶.

Em *Onda negra medo Branco: O negro no imaginário das elites – Século XIX*, Célia Maria Marinho de Azevedo faz uma análise acerca do processo de criação do medo, em relação ao negro e a negra, no momento de instituição de um mercado de trabalho livre.

As ansiedades e preocupações de “homens bons” em relação ao fim da escravidão, ao futuro de um mercado de trabalho livre e ao que fazer com os negros com o fim da “polaridade senhor-escravo”⁴⁹⁷, norteou agendas políticas, “pedagogias” elaboradas pela *intelligentsia* e ratificadas pela “racionalidade” científica, mas também por pautas jornalísticas que alimentavam o medo e atenção em relação à classe trabalhadora.

De acordo com James C. Scott o estabelecimento das relações de dominação pressupõe, simultaneamente, as resistências, uma vez que para a sua implantação e permanência é necessário o uso do poder, muitas vezes contra a vontade dos subordinados. Assim, a fim de manter a dominação é necessário um trabalho de “consolidação, ajustamento e perpetuação”. Parte deste trabalho, feito pela construção de representações simbólicas de dominação e de representações de poder, consolidando e manifestando uma ordem hierárquica.⁴⁹⁸

Partindo dessa perspectiva, a imprensa carioca pode ser entendida como um discurso público, no qual as representações simbólicas dominantes podem exercer a

⁴⁹⁶ AZEVEDO, Célia M. M. de. *Op.cit.*. p. 176.

⁴⁹⁷ *Ibidem.* p.33

⁴⁹⁸ SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Trad. Pedro Serras Pereira. 1ª ed. Lisboa: Letra Livre, 2013.p. 83

função de criar uma aparência de unanimidade.⁴⁹⁹ Neste sentido, é representada, no caso do serviço doméstico, uma imagem unânime do perigo e, por conta disso, a necessidade de se controlar e ordenar essa classe de trabalhadoras/es, transformando, em grande parte, as manifestações públicas de insubordinação das/os criadas/os, em atos criminosos, desajustados que precisavam ser contidos. Ou seja, cria-se um espectro de medo em relação as/os trabalhadoras/es domésticas/os, a fim de justificar qualquer forma de controle e regulamentação da dita atividade.

Assim, focando a moral e os serviços prestados pelas/os criadas/os, periódicos como *A União* relatavam as principais queixas das donas e donos de casas:

Lavra uma desmoralização tal entre empregados e empregadas no serviço doméstico, que ela assume proporções de calamidade. Muitas dessas criaturas preferem perder-se por becos viciosos, tavernas e etc., a levarem uma vida honesta no serviço de uma casa de família, da qual devem ser amigas para igualmente encontrar amigos. Outras não se envergonham de permanecer um mês aqui, outro acolá, enfim, fazem um peregrinar de ciganos.

É a queixa constante das donas de casa; é quase que o assunto de todas as conversas, o quanto custoso é encontrar-se uma serviçal que seja digna de nossa amizade e consideração. (...)

Igualmente, é um perigo as tais agências de criados. Aí então não é sem pequeno receio que se procura um fâmulos. (...)

Ora como vedes, Sr. Redator, este é um dos maiores sofrimentos que afligem os chefes de família. Ele é igualmente uma das reclamações que maior número de vezes são feitas. E, entretanto, nem um bom movimento. Há coisas de maior atenção para se cuidarem – *Um dono de casa*.⁵⁰⁰

A rotatividade e o perigo de se contratar servidores domésticos através de agências locação eram elementos recorrentes, inclusive como justificativa para a regulamentação do serviço doméstico. Uma vez, que dessas agências podiam ser locadas verdadeiras “ratas”, como a Emma Berntoff ou Leonidia Pello.

Leonidia era uma criada espanhola “insinuante e palreira”, que fora contratada pelo Sr. Domingos Antônio Gonçalves através da agência do Sr. Silva Lima, localizada à rua da Carioca, n. 104. O Sr. Antônio, relatou que levou a criada recém-contratada para a sua residência à rua São Pedro, n. 128. Contratação que não durou muito, uma vez que a mesma ficou em domicílio “apenas um dia, desaparecendo (...) para não mais voltar”. O abandonado patrão “daria de ombro” a esse desaparecimento, não fosse o fato

⁴⁹⁹ Sobre o conceito de unanimidade, Scott sustenta que as elites dominantes buscam retratar as ações sociais através do discurso público de forma que seja negado, por omissão, “a possibilidade de uma ação social autônoma por parte dos subordinados”. SCOTT, James C. *op.cit.* pp.83-84.

⁵⁰⁰ Os que sofrem. *A União*. 27 de outubro de 1905.p.2.

de junto com a criada, o mesmo ter percebido o sumiço de “um rico anel com uma safira rodeada de brilhante”. Fato que fez com que o pobre patrão desse queixa ao delegado da 4ª urbana.⁵⁰¹

As agências apareciam como local de disseminação de ladras e más funcionárias, que quando não roubavam, se lançavam à “especulação da vida alheia”, como o relato do “Dono de casa”, em carta ao jornal *A União*. Entretanto, o que recorria para a desmoralização do serviço doméstico, associado à rotatividade das empregadas e à reputação das agências, era a moral das/os criadas/os que constantemente a associavam aos espectros mais baixos da sociedade (prostitutas, ébrios e vagabundos), que circulavam em ambientes “viciosos”, sobretudo, quando negras. Por isso, antes de analisarmos as representações do serviço doméstico e da criminalidade atrelada a ele, vê-se a necessidade de verificar como as criadas negras são retratadas nas páginas de alguns periódicos cariocas, onde a racialização dessas trabalhadoras mostrava-se patente.

–A imprensa e a objetivação dos corpos das criadas negras.

A dominação sempre envolve tentativas de objetificar o grupo subordinado. “Como sujeitos, as pessoas têm o direito de definir sua própria realidade, estabelecer suas próprias identidades, nomear sua história”, afirma bell hooks (1989, 42). “Como objetos, a própria identidade criada pelos outros, a história é chamada apenas de forma que definem o relacionamento de alguém com aqueles que estão sujeitos” (p.42). O tratamento concedido para as empregadas domésticas dos EUA e as mulheres negras exemplifica as muitas formas que a objetivação por levar. Fazendo com que as mulheres negras trabalhem como se fossem animais ou “mulas do mundo”, representa uma forma de objetivação. Os rituais de deferência como chamar de garotas as trabalhadoras domésticas negras, permitem que os empregadores tratem suas empregadas como crianças, como seres humanos menos capazes. A objetivação pode ser tão grave que os Outros simplesmente desaparecem (...)⁵⁰²

Nas palavras de Patricia Hill Collins podemos perceber a intersecção de gênero, classe e raça como elementos, que juntos, fazem com que o sujeito que incorpora essa

⁵⁰¹ Uma “rata”. *Gazeta de Notícias*. 15 de janeiro de 1903. p.2.

⁵⁰² Tradução livre de: “*Domination Always involves attempts to objectify the subordinate group. „As subjects, people have the right to define their own reality, establish their own identities, name their history”.*, asserts bell hooks (1989,42). „*As objects, one’s reality is defined by others, one’s identity created by others, one’s history named only in ways that define one’s relationship to those who are subject*” (p.42). *The treatment afforded U.S. Black women domestic workers exemplifies the many forms that objectification can take. Making Black women work as if they were animals or „mules of the world” represents one form of objectification. Deference rituals such as calling Black domestic workers „girls” enable employers to treat their employees like children, a less capable human beings. Objectification can be so severe that the Other simply disappears (...)*”. Patricia Hill Collins. *The Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Nova York e Londres. Routledge, 2009 [1ª ed 2000] . p. 71.

tríade seja alvo de tentativas de objetificação pelo grupo dominante. As imagens dessas mulheres negras e pobres passam a ser construídas e controladas socialmente, refletindo interesses de grupos dominantes em mantê-las na subordinação.⁵⁰³

Pensar o papel da imprensa e da literatura na objetivação da mulher negra é importante para que possamos compreender como imagens racializadas dessas personagens são disseminadas por parcela da população que consomem esse discurso do medo, em relação às trabalhadoras do serviço doméstico, o qual tornava-se global. De acordo com Peter Linebaugh e Marcus Rediker, ao analisar as dificuldades de impor a ordem em sistemas de trabalho cada vez mais globais, onde desordens e resistências ameaçavam à construção do Estado, do Império e do capitalismo⁵⁰⁴, o serviço doméstico britânico, a partir do século XVII, começou a sofrer mudanças. Com o capitalismo, tal profissão decaiu, tornando-se cada vez mais polarizada e feminizada. Uma atividade na qual a criada ou criado vivem em condição de subordinação e miserabilidade.⁵⁰⁵ E que, portanto, nas palavras de um erudito de Cambridge do século XVII, chamado Paul Beyne, a obediência por parte dessas/es trabalhadoras/es não era perpétuo, visto que “uma vez desempregados, os criados tentariam enfrentar os patrões e, se pudessem, cortar-lhes a garganta”.⁵⁰⁶

A preocupação em relação à classe dos/as trabalhadoras mostrava-se como algo visível no mundo capitalista, tornando o serviço doméstico uma atividade que foi alvo de constante argumentos acerca da idoneidade e periculosidade de trabalhadoras/es no alvorecer e consolidação do capitalismo. Desta forma, a questão da classe e do gênero, uma vez que feminização do serviço doméstico foi um dos motivos para sua degradação, mostra-se como um ponto fundamental para o entendimento das diversas representações negativas em relação a esta atividade. Entretanto, sobretudo para o caso brasileiro, a questão racial andou junto, e, muitas vezes, determinou políticas de controle e disseminação de representações negativas sobre os comportamentos e práticas sociais das trabalhadoras negras.

Ao ser analisados os discursos disseminados acerca do serviço doméstico carioca verifica-se, em primeiro lugar, ter em mente que a grande maioria dos discursos propalados sobre a mulher é produzida por homens. Mais ainda, o discurso elaborado

⁵⁰³ *Ibidem.*

⁵⁰⁴ LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. “*A hidra de muitas cabeças*”: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. pp. 11-12.

⁵⁰⁵ *Ibidem.* p. 87.

⁵⁰⁶ *Ibidem.*

sobre a mulher negra é produzido, na sua maioria, por pessoas brancas, de uma elite letrada, que projetavam preconceitos, estereótipos raciais e erotização sobre os corpos dessas personagens, muitas vezes amparados por saberes médicos ou jurídicos.

Ao longo do século XIX, as imagens das mulheres negras foram utilizadas para representar patologias, corrupção e primitivismo, “configurando o corpo feminino negro como doente e, portanto, nocivo à saúde de uma nação em construção”.⁵⁰⁷ Segundo Giovana Xavier, é nesse contexto que tipologias literárias, tais como da *bela mulata*, da *crioula feia*, da *escrava infiel*, surgiram.⁵⁰⁸

Periódicos como *O Rio Nu*, surgiam a fim de associar o corpo da mulher negra aos excessos sexuais, num momento em que uma política sexual de higienização da família brasileira ganha contornos de política pública.⁵⁰⁹

⁵⁰⁷ XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In. XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (orgs.) *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012. p.67.

⁵⁰⁸ *Ibidem*.

⁵⁰⁹ Sobre a política médica no Brasil Oitocentista, ver: COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1977; MACHADO, Roberto. *Danação da Norma*. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978; ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores*. O saber médico e a prostituição na cidade do Rio de Janeiro (1845-1890). Sobre o exercício de poder do aparelho jurídico frente à corrupção dos costumes e criminalidade sexual, na *Belle Époque* carioca, ver: ESTEVES, Martha Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Ver também. CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

Figura 9:



Fonte: Na Rua do Senhor. *O Rio Nu*. p.1, 23 set. 1899. In. PEÇANHA, Natália B. *op.cit.* p.138.

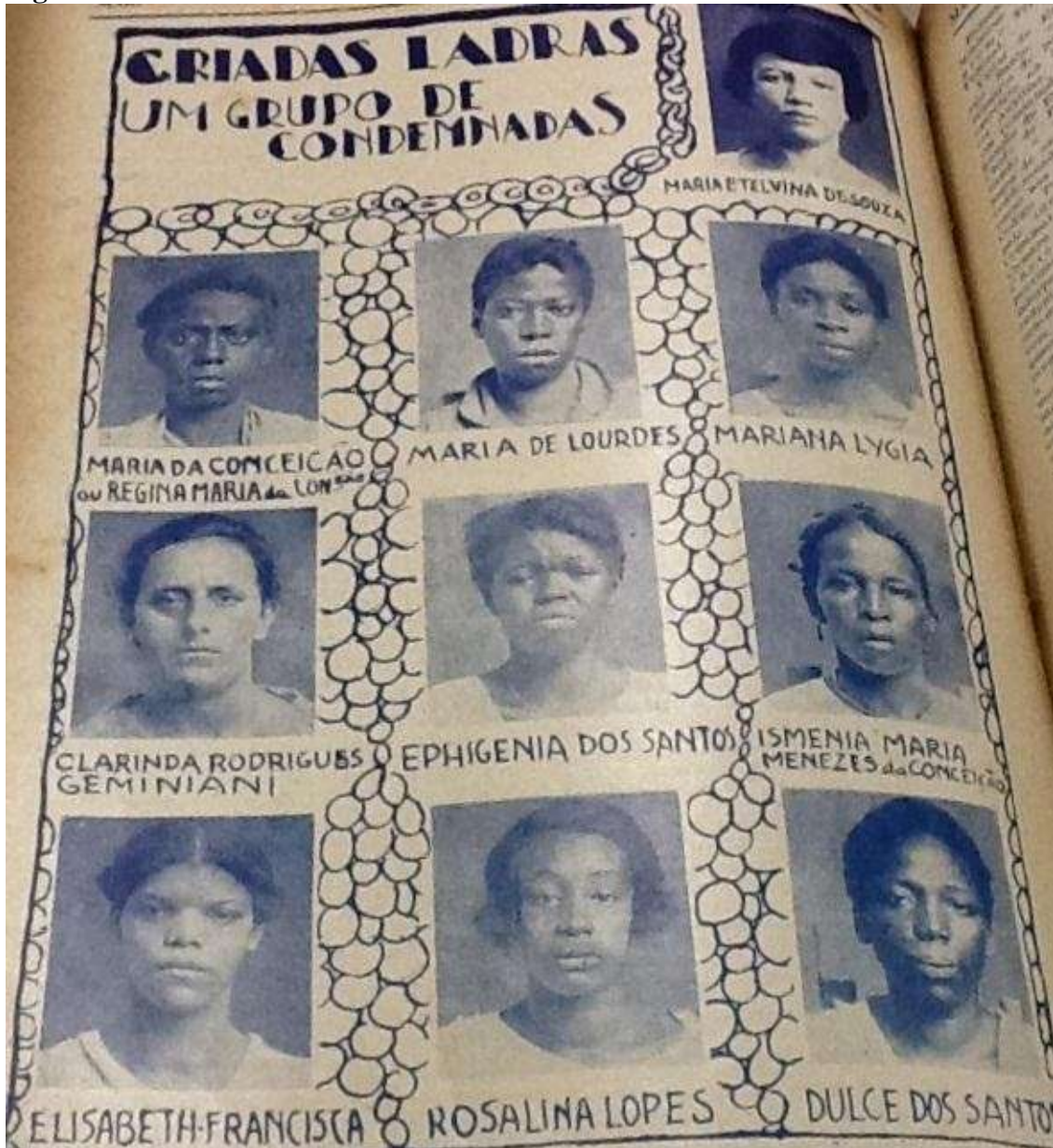
Na charge destacada das páginas de um jornal de “gênero alegre”, observamos a representação de uma criada negra associada à prostituição. Aqui, o que observamos é uma mulher negra, sem face, associada a elementos que remetem a símbolos da escravidão (pés descalços e o linguajar). O que reforça a ideia de que as experiências e vivências da liberdade, não podem ser entendidas apenas como uma “antítese da escravidão, mas como constitutivas e configuradas pelo mundo da escravidão”.⁵¹⁰ Estamos falando de uma charge de 1899, ou seja, onze anos após a abolição, mas que ainda concebe as criadas negras à escravidão assumindo um discurso ideológico de que as escravas domésticas eram afeitas à prostituição.⁵¹¹ A cor, portanto, marca fronteiras sociais. Para atrair desejos sexuais de um homem branco, o jornal *O Rio Nu*,

⁵¹⁰ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e Gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 391

⁵¹¹ SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas e Polacas... a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1992.

representante de um gênero da imprensa dedicado ao público masculino, não dava face ou personificações sensuais às criadas negras⁵¹², por outro lado as faces dessas mulheres eram destacadas em periódicos criminais, onde suas imagens eram associadas a delitos como o furto, por exemplo.

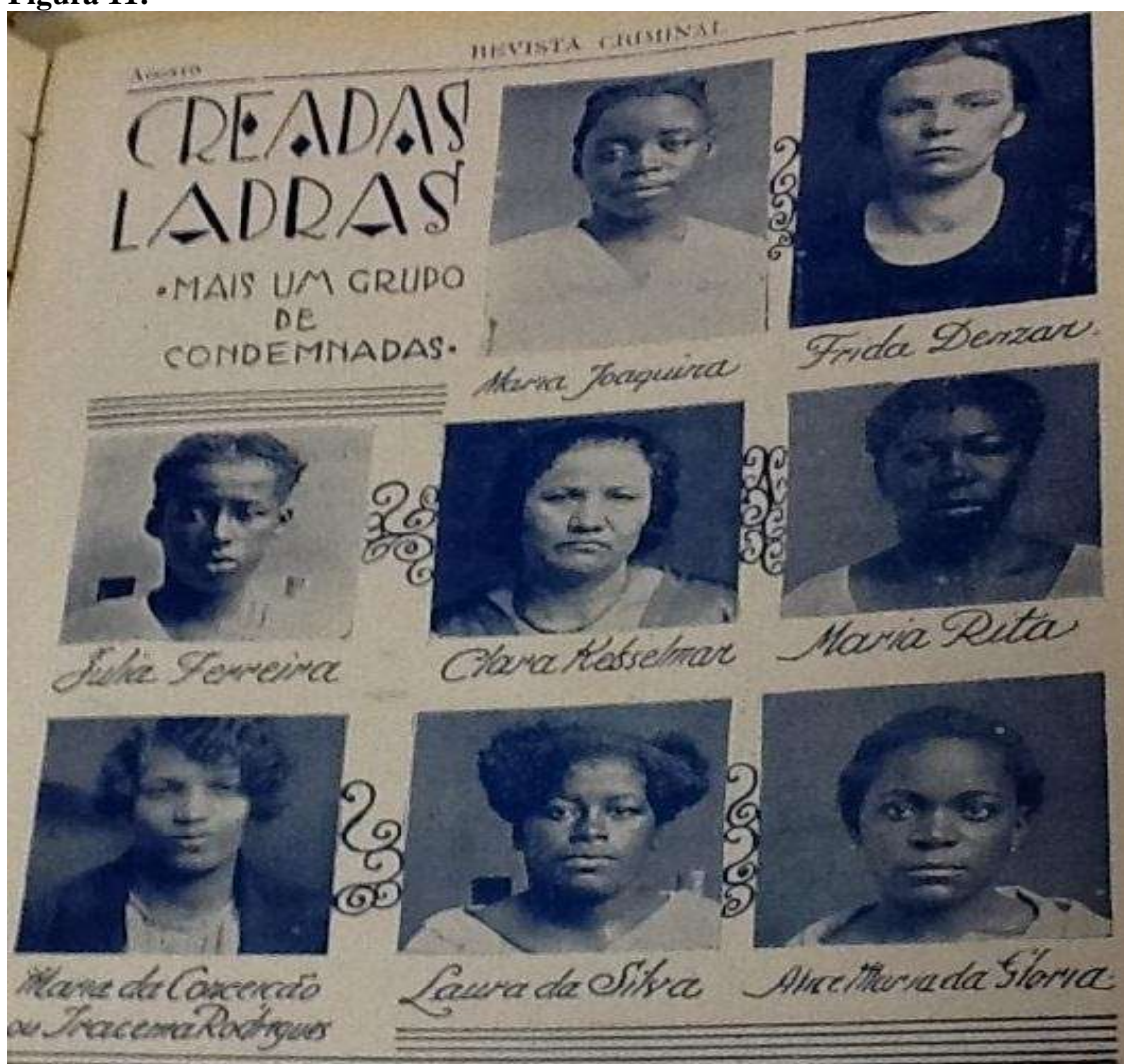
Figura 10:



Fonte: Criadas ladras: um grupo de condenadas. *Revista Criminal*. Maio de 1928.p.52. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

⁵¹² Sobre as representações das criadas nas páginas do jornal *O Rio Nu*, ver: PEÇANHA, Natália Batista. *op.cit.*

Figura 11:



Fonte: *Creadas Ladras. Revista Criminal*. Agosto de 1928. p. 53. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Nas duas páginas destacadas da *Revista Criminal*, ambas de 1928, as faces de quinze mulheres de cor ganham contornos. Apesar da existência de três imagens de mulheres brancas (aparentemente estrangeiras e corporificando o “outro”, o “outsider”)⁵¹³, as criadas negras (nacionais, porém, não as ideais) surgem como a maioria, o elemento que personifica o grupo das “criadas ladras”⁵¹⁴. Mulheres, pobres e de cor, onde a *cor da pele* transmite uma *memória social*, não só do passado escravista

⁵¹³ Norbert Elias realiza uma análise em relação as tensões que podem existir entre habitantes estabelecidos e os forasteiros *outsiders* – estrangeiros que ao não partilharem dos mesmos valores dos estabelecidos, muitas vezes são mantidos à distância, rejeitados. Ver: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

⁵¹⁴ Lilia M. Schwarcz, ao analisar jornais de São Paulo no final do século XIX, percebe que na seção de movimento da prisão da cidade, “o negro aparecia (ao lado do imigrante) com grande regularidade”. Ver. SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.154.

ou do contanto desses corpos ao degradante mundo do trabalho, mas da constante reatualização do que seu passado representa, gerando, portanto, imagens capazes de representar esses indivíduos socialmente.⁵¹⁵

– Dos relatos aos fatos

As “criadas ladras”, ilustradas nas páginas da *Revista Criminal* destacavam-se, principalmente, pelas condenações nos artigos 330⁵¹⁶, 331⁵¹⁷, 196⁵¹⁸ e 399⁵¹⁹ do Código Penal de 1890, que referiam-se a furtos, invasões a domicílios e vadiagem. Por sinal, crimes e contravenções, que somados à embriaguez habitual e à desordem, caracterizavam, de forma generalizada, a imagem que foi sendo construída das/os criadas/os, sobretudo, em princípios do século XX, momento em que a classe trabalhadora e certas práticas desempenhadas pela mesma passam a ser criminalizadas.⁵²⁰

A partir da consulta em livros de matrículas na Casa de Detenção da Corte e do Distrito Federal, no qual selecionamos um mês referente aos anos de 1880, 1883, 1892, 1912, 1920 e 1929 a 1930, totalizando 415 registros, verificamos um predomínio das contravenções frente a crimes como furto, por exemplo.

⁵¹⁵ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor w a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. p. 535.

⁵¹⁶ Art. 330. *Subtrair para si, ou para outrem, coisa alheia móvel, contra a vontade do seu dono*. Ver: Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890, que promulga o Código Penal de 1890. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acessado em 31 de julho de 2017.

⁵¹⁷ Art. 331. *É crime de furto, sujeito às mesmas penas e guardadas as distinções do artigo precedente: 1º apropriar-se alguém de coisa alheia que venha ao seu poder por erro, engano, ou caso fortuito; 2º Apropriar-se de coisa alheia que lhe houver sido confiada, ou consignada por qualquer título, com obrigação de a restituir, ou fazer dela uso determinado (...)*. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acessado em 31 de julho de 2017.

⁵¹⁸ Art. 196. *Entrar à noite na casa alheia, ou em quaisquer de suas dependências, sem licença de quem nela morar*. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acessado em 31 de julho de 2017.

⁵¹⁹ Art 399. *Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes*. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acessado em 31 de julho de 2017.

⁵²⁰ Vários pesquisadores se debruçaram entorno da criminalização da classe trabalhadora na passagem do século XIX para o XX, dentre os muitos trabalhos podemos destacar: CHALHOUB, Sidney. *Op.cit.* KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Tabela 46

Infrações cometidas por servidoras/es domésticas/os. Casa de Detenção da Corte. (1880, 1883, 1892, 1912, 1920 e 1929 a 1930.			
Furto	5	Estupro	2
Arrombamento	1	Gatunagem/ Ratoneiro/roubo	31
Foi encaminhada/o à Casa de Detenção pela Colônia Correccional	4	Homicídio/tentativa	4
Ofensas físicas	16	Fabrico/Porte de arma	3
Fuga	5	Foi encaminhada à Casa de Detenção por decisão do juiz	1
Falsificação	1	Práticas de atos imorais	2
Quebra/assinar de termo	8	Prostituição	2
Desacato à autoridade	5	Ofensas morais/proferir palavras imorais	8
Resistência a prisão	3	Contravenções: Vadiagem, vagabundagem, desordem, embriagues e capoeira Jogo	315
Revogação de liberdade condicional	9	Sem informação	21

Fonte: Livros da Casa de Detenção da Corte e do DF: MD-LL-011 (1880), MD-LL-0022 (1883), MD-HN-001 (1890), MD-HN-012 (1892), MD-MN-002 (1892), MD-HMN-003 (1912), MD-MN-006, MD-HN-135 (1920), MD-MN-012 (1920), MD-HN-166 (1929-1930). Disponíveis em: <http://www.godocs.com.br/aperj/>

A imprensa foi um elemento fundamental para a associação das/os criadas/os à criminalidade, sobretudo ao furto de casas. No caso do crime cometido pela Emma Benstoff, a repercussão de tal fato foi explorada por importantes jornais que alertavam e acompanhavam o andamento das investigações acerca do furto da casa de importante família carioca.⁵²¹

Assim, fazia também a *Revista Criminal*, divulgando as imagens das criadas ladras. Mulheres, em sua maioria de cor, que dividiam espaço com estrangeiras as alcunhas de “infiéis”, “ratas” ou “ladras”. Estas, por sua vez, já condenadas por vagabundagem e furto. Entretanto, as fichas de matrículas da Casa de Detenção da Corte, nos mostram que mais do que cometer furtos ou roubos, as criadas eram alvo das ações policiais em seu cotidiano de mulheres ou homens que transitavam pelas ruas, seja para desempenhar seus afazeres, seja para vivenciar suas sociabilidades: caminhar por altas horas, tomar suas bebidas em botequins da cidade, manter suas relações amorosas ou *flerts* e deflagrar uma rixa, por exemplo.

Dos 446 crimes ou contravenções registrados, 36 referiam-se a furtos ou roubos e 315 contravenções: vagabundagem, desordem, jogos e capoeira. Tendo destaque o alto índice de criadas/os recolhidas por vagabundagem (114 casos, especificamente), que pode nos remeter, em primeiro lugar, a um fenômeno “ligado à constituição do espaço urbano” e “também à questão do trabalho”⁵²². Uma vez que, a própria noção do termo vadio referia-se a uma necessidade de se “ter clareza de quem seria ou não trabalhador”⁵²³.

Nesse sentido, Mattos destaca que classificações ocupacionais como as esboçadas nos recenseamentos do período foram muito importantes para a diferenciação dos habitantes a partir de sua inserção no mercado de trabalho. A respeito disso é válido salientar que em alguns censos do período que compreende as décadas da virada do século XIX para o XX, como no caso do censo de 1906, os “serviços domésticos” foram reunidos no mesmo segmento que compreendia “classes improdutivas” e os “sem profissão”. Para o autor, ao ser “caracterizado como irregular, e nem sempre remunerado (era comum mulheres da casa apresentarem-se sobre esta rubrica), o trabalho doméstico era desta forma aproximado do não trabalho”.

⁵²⁴

⁵²¹ O jornal *O Paiz*, acompanhou por dias o andamento das investigações do crime cometido por “Um casal de ladrões”. Além d’*O Paiz*, o *Jornal do Brasil*, de 05 de dezembro de 1900, relatava o fato, bem como o jornal *The Rio News*, de 03 de abril de 1900, que alertava o leitor ao fato de que a dita criminoso entrava nas casas se passando por criada, para furtar dinheiros e joias.

⁵²² SOUZA, Flávia. *Op.cit.* p. 367

⁵²³ *Ibidem*.

⁵²⁴ *Ibidem*. pp. 367-368.

Além do artigo 399 definir a vadiagem ou vagabundagem como o não exercício de uma “profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite”, o mesmo estabelece que não são todas as ocupações que podem garantir àqueles que as exercem a alcunha de trabalhador ou trabalhadora. Aqueles indivíduos que exercessem ofícios que pudessem ofender a moral e os bons costumes, como o meretrício, poderiam ser enquadrados como vadios/as.

Nas tabelas abaixo podemos observar o número de mulheres encaminhadas à Casa de Detenção, bem como o número de ocorrências ao artigo 399 do Código Penal.

Tabela 47

Sexo das/os servidoras/es domésticas/os matriculadas na Casa de Detenção da Corte (1880, 1883, 1892, 1912, 1920 e 1929 a 1930)							
	1880	1883	1892	1912	1920	1929-1930	Total
Homens	38	90	91			11	230
Mulheres	40	60		65	21		185
Total	78	149	92	65	20	11	415

Fonte: Livros da Casa de Detenção da Corte e do DF: MD-LL-011 (1880), MD-LL-0022 (1883), MD-HN-001 (1890), MD-HN-012 (1892), MD-MN-002 (1892), MD-HMN-003 (1912), MD-MN-006, MD-HN-135 (1920), MD-MN-012 (1920), MD-HN-166 (1929-1930). Disponíveis em: <http://www.godocs.com.br/aperj/>

Tabela 48

Mulheres enquadradas no art. 399 do Código Penal de 1890. (Casa de Detenção da Corte e do DF – 1 mês do livro de matrícula de 1880, 1883, 1912 e 1920)		
Período	Enquadramento no art. 399	Porcentagem em relação ao número total de mulheres registradas nos livros
1880	14	35 %
1883	38	64,4%
1912	49	75,3%
1920	15	71,4%

Fonte: Livros da Casa de Detenção da Corte e do DF: MD-LL-011 (1880), MD-LL-0022 (1883), MD-HN-001 (1890), MD-HN-012 (1892), MD-MN-002 (1892), MD-HMN-003 (1912), MD-MN-006, MD-HN-135 (1920), MD-MN-012 (1920), MD-HN-166 (1929-1930). Disponíveis em: <http://www.godocs.com.br/aperj/>

Como podemos observar 62,7% dos casos totais de infrações cometidas por mulheres registradas nos livros de detenção analisados referiam-se ao artigo 399. A recorrência das criadas enquadradas ao dito artigo evidencia, em primeiro lugar, os esforços que as autoridades tinham em “higienizar” a cidade afastando os populares de áreas que se pretendiam “afrancesar”, “não só para o desfrute das camadas mais elevadas da população, como para dar mostras da „civilização“ aos capitais e homens estrangeiros que pretendiam atrair”⁵²⁵. Em segundo lugar, o número elevado de criadas enquadradas no delito de vadiagem poderia referir-se a preocupação frente a “honra sexual” das mulheres, vista como a base da família, que por sua vez, seria a base da nação que se pretendia modernizar.⁵²⁶

Em relação às criadas, as mesmas já geravam preocupações acerca da sua moral e sexualidade, desde meados do século XIX. O Dr. Lassance Cunha, ao defender sua

⁵²⁵ SOIHET, Rachel. *Op.cit.* p. 165

⁵²⁶ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1919-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000. p.26.

tese de medicina, em 1845, enquadrava essas serviçais na “prostituição clandestina”, que era aquela desempenhada por mulheres que não viviam exclusivamente da prostituição.⁵²⁷ Como o que ocorrera com Julia Kleizer, doméstica húngara, “que há quatro anos”, “quando ainda era honesta conheceu o seu patrício Américo Lang que a desonestou levando-a a seguir para o Rio de Janeiro onde a atirou à prostituição”, desde então vivendo a sua custa⁵²⁸.

Além disso, muitos registros de criadas enquadradas como vadias pode remeter-se aquelas que viviam ou eram suspeitas de viver no meretrício, e que para fugir da suspeita dizia-se ser doméstica, como uma forma de mostrar que exercia um ofício lícito.

Outro fato que também merece destaque é o baixo índice de registros de furtos ou roubos, frente às outras infrações, contradizendo a ideia comumente proliferada pela imprensa, literatos, ou por aqueles que propunham a regulamentação do serviço doméstico. Em 441 delitos imputados a/os criadas/os registrados nos livros de matrícula da Casa de Detenção, o furto correspondia a 1.13% dos casos, assim como o roubo correspondia a 7,02%.

Esse baixo número de registro de furtos e roubos perpetrados por criadas/os fichadas, pode, em um primeiro momento, nos fazer pensar que tais crimes não eram uma prática comum entre a criadagem carioca. Entretanto, deve-se ter em mente que esses dados foram os que chegaram às autoridades policiais. Muitos delitos poderiam ocorrer no seio das famílias e acabarem se convertendo em um “costume” “negociável” entre criadas/os e patroas/ões.

Marileide Lázara Cassoli, ao analisar a suspeição de criadas e histórias de liberdade no pós-abolição mineiro⁵²⁹, percebe linhas de continuidade entre a escravidão e a liberdade para as primeiras gerações de libertos. Trazendo o caso da criada preta, Virgínia, acusada de roubo de roupas de uso, Marileide questiona o fato de que apesar desse costume da criada ser conhecido, ainda assim mantinham-na na mesma função.

⁵²⁷ SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas...* A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX. São Paulo: Editora Ática S. A. 1992. pp.28-29.

⁵²⁸ Processo de expulsão do estrangeiro, Américo Lang. (1930). Fundo: Série Interior/Estrangeiros – A5. Notação: IJJ7-131 – AN.

⁵²⁹ CASSOLI, Marileide Lázara. “Suspeitam das criadas que tinham, principalmente de uma pretinha...”: Histórias de liberdade no pós-abolição. Minas Gerais, 1897-1920. *Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre/RS, 2017. p. 13. Disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

Seria Virgínia movida aos atos dos quais foi acusada pela precariedade de sua condição de trabalhadora? Ou podemos vislumbrar resquícios de práticas que remetem ao período escravista e à compreensão do furto como prática legítima por escravos e libertos. Ao analisar o processo crime de furto envolvendo os trabalhadores Hermenegildo João Côrrea e Christino, Sonia Maria de Souza afirma que o furto não era compreendido pelos escravos como uma prática ilegal.⁵³⁰

O ato de furtar poderia ser entendido como uma compensação às baixas remunerações, um direito a uma parcela daquilo que era produzido, ou formas “alternativas” de mostrar alguma insatisfação⁵³¹. Prática comum durante a escravidão e que, possivelmente, se estendeu ao pós-abolição, promovendo, por conseguinte, a redefinição de tal costume à categoria de “roubo”.⁵³² Flávia Fernandes de Souza observa que essa redefinição, contribuiu “para a formação de forças policiais que teriam como uma de suas primeiras atribuições o disciplinamento da força de trabalho assalariada”⁵³³.

Uma vez que o crime contra a propriedade, sintetizado na prática do furto, emergiu no século XIX como uma das mais importantes formas de protesto popular no Brasil⁵³⁴, tal prática, representava para as classes subalternas uma negação e/ou reação a ideia de propriedade privada capitalista, bem como uma reação ao trabalho disciplinado⁵³⁵. Por essa razão, mecanismos de coerção para a contenção de tais práticas e suspeições à classe subalterna foram postos em prática pelas classes dominantes.

Daí justifica-se a suspeição acerca de tais serviçais, mesmo que muitas vezes a certeza não seja fato a respeito da culpa. Para essas serviçais era suficiente as suspeições entorno da sua idoneidade a fim de indica-las como as principais suspeitas. Que o diga Celecina.

⁵³⁰ *Ibidem*. p. 13

⁵³¹ Fabiane Poppinigis ao analisar os caixeiros em processos criminais entre 1890 e 1911, verificou que alguns caixeiros preferiam não esperar para ver seus esforços serem recompensados. Cândido Peixoto, que o diga. Em novembro de 1906, sumiu da casa de seu patrão, levando 300\$000. Ver. POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca, 1850-1911*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 170.

⁵³² CASSOLI, Marileide L. *op.cit.* pp. 13-14 e SOUZA, Flávia F. de *op.cit.* p. 332.

⁵³³ SOUZA, Flávia F. de Souza. *Op. Cit.* p. 332.

⁵³⁴ BARREIROS, José Carlos. Tradição, cultura e protesto popular no Brasil (1780-1880). *Proj. História*. São Paulo, (16), fev, 1998. p.10.

⁵³⁵ *Ibidem*. p.12. De acordo com Linebaugh, acerca da relação entre crime e industrialização na Grã-Bretanha do século XVIII, a monetarização da força de trabalho era muito baixa e assegurada por lei. Ao mesmo tempo havia diversas formas não-monetarizadas de retribuição a um trabalho desempenhado, uma dessas formas de remunerações era a apropriação, por força do costume, de “sobras” do processo de produção. Ver: LINEBAUGH, Peter. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha o século XVIII. In. PINHEIRO, P.S. (org). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 124.

Celecina Maria da Conceição, criada de uma família residente à rua Barão do Amazonas, em Niterói, devido a uma falsa acusação, quis matar-se, ingerindo creosoto.

A polícia local tomou conhecimento e fez remove-la para o Hospital de S. João Batista.⁵³⁶

Por mais que o relato não se refira a um episódio ocorrido na Capital Federal, o desespero da jovem frente à suspeição lhe imputada, mostra-se um dado relevante e comum ao ambiente social em que a classe popular é concebida como “classe perigosa”.⁵³⁷

Flávia Fernandes de Souza identifica que, no que diz respeito à associação que a imprensa fazia da criadagem à criminalidade, muitas vezes os discursos não correspondiam à realidade, uma vez que, muitas acusações de furtos cometidos por criadas eram noticiadas, sem mesmo a comprovação de culpa da/o serviçal. Muitas vezes elas/es podiam ser detidas/os baseado apenas em acusações, sem provas para comprovar o crime. Como o que ocorrera com cozinheira e lavadeira preta, Paula Maria Rosa.

Em processo de habeas corpus impetrado a favor de Paula foi descrito que a mesma “ficou presa ilegalmente por 15 dias por suspeita de furto de galinha” Contudo, segundo o processo, Paula Maria Rosa teria sido erroneamente identificada na Casa de Detenção como „ébria, vagabunda e gatuna incorrigível e reincidente”, o que fez com que a criada fosse encaminhada para a Casa de Correção, “na busca de regeneração pelo trabalho útil e honesto”.⁵³⁸

Além disso, havia ainda os casos em que a prisão poderia ser motivada por desavenças entre a ré e o guarda que efetuou a prisão. Como acusa Maria Roza de Souza Retroz, cozinheira e lavadeira, de 27 anos, natural do Ceará e moradora à rua 25 de Março, número 26, acusada de vadiagem. Maria alega “que foi presa (...) por um guarda soldado do Regimento de Cavalaria, que sendo inimigo dela paciente promoveu (...) perseguição (...) não tendo recolhido notas de culpa”⁵³⁹.

⁵³⁶ Uma criada, devido a uma falsa acusação, quis matar-se. *A Noite*. 14 de fevereiro de 1912, ed.00184. p.2.

⁵³⁷ CHALHOUB, Sidney. *Op.cit.*

⁵³⁸ SOUZA, Flávia F. de. *Op.cit.* pp. 361-362.

⁵³⁹ Habeas Corpus de Cypriano Telles da Silva, Maria Rita, Georgina da Silva, Corina de Almeida, José Teixeira Gomes da Silva, João Ferreira Maria, Sebastiana Xavier Salles, Maria Roza de Souza Retroz, Saturnino Francisco Teixeira e Manoel Pimenta. Fundo: Supremo Tribunal Federal. 1910. Nº 2906. Notação: BR NA, RIO BV.O.HCO.1428 – AN. O contato entre guardas e criadas, nem sempre poderia ser de perseguições. Em 1906, a Inspetoria Geral da Guarda Civil do distrito Federal, abriu inquérito, no qual ficou provado que o guarda da 2ª classe (n. 389), Manoel Rodrigues Cavalcante, quando de ronda à

O advogado do caso, o Sr. Irineu Antão de Vasconcellos, ao impetrar o pedido de *habeas corpus* de Maria Roza e mais um grupo de detentos, informa que os mesmos estavam constrangidos na liberdade, sendo alguns presos há mais de 30 dias, “pela prepotência da autoridade do 14º Distrito Policial”⁵⁴⁰. Ele ainda informa, que todos os seus clientes estavam autuados pelo crime de vadiagem na 8ª Pretoria, e acrescenta que o Juiz não devia ignorar

“que o art. 399 do Cod. Penal é a porta larga sempre aberta à perseguição policial contra os seus desafetos, auto lavrados intra-muros [sic] policiais, com testemunhas (...) preparadas, funcionários policiais com jurisdição e inferiores hierárquico da autoridade processante, verdadeiros monstros jurídicos, processos nulos, atestatorios [sic] de uma forgicação[sic] imoral onde predominou a parceria do seu autor com os coautores, estes incompatibilizados de dizer a verdade jurídica pela dependência e conservação do emprego exercido, no qual são obrigados a manter a obediência passiva perante a autoridade processante (...)”⁵⁴¹

Aqui, o que se vê é um artigo penal que dá brechas à suspeição e perseguição generalizada da classe trabalhadora, bem como o comportamento abusivo do policiamento carioca, que geralmente era despreparado e acusado de cometer atos violentos e abusivos.⁵⁴²

Em meio a esse panorama da criminalidade da criadagem carioca, vê-se a necessidade de verificar se o quesito nacionalidade determinava um aumento ou não de

rua Silveira Martins, abandonou seu posto para penetrar em uma casa de família para ter relações amorosas com uma criada, chamada Maria. Processo do réu Manoel Rodrigues Cavalcante, de 09 de julho de 1906. AN. Fundo: Gifi – documentação policial/ OI. Notação: 6C-175 (1906). No dia 15 de janeiro de 1906, foi a Delegacia da 17ª Circunscrição, a Srª. Dª. Olga Cunha de Carvalho, residente a rua Marquês de Abrantes n. 94, informar o “desaparecimento de sua casa, na noite de 13 para 14 do corrente a sua criada - menor de 18 pª 19 anos de idade, de cor branca e de nome Antonia da Rocha, a qual lhe foi entregue pelo Dr. Juiz de Direito da Cidade de Campos, desconfiando a mesma Srª ter sido esta sua criada seduzida pelo guarda civil Honorário da Costa Souza de nº. 371, que continuava rondar aquela rua.” AN. Fundo: GIFÍ – documentação policial/OI. Notação: 6C-178 (1906). A liberdade experimentava por tais mulheres, poderiam aproximá-las das mulheres “desonradas”, ou melhor, as prostitutas que eram bastante disputadas por militares e pala guarda, como analisa Cristiana Schettini. Conforme a autora, as prostitutas, além de serem um pretexto para as expressões de rivalidades ou exibição de valentia, “elas eram parte importante do processo de legitimação pública da autoridade desses homens”. Além disso, sob os olhos das autoridades superiores, essas relações entre guardas de baixo escalão e prostitutas, e aí acrescento também as criadas, demarcavam uma distanciamento hierárquico, uma vez que esses guardas eram vistos por seus superiores, como “donos de institutos sexuais que se sobreporiam a qualquer ponderação racional”. Ver. SCHETTINI, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. pp.43-50.

⁵⁴⁰ Fundo: Supremo Tribunal Federal. 1910. Nº 2906. Notação: BR NA, RIO BV.O.HCO.1428 – AN.

⁵⁴¹ *Ibidem*.

⁵⁴² Referente ao despreparo do policiamento carioca de princípios do século XX, Marcos Bretas informa que o despreparo era uma realidade em boa parte do mundo. Um policial novato tinha pouco ou nenhum treinamento formal, tendo que recorrer aos seus próprios conhecimentos ou da ajuda dos mais experientes. Ver: BRETAS, Marcos L. *op.cit.*. Capítulo V.

delitos. Uma vez que, vítima das acusações de formadores de opinião como Evaristo de Moraes, os estrangeiros foram associados a uma das principais causas para a corrupção no serviço doméstico, devido a sua propensão aos delitos.

– A criminalidade em meio à criadagem estrangeira

Evaristo de Moraes foi um rábula criminalista e socialista que se tornou conhecido por se envolver em diversas causas trabalhistas como, por exemplo, à defesa das prostitutas e a defesa aos assassinos passionais, alegando a “privação dos sentidos” daqueles maridos que assassinavam suas esposas.⁵⁴³ Entretanto, o que nos interessa, foi sua preocupação acerca de uma temática compartilhada por parcelas da sociedade - a regulamentação do serviço doméstico.

Em 1892, Evaristo redigiu um abaixo assinado destinado ao Presidente e a mais membros da Intendência Municipal do Rio de Janeiro, no qual ele propunha o estabelecimento de uma “Empresa Municipal de serviço doméstico”, a fim de “regularizar tão importante dependência da vida particular”⁵⁴⁴. Para o rábula, de duas fontes derivavam as irregularidades do serviço doméstico carioca:

Das grandes levas de imigrantes vadios, vindos da República Argentina, em grande parte, e existentes aqui na Capital, onde se entregam à vida mais aventureira aladroando enquanto podem.

Das agências intermediárias que sem responsabilidade alguma introduzem nos seios das famílias esses péssimos elementos de dissolução e de latrocínio.

Entretanto, como deveis ter notado por observação particular e pela leitura dos jornais diários, há nesta Capital gente desocupada em grande quantidade, sendo notável o número de menores vagabundos que em futuro próximo irão aumentar a horda de facínoras e de gatunos, para os quais nessa Polícia não tem ainda servido de compensação.⁵⁴⁵

Vendo essas irregularidades, Evaristo propôs a criação de uma Agência de serviço doméstico, dirigida pela Empresa Municipal de Serviço Doméstico e instituída com capital particular. As/os criadas/os desta agência teriam que ser registradas/os em livros especiais na Intendência Municipal e

Em vista das responsabilidades que torna a Empresa para com a Intendência, para a qual iria uma nova fonte de renda, e para com a Polícia, as quais livres os continuados serviços, fica o serviço doméstico da Capital Federal, a

⁵⁴³ SCHETTINI, C. *op. Cit.* Nota 2, p. 91 e CAULFIELD, S. *op.cit.* pp. 84-85.

⁵⁴⁴ Notação: BR RJAGCRJ 48. 4. 56. Código: 2589 Fundo Câmara Municipal. Série: Serviço Doméstico. Empresa Municipal de Serviço Doméstico – proposta de Evaristo de Moraes; Empresa de Locação Doméstica da Capital Federal. 19 de março de 1892. AGCRJ

⁵⁴⁵ *Ibidem.*

ela entregue durante quinze anos, dando a mesma, como garantia dos roubos praticados e não restituídos por seus clientes a fiança de Rs 20:000.000, depositado na Polícia.

É interessante notar que Evaristo de Moraes imputa as/aos criadas/os estrangeiras/os, em específico oriundos da República Argentina, um papel de dissolução do serviço doméstico carioca.

Este país era um dos grandes polos de atração da imigração europeia. Por volta de 1880, 440 mil europeus entraram na Argentina. Em 1914, 30% da população total eram compostas de europeus, dos quais 12% eram italianos.⁵⁴⁶ Entretanto, no princípio da década de 1890, momento em que Evaristo faz sua avaliação acerca do serviço doméstico, uma crise econômica e social se intensificou na Argentina, gerando uma grande onda de desemprego e aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade, como carne, por exemplo.⁵⁴⁷ Em consequência, esta situação gerou um grande movimento de emigração para outros países, dos quais podemos citar o Brasil, que no período de 1880 a 1911 foi destino de 45.496 imigrantes provenientes dos portos de Buenos Aires e Rio da Prata, rumo ao Rio de Janeiro.⁵⁴⁸ Este movimento foi propiciado também pela intensificação dos laços entre o Brasil e as “Repúblicas do Prata” a partir de acordos, tratados de paz, de comércio e naval, que possibilitaram uma grande circulação de mercadorias, mas sobretudo de pessoas.⁵⁴⁹ Pessoas estas, que poderiam se sentir envolvidas por grandes letreiros afixados nas portas de agências duvidosas, que, desde a década de 1870, propagandeavam a doação de passagens “a quem quiser emigrar para o Brasil”.⁵⁵⁰

A facilidade de circulação de pessoas em um espaço transnacional possibilitava o trânsito de gatunos, falsários, anarquistas, prostitutas e criadas/os criminosas/os. Não sabemos se esse era o caso de Emma e Carlos, uma vez que não conseguimos localizar de qual porto eles vieram. A associação entre criminalidade e a imigração propalada por Evaristo de Moraes nos faz crer que o projeto de imigração subsidiada, não estava gerando o efeito esperado. Entretanto, seu posicionamento frente a questão e o impacto

⁵⁴⁶ FAUSTO, Boris. *Op.cit.* p. 22.

⁵⁴⁷ ALLEMANDI, Cecilia L. *Sirvientes, criados y nodrizas*. Uma aproximación a las condiciones de vida y de trabajo em la ciudad de Buenos Aires a partir del servicio doméstico (fines del siglo XIX – principios del XX). Tesis De Doctorado. Buenos Aires/ Argentina: Posgrado em Historia em la Universidad de San Andrés, 2015. p.169

⁵⁴⁸ ARQUIVO NACIONAL. Entrada de Estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. <http://www.an.gov.br/rvbndes/menu/menu.php>

⁵⁴⁹ GALEANO, Diego. *Op.cit.* p. 42.

⁵⁵⁰ Itamaraty. Ofícios – Buenos Aires. 1875 código: 205/4/2.

da imigração na sociedade e em determinadas esferas de trabalho, mostrou-se por vezes contraditório, se analisarmos sua postura em relação a regulamentação da prostituição anos depois da proposta de regulamentação do serviço doméstico.

Em 1896, medidas violentas do delegado da 4ª circunscrição, fez com que prostitutas e suspeitos de cáftens começassem a impetrar pedidos de *habeas corpus*, para poderem permanecer nas ruas e no país, no caso de estrangeiros que corriam o risco de deportação.⁵⁵¹ Aí surge Evaristo de Moraes, “em favor de um grupo de prostitutas ameaçadas de expulsão de suas casas pela polícia”⁵⁵². Agindo a favor das prostitutas e alegando que as medidas policiais eram contrárias aos princípios republicanos, Evaristo conseguiu, junto ao juiz, o *habeas corpus* solicitado. Conforme Cristiane Schettini, Evaristo de Moraes

(...)mobilizou uma concepção radicalmente distinta do que deveria ser o regime republicano, em que o mais importante era a garantia de direitos básicos a todas as pessoas, independentemente do status moral, por meio do cumprimento do princípios institucionais⁵⁵³.

Ainda segundo a autora, ele defendia a aplicação das garantias constitucionais não só às/aos brasileiras/os, mas também às/aos estrangeiras/os de forma indiscriminada⁵⁵⁴, o que vai de encontro com a sua postura anos antes, em relação à regulamentação do serviço doméstico. Aliás, a ideia de se regular alguma esfera do trabalho, como a prostituição, foi algo que ele passou a considerar como negativa, uma vez que colidia com liberdades básicas garantidas pela Constituição.

Essa postura adotada em 1896 pode ser pensada como um repensar de seus argumentos e sua visão de república, pois sua posição, em 1892, frente à situação do serviço doméstico mostrou-se não tão liberal como a que ele defendia para a prostituição, em 1896.

Em 1892, Evaristo posicionava-se a favor da regulamentação do serviço doméstico. Como já mencionado a regulamentação estabelecia a criação de uma Empresa Municipal do Serviço Doméstico, bem como o registro das/os criadas/os em livros especiais. Estas/es, uma vez registradas/os, ficariam sob os cuidados da Empresa, que por elas/es se responsabilizariam. E, em caso de roubos cometidos por suas/eus

⁵⁵¹ SCHETTINE, Cristiana. *Op.cit.* p. 19

⁵⁵² *Ibidem*

⁵⁵³ *Ibidem.* p. 35

⁵⁵⁴ *Ibidem.* p. 36

criadas/os, a Empresa garantiria a fiança aos patrões contratantes, de Rs. 20:000.000, depositada na Polícia.⁵⁵⁵

A proposta de Evaristo de Moraes não foi aprovada Ministro Fernando Lobo, que afirmava que a proposta de regulamentação era inconcebível, dentre outras coisas, pois importaria a violação do art 72 § 24 da Constituição Federal, “a qual garantia o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial”. Além disso, a negativa da dita regulamentação se dava pelo fato de não caber ao poder municipal a atribuição de regulamentar o exercício de uma profissão de modo a excluir “uma classe inteira do regime contratual comum”.⁵⁵⁶

Somado a inibição da liberdade de exercício que a proposta de Evaristo impunha aos profissionais do serviço doméstico, ele ainda estabelecia uma diferenciação entre nacionais e estrangeiros, ao expor que a culpa da desorganização da dita atividade, concentrava-se, dentre outras coisas, no fato de que muitas/os criadas/os fossem estrangeiras/os vindas/os da República Argentina.

Ao realizar uma análise em recenseamentos, inquéritos policiais e livros de matrículas da Casa de Detenção é mister investigar se a participação estrangeira era significativa no conjunto da população carioca, bem como a que parcela correspondiam dentre os detentos registrados.

Uma vez que o parecer de Evaristo é datado do período de 1892, selecionamos os censos nacionais de 1872, 1890 (levando em consideração a imprecisão do mesmo) e o estadual de 1906. Em 1872, os dados que se referem ao Distrito Federal demonstram que cerca de 32% da população era estrangeira⁵⁵⁷. Em 1890, por volta de 24% da população total era estrangeira, assim como 26% da população, no período de 1906. Referindo-se aos profissionais englobados na categoria serviço doméstico, o censo de 1872 faz uma descrição mais minuciosa em relação a composição da dita atividade, na qual podemos verificar o total de 11.368 estrangeiros, no total de 55.011 profissionais categorizados como servidores domésticos. Esses dados nos revelam que a população estrangeira no Distrito Federal não passa muito dos 30%. Em 1872, 20,66% das/os servidoras/es domésticas/os eram estrangeiras/os.

⁵⁵⁵ Notação: BR RJAGCRJ 48. 4. 56. Códice: 2589 Fundo Câmara Municipal. Série: Serviço Doméstico. Ofício do Ministro Fernando Lobo sobre a inconstitucionalidade da regulamentação proposta por Evaristo de Moraes. 30 de maio de 1892.

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

⁵⁵⁷ *Recenseamento de*

Acrescido a esses dados censitários, verifica-se a entrada de imigrantes no porto do Rio de Janeiro, através dos dados disponibilizados pelo Arquivo Nacional. Do período de 1880 a 1911, 44.728 imigrantes partiram dos portos de entrada de Buenos Aires e Rio da Prata, com destino ao Rio de Janeiro, desses 432 eram servidoras/es domésticas/os.

Tabela 49

Servidoras/es domésticas/os provenientes dos portos de Buenos Aires e Rio da Prata com destino ao Rio de Janeiro (1880-1911)	
Período	Quantidade
1880-1889	41
1890-1900	94
1901-1911	297
Total	432

Fonte: Entrada de Estrangeiros no Brasil – Porto do Rio de Janeiro. Disponível em: http://bases.an.gov.br/rvbndes/Menu_Externo/

Como a tabela acima nos aponta, verifica-se um aumento no fluxo de criadas/os emigrando dos portos de Buenos Aires e Rio da Prata com destino ao Rio de Janeiro, a partir de 1890. Entretanto, o número relativo de criadas/os aportando em solo carioca mostrou-se pequeno frente ao montante de imigrantes total. Talvez, este número reduzido pode ser um problema em relação ao preenchimento das fichas de vapores, ou simplesmente a ocultação da informação por parte do estrangeiro.

Supondo que estes dados realmente reflitam a realidade, como Evaristo poderia imputar a responsabilidade da desorganização desta atividade, quase que exclusivamente a essa parcela da população? Será que essa minoria, se transformava em maioria quando pensamos os dados estatísticos referentes à criminalidade no serviço doméstico? Será que o serviço doméstico carioca estava impregnado de Emmas Bernstoff?

Baseando as informações referentes à entrada de criadas/os estrangeiras/os vindo de portos argentinos percebemos, em um primeiro momento, que a fala de Evaristo não procede, ou as informações disponíveis subdimensionam o real tamanho da imigração de domésticas/os para o Rio de Janeiro. Desta forma, partiremos nosso olhar para a criminalidade estrangeira no serviço doméstico, independente de qual região o

imigrante tenha partido. Para isso, serão utilizados dados dos livros da Casa de Detenção, já apontados, buscando verificar a presença estrangeira em meio às/aos detentas/os.

Tabela 50

Nacionalidade das/os criadas detidas/os na Casa de Detenção da Corte e do Distrito Federal		1880	1883	1892	1912	1920	1929-1930	Total
Mulheres	Nacional	32	55		63	20		170
	Portuguesa	2						2
	Paraguaia	2	1					3
	Africana	4	1					5
	Francesa		1					1
	Argentina		1					1
	Uruguaia				1			1
	N/I				1	1		2
	Total	40	59	0	65	21	0	185
Homens	Nacional	23	66	36			10	135
	Português	9	18	28				55
	Italiano	1	3	6				10
	Espanhol	1	2	6				8
	Francês			4				4
	Paraguaio	1						1
	Africano	1	1					2
	Chinês	1						1
	Uruguaio	1						1
	Norte-americano			2				2
	Chileno			1				1
	Inglês			1				1
	Cabo-verdiano			1				1
	Turco						1	1
	N/I	1		6				7
Total	39	90	91	0	0	11	230	

Fonte: Livros da Casa de Detenção da Corte e do DF: MD-LL-011 (1880), MD-LL-0022 (1883), MD-HN-001 (1890), MD-HN-012 (1892), MD-MN-002 (1892), MD-HMN-003 (1912), MD-MN-006, MD-HN-135 (1920), MD-MN-012 (1920), MD-HN-166 (1929-1930). Disponíveis em: <http://www.godocs.com.br/aperj/>

Foi selecionado um mês de cada livro de matrícula dos anos já citados, totalizando em um montante de 415 nomes, nos quais foram verificados dados como idade, nacionalidade, crime cometido, estado civil, cor de pele e profissão. Em relação aos homens, foi analisado que eram em sua maioria nacionais (135 casos), seguido de portugueses (55 casos), italianos (10 casos), espanhóis (8 casos) e franceses (4 casos). Esse panorama representa bem a composição social da cidade do Rio de Janeiro, onde os portugueses compunham a maior parcela da população estrangeira, seguindo da italiana e da espanhola, como já mencionamos anteriormente.

Analisando o ano de 1892, o qual Evaristo de Moraes redigiu sua proposta de regulamentação do serviço doméstico, inclusive denunciando os estrangeiros que “vinham aladroar” no Rio de Janeiro, foi identificado o maior número de estrangeiros detidos, frente aos outros anos. Dos 91 casos registrados no período de 26 de fevereiro a 26 de março de 1892, 49 eram estrangeiros.

Esses detentos correspondem às características gerais dos imigrantes que chegavam ao Brasil em fins do século XIX. Homens jovens regulando entre 18 e 49 anos e, em grande parte, solteiros (39 dos casos). Em 29 dos 49 registros de detentos estrangeiros, o motivo da reclusão referia-se a contravenções, o que revela a preocupação com a ordem pública, “aparentemente ameaçada por infratores das normas do trabalho, do bem-viver ou simplesmente pela indefinida figura dos „suspeitos“”⁵⁵⁸. De acordo com Boris Fausto, as prisões por contravenções eram majoritárias em grande parte do mundo, revelando um controle da “classe perigosa”.⁵⁵⁹ A vadiagem, na maioria dos casos estudados aparece como a principal contravenção, representando

(...) o receptáculo maior, onde se enquadra o “viveiro natural da delinquência”, na linguagem dos relatórios policiais. O próprio sistema repressivo constitui esse viveiro, formado por alguns poucos grandes “malandros” e a massa de pequenos marginais ou desempregados, à beira da indigência.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. P. 44

⁵⁵⁹ *Ibidem*. p.45

⁵⁶⁰ *Ibidem*. p.46

Nesse ano de análise, ela representou 11 recorrências, número inferior a outra categoria de contravenção importante – a desordem. Neste caso, ela correspondeu 19 enquadramentos. Fausto informa que a desordem geralmente é um “comportamento episódico das pessoas em público, sem fixar uma conduta criminosa”. Possivelmente essas desordens públicas poderiam estar associadas a rixas contra nacionais ou disputas amorosas, por exemplo.⁵⁶¹ Além disso, fica claro que a contravenção pela qual os detentos eram enquadrados não aparece como elemento isolado. A vadiagem geralmente traz consigo a desordem ou a embriaguez como o que ocorrera com o jardineiro português, Manoel Antônio Ferreira da Costa.

Manoel era natural do Douro, tinha 50 anos de idade, solteiro, jardineiro e morador à rua Visconde de Itamaraty, número 33. Por inúmeras vezes interrompeu sua permanência no Brasil, além de contar com “inúmeras entradas nos xadrezes das Delegacias e na Casa de Detenção, tendo cumprido pena por cinco vezes”. A testemunha de nome João Alves Ferreira, brasileiro e funcionário público, ainda informa “que sabe ainda que, Ferreira da Costa não exerce qualquer profissão ou ofício em que lícitamente ganhe a vida, não tendo domicílio certo e que constantemente está embriagado, tendo por esse motivo respondido processo”. Outra testemunha, também brasileira, de nome Eugenio Gonçalves Pinheiro, confirma o caso de Manoel ter várias “condenações por crimes e contravenções diversas”.⁵⁶²

Observa-se nesses relatos também, que as testemunhas de acusação são de nacionalidade brasileira, o que pode ser um fator importante para a decisão de acusar Manoel favorecendo sua expulsão. O antilusitanismo era algo vivenciado por grande parte da população portuguesa que vivia no Rio de Janeiro dando margem para envolverem-se em diversos atritos e rixas com nacionais, seja por questões comerciais, disputas em relação ao mundo do trabalho e do amor, como já mencionado anteriormente e discutido por diversos autores.⁵⁶³ Não sabemos se foi a nacionalidade

⁵⁶¹ RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de doutorado, vol.1. Campinas, São Paulo: Departamento de História/ Instituto de filosofia e Ciências Humanas, 1997.

⁵⁶² Processo para a expulsão do português, Manoel Antônio Ferreira da Costa. 1º de julho de 1907. AN. Fundo: Série Interior – Estrangeiros – A5. Notação: IJJ7-143. – AN.

⁵⁶³ No jornal *A Gallegada: Folha reaccionaria*, de 04 de maio de 1883, o antilusitanismo é expresso em diversas artes dos jornais, incluindo uma coluna intitulada “*Estatística da Polícia*”, no qual o tom antilusitano é expresso ao expor a quantidade de indivíduos, detidos na Casa de Detenção. Em 1882, 1.128 indivíduos foram presos, dos quais: 613 galegos, 206 italianos, 139 brasileiros, 48 franceses, 25 ingleses, 45 espanhóis, 4 chineses, 15 suecos, 13 dinamarqueses, 14 alemães 6 nacionalidades ignoradas. No artigo ainda conclui-se que: “Em todo este negócio, nós vemos que os galegos só por si praticam mais crimes do que todos os naturais das outras nações, o que prova que o galego é criminoso por convicção,

portuguesa do jardineiro Manoel que determinou as acusações das testemunhas nacionais. Entretanto, é importante ressaltar que no contexto de suspeição e controle da classe trabalhadora, quesitos como cor e nacionalidade poderiam contribuir para o grau de punição dos mesmos. No caso de Manoel, a punição foi a sua expulsão, no dia 28 de junho de 1907, para Portugal.

Em relação aos crimes de furto e roubo, 12 servidores domésticos foram detidos, dois casos apenas suspeitos de furto, o que reforça o fato da suspeição das/os domésticas/os em relação a furtos cometidos em domicílios ser algo comum. Mas também, esses dados nos mostram que a criminalidade entre os servidores domésticos estrangeiros em relação aos registros criminais oficiais, não era tão impactante.

Analisando processos de expulsão de estrangeiros entre 1907 e 1930, selecionamos 439 casos, dos quais apenas 25 referiam-se algum/a servidor/a doméstico/a (22 homens e 3 mulheres). Desses, 10 inquéritos foram abertos para que se expulsassem estrangeiros acusados ou com passagens pela Casa de Detenção pelos crimes de furto e/ou roubo.

Geralmente acusavam tais suspeitas/os de roubos e furto de não exercerem ofício lícito pelo qual mantivessem sua vida. Entretanto, nos depoimentos as/os acusados mencionavam sua profissão, mesmo que tal resposta fosse apenas um ato de fugir da alcunha de vadio, que aumentaria sua pena.⁵⁶⁴

O português Antônio dos Santos Barboza é apresentado em seu inquérito policial como uma pessoa que “não exerce profissão, ofício ou qualquer mister que proporcione meios honestos de subsistência, tendo, além disso, se constituído elemento pernicioso à sociedade e comprometedor da tranquilidade pública, segundo averiguações feitas”⁵⁶⁵ Possui várias entradas na Casa de Detenção por vadiagem e furto. Porém em seu ato de qualificação, o mesmo informa, ao ser perguntado, que era copeiro.

Esse comportamento criminal dos estrangeiros homens se assemelha as ocorrências relacionadas às criadas detidas, seja por alguma contravenção ou por

por crença, por costumes, por hábito, por vício e por natureza. Há ladrões que não são galegos, porém todo o galego é ladrão”. Hemeroteca Digital da BN. Para uma discussão mais aprofundada das relações entre nacionais e portuguesas/es ver: CHALHOUB, Sidney. *Op.cit.* e RIBEIRO, Gladys S. *op.cit.*

⁵⁶⁴ Rachel Soihet afirma que, no caso das mulheres, por “força da ideologia de que a função essencial da mulher prende-se ao lar”, muitas poderia dizer que eram servidoras domésticas, mesmo não sendo. Muitas das atividades femininas não constavam nos censos, como lavadeira, engomadeira, artesanato, prostituição, dentre outras atividades, que poderiam ser englobadas na alcunha do serviço doméstico, que também abrangia as mulheres que não exerciam atividades não remuneradas, como as donas de casa. SOIHET, Rachel. *Op.cit.* pp. 169 - 173.

⁵⁶⁵ Processo de expulsão do português Antônio dos Santos Barbosa, de 19 de outubro de 1907. AN. Fundo: Série Interior – Estrangeiros – A5. Notação: IJJ7-128 – AN.

crimes. Entretanto, seu número é mais reduzido em relação às nacionais do que dos homens estrangeiros em relação aos nacionais, uma vez que o comportamento da imigração de fins do século XIX para o XX, para O Brasil, era de predomínio masculino.⁵⁶⁶ No caso do Rio de Janeiro, o censo de 1906 nos revela que havia 181.953 estrangeiros, em um total de 811.443 habitantes. Desse número de estrangeiros 133.471 eram homens e 48.482, mulheres, correspondendo a 26,6% do total de imigrantes.⁵⁶⁷

Assim, dos 415 casos de detentas/os da Casa de Detenção, registramos 185 mulheres, sendo 170 delas nacionais, 5 africana, 3 paraguaias, 2 portuguesas, 1 francesa, 1 argentina, 1 uruguaia e 2 casos em que a nacionalidade não foi informada, ou seja, apenas 7% do total de detentas eram estrangeiras.

Nas tabelas abaixo, destacamos os crimes e contravenções as quais as criadas nacionais e estrangeiras foram enquadradas, bem como a cor da pele.

⁵⁶⁶ FAUSTO, Boris. *Op.cit.*; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos CEBRAP*. Julho de 1988, n. 21. pp. 30-56; FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. *Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil* (século XIX e XX). Disponível em: http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/manolo_imigracao_lusa.pdf. Acesso em outubro de 2012.

⁵⁶⁷ *Recenseamento do Brasil realizado em 01 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1923. .p.28. *Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal)*. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907., do Rio de Janeiro. Disponíveis em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>.

Tabela 51

Crimes e contravenções cometidos pelas criadas detentas (nacionais e estrangeiras*) na Casa de Detenção da Corte e do DF						
Nacionais		1880	1883	1912	1920	Total
	Vagabundagem	7	39	46	17	109
	Embriaguez	16	17			33
	Desordem	17	16			33
	Fuga**		1			1
	Ofensas físicas			2	3	5
	Quebra de termo	1	1			2
	Assinar termo	3				3
	Ofensas morais	3				3
	Prostituição	2				2
	Desobediência		1			1
	Ofensas morais		1			1
	Ameaças		1			1
	Ratoneira		1			1
	Jogos			1		1
	Veio da Colônia			4		4
	Art 52 com o 53 do decreto 6994, de 19 de junho de 1908***			9		9
Homicídio				1	1	
Estrangeiras	Vagabundagem	2		1		3
	Embriaguez	3	4			7
	Desordem	4	1			5
	Ofensas morais	1				1
	Suspeita de escrava	1				1
	Assinar termo	1				1
	Ofensas físicas	1				1

* Só foram destacados as nacionalidade informadas. Os casos em que estavam ilegíveis ou que não foi informado a nacionalidade, preferimos suprimir, a fim de dar visibilidade às nacionalidades e também pequeno número de registros sem essa informação.

**Este decreto aprova o regulamento que reorganiza a Colônia Correccional de Dois Rios.

Art 52 e 53 – falam da reincidência em contravenções como vadiagem, mendicância, capoeiragem e desordem. Decreto 6994, de 19 de junho de 1908. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=47350&norma=63121>.

Acessado em 12 de agosto de 2018.

*** Na maioria dos casos os casos definidos como “fugido” ou “fugida” eram registrados nos livros de escravos. Entretanto, quando a polícia se deparava com casos de suspeitas de cativas fugidas; “sem acreditar nela, mas tendo de considerar a sua alegação de liberdade, a polícia poderia lançar o caso no livro de detentos livres, criando-se uma contradição”, uma vez que um liberto não poderia ser suspeito de “fuga”, assim como um escravo não poderia ser detido por “vadiagem, visto a condição de escravo já o vinculava ao trabalho. Ver: CHALHOUN, Sidney. A

força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. P.231.

Fonte: Tabela confeccionada a partir dos dados preenchidos nas fichas de matrículas da detentas registradas por desempenharem alguma atividade doméstica. Livros da Casa de Detenção da Corte e do DF: MD-LL-011 (1880), MD-LL-0022 (1883), MD-HN-001 (1890), MD-HN-012 (1892), MD-MN-002 (1892), MD-HMN-003 (1912), MD-MN-006, MD-HN-135 (1920), MD-MN-012 (1920), MD-HN-166 (1929-1930). Disponíveis em: <http://www.godocs.com.br/aperj/>

Tabela 52

Raça das criadas detentas (nacionais e estrangeiras*) na Casa de Detenção da Corte e do DF						
Nacionais		1880	1883	1912	1920	Total
	Preta	10	31	39	14	94
	Parda	8	13	17	4	42
	Parda escura	1			3	4
	Morena	7	5	2		14
	Fula	3	4	1		8
	Cabra	1				1
	Branca	2	2	4	2	10
Estrangeiras	Preta	3	2	1		6
	Branca	2	1			3
	Morena	2	1			3
	Fula		1			1

Fonte: Tabela confeccionada a partir dos dados preenchidos nas fichas de matrículas da detentas registradas por desempenharem alguma atividade doméstica. Fichas de Matrículas da Casa de Detenção da Corte e do DF. Disponível em: Disponíveis em: <http://www.godocs.com.br/aperj/>

* Só foram destacados as nacionalidade informadas. Os casos em que estavam ilegíveis ou que não foi informado a nacionalidade, preferimos suprimir, a fim de dar visibilidade às nacionalidades e também pequeno número de registros sem essa informação.

Como pudemos observar, os maiores registros de criadas detentas referem-se às nacionais, que por sua vez, eram em sua maioria, mulheres de cor. Cor que também determinava o enquadramento da maior parte das estrangeiras capturadas por algum crime e contravenção. Das 13 criadas estrangeiras, apenas 3 eram brancas.

Este perfil das detentas demarca um processo de criação de uma “identidade criminal” em consonância com a “identidade nacional”; no qual o corpo, sobretudo o dos *vadios*, eram observados e regulados pelos saberes médicos e jurídicos,⁵⁶⁸ que junto com a imprensa, alimentavam o discurso ideológico de que a igualdade e a cidadania propalada pelo ideário republicano, não passavam de “utopia”. Tanto para a medicina,

⁵⁶⁸ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in) diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. pp. 238-239.

quanto para juristas e parcela da imprensa, muito influenciados pelos discursos evolucionistas do século XIX, “os homens não nascem iguais”.⁵⁶⁹

Desta forma, gênero e classe social se interseccionam à questão racial, como um elemento de diferenciação e hierarquização, em um momento em que a “identidade nacional” estava sendo construída. De acordo com Olívia Cunha:

Parte substancial das tentativas de definir a noção de „identidade“ no Brasil teve lugar, desde meados do século XIX, em contextos nos quais se discutia a validade e a utilidade das classificações „raciais“. A „identidade da espécie“, sucedida pela „identidade das raças“ e a „identidade dos tipos antropológicos“, cederá, já nos anos de 1920, ao estabelecimento pleno da „identidade dos indivíduos“ como o *locus* por excelência onde a „raça“, já então defendida por alguns como conceito impreciso, se materializa. „Raça“ ganha novo relevo quando, para aludir a ela, se procede a uma genealogia e mapeamento dos corpos dos indivíduos que devem manter – nos seus traços, nas suas características hereditárias, na sua facilidade de desenvolver certas patologias – uma „constituição individual“. Devido ao seu forte vínculo com esse cenário, a discussão sobre a melhor maneira de conceituar a identidade e de aprendê-la na sua singularidade manteve uma íntima relação com o debate sobre a „questão racial“ no país.⁵⁷⁰

Debate este que andou em paralelo com as preocupações e estudos acerca da criminalidade feminina, que assim como os discursos racialistas se amparavam na natureza biológica para explicar a suscetibilidade das/os indivíduo/as à criminalidade, ou a não adequação à vida moderna.⁵⁷¹

Em um momento de alterações nas relações de trabalho, mudanças de regime e fortalecimento de uma ideia de estabelecimento de família aos moldes burgueses, a classe popular, mas, sobretudo, as mulheres viraram alvo de preocupações médicas e jurídicas, onde o trabalho fora do lar, o controle da natalidade, que poderia representar uma emancipação feminina, poderiam afetar a saúde física e mental das mesmas, que por sua vez, já eram suscetíveis não só a histeria como também a criminalidade.⁵⁷²

Partindo de um olhar “sociológico”, Nise da Silveira, nos anos 1920 descarta a necessidade do afastamento da mulher ao mundo do trabalho. A criminalidade,

⁵⁶⁹ SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. P.106.

⁵⁷⁰ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Op.cit.* p. 246.

⁵⁷¹ RINALDI, Alessandra de Andrade. *A sexualização do crime no Brasil: um estudo sobre criminalidade feminina no contexto de relações amorosas (1890-1940)*. Rio de Janeiro: Mauad X/ Faperj, 2015. p. 84.

⁵⁷² *Ibidem.* pp. 78-83

sobretudo a prostituição, tem muito mais haver com um “fenômeno social-econômico, relacionando-se à miséria e ao problema do proletariado feminino”.⁵⁷³

Neste cenário, de investigações acerca da criminalidade feminina, associada à “crise do serviço doméstico”, no qual as criadas tinham sua moral, conduta profissional e idoneidade postas à prova, mulheres, negras e pobres, em sua maioria, emergiam como uma preocupação a ser enfrentada, uma vez que a família higiênica (base da nação) deveria ser protegida de “elementos contaminantes” moral e fisicamente, que pudessem corromper a “mãe de família”.⁵⁷⁴

Desde a primeira metade do século XIX as criadas, mais precisamente as escravas domésticas já eram vistas como uma “influência maléfica” as filhas e esposas do dono da casa.⁵⁷⁵ Discursos médicos da época não cansavam de informar que estas serviçais instalavam sobre as filhas dos senhores “o germen da corrupção, que, sempre debaixo do influxo do exemplo, mais tarde [frutificaria], se uma educação cuidadosa não [conseguisse] extirpá-lo”⁵⁷⁶ e sobre as patroas, as quais eram suas confidentes, “as corrompiam com suas palavras e maus exemplos”.⁵⁷⁷

Isso porque, tais serviçais, por trabalharem e circularem nas ruas sozinhas eram vistas, também pela justiça, como desonestas, associadas à falta de pudor e conseqüentemente alvo de associações à prostituição e a vadiagem.⁵⁷⁸

Não é à toa que grande parte dos enquadramentos na Casa de Detenção, diziam respeito a contravenções, tais como a vadiagem, que no caso das nacionais, correspondiam a 109 registros, a embriaguez e a desordem com 33 registros cada, em um total de 210 penalidades enquadradas.

Claudia Maria Conceição, por exemplo, era uma doméstica nacional de 30 anos, que foi detida na noite de 14 de fevereiro de 1906, na delegacia da 1ª Circunscrição,

⁵⁷³ Entrevista da Dr. Nise da Silveira à *Revista Criminal*, jan/1928. pp. 39-40.

⁵⁷⁴ CAULFIEULD, Sueann. *Op.cit.* pp. 120-121

⁵⁷⁵ SOARES, Luis Carlos. *Rameiras, Ilhoas, Polacas...* a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX São Paulo: Editora Ática, 1992. p. 20

⁵⁷⁶ LASSANCE CUNHA, Herculano. *Dissertação sobre a prostituição, em particular na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Imparcial de Paula Brito, 1845. p.17. *Apud.* SOARES, Luis Carlos. *op.cit.*. p. 20

⁵⁷⁷ PEÇANHA, Natália Batista. *op.cit.* p. 117

⁵⁷⁸ CAULFIEULD, Sueann. *Op.cit.* p. 120. Ver também. ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

acompanhada de José Sant'Anna, por embriaguez, os quais foram soltos por não serem ébrios habituais.⁵⁷⁹

Em relação às estrangeiras, nos processos de expulsão já analisados, foram contabilizados três mulheres que se diziam costureira/cozinheira, doméstica/artista e governanta. As três mulheres foram enquadradas, não por vagabundagem ou por prostituição, muito menos por furto, mas por lenocínio. Como o caso da suíça Natalie Mugglin, vulgo “Fantini” que fora expulsa do país com seu companheiro, o francês Felipe Duchan, acusados de caftens.

Figura12:



Fonte: Processo de expulsão de Natalie Mugglin e Felipe Duchan. Fundo: Interior/Estrangeiros – A5. Notação: IJJ7-160. AN

O que é interessante notar, neste caso, é a utilização do artifício de fornecer à polícia a profissão de governanta, mesmo não sendo.

⁵⁷⁹ Ré: Claudia Maria Conceição. 15/02/1906. Fundo GIFÍ – documentação policial/ OI. Notação: 6C-178.

Figura 13:



Fonte: Processo de expulsão de Natalie Mugglin e Felipe Duchan. 14 de maio de 1928. Fundo: Interior/Estrangeiros – A5. Notação: IJJ7-160. AN.

Ambos moravam na Capital e eram acusados de explorarem meretrizes, importadas da Europa, na casa de n. 221 da Rua Benedicto Hypolito, não exercendo, portanto, nenhum ofício lícito para se manterem, apesar de ambos, nos autos de declarações informarem profissões que “desempenhariam”.⁵⁸⁰

O que reforça a ideia de que, por ser uma atividade que absorvia as mulheres em grande número, incluindo aquelas que não exerciam efetivamente o serviço remunerado, como as donas de casa,⁵⁸¹ qualquer mulher poderia, mesmo que para se esquivar de alguma acusação, se utilizar dessa atividade como afirmação de desempenho de atividades ocupacionais lícitas.

Retomando a afirmação de Evaristo, em relação a criminalidade cometida por criadas/os estrangeiras/os, como pudemos comprovar, tal afirmação, na prática não se mostrava relevante frente ao conjunto de criminosas/os nacionais e estrangeiras/os, que exerciam outras profissões. Certamente, sua fala corresponde uma preocupação em relação à proteção da família e a ordem social, onde uma imigração desenfreada poderia por em xeque o ideário de modernização e civilização propalada pelas instituições responsáveis pela propagação da ideologia da imigração subsidiada. Os/as imigrantes

⁵⁸⁰ Natalie Mugglin e Felipe Duchan, expulsos por serem caftens. Abril de 1928. Fundo: Interior/Estrangeiros – A5. Notação: IJJ7-160. AN

⁵⁸¹ SOIHET, Rachel. *Op.cit.* p. 173

que aqui aportavam não eram aqueles desejados, muito menos, as criadas aqui chegadas, não correspondiam ao ideário das governantas alemãs, vide o caso de Fantini.

Evaristo, na verdade, externaliza seu descontentamento e decepção frente à imigração que fora estabelecida para o Brasil. Em contato com as principais discussões acerca da circulação de criminosos/as viajantes entre os portos da Argentina e do Rio de Janeiro, Moraes transportou para o serviço doméstico dados criminais que não correspondem a esta atividade. O número de criadas e criados estrangeiros sendo expulsos ou registrados cometendo crimes, como furtos, mostrou-se ínfimo. Talvez seu interesse fosse aproveitar uma discussão que mobilizava a arena política e a imprensa para inserir as preocupações em relação à criminalidade e a imigração indesejada. Ou seja, Evaristo, como outros representantes da elite dominante utiliza-se da arena pública para criar um discurso de unanimidade em relação ao serviço doméstico e suas/seus trabalhadoras/es a fim de estabelecer um controle social dificultando a emergência de discursos ou resistências subalternas.

Entretanto, não podemos perder o foco que os grupos subordinados se utilizam de múltiplas formas de resistência, que podem ser explícitas como no caso da externalização dos descontentamentos em relação às condições de trabalho. Como o que foi feito por uma criada, que escrevera uma carta em defesa das domésticas, publicada no jornal *A Noite*, de 07 de outubro de 1911.⁵⁸²

A dita criada utilizou-se do anonimato⁵⁸³, talvez como uma forma de evitar represálias de seus patrões, mas não se privou de expor sua indignação frente a uma carta, anteriormente publicada no jornal, sob o título de “Praga dos criados”. A praga seria dos amos que exageram em suas exigências supondo que as criadas são “de ferro”.

Mas nem sempre as resistências ganhavam visibilidade como a carta publicada. Como demonstramos os furtos e outras formas, como a difamação das condutas dos patrões à vizinhança ou as outras criadas, poderiam ser entendidas como formas de resistência. As resistências ocorriam em toda a relação entre patrões e criadas/os, e é isso que gerava preocupações em relação ao futuro dessa classe de trabalhadoras/es seja ela composta por negras/os ou por imigrantes que, neste caso, não eram as/os ideais. Daí

⁵⁸² RM. A defesa das criadas. In. *A Noite*. Rio de Janeiro: 07 de outubro de 1911. N. 71. Ano 1. Hemeroteca Digital da BN. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_01&PagFis=300&Pesq=criada.

⁵⁸³ Sobre a estratégia da utilização do anonimato como estratégia de resistência. Ver. SCOTT, J. *op.cit.* p. 200.

a propagação de discursos em que o medo em relação ao serviço doméstico é disseminado como uma estratégia de controle e vigilância.

EPÍLOGO

Os abaixo assinados Antônio Felix Garcia de Infante, cidadão espanhol e Josino Emiliano da Silveira, cidadão brasileiro, compenetrados do estado lamentável a que tem chegado o serviço doméstico nesta Corte, em face das reclamações diárias da imprensa Fluminense, tanto em seus noticiários, como por meio de publicações particulares, chamando a atenção do governo e das autoridades competentes para o estado de desmoralização a que tem chegado o mesmo serviço, até hoje feito sem critério, por pessoas livres e escravos, em sua maioria viciados (?), colocando geralmente as famílias em contínuos sobressaltos, já pelos roubos que muitas vezes se tem dado e a imprensa tem acusado, já pelas cenas de depravação praticadas por [essas (?)] pessoas com prejuízo moral [das famílias (?)] e já pela especulação de alguns indivíduos, que movidos pelo interesse mesquinho de pequenos lucros que auferem desse ramo de vida que adaptaram, não lhes importa especular por todos os meios, deliberação pôr um termo a esses desmandos para que se propõem a organizar esse serviço e moraliza-lo, como se tem praticado nos países mais civilizados da Europa.

Formulando o Regulamento, que repasso para a boa ordem do serviço doméstico e garantia das famílias, o qual constituirá a caderneta que devem possuir todos os criados, o submetem à apreciação da Illma. Câmara, a fim de estudá-lo e deliberar sobre ele, ficando os abaixo assignados, no caso de aprovação do mesmo, habilitados a contratar com a Illma Câmara, a organização e regularização do serviço, sob as condições que apresentarão em seguida á sua aprovação.⁵⁸⁴

Antônio Felix Garcia de Infante e Josino Emiliano da Silveira, cidadãos espanhol e brasileiro, respectivamente, foram apenas dois personagens, dos muitos que se lançaram a pensar “o estado de desmoralização” pelo qual o serviço doméstico se encontrava em fins do século XIX e princípios do XX. Estado este alimentado pelo perfil das/os trabalhadoras/es, livres e escravos, “em sua maioria viciados”, que colocavam, constantemente, as famílias em perigo, seja pelos roubos cometidos, seja pela “depravação” cometida por essas/es serviçais em prejuízo a moral das famílias, verdadeiras “vítimas” desse estado pelo qual o serviço doméstico encontrava-se, muito favorecido por agências especuladoras que buscavam auferir pequenos lucros e inseriam pessoas de má índole no seio de suas famílias que necessitavam de seus serviços.

Mas uma solução era vislumbrada. Não a de garantir direitos trabalhistas a essas/es servidoras/es, mas sim, preservar a tranquilidade das famílias burguesas e controlar e disciplinar a classe trabalhadora brasileira. O que deveria ser providenciado com urgência era “organizar esse serviço e moraliza-lo, como se tem praticado nos países mais civilizados da Europa”. Como fazer isso? Uma das soluções encontradas

⁵⁸⁴ Propostas de Antônio Felix Garcia de Infante e Josino Emiliano da Silveira para estabelecerem a regulamentação do Serviço Doméstico. Rio de Janeiro, 23 de março de 1884. Notação – 48.4.56 - AGCRJ

foram as propostas para se regular o serviço doméstico atribuindo-lhe um caráter criminalizado, ao instituir a matrícula geral do serviço doméstico, no qual características físicas, morais e profissionais seriam registradas e validadas pelas chefaturas de polícia, da Capital.

A grande questão a ser levantada é como a ordem estava sendo ameaçada. A abolição já se apresenta como uma realidade próxima e o número de libertos e livres em ocupações, como o serviço doméstico, já se mostrava dominante. Tais alterações traziam o fantasma da desordem alimentado pela preocupação em relação à liberdade experimentada pela classe trabalhadora. Estes problemas eram enfrentados, por soluções tais como a disciplinarização da mão-de-obra⁵⁸⁵, e/ou por meio de incentivo à imigração europeia, que serviria como o protótipo do trabalhador ideal.⁵⁸⁶

Entretanto, a ideia de que trabalhadores/as estrangeiros/as poderiam galgar melhores condições de trabalho e salário, experimentando uma liberdade em relação aos contratos de trabalho estabelecidos e em suas vivências no dia-a-dia de trabalhadoras/es que circulavam pela cidade, não se sustenta diante do confronto em relação as fontes documentais.

O que é possível depreender da presente pesquisa é que as condições de trabalho de nacionais e estrangeiras/os experimentados em um momento de intensas transformações sociais e ideológicas no cenário nacional e internacional, em certos momentos se equiparavam. Diante da possibilidade de reflexão no processo de busca de fixação do trabalhador ao trabalho, limitando sua liberdade a medida que estabelecem trâmites legais que criminalizassem sua saída repentina sem aviso ao patrão⁵⁸⁷, ou que limitassem sua liberdade de circulação nas ruas da cidade⁵⁸⁸, tanto nacionais quanto estrangeiros se viram alvo de tais políticas. Evidentemente que para as/os nacionais negras/os, a sua cor de pele era um determinante a mais para a política de criminalização. Os corpos das criadas negras experimentaram mais a violência simbólica e física que o aparato policial e a imprensa perpetravam na busca de disciplinarização da classe trabalhadora. Mas isso, não pode encobrir o fato de que o

⁵⁸⁵ Mecanismos legais para a disciplinarização e controle da classe trabalhadora foram criados, tais como: Lei de Ociosidade, de 1888; o art 399, sobre vadiagem, do Código Penal de 1890, por exemplo. Ver. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2001.

⁵⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. *Op.cit.* p.77.

⁵⁸⁷ Os projetos para a regulamentação do serviço doméstico e a criação da matrícula geral da/o servidora/o doméstico é um exemplo desta tentativa de fixação dessas/es trabalhadoras/es ao local do trabalho.

⁵⁸⁸ As leis já mencionadas anteriormente (Lei de Ociosidade e Cód. Penal de 1890), podem ser exemplos desse processo.

trabalho livre assalariado ainda era uma realidade em construção. Egressos do cativo e uma população livre, nacional ou imigrante, também experimentavam as diversas formas de retribuição, que não somente a monetária.

Neste ambiente de transformações no mundo do trabalho, outros dois agentes sociais emergiram como objeto de estudo – a mão-de-obra masculina e infanto-juvenil – a primeira, ainda pouco estudada pela historiografia brasileira sobre o serviço doméstico. Pensar no serviço doméstico como uma possibilidade de inserção para homens pobres nacionais e estrangeiros foi um ponto de destaque à pesquisa visto ser importante pensar no processo de feminização da referida atividade. Diante da análise de diversas fontes que possibilitaram identificar quais atividades eram mais demandas ou ofertadas por esses homens, bem como o entendimento da noção de serviço doméstico e domicílio, que no período estudado mostrou-se bem mais amplo e abrangente, pudemos tirar algumas conclusões. A principal delas foi que, além do fato de a abolição, a industrialização e o crescimento urbano terem possibilitado uma ampliação de oportunidades de trabalho para diversos homens pobres nacionais e/ou estrangeiros no Rio de Janeiro, a abrangência da noção de serviço doméstico e domicílio possibilitou um afastamento crescente desses servidores das residências e, conseqüentemente, das relações mais personalizadas, realizando as mesmas funções em estabelecimentos comerciais, como hotéis ou restaurantes. Locais em que também se poderia ver crianças e jovens desempenhando diversas funções como lavadores de talheres, copeiras/os ou ajudantes de cozinha, por exemplo.

A participação da mão-de-obra infanto-juvenil foi uma realidade do serviço doméstico. As “crias da casa” e as crianças recolhidas sob tutelas para desempenharem “pequenos serviços de casa” em troca de serem “tratadas como da família” foram experiências comuns, sobretudo em relação à população nacional de cor. Geralmente as crianças estrangeiras, quando inseridas no serviço doméstico as mesmas acompanhavam seus pais ou eram deixadas sob tutela com alguma/m conhecida/o quando sua mãe, geralmente não tinha condições de manter o seu cuidado. Entretanto, mais do que identificar as baixas soldadas recebidas por essas/es *menores*, bem como as formas de contratação em que eram submetidas, o interessante foi verificar além das violências sofridas em seus corpos, as resistências em que se valiam para driblar os maus tratos sofridos. Violências que constantemente a imprensa divulgava, mas que ficava escamoteada frente às múltiplas divulgações de, em muitos casos, suspeitas de crimes cometidos por criadas/os em residências.

Em um primeiro momento, partindo da fala de Evaristo de Moraes, acerca dos perigos que uma criminalidade viajante poderia gerar, a partir de uma imigração desregrada a qual mostrava-se presente viu-se a necessidade de investigar a participação de criadas estrangeiras/os na criminalidade carioca. Os resultados da pesquisa mostraram que em relação ao crime de furto, tão propalado pela imprensa e pelo próprio Evaristo de Moraes, os números eram ínfimos tanto em relação à participação estrangeira, quanto em relação à população nacional. O que não quer dizer que tais furtos não fossem cometidos no interior das casas. Tal prática era muito comum, inclusive entre os escravos/os domésticas/os, que assim como as/os trabalhadoras/es livres podiam ver O furto como uma espécie de retribuição aos bons serviços, já que a/o patroa/ão não o reconhecia. Acredita-se que os baixos índices de registros policiais, que contrariavam o que a imprensa propalava, poderia remeter ao fato de que em muitos casos, tal delito seria resolvido no interior das casas.

Além disso, a criminalização do serviço doméstico pode ser percebida dentro do contexto de controle da liberdade das/os trabalhadores, uma vez que os maiores casos de detenção referiam-se a contravenções tais como vadiagem, vagabundagem, desordem e embriaguez. Neste cenário, tensões e rixas entre guardas policiais e criadas mostravam-se relevantes para o enquadramento das mesmas, mostrando a formação de um ambiente de perseguições, em que a classe, o gênero e a raça por vezes eram determinantes para o enquadramento. Enquanto isso, mulheres estrangeiras, que vivenciavam o espectro do lenocínio e da prostituição⁵⁸⁹, quando detidas sob tais acusações, utilizavam-se do serviço doméstico como um meio de garantir que exerciam profissões lícitas, mostrando as contradições que tal atividade poderia depreender, ora alvo de desconfianças, ora garantia de moralidade.

Conclui-se, portanto, que os estudos acerca do serviço doméstico vêm se mostrando de suma importância para o entendimento e compreensão de permanências em relação às condições de trabalho envolvendo patroas/ões e criadas/os. Apesar dos avanços concernentes às leis trabalhistas, ainda é possível deparar-se com anúncios, como o citado nas primeiras páginas deste trabalho⁵⁹⁰. Onde o caráter aviltante em relação ao trato depreendido entre a patroa e a futura babá, no qual categorias como

⁵⁸⁹ Ver: MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro* (1890-1930). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁵⁹⁰ Citação de um anúncio de solicitação presente na primeira página da Introdução. Mulher busca „babá magra para caber no carro“, em anúncio de emprego. *O Globo*. Publicado em 18/10/2017 – 18h46 / Atualizado em: 19/10/2017 – 17h35. Disponível em: <http://oglobo.globo.com>

“boa aparência” ainda são mobilizadas, demarca a permanência de uma relação contratual racialmente hierarquizada.

REFERÊNCIAS

Fontes

1.Documentação

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro - AGCRJ

Fundo Câmara Municipal/ Série: Serviço Doméstico

Notação: BR RJAGCRJ 50.1.41

Código 2921 - Serviço doméstico (1882-1904); Serrarias (1875-1911); Documentação avulsa (1882-1911).

Notação: BR RJAGCRJ 50.1.43

Código 2923 – Serviço doméstico – Projetos de posturas e pareceres do Conselho de Estado sobre o serviço doméstico no Rio de Janeiro (1881-1889).

Notação: BR RJAGCRJ 50.1.44

Código 2923 – Serviço doméstico (1886) – Requerimento de Jerônimo de Assis Pinto Freitas e Cia, reiterando o pedido constante de uma proposta que fizeram à Câmara Municipal.

Notação: BR RJAGCRJ 50.1.45

Código 2925 – Serviço doméstico – Projeto de regulamento do serviço doméstico adotado em sessão da Illma. Câmara Municipal em decisão de 22 de novembro de 1888, remetido ao Ministro do Império com ofício de 17 de dezembro de 1888.

Notação: BR RJAGCRJ 50.1.46

Código 2926 – Serviço Doméstico na freguesia da Lagoa; Ofício do chefe de Polícia Dr. João Baptista de Sampaio Ferraz e Projeto do subdelegado Dr. Carlos Costa – 1890.

Notação: BR RJAGCRJ 50.1.47

Código 2927 – Serviço doméstico (1884, 1885, 1888, 1891 e 1896) - Projeto de postura da Câmara Municipal sobre locação do serviço – 1884; Projeto de postura sobre serviço doméstico – 1885; - Proposta de João Gomes Vianna, sobre a fundação de um estabelecimento modelo de locação de serviço doméstico – 1888; Requerimento de Henrique José Lisboa e Eduardo Aguiar Aguiar propondo-se a estabelecerem uma agência para serviços domésticos – 1891; Decreto n. 284, de 15 de junho de 1896 – cria a matrícula geral do serviço doméstico.

Notação: BR RJAGCRJ 48-4-56

Código 2589 – Serviço doméstico (1884-1906) – Prposta de Antonio Felix Garcia de Infante, Josinno da Silveira, Jerônimo de Assis Pinto Freitas C.; Impressão de 20.000 cadernetas na *Casa Laemment Cia*; Pedido do chefe de polícia; Ofício do Conselho da Intendência; Parecer do Dr. Alencar Araripe; Proposta do Banco do Cambio; Empresa Municipal do Serviço Doméstico/ Empresa de Locação Doméstica; Ofício sobre a inconstitucionalidade da regulamentação feita pelo advogada Bandeira de Melo; Projeto de regulamento de Evaristo de Moraes; Parecer do Dr. Miranda Valverde; Tentativas de regulamentação; Proposta de Pedro da Costa Frederico.

Arquivo Nacional - AN

Livro de Escrituras

AN. ONRJ7-5I, livro 39, folha 17, rolo 010.007-77 (10/10/1882)

Fundo GIFÍ (OI) – documentação policial

Notações: 6C-1 (1895), 6C-30 (1898), 6C-68 (1901), 6C-129 (1904), 6C-136 (1904), 6C-139 (1904), 6C-152 (1905), 6C-161 (1905), 6C-173 (1906), 6C-175 (1906), 6C-178 (1906), 6C-186 (1906), 6C-201 (1907), 6C-203 (1907), 6C-221 (1907), 6C-245 (1908), 6C-317 (1909), 6C-362 (1912), 6C-364 (1912), 6C-368 (1912), 6C-373 (1912), 6C-392 (1912), 6C-428 (1913), 6C-438 (1913), 6C-499 (1914), 6C-556 (1923)

Ministério da Justiça e Negócios Interiores/ Estrangeiros (A5)

IJJ7 126, IJJ7 127, IJJ7 128, IJJ7 129, IJJ7 130, IJJ7 131, IJJ7 132, IJJ7 134, IJJ7136, IJJ7138, IJJ7 140, IJJ7 141, IJJ7 142, IJJ7 143, IJJ7 144, IJJ7 147, IJJ7 148, IJJ7 149,

IJJ7 152, IJJ7 158, IJJ7 159, IJJ7 160, IJJ7 161, IJJ7 163, IJJ7 164, IJJ7 165, IJJ7 175 e IJJ7 179.

Pretoria do RJ, 12 (7E)

Pretoria do RJ, 12 (7E) - n 12 maço 1114 - 17 de set de 1897 - Clotilde de Julia Pinto (soldada)

Tribunal Civil e Criminal do RJ (C4)

Tribunal Civil e Criminal do RJ (C4), ano 1892, n 1515, caixa: 753, gal. A - 21 de jan de 1892 - Izabel Bernardino Cordeiro (soldada)

Pretorias e Freguesias

Pretoria do Rio de Janeiro, 2 (Freguesia de Santa Rita) - ET ano 1893 n. 671 maço 2954 - 16 de ago. de 1893 – Alfredo

Pretoria do Rio de Janeiro, 2 (Freguesia de Santa Rita) - ET ano 1893 n. 671 maço 2954 - 16 de ago. de 1893 - José Ferreira

Pretoria do Rio de Janeiro, 2 (Freguesia de Santa Rita) - ET ano 1893 n. 671 maço 2954 - 16 de ago de 1893 - João Francisco Taveira

Pretoria do Rio de Janeiro, 2 (Freguesia de Santa Rita) -ET ano 1893 n. 657 maço 2954 n. 657 gal A - 11 de dez de 1893 – Ignez

Pretoria do Rio de Janeiro, 3 (Freguesia do Sacramento) EV ano 1891 n. 580 maço 289 Gal. A- 14 de out de 1891 - Paschoal Agostinho

Pretoria do Rio de Janeiro, 7 (Freguesia da Lagoa) ES. Ano 1892 n. 1577 - maço 832 Gal A - 19 de dez de 1891 – Francisca

Pretoria do Rio de Janeiro, 12 (Freguesia do Engenho Novo) 7E - ano 1895 n. 9529 caixa 1370 gal A - 29 de mar de 1895 – Julieta de Moura (ré) - soldada

Freguesia do Rio de Janeiro, 14 (Freguesia de Inhaúma) - MV - 1893 maço 2482 n. 2131 gal A - 03 de fev de 1893 – Laurinda

Freguesia do Rio de Janeiro (Engenho Velho)T8 n.90 caixa 1270 - 13 de nov de 1895 - Maria Teodora

Freguesia do Rio de Janeiro (Engenho Velho)T8 - n 173 caixa 1271 - 28 de dez de 1897 - Amélia

Freguesia do Rio de Janeiro (Engenho Velho) - T8 - n.53 caixa 1270 - 16 de mar de 1901 - José Manuel da Silva

Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara (ZM):

Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara (ZM) - maço 2284 - n.1958 Gal A - 25 de mai de 1882 – João

Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara (ZM) - maço 2297- n.1054 gal A ano 1883 - 01 de mar de 1883 - Tereza de Góes

Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara (ZM) - maço 2307 - n. 1844 Gal A - 14 de abr de 1882 - Marie Segur

Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara (ZM) - maço 162 n. 3172 - 30 de abr de 1890 - Palmira Antônia Malheiros

Corte de Apelação

Corte de Apelação (20)– série: Apelação Criminal – ACR. Ema Bernstorf (ré) e Luís Reyner (réu) – Ano: 1900-1905, nº.584, caixa: 2316, Gal A.

Supremo Tribunal Federal (BV)

Habeas Corpus de Cypriano Telles da Silva, Maria Rita, Georgina da Silva, Corina de Almeida, José Teixeira Gomes da Silva, João Ferreira Maria, Sebastiana Xavier Salles, Maria Roza de Souza Retroz, Saturnino Francisco Teixeira e Manoel Pimenta. Fundo: Supremo Tribunal Federal (BV). 1910. Nº 2906. Notação: BR NA, RIO BV.O.HCO.1428 – AN

Supremo Tribunal Federal (BV). 1910. Nº 2906. Notação: BR NA, RIO BV.O.HCO.1428 – AN.

Arquivo Público da Cidade do Rio De Janeiro – APERJ

Livros de Matrículas da Casa de Detenção da Corte e do DF

MD-LL-011 (1880), MD-LL-0022 (1883), MD-HN-001 (1890), MD-HN-012 (1892), MD-MN-002 (1892), MD-HMN-003 (1912), MD-MN-006, MD-HN-135 (1920), MD-MN-012 (1920), MD-HN-166 (1929-1930)

Arquivo do Itamaraty

Código: 205/4: 2ª Seção – Ligação do Brasil na República Argentina - Ofícios – Buenos Aires. 30 de abril de 1875.

Museu da Imigração

João B. Pazo - Tomo: A0000765. Data limite: 12/11/1916 - 24/11/1916. Disponível em: <http://museudaimigracao.org.br/acervodigital/cartas.php>.

2. Impressos

- Periódicos

Hemeroteca digital – Biblioteca Nacional/BN

A Gallegada: Folha reaccionaria (1883)

Almanak –Henault (1909)

A Noite (1905, 1911,1912 1915, 1925)

Arquivo Vermelho (1918)

A União (1905)

Correio da Manhã (1880, 1905)

Fon Fon (1926)

Gazeta de Notícias (1903)

Jornal do Commercio (1827-1932)

O Paiz (1880-1934)

O Rio Nu (1898-1916)

Revista Criminal (1928)

Vida doméstica (1923)

– Publicações oficiais e legislação

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil em 1872*. v.5 (Município Neutro). Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger, 1874.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890* (Distrito Federal). Rio de Janeiro: Tip. Leyzinger, 1895.

BRASIL. Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)*: Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*: População do Rio de Janeiro (Distrito Federal). V. II, 1ª Parte. Rio de Janeiro. Tip. Da Estatística, 1923.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*. V. IV (5. Parte). Tomo I. Rio de Janeiro: Tipologia da Estatística, 1930.

Acesso JusBrasil

BRASIL. *Lei N. 2.040, de 28 de setembro de 1871*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm. Acesso em 23 de outubro de 2017.

BRASIL. *Decreto n. 847 – de 11 de outubro de 1890*. Promulga o Código Penal. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em 02 de fevereiro de 2018. locação dos empregados em serviço doméstico.

BRASIL. *Decreto N. 16.107 – de 30 de julho de 1923*. Aprova regulamento de locação de serviços domésticos. Diário Oficial da União – Seção 1 – 2 ago. 1923, p.21901. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16107-30-julho-1923-526605-norma-pe.html>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

BRASIL. *Decreto Nº. 17.943- A de 12 de outubro de 1927*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm?TSPD_101_R0=bb0df27f8d23193ed75c363604c35066rVZ0000000

– **Manuais domésticos**

ALMEIDA, Julia Lopes. *Livro das donas e donzelas*. pp. 18-19. Disponível em www.nead.unama.br . Acesso em: 10 ago. 2011.

CLESER, Vera A. *O lar doméstico*. Conselhos para boa direção de uma casa. Rio de Janeiro/ São Paulo: Laemmert& C. 1902

– **Obras de época**

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

GACITÚA, Cornelio Moyano. *La delincuencia argentina – ante algunas cifras y teorías – Ensayo de criminología*. Córdoba: Casa Editora – F. Domenici, 1905.

REIS, Vicente. “*Os ladrões no Rio*”. Sua chronica, suas operações, sua gyria, sua polynomia, seus vulgos, seus retratos, gravuras descritivas, episódios e tudo mais concernente à vida e obra dos rapinantes que infestam a cidade do Rio de Janeiro, com ramificações por S. Paulo e Minas – Estudos e observações minuciosas. 1898-1903. Laememert& C. Editores. 1903.

– **Dicionários**

AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa*, feito sobre um plano inteiramente novo. Portugal, Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p. 1.641.

Diccionario da Lingua Portugueza e Diccionario de Synonymos do Diccionario poético e de epithetos, de José da Fonseca. Feito inteiramente de novo e consideravelmente argumentado por J.I. Roquete. Livrarias Aillaud e Bertrand. Paris-Lisboa. Typ. Aillaud, Alves & Cia, 1878. P. 402 – DOM-DON (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Diccionário da Língua Portuguêsa*. Da Academia Real das Ciências de Lisbôa, da Sociedade Asiática de Paris, do Instituto de Coimbra, da Academia de Jurisprudência de Madrid, etc. vol.1. Lisboa. Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão. 1899.

– Notícias jornalísticas

Mulher busca „babá magra para caber no carro“, em anúncio de emprego. *O Globo*. Publicado em 18/10/2017 – 18h46 / Atualizado em: 19/10/2017 – 17h35. Disponível em: <http://oglobo.globo.com>. Acesso em 18 de outubro de 2017.

– Mapa

Planta da cidade do Rio de Janeiro [cartográfico]: do guia profissional adoptado na força policial do districto federal. 1907. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1407012/cart1407012.jpg

- Livros, periódicos, teses e dissertações.

ABELED, Luísa M. M. Trabajo infantil y servicio doméstico em Galicia a mediados del siglo XIX. In. DUBERT, Isidro y GOURDON, Vicent. (ed.) *Inmigración, trabajo y servicio doméstico en la Europa urbana, siglos XVIII-XX*. Collection de la Casa de Velázquez. Madris: 2017.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.

ALLEMANDI, Cecília L. *Servientas, criados y nodrizas*. Uma aproximación a las condiciones de vida y de trabajo em la ciudad de Buenos Aires a partir del servicio doméstico (fines del siglo XIX-principios del XX). Tesis de Doctorado en Historia. Buenos Aires: Posgrado en Historia de la Universidad de San Andrés. 2015.

_____. *Sirvientes, criados y nodrizas: uma historia del servicio doméstico em la ciudad de Buenos Aires (fines del siglo XIX y principios del XX)*. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2017.

ANDALL, Jacqueline. *Gender, Migration and Domestic Service: the politics of Black women in Italy*. British: Routledge, 2017.

ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer: a cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Gislane Campos. *Os juízes de órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX..* Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao2017/materia01/texto01.pdf>. Acesso em 13 de março de 2018.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Regulamentos sobre o serviço dos criados: um estudo sobre o relacionamento Estado e Sociedade no Rio Grande do Sul (1887-1889)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 94-104, mar. 1984.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARREIROS, José Carlos. *Tradição, cultura e protesto popular no Brasil (1780-1880)*. *Proj. História*. São Paulo, (16), fev, 1998.

BATALHA, Cláudio H. *Os desafios atuais da História do Trabalho. Anos 90*, Porto Alegre, v.13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BENCHIMOL, Jayme L. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de

Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1992.

BRETAS, Marcos L. As Empadas do Confeiteiro Imaginário. A pesquisa nos arquivos de justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.15, nº.1, p7-22, jan/jun 2002

_____. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BRITES, Jurema G. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. Tese de Doutorado. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000

_____. *Serviço doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões*. Campos, Paraná, n. 3, 2003. pp. 65-82.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. *A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, p. 67-104, jul. 2000.

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. Trabalho domiciliar masculino. *Estudos Feministas*. N. 2/1995.

BUJRA, Janet. *Serving Class*. Masculinity and the feminisation of domestic servisse in Tanzania. London: Edinburgh University Press for the International African Institute. 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalilsmo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Rev.latinoam. cienc. soc.niñez juv* 8 (1): 607-630, 2010. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>. Acessado em 06 de julho de 2018.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia daa Letras, 1987.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *De portas a dentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no recife, 1822-1850*. *Afro-Ásia*, 29/30, 2003. p. 41-78.

CASANOVA, Erinn M. de. The Experience of domestic work in urban Ecuador. *Sage journals*. April 2013. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0891243213483895>. Acesso em 02 de agosto de 2017.

CASSOLI, Marileide Lázara. “Suspeitam das criadas que tinham, principalmente de uma pretinha...”: Histórias de liberdade no pós-abolição. Minas Gerais, 1897-1920. *Anais do 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre/RS, 2017. p. 13. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1919-1940)*. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996

_____. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. SILVA, F. T. da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n.6, 2009.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990. p. 121 e CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. Do livro à leitura. In. CHARTIER, Roger (org). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. Textos, Impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CESAR, Beatriz Aceti Lenz. *O beber feminino: A marca social do gênero feminino no alcoolismo em mulheres*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

COLE, Jeffrey E. Cole; BOOTH, Sally S. *Dirty work: Immigrants in domestic service, agriculture, and prostitution in Sicily*. British: Lexington Books, 2007.

COLLINS, Patricia Hill. *The Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. Nova York e Londres. Routledge, 2009 [1ª ed 2000].

CONNELL, R. W; MESSERSCHMIDT., James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21 (1): 424, janeiro-abril/2013. Disponível em: <http://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/S0104-026X2013000100014/24650>. Acesso em 01 de abril de 2015.

COSTA LEITE, Joaquim da. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In. FAUSTO, Boris (org.) *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2 ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 171. 1/2002.

CUNHA, Maria Clementina P. Loucura, Gênero, Feminino: As mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Ver. Bras. De His.* São Paulo, v.9, n. 18, ago. 89/set. 89.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição.* In. (orgs.) CUNHA, O. M G da e GOMES, Flávio dos Santos. Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAMASCENO, Caetana. *Segredos da boa aparência: da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (193-1950).* Rio de Janeiro: Edur/UFRRJ, 2011.

EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (org.). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros.* São Paulo: Editora Unesp, 2010.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FACCHINETTI, Cristiana; RIBEIRO, Andréa; MUÑOZ, Pedro F. As insanas do Hospício de Alienados (1900-1939). *História, Ciências, Saúde -Manguinhos.* vol.15. suplemento. Rio de Janeiro, 2008.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924).* 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

_____. (org.) *Fazer a América.* A imigração em massa para a América Latina. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”)*. Vol. 1. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

FILHO, Walter Fraga. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, SP/ Salvador, BA: Editora Hucitec/EDUFBA, 1996.

FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. *Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil (século XIX e XX)*. Disponível em: http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/manolo_imigracao_lusa.pdf. Acesso em outubro de 2012.

FONTES, Alexandre; LIMA, Henrique Espada; XAVIER, Regina Célia Lima e; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. (orgs.) *Cruzando Fonteyras: Novos olhares sobre a História do Trabalho*: São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2013.

FREITAS, M.C. (org.). *História da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ªed. rev. São Paulo: .Global, 2006.

_____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de característicos de personalidade e de formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado*. 4 ed. São Paulo: Global, 2010.

GALEANO, Diego A. *Criminosos viajantes, vigilantes modernos. Circulações policiais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930*. Tese. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHS/IFCS, 2012.

GEREMIAS, Patrícia R. Processos de tutela e contratos de soldada: fontes para uma História Social do Trabalho doméstico infantil. *7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba (UFPR), de 13 a 16 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2018.

GRAHAM, Sandra L. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

_____. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. tradução de Viviana Bosi. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRAMSCI, A. *Cadernos de Cárcere*. vol2. Disponível em: <http://bibliophiliaparana.wordpress.com/2011/09/05/gramsci-antonio-cuadernos-de-la-carcel>. Acesso em 17 de março de 2016.

GRUMAN, Marcelo. A prostituição judaica no início do século XX: desafio à construção de uma identidade étnica positiva no Brasil. *Campos* 7 (1): 83-99, 2000.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Breve Reflexões sobre o problema da imigração urbana. O caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Jul/dez. 1997.

HASENBALG, C. Entre o mito e os fatos: racismo raciais no Brasil. In: Maio, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.) *Raça, ciência e sociedade*. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, nota3, p.235. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

HOLT, Thomas C. A essência do contrato. In. COOPER, Frederick; HOLT, Thomas. C; SCOTT, Rebecca J. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HOOKS, bell. *Talking Back: thiking feminist, thiking black*. Boston/MA: South en Press, 1989.

IANNI, Octávio. *As Metamorfoses do Escravo – Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel, 1962.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KLEIN, Herbert S. Migração Internacional na História das Américas. In. FAUSTO, Boris. (org.) *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.pp. 13-31.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem – a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo, (16), fev. 1998.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In. FREITAS, Marcos Cezar (org.) *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LIMA, Henrique Espada; POPINIGIS, Fabiane. Maids, Clerks, and the Shifting Landscape of Labor Relations in Rio de Janeiro, 1830s-1880s. *IRSH* 62 (2017), Special Issue, pp.69-70. Disponível em: <http://www.cambridge.org/core>. Acesso em 05 de maio de 2018.

_____. Sobre o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v.6, n.11, jul.-dez. 2005, pp.289-326.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo. Ensaio para uma história global do trabalho*. Tradução: Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LINEBAUGH, Peter. Crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII. In. PINHEIRO, P.S. (org.) *Crime, Violência e Poder*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983 – Comentário 1 – Maria Stella Breciani.

_____; REDIKER, Marcus. “*A hidra de muitas cabeças*”: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis. In. FAUSTO, Boris. (org.) *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINS, Ismênia de Lima. Italianos no Rio de Janeiro. “Independências – Dependências – Interdependências” *VI Congresso CEISAL*. Toulouse: France, 2010.

MATOS, Maria Izilda de S. Corpos numa paulicéia desvairada: mulheres, homens e médicos. São Paulo, 1890-1930. *Proj. História*. São Paulo, n. 25. dez 2002. pp. 383-384. Disponível em:<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10597/7887>. Acessado em 14 abr. 2013.

_____. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002;

_____. Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930. In: BRUSCHINI, Maria Cristina e SORJ, Bila (Org.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994. p. 193-212.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)*. 3ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

MENEZES, Lená Medeiros de. Bastidores. Um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo*. Rio de Janeiro. V.10, nº2, pp.03-16, jul/dez. 1997.

_____. Desordeiros e contestadores italianos na cidade do Rio de Janeiro (1907/1930). In. BONI, Luis a (org.) *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre, Torino, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, VolIII. Fondazione Giovannin Agnello, 1996.

_____. Elyσιο de Carvalho: um intelectual controverso e controvertido. *Revista Intellectus*. Ano 03. Vol II. 2004. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/27584/19777>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

_____; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Gênero e imigração Mulheres portuguesas em foco* (Rio de Janeiro e São Paulo – XIX e XX). São Paulo: e-Manuscrito, 2017.

_____. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro* (1890-1930). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal* (1890-1930). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

MELLO, Maria Thereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, n. 26, 2009. p. 117. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v13n26a02.pdf>> Acessado em 12 mar. 2013.

MELO, Hildete Pereira de. *De criadas a Trabalhadoras*. Revista Estudos Feministas. Vol. 6. nº. 2. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ.

_____. *O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/TDs/td_0565.pdf. Acesso em 03 de março de 2015.

MICELI, Bruna Santos. O desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro:

principais observações a partir do Paço da Cidade. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. 2011. p.8. Disponível em: <http://www.ufmg.br>. Acessado em 12 de março de 2018

MOHAPATRA, Prabh. Informalidade regulamentada: construções legais das relações de trabalho na Índia Colonial (1814-1926). *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009.

MOMSEN, Janet Henshall. *Gender, migration , and domestic service*. British: Routledge, 1999.

MOTA, Mary Heisler Mendonça. *Imigração e trabalho industrial*. Rio de Janeiro (1889-1930). Dissertação de mestrado. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 1982.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão?* Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

LARA, Silvia. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. *Proj. História*, São Paulo (16),pp. 25-38. fev. 1998.

_____. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.29, nº. 59 pp.607-626. Setembro-dezembro, 2016

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. vol.9. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor. 1985.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PEÇANHA, Natália Batista. *“Regras de civilidade”*: tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d’*O Rio Nu* (1898-1916). Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGH-UFRRJ. 2013.

PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro: Relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; Faperj, 2013

PEREIRA, Cristiana Shettini. O que não se vê: corpos femininos nas páginas de um jornal malicioso. In. DEL PRIORI, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs) *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. SCHETTINI, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

_____. *Um gênero alegre: imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898-1916)*. 1997. 221f. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PERUSSATO, Melina Kleinert. *Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo/RS, c.1860-1888, São Leopoldo/RS: Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS, 2010.*

PINHEIRO, Luciana de Araújo. *A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do Império (1879-1889)*. Dissertação de mestrado. Orientadora Martha Abreu. Niterói: UFF/PPGHS, 2003.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editor Campus, 2004.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

PRIORE, Mary del (org). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991

QAYUM, Seemin and RAY, Raka. Male servants and the failure of patriarchy in Kolkata (Calcutta). *Men and Masculinities*. 2010, 13: 111. p.115. Disponível em: <http://jmm.sagepub.com/content/13/1/111..Acesso> em 03 de fevereiro de 2018.

RAMOS, Jair de SOUZA. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração na década de 1920. In. MAIO, Marcos Chor (org.) *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. pp.59.-82.

REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA/Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. “Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia.” In. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras. 1989.

REMEDI, Fernando J. “Esta descompostura general de la servidumbre”. Las trabajadoras del servicio doméstico en la modernización argentina. Córdoba, 1869-1906. *Secuencia*. n.84, septiembre-diciembre, 2012. p. 62. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/secu/n84/n84a3.pdf>. Acesso em 02 de janeiro de 2018.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “*Cabras*” e “*Pés-de-chumbo*”: os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930). Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Centro de Estudos Gerais. Niterói: UFF, 1987.

_____. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Tese de doutorado, vol.1. Campinas, São Paulo: Departamento de História/ Instituto de filosofia e Ciências Humanas, 1997.

RINALDI, Alessandra de Andrade. *A sexualização do crime no Brasil: Estudos sobre a criminalidade feminina no contexto de relações amorosas*. (1890-1940). 1 ed.: FAPERJ, 2015.

RIZZINI, Irene e RIZZINI, Irma. *A institucionalização da criança no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RONCADOR, Sônia. “Histórias paranoicas, criados perversos no imaginário da Belle Époque tropical”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº 29. Brasília, janeiro-junho de 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978. 197 p.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Irmãs do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

SARTI, Raffaella. Fighting for masculinity: male domestic workers, gender, and migration in Italy from the Late Nineteenth century to the present. *Men and Masculinities*. Sage journals. Volume 13, Issue 1, October 2010. p.27 Disponível em: <http://www.journals.sagepub.com>. Acesso em 02 de dezembro de 2017.

_____. *Melhor o cozinheiro?* Um percurso sobre a dimensão de gênero da preparação da comida (Europa ocidental, séculos XVI-XIX). *Cadernos pagu* (39), julho-dezembro de 2012: 87-158. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n39/04.pdf>. Acesso em 04 de março de 2016.

_____. Notes on the feminization of domestic service: Bolgna as a case study (18 Th-19Th centuries). In. FAUVE-CHAMOUX, Antoinette and FIALOVA, Ludmila (eds), *Le phénomène de la domesticité en Europe, XVI-XX siècles*. *Acta Demographica*, XIII. 1997.

_____; SCRINZI, Francesca (orgs.) *Sage journals*. Volume 13, Issue 1, October 2010. Disponível em: <http://www.journals.sagepub.com>. Acessado em 11 de novembro de 2017.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo do final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Trad. Pedro Serras Pereira. 1ª ed. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. SP: 2002. P. 15. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br>. Acessado em 02 de abril de 2018.

SILVA, Alessandra Lima e POLEZE, Lorena Huidobro. As mulheres no Hospício de Pedro II (1841-1889). *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio*. agosto de 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.rj.anpuh.org>. Acesso em 12 de janeiro de 2018.

SILVA, Érica Sarmiento de. Um passeio pelas ruas do Rio Antigo: pioneiros galegos, a Rua da Ajuda e o mercado ambulante. *Revista o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n.3, 2009, pp. 95-108. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br>. Acessado em 14 de março de 2018.

SILVA, João Luiz Máximo da. *Cozinha modelo: o impacto do gás e da eletricidade na casa paulistana (1870-1930)*. São Paulo: Editora da USP, 2008.

SOARES, Aline Mendes. “Precisa-se de um pequeno, prefere-se de cor”: o mundo do trabalho infantil no pós-abolição no Rio de Janeiro (1888-1927). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. P.7. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300927031_ARQUIVO_ANPUH2011-.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de 2018.

SOARES, Luis Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007..

_____. *Rameiras, Ilhoas, polacas.. a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SODRÈ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Flávia Fernandes de. A criadagem sob suspeita: as relações entre o poder público e os trabalhadores domésticos na cidade do Rio de Janeiro no entresséculos XIX-XX. *Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas*. ANPUH-Rio, 28 de julho a 1º de agosto de 2014.

_____. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. Tese de Doutorado. Niterói/RJ: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Departamento de História da UFF, 2017.

_____. Criados ou empregados? Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no antes e no depois da abolição da escravidão. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal – RN: ANPUH-Brasil. 22 a 26 de julho de 2013.

_____. *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. Dissertação de mestrado. Orientadora: Profª. Drª. Magali Gouveia Engel. São Gonçalo/RJ: UERJ-FFP/PPGHS, 2010.

_____. Reflexões sobre as relações entre a História do serviço doméstico e os estudos da pós-emancipação no Brasil. *história, histórias*. Brasília, vol.4, n.8, 2016.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. Úteis a si e à nação: A criança no processo de transição do sistema de trabalho – Brasil, segunda metade do século XIX.. *Revista de História e Historiografia da Educação*. Curitiba, Brasil, v.1, n. especial, pp. 141-169, julho de 2017. p.144. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/article/download>.. Acesso em: 19 de março de 2018.

TERRA, Paulo Cruz. *Cidadania e trabalhadores: Cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)*. Tese. Rio de Janeiro/ Niterói: PPGH/UFF, 2012.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

VELLASCO, Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, século XIX. *Tempo*, Rio de Janeiro n. 18.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In. O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Livro 1. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

WEIMAR, Rodrigo de Azevedo. *A gente de Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-abolição*. (c.1847 – tempo presente). Tese. Rio de Janeiro/ Niterói: PPGH/UFF, 2013

XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In. XAVIER, Giovana, FARIAS, Juliana Barreto e GOMES, Flávio (orgs.) *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. Salvador: EDUFBA: CEAO, 2007 e BUJRA, Janet. *Serving Class. Masculinity and the feminisation of domestic servisse in Tanzania*. London: Edinburgh University Press for the International African Institute. 2000.